

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC - SP

Cristina Toledo de Carvalho

**“Príncipe dos Municípios”: a invenção da identidade de São Caetano do Sul
(1948-1957)**

Doutorado em História

São Paulo
2022

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC - SP

Cristina Toledo de Carvalho

**“Príncipe dos Municípios”: a invenção da identidade de São Caetano do Sul
(1948-1957)**

Doutorado em História

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em História Social, sob a orientação da Profa. Dra. Heloísa de Faria Cruz.

São Paulo
2022

Banca Examinadora

Aos meus pais, sempre.

In memoriam.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento – 001.

Processo n. 88887.163179/2018-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code – 001.

Process n. 88887.163179/2018-00.

Agradecimentos

Deixo os meus agradecimentos àqueles que, de diversas maneiras, tornaram viável e mais leve a minha trajetória no Doutorado.

À minha orientadora, Profa. Dra. Heloísa de Faria Cruz, pela disponibilidade, atenção e comprometimento em todas as etapas da pesquisa e da elaboração da tese. Seus apontamentos foram decisivos para o refinamento da temática e da análise aqui contempladas. Minha gratidão, respeito e admiração.

Aos professores ministrantes das disciplinas cursadas no decorrer da jornada, pelo encaminhamento de ideias e sugestões: Maria Izilda Santos de Matos, Vera Lúcia Vieira, Luiz Antônio Dias, Estefânia Knotz Fraga e Amailton Magno Azevedo.

Igualmente aos colegas de curso, pela cumplicidade: Rodrigo Pucci Müller, Regiane Luzia Lopes, Henry Albert Yukio Mähler-Nakashima, Diógenes Sousa, Paulo Henrique Oliveira, Fabiano Miranda do Nascimento Tizzo, Maíra Pires Andrade, Bianca Melzi Lucchesi, Fábio Monteiro e Laura de Souza Cury.

À Profa. Dra. Priscila Ferreira Perazzo, pela solicitude e contribuição fornecida durante o exame de qualificação.

A Charly Farid Cury, presidente da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, e à sua coordenadora, Márcia Gallo, pelo apoio, sem o qual não teria sido possível conciliar as minhas atribuições profissionais junto à instituição com as demandas rígidas do Doutorado.

À Cristina Ortega, pela amizade e acolhimento, sobretudo nos momentos de angústia e apreensão. À Paula Fiorotti, Roberta Giotto e Mônica Iafrate, pelo incentivo dispensado, desde a concepção do projeto de pesquisa que deu origem a esta tese. A Rodrigo Marzano Munari, colega de ofício, interlocutor atento e amigo generoso, com quem pude compartilhar os desafios e as vicissitudes do percurso.

A Ari Tonon e Antônio Reginaldo Canhoni, pelo respaldo técnico nos trabalhos de reprodução das imagens. À Jacqueline Nakagawa, pela presteza no atendimento de minhas solicitações.

À Vanessa Toledo de Lima, Maria Carolina Mesquita e Silva, Marília Tiveron, Marcos Antônio Fiorito e Edgar da Silva Gomes, pelo carinho, solidariedade e escuta paciente.

E, por fim, a Alexandre Nardelli, pelo companheirismo e amor.

CARVALHO, Cristina Toledo de. **“Príncipe dos Municípios”: a invenção da identidade de São Caetano do Sul (1948-1957)**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2022.

Resumo

Intitulada *“Príncipe dos Municípios”: a invenção da identidade de São Caetano do Sul (1948-1957)*, esta tese apresenta como proposta o estudo da construção identitária sul-são-caetanense a partir da problematização de um conjunto de referenciais, como representações, narrativas memorialísticas e lugares. No período contemplado, essas referências, que ajudam a compreender a São Caetano de hoje, representada como uma cidade modelar e desenvolvida, foram construídas e disseminadas. A escolha do ano de 1948 como balizamento inicial da periodização estabelecida justifica-se pelo fato de nele terem sido observados o movimento em prol da autonomia política da cidade e a criação do município de São Caetano do Sul. Por outro lado, ao ter servido de contexto para um episódio importante para os intentos da pesquisa, o ano de 1957 mostrou a sua pertinência enquanto marco final da temporalidade aqui privilegiada. Tratando-se da publicação do livro *São Caetano do Sul em IV séculos de história*, de José de Souza Martins, tal episódio trouxera elementos para a abordagem de uma das questões mais caras ao tema que se propõe: a da construção de memórias na conjuntura dos primeiros anos da vida municipal sul-são-caetanense. Tendo como fonte principal o *Jornal de São Caetano*, o presente trabalho doutoral desvela o ideário de progresso e desenvolvimento no qual se alicerçou a imagem de uma São Caetano vitoriosa e pujante, representativa do modo como o município passou a se revelar publicamente a partir de 1948. Em contrapartida, a tese não se furtou ao encaminhamento da crítica que o seu tema comporta, apresentando a outra face daquela São Caetano da pujança e do desenvolvimento, marcada por um cotidiano envolto em problemas urbanos e pela presença de marginalizados, como mendigos, crianças pedintes, migrantes nordestinos, engraxates e ambulantes.

Palavras-chave: São Caetano do Sul, Identidade, Invenção, Representações, Memórias.

CARVALHO, Cristina Toledo de. **“Prince of Counties”**: the identity’s invention of **São Caetano do Sul (1948-1957)**. Thesis (Doctorate degree). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2022.

Abstract

Entitled “Prince of Counties”: the identity’s invention of São Caetano do Sul (1948-1957), this thesis proposes the study about the construction of the identity of the São Caetano from the discussion of a set of references, such as representations, memorialistic narratives and places. In the period covered, these references, which help understanding São Caetano today, represented as a model and developed city, were built and disseminated. The choice of the year of 1948 as the starting point of the period of the research is justified by the fact that the movement in favor of the city’s political autonomy and the establishment of São Caetano do Sul were observed in it. On the other hand, the year of 1957 showed its relevance as the final mark of the temporality privileged here, since this period was marked as an important episode for the purposes of the research. In the case of the release of the book *São Caetano do Sul em IV séculos de história*, by José de Souza Martins, this episode brought elements to approach one of the most appreciated issues to the proposed theme: the construction of memories, in the context of the first years of the city life. As the *Jornal de São Caetano* is its main source, this doctoral thesis unveils the ideals of progress and development on which the image of a victorious and vigorous city was built, a way São Caetano started to reveal itself since 1948. Conversely, the thesis did not avoid criticizing, presenting the other side of that São Caetano of strength and development, marked by a daily life involved in urban problems and by the presence of marginalized people, such as homeless, begging children, northeastern migrants, bootblacks and peddlers.

Keywords: São Caetano do Sul, Identity, Invention, Representations, Memories.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – A porção territorial do Grande ABC	12
Imagem 02 – Assembleia da Sociedade dos Amigos de São Caetano	51
Imagem 03 – Primeira página, 31 out. 1948, <i>Jornal de São Caetano</i>	70
Imagem 04 – “Zé Caetano”, 10 out. 1948, <i>Jornal de São Caetano</i>	73
Imagem 05 – “Zé Caetano”, 18 abr. 1948, <i>Jornal de São Caetano</i>	74
Imagem 06 – “Zé Caetano”, 5 set. 1948, <i>Jornal de São Caetano</i>	75
Imagem 07 – Informe publicitário da antiga Light.....	90
Imagem 08 – Capa do livro <i>São Caetano do Sul em IV séculos de história</i>	118
Imagem 09 – Inauguração do Viaduto dos Autonomistas, 28 jul. 1954.....	135
Imagem 10 – Viaduto dos Autonomistas já aberto ao tráfego	138
Imagem 11 – Jardim Público Primeiro de Maio, 1955	141
Imagem 12 – Ilha central do Jardim Público Primeiro de Maio.....	157
Imagem 13 – Aspecto parcial do Jardim Público Primeiro de Maio	160
Imagem 14 – Edifício Vitória, inaugurado em 1953	172
Imagem 15 – “Zé Caetano”, 7 jun. 1952, <i>Jornal de São Caetano</i>	179
Imagem 16 – Dois vendedores ambulantes na Av. Conde Francisco Matarazzo.....	199
Imagem 17 – Avenida Conde Francisco Matarazzo, aprox. 1956.....	200
Imagem 18 – Engraxates na Avenida Conde Francisco Matarazzo	208
Imagem 19 – Ambulante sentado junto à sua pequena banca, década de 1950	219

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL E A PRODUÇÃO DE SUA IDENTIDADE.....	40
1.1 O movimento autonomista de São Caetano e a disputa identitária pelas imagens do progresso	40
1.2 De “Zé Caetano” a “Príncipe dos Municípios”	68
CAPÍTULO II – DISPUTAS, TENSÕES E CONVERGÊNCIAS: MEMÓRIAS FERVILHAM NA SÃO CAETANO AUTÔNOMA	81
2.1 A memória italiana e a cidade aniversariante	81
2.2 A construção da memória autonomista	93
2.3 Viaduto dos Autonomistas <i>versus</i> Viaduto Tijucuçu.....	107
2.4 Os debates em torno dos marcos fundacionais da cidade	111
CAPÍTULO III – LUGARES SIMBÓLICOS DO NOVATO MUNICÍPIO: MARCOS DA IDENTIDADE E DO PROGRESSO SUL-SÃO-CAETANENSES	128
3.1 Cartões-postais da urbe	128
3.2 Viaduto dos Autonomistas: “obra de vulto” de São Caetano	131
3.3 Jardim Público Primeiro de Maio: o pioneiro do gênero na localidade	140
3.4 Edifício Vitória: “cartão-de-visita” da cidade	160
CAPÍTULO IV – “PRÍNCIPE ESFARRAPADO”: A OUTRA FACE DA SÃO CAETANO PUJANTE E SUAS PRINCIPAIS QUESTÕES, PERSONAGENS E DISCURSOS	174
4.1 Príncipe descalço e esfarrapado	174
4.2 Doentes, pobres e flagelados: crianças pedintes, a infância carente e os migrantes nordestinos em São Caetano.....	186
4.3 Mendigos, engraxates e vendedores ambulantes “infestam” as ruas centrais da cidade	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS	223

FONTES..... 230

BIBLIOGRAFIA 244

INTRODUÇÃO

Sob o título “*Príncipe dos Municípios*”: a invenção da identidade de São Caetano do Sul (1948-1957), esta tese apresenta como proposta o estudo da construção identitária sul-são-caetanense a partir da problematização de um conjunto de referenciais, como representações, narrativas memorialísticas e lugares. Delineados na conjuntura do movimento autonomista e dos primeiros anos da vida municipal da cidade, tais referenciais projetam o ideário de progresso e desenvolvimento no qual se alicerçou a imagem de uma São Caetano vitoriosa e pujante, representativa do modo como o município revela-se publicamente.

Situado a 12 km do centro de São Paulo, o município de São Caetano do Sul integra o chamado Grande ABC Paulista. Localizado a sudeste da Região Metropolitana de São Paulo, este, além do território sul-são-caetanense, foi formado, originalmente, pelos municípios de Santo André e São Bernardo do Campo, ainda no final da primeira metade do século passado. Segundo informações fornecidas em 2015, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 2,7 milhões de pessoas vivem no ABC, cuja área territorial é de 828 km²¹.

Com a consolidação dos processos de autonomia política de alguns de seus distritos, a localidade se fragmentou, chegando ao total de mais quatro unidades municipais em 1964, quando da emancipação de Rio Grande da Serra, a última verificada na região. Além deste município, os demais que vieram a compor o ABC com Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul foram: Mauá, Diadema e Ribeirão Pires².

¹ Disponível em: <<https://consorcioabc.sp.gov.br/o-grande-abc>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

² Disponível em: <<https://consorcioabc.sp.gov.br/o-grande-abc>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

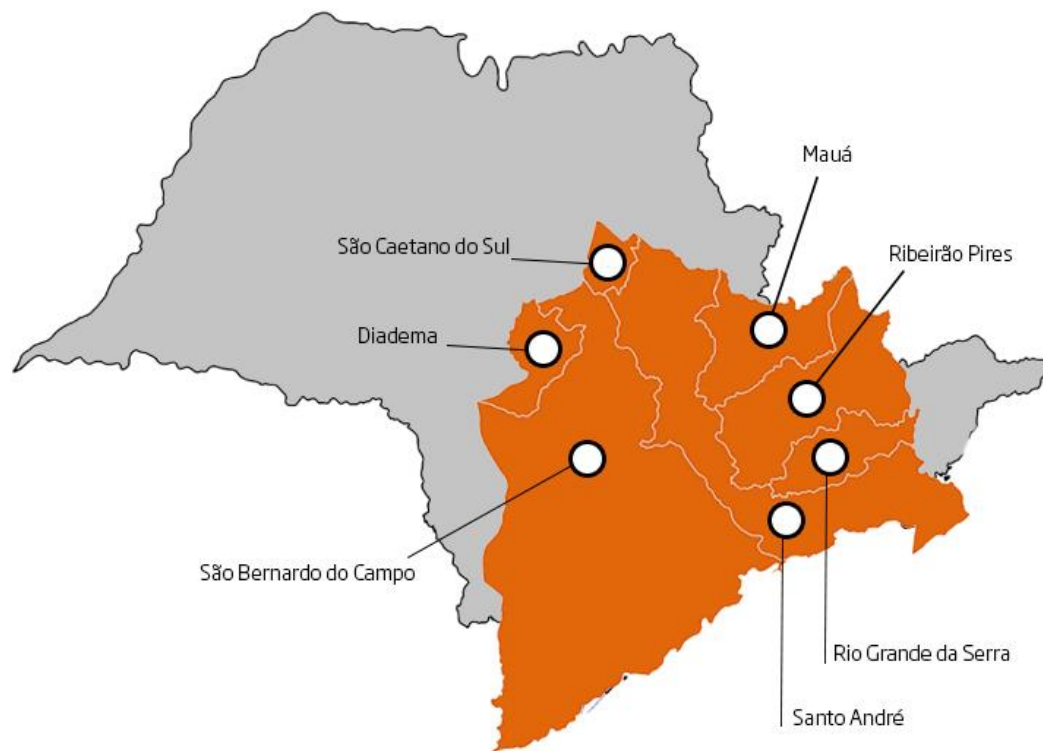


Imagem 01 - A porção territorial do Grande ABC em destaque no mapa do Estado de São Paulo
Crédito/ <<https://consorcioabc.sp.gov.br/o-grande-abc>>

No conjunto da região, o município de São Caetano do Sul tem seus limites demarcados pelas divisas que apresenta em relação a Santo André (a sul e leste) e a São Bernardo do Campo (a sul e oeste). Com uma área de 15,331 Km^{2,3} desperta atenção pelas estatísticas que denotam o bom nível de qualidade de vida de sua população, estimada, no ano de 2020, em 158. 024 habitantes⁴.

Desde 1991, a cidade vem apresentando crescimento em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Município autônomo desde 1948 (por ocasião da emancipação político-administrativa obtida frente a Santo André, município ao qual estava subordinado desde 1939) e com uma dinâmica econômica articulada ao processo de desenvolvimento da região, revelando percentuais crescentes de industrialização a partir da primeira metade do século passado, São Caetano, no final da década de 1980, já ocupava lugar de destaque em relação aos demais núcleos citadinos da região.

³ CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. *São Caetano do Sul*. Disponível em: <<https://consorcioabc.sp.gov.br/sao-caetano>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação*, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

Nesse período, a renda familiar de sua população equivalia a 12,5 pisos salariais, enquanto a média para o restante do Grande ABC era de 7,0 pisos⁵. O alto poder aquisitivo de seus moradores e as condições de infraestrutura social possibilitaram ainda ao município reduzir o coeficiente de mortalidade infantil ao longo dos anos, sendo o menor entre as sete cidades da região, no final do decênio de 1980, com uma taxa de 25,2/1.000 nascidos⁶.

Em vista disso, ganhou relevo uma gama de enunciados imagéticos e discursivos que contribuiu para a difusão de representações enaltecidas do poderio econômico da localidade. Assim, expressões como “cidade mais desenvolvida do país”, “cidade-padrão” e “cidade de primeiro mundo” emergiram (ou se popularizaram, pelo menos), no início da década de 1990, para representar o processo vitorioso de constituição histórica de São Caetano do Sul e sublinhar o êxito de seu projeto conservador de desenvolvimento e modernização. Presentes em relatos de autoridades políticas da municipalidade, tais expressões ganharam espaço e visibilidade em periódicos locais⁷, que passaram a disseminá-las. A imagem de uma cidade grandiosa e pujante foi, portanto, construída, projetando perspectivas de passado e futuro e salientando o sucesso do município sob a tutela de uma memória triunfalista.

Centrada na figura dos imigrantes italianos (aos quais se atribui o protagonismo quase exclusivo na construção da cidade) e produzida em 1927, ano do cinquentenário da chegada desses sujeitos ao então Núcleo Colonial de São Caetano (formado nas terras da antiga fazenda de mesmo nome, que pertencera à comunidade beneditina de São Paulo entre 1631 e 1877), tal memória dominou as representações sobre o passado

⁵ ROMEIRO, Maria do Carmo; GIMENES, Silvana Pereira. Os grandes números de um pequeno município. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 2, p. 22-24, dez. 1989, p. 22.

⁶ *Ibidem*, p. 22.

⁷ A Revista *Raízes* consiste em um desses periódicos locais que ajudaram a propagar expressões cujos significados sintetizam qualificativos enaltecidos atribuídos a São Caetano. Lançada em julho de 1989 pela então Assessoria de Comunicação Social da prefeitura, durante o primeiro mandato do prefeito Luiz Olinto Tortorello (1989-1992), foi a primeira de um conjunto de iniciativas de sua gestão na área da recuperação e divulgação da memória da cidade, marcando o processo de sua institucionalização, o qual se consolidaria, em 1991, com a criação da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, conforme mencionado mais adiante, precisamente na nota 68. *Raízes* abriu caminho para a efetivação daquele processo (até então, as poucas ações que tinham como partícipe ou promotora a administração municipal eram dispersas e descontínuas, como a que criara o Museu Histórico Municipal no longínquo ano de 1959). Por outro lado, a revista firmou-se, também, como caixa de ressonância do quadro conjuntural vigente na localidade na época, apresentando-se, não raro, como espaço de diálogo entre aquele momento presente e o passado local. Em 1992, numa de suas falas (que vinham na sequência do texto assinado pelo editor do periódico), o prefeito Tortorello, fazendo menção a tal passado, explicava as razões que fizeram de São Caetano uma “cidade do primeiro mundo” naquele momento. Uma “cidade-padrão” no Brasil, “primeiro lugar em desenvolvimento social, estrutural, educacional, na saúde e outros segmentos [...]” *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 6, p. 3, jan. 1992.

da localidade até meados da década de 1950. Nesse período, outras interpretações começaram a surgir como contraponto aos discursos atinentes àquela memória triunfalista, como a que fora veiculada, em 1957, pela obra *São Caetano do Sul em IV séculos de história*, de José de Souza Martins, intelectual nascido na cidade que se consagraria, posteriormente, no universo acadêmico.

No decorrer desse percurso de produção de representações, alguns referenciais identitários sobressaíram-se, como enunciados discursivos e visuais, narrativas memorialísticas e lugares, respaldando a construção de uma imagem pujante da cidade.

Os caminhos que levaram ao tema

É sabido que o tempo presente, com suas questões, dilemas e anseios, exerce papel decisivo frente ao fazer histórico. Assim, o historiador, no exercício de seu *métier*, é conduzido pelo que está posto na atualidade, de modo que a sua produção historiográfica é moldada pelo “perpétuo contato com o hoje”⁸, segundo Marc Bloch. Considerando tal premissa, pode-se afirmar que o aguçamento da “sensibilidade histórica” ou do interesse por um determinado tema tangencial a um certo passado é ocasionado pelo agora.

Essa constatação implica, por sua vez, a maneira de se conceber a própria relação entre passado e presente, de forma que aquele seja compreendido a partir das condições e especificidades conjunturais deste último e não o contrário⁹. Beatriz Sarlo, por seu turno, assevera que o momento presente deve apresentar-se como ponto de partida não só retrospectivo, mas também prospectivo fundamentalmente¹⁰.

Se, por um lado, o tempo presente modela a elaboração do conhecimento histórico (não só dele, ressalte-se)¹¹, por outro, esse conhecimento, em suas múltiplas possibilidades temáticas, interpretativas e metodológicas, também se submete às peculiaridades que compõem as experiências pessoal e profissional do pesquisador. Como conclui Lilian Crepaldi de Oliveira Ayala,

⁸ BLOCH, Marc apud CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995, p. 56.

⁹ CHESNEAUX, Jean, op. cit., p. 56-57.

¹⁰ SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 55-63.

¹¹ De acordo com Edgar Morín, “todo conhecimento filosófico, científico ou poético emerge da vida cultural comum,” sendo, portanto, inconcebível segregá-lo do meio em que foi produzido, conforme uma variada gama de singularidades culturais, sociais, econômicas e históricas. MORÍN, Edgar. *O método 4 – as ideias: habitat, vida, costumes e organização*. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 12.

[...] o pesquisador sempre traz seu próprio mundo no ato de pesquisar, carregando consigo formações, conceitos e preconceitos. Carrega também seu local de origem, vínculos, crenças, imaginários e memórias. Mesmo tentando minimizar – ou, até mesmo, suprimir -, essas influências emergem, ao menos, na escolha do objeto e das referências teóricas.¹²

O tema desta pesquisa não passou incólume às subjetividades que circunscrevem, indelevelmente, as minhas experiências enquanto moradora, desde 1984, de São Caetano do Sul, e historiadora, desde 2003, de sua Fundação Pró-Memória. Criada no dia 12 de junho de 1991, essa instituição pública municipal tem como finalidade precípua a criação, organização, instalação e manutenção de atividades e estabelecimentos voltados para a preservação e divulgação do patrimônio histórico do município¹³.

Para tanto, encontra-se estruturada em torno de três frentes de atuação: o Museu Histórico Municipal, o Centro de Documentação Histórica e a Pinacoteca Municipal. Entre as ações e projetos desenvolvidos, destaque para os que se inserem no campo editorial, promovendo a publicação de livros e da tradicional Revista *Raízes* (de periodicidade semestral e distribuição gratuita, desde a sua edição de n. 15, de julho de 1997, está a cargo da Pró-Memória). No que tange às iniciativas de caráter museográfico, deve ser referenciada a curadoria que realiza no âmbito das exposições iconográficas, documentais, de artes e de objetos.

No exercício das atribuições inerentes ao ofício de historiador, transito, constantemente, por essa gama toda de atividades promovidas pela instituição. Da realização de pesquisas para a produção de artigos para a citada revista à organização de mostras fotográficas, entre outros trabalhos que exigem também a mediação do fazer histórico.

Em contato permanente com a série variada de fontes do Centro de Documentação Histórica da Fundação Pró-Memória, tenho acesso a inúmeras informações sobre diferentes períodos da história da localidade. Por meio desse rol de

¹² AYALA, Lilian Crepaldi de Oliveira. *Babel nas terras alagadiças: revista Raízes, migrações e memórias em São Caetano do Sul*. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2014, p. 20.

¹³ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Lei Municipal n. 3.147*. São Caetano do Sul, 12 jun. 1991. Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/7315.pdf>>. Acesso em: abr. 2021.

dados, consigo estabelecer temáticas que suscitam as minhas reflexões e interpretações acerca da história de São Caetano e que alimentam a sua escrita.

Percorrendo esses caminhos, que, embora rotineiros, não deixam de revelar o dinamismo e o inesgotável cabedal de perspectivas aventadas pela produção do conhecimento histórico, pude reunir ponderações e questionamentos que se mostraram fulcrais para um primeiro delineamento ou esboço do tema da presente pesquisa. Com o refinamento de sua proposta, quer pelo suporte teórico-metodológico advindo dos diálogos com minha professora orientadora e das disciplinas cursadas no decorrer do doutoramento, quer pelo avanço das próprias atividades de pesquisa, o objeto de estudo sofreu ajustes e adquiriu novas configurações, chegando à temática ora apresentada.

É preciso salientar que não somente as questões de ordem técnica, relacionadas ao meu trabalho cotidiano na Fundação Pró-Memória, contribuíram para a formulação do tema desta tese. Mesmo tendo surgido no contexto das minhas atribuições de historiadora da aludida instituição, algumas motivações internas foram igualmente decisivas para o seu esquadramento e maturação.

Desde meados da década de 1990, na fase da minha adolescência, testemunho a veiculação de discursos enaltecidos da grandeza e desenvolvimento de São Caetano do Sul, representados por expressões aqui já mencionadas, o que criou condição para o brotamento de uma inquietação que me acompanharia naquela fase da vida e ao longo da minha juventude, atravessando os tempos da Graduação em História, e se exacerbando no decurso da minha trajetória na Fundação Pró-Memória. Em todos esses momentos, foi possível perceber que tais discursos de enaltecimento à cidade ganhavam eco em narrativas memorialísticas, cuja tônica consiste no protagonismo reservado, triunfalmente, ao imigrante italiano, constituído nelas como o fundador da localidade e o personagem-símbolo de sua pujança.

Muito embora já tivesse contato com essas narrativas triunfalistas anos antes do meu ingresso naquela instituição de memória, foi no decorrer da minha caminhada profissional que pude melhor direcionar a minha inquietação frente à avalanche de representações de exaltação delas provenientes. Convertida em questionamentos e reflexões, minha inquietação vem, desde então, apresentando-se como uma das forças motrizes dos meus trabalhos de pesquisa, nutrindo-os com propostas de temas que trazem para o campo historiográfico outras interpretações e vieses de abordagem a respeito da história de São Caetano.

Sob esse esforço propositivo, que lança luz aos outros sujeitos da história local e às muitas memórias nela submersas, minha pesquisa de Mestrado foi planejada e desenvolvida. Com sua temática centrada no estudo da atuação de uma entidade de amparo ao migrante nordestino, surgida em 1950 no município, a referida pesquisa ensejou a inserção daquele personagem no âmbito do conhecimento histórico alusivo à localidade sul-são-caetanense,

questionando as representações correntes que se articulam em torno da presença quase que exclusiva do imigrante europeu, [tornando – grifos meus] visíveis práticas e sujeitos pouco referidos na memória e nos estudos sobre a formação histórica de São Caetano do Sul.¹⁴

Se a definição de tal tema fora permeada, em parte, por um ímpeto meu de inquietação, o mesmo ocorreu também junto à temática desta pesquisa de Doutorado. O anseio por novas possibilidades de interpretação, aliado à necessidade de acesso a “muitas memórias e a outras histórias”¹⁵ a respeito de São Caetano, uma vez persistente, levou-me ao presente objeto de estudo. Em face dessas considerações, cumpre lembrar a abertura oferecida pela produção do conhecimento histórico às subjetividades do pesquisador. Neste sentido, é razoável dizer que a História é menos científica do que as demais áreas do conhecimento humano, de acordo com Fernando Novais. Ou, como ele próprio sintetiza, a historiografia é o exame de consciência do historiador¹⁶.

Saliente-se que, além desses fatores subjetivos e dos de natureza profissional, relacionados à minha estada na Fundação Pró-Memória, foram cruciais para a definição do tema desta tese os contributos de historiadores e outros estudiosos que legaram um

¹⁴ CRUZ, Heloísa de Faria. Migrantes abrigados: o nordeste e os nordestinos em São Caetano do Sul. In: CARVALHO, Cristina Toledo de. *Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2015.

¹⁵ Expressão inspirada em excerto constante no título do projeto *Cultura, trabalho e cidade: muitas memórias, outras histórias*, desenvolvido por um grupo de professoras do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), entre 2001 e 2002, a partir do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Procad/Capes. Agregando, também, pesquisadores de outros programas de pós-graduação de âmbito nacional, tal projeto redundou na seguinte publicação, cujas discussões no tocante às relações entre história e memória foram bastante profícuas para as reflexões feitas nesta tese: ALMEIDA, Paulo Roberto de et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004.

¹⁶ “Historiografia, exame de consciência do historiador” foi o tema da aula magna proferida pelo professor emérito da Universidade de São Paulo, Fernando Antônio Novais, no dia 14 de março de 2018, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas daquela Universidade. Na ocasião, além de abordar questões de ordem teórica, que circundam a produção do conhecimento histórico, Novais fez, também, uma explanação acerca do seu percurso intelectual e acadêmico junto à USP.

rico manancial teórico de reflexões sobre questões atinentes a processos de constituição e propagação de tradições e invenções identitárias, como será visto logo adiante.

Encontrando eco em tais reflexões, a pesquisa intitulada “*Príncipe dos Municípios*”: a invenção da identidade de São Caetano do Sul (1948-1957) aglutinou problemáticas que acabaram por apontar a proposta de discutir, em sua temática, as complexidades contidas nos processos históricos de construção da imagem pujante de São Caetano do Sul. Problematizar as tramas e meandros que engendram a sua historicidade, em diálogo com um repertório de representações e referenciais constitutivos do que se pode chamar de identidade sul-são-caetanense, consiste no desafio ou objetivo central desta tese.

Perspectivas teóricas

A proposta de estudar a construção identitária de São Caetano do Sul, por meio da problematização de um conjunto de representações (aqui concebidas em conformidade com Roger Chartier)¹⁷ enaltecidas acerca da cidade, encontra, neste trabalho, embasamento teórico em ideias que discutem os processos históricos de produção e disseminação de referenciais constituidores de identidades. Instituidores, nos campos simbólicos e das práticas, do que Eric Hobsbawm estipulou denominar de “tradição inventada”¹⁸, tais processos consagram-se pela repetição de valores e comportamentos, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado¹⁹.

A despeito do que propõe esta tese, as representações de exaltação a São Caetano, advindas de um rol de enunciados discursivos e visuais configuradores da imagem pujante que se sedimentou em torno da localidade, além de dialogarem com determinados lugares, elevados à condição de símbolos do progresso alcançado pela cidade, estabelecem uma continuidade em relação ao passado. Tendo como elo narrativas memorialísticas, as interlocuções com esse passado local põem em relevo uma memória triunfalista. Focada na explanação consubstanciada em repetitivas

¹⁷ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>>. Acesso em: 1 mar. 2020.

¹⁸ HOBSBAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 8.

¹⁹ *Ibidem*, p. 8.

menções aos feitos heroicos do imigrante italiano, personagem-símbolo da opulência sul-são-caetanense, essa memória é tributária da identidade pujante construída junto a São Caetano do Sul.

Forjada nesses liames, essa identidade pujante, representativa da São Caetano do progresso e do desenvolvimento, hoje consolidada no imaginário de sua população e dos habitantes da região do ABC, é aqui problematizada e concebida como uma invenção, ou uma “tradição inventada,” nos moldes da proposição de Eric Hobsbawm.

A ideia de invenção, na qual se respalda a problematização do tema da tese, além de encontrar consonância teórica nas reflexões desse historiador, dialoga com ponderações de estudiosos brasileiros, como Antônio Herculano Lopes e Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Sob a organização do primeiro, foi publicada uma coletânea de ensaios²⁰, apresentada, originalmente, em um seminário promovido, em dezembro de 1995, pela Fundação Casa de Rui Barbosa, o qual tivera como mote a temática da construção de uma identidade carioca e brasileira no decurso dos anos iniciais do século passado.

Assim sendo, algumas referências identitárias, como o carnaval, a música, a dança, o teatro, a fotografia, a literatura, serviram de parâmetro para as discussões ensejadas na ocasião, as quais, compiladas na referida publicação, contribuíram para o alinhavo do tema da presente pesquisa, quer inspirando a sua abordagem, quer embasando-a.

A pertinência das interlocuções então estabelecidas deu-se pelo fato de a tese propor um estudo do processo de construção ou invenção da identidade de São Caetano do Sul a partir da problematização de alguns referenciais, tal qual se observara em relação aos trabalhos componentes da dita publicação. Destes, sobressaíram-se alguns, como o de autoria do organizador da obra, Antônio Herculano Lopes. Ao discorrer acerca da constituição identitária do carioca pela perspectiva do teatro de revista e sob a temporalidade dos primeiros anos do século passado, tal autor oferta um leque de reflexões à temática contemplada na tese, possibilitando-lhe adentrar questões afeitas a ela, como as relativas, sobretudo, à cultura urbana e aos processos de modernização de

²⁰ LOPES, Antônio Herculano (Org.). *Entre Europa e África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Topbooks, 2000.

uma cidade à luz dos paradigmas europeus, ou, como ele mais incisivamente afirma, “sob o influxo da *belle époque* francesa”²¹.

Apresentando a História Cultural como área teórica de convergência, os textos que integram a publicação em tela, embora com temas e enfoques variados, propõem, como pano de fundo geral, a “compreensão dos processos culturais no Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o século XX, e da sua relação com a construção de uma identidade”²².

A questão identitária, concebida pela perspectiva da ideia de invenção, remete a um rol de referenciais, entre os quais se encontram práticas e enunciados discursivos, que, uma vez difundidos e repetidos regularmente, forjam uma imagem definidora de uma região e de seu povo. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, ao discutir, nesses termos, a emergência de um Nordeste inventado por “um arquivo de imagens e enunciados”²³, apresenta-se como uma referência teórica também muito importante para a abordagem do tema deste trabalho. Suas argumentações em torno das questões que permeiam esse processo de “invenção do Nordeste,” propondo, *a priori*, reflexões sobre como aquele arquivo imagético acerca da região formulou-se, clarificaram as proposições da tese.

Nesta perspectiva, impôs-se, basilarmente, entre as discussões que atravessam a problematização do tema estudado, o seu ponto de vista de que os discursos produzidos a respeito do Nordeste, em diferentes épocas e com variados estilos, não podem ser tomados “como documentos de uma verdade sobre a região, mas como monumentos de sua construção”²⁴. Conceber os enunciados que construíram a São Caetano da pujança e do progresso como monumentos da invenção dessa cidade implica conceder historicidade à temática que se propõe, de modo que a questão da constituição identitária, elemento central dentro da pesquisa, seja abordada de forma crítica, com base em reflexões e questionamentos que permitem considerá-la historicamente e não como “uma identidade presente na natureza”²⁵.

O processo que cinge a invenção identitária é um processo hegemônico, ou seja, que pressupõe negociações e oscilações na esfera da correlação de forças e das relações

²¹ LOPES, Antônio Herculano. A título de abertura. O teatro de revista e a identidade carioca. In: LOPES, Antônio Herculano (Org.), op. cit., p. 17.

²² Ibidem, p. 30.

²³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 32.

²⁴ Ibidem, p. 35.

²⁵ Ibidem, p. 35.

de poder, não se tratando, como aponta Stuart Hall, de “uma questão de vitória ou dominação pura” ou de “um jogo de perde-ganha”²⁶. Trata-se de um processo que se encontra inserido em um sistema de forças e poder, dele fazendo parte. Estudá-lo “passa pela procura das relações de poder”²⁷, sob as quais se deu a construção ou invenção de uma identidade. Implica também localizar, junto às tramas e fios que o tecem, as narrativas e imagens, as práticas e lugares que concorreram para a formação daquela identidade.

À guisa desses pressupostos teóricos, a presente tese propõe estudar os referenciais que inventaram a São Caetano pujante, forjando uma imagem representativa e caracterizadora do que pode ser entendido como sendo a sua identidade, ou o seu traço peculiar e qualificativo, por meio do qual ela se impõe e se faz reconhecer.

Categoria amplamente debatida e revisitada, especialmente a partir da década de 1970, período considerado nevrálgico para os estudos que têm nela o seu ponto de discussão e articulação conceitual, em razão, sobretudo, das reflexões então suscitadas junto a diferentes áreas do conhecimento, com destaque para a antropologia²⁸, a identidade é, neste trabalho, entendida como “referência, ou seja, aquele conjunto de formas de ser, de valores e de códigos nos quais as pessoas se reconhecem”²⁹.

Durante a campanha em prol da autonomia político-administrativa de São Caetano e após o êxito desta, que ensejou uma nascente vida municipal na localidade a partir de 1948, verificou-se uma orientação de culto e exaltação ao seu poderio econômico como forma de justificar não só a pertinência daquela campanha, mas também de possibilitar a criação de um anseio identitário no imaginário social local, capaz de despertar ou reavivar sentimentos de pertença e reconhecimento frente à cidade.

Enfatize-se que foi sob essa conjuntura que a expressão “Príncipe dos Municípios,” referenciada no título desta tese, surgira, passando, então, a representar, de maneira ufanista, os foros de localidade autônoma e desenvolvida atribuídos a São

²⁶ HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 339.

²⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de, op. cit., p. 31.

²⁸ Para mais informações a respeito, consultar: D’ALESSIO, Márcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 269-280, nov. 1998.

²⁹ *Ibidem*, p. 279.

Caetano do Sul. Uma das “células mais progressistas do Estado”³⁰, como queria o *Jornal de São Caetano*. Encontrando nesse periódico um dos mais contundentes meios de divulgação e propagação, tal expressão tornou-se síntese de uma cidade que buscava projetar-se, identitariamente, como município pujante. A alcunha-símbolo da São Caetano da pujança, que, àquela altura, já se fazia notar no imaginário social local.

Nesta perspectiva, o diálogo com Bronislaw Baczko³¹ mostrou-se frutífero, uma vez que as considerações que desenvolve no campo categorial do imaginário social ressoam nas abordagens que aqui apresento no tocante a tal categoria e às suas relações ou convergências com a questão da formação de identidades.

Em face da conjuntura de afloramento identitário, o interesse pela construção de uma imagem pujante de São Caetano colocou-se em proeminência, disseminando e evidenciando um conjunto de referências constitutivas da identidade triunfalista local, entre as quais se ressaltam discursos, enunciados imagéticos, narrativas memorialísticas e lugares, eleitos entre as obras e empreendimentos (públicos e particulares) realizados no decorrer dos primeiros anos da trajetória de São Caetano do Sul como município.

Articulados à construção da imagem pujante da cidade, os significados atribuídos a esses lugares denotam a sua importância não só material, como também simbólica, no contexto da criação do município sul-são-caetanense e dos primeiros anos de sua caminhada enquanto tal (nesta tese, esse período encontra-se adensado no recorte temporal situado entre 1948 e 1957, discutido mais adiante), de modo que se firmam como marcos da identidade pujante de São Caetano e da modernidade local.

Sem desconsiderar a sua abrangência e volatilidade históricas e de sentidos, a modernidade é concebida, neste trabalho, como uma categoria que tem nos significados de progresso e de desenvolvimento o seu cerne conceitual. Assim, partindo da ideia de que a desvinculação política de São Caetano frente a Santo André, município ao qual a localidade encontrava-se subordinada desde 1939, representaria a possibilidade de desenvolvimento urbano, aclamada nas próprias falas da liderança do movimento autonomista, as ações que começaram a ser verificadas em 1949, ano do início da primeira administração municipal de São Caetano do Sul, apresentam-se imbuídas do “novo”, concedendo uma outra roupagem ao quadro precário herdado do período de atrelamento ao município andreense.

³⁰ CAMINHA São Caetano para seus altos destinos. Dados impressionantes sobre o “Príncipe dos Novos Municípios”. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 163, primeira página, 6 jan. 1951.

³¹ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: LEACH, Edmund et alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

Desta feita, tais ações passam a preconizar a estruturação urbana, promovendo, entre outras coisas, serviços considerados prioritários, no conjunto da vida cidadina local, como calçamento, pavimentação e iluminação das vias públicas, instalação de rede de esgoto e investimentos nas áreas de educação e saúde. Simultaneamente a essas iniciativas públicas, observaram-se ainda as de cunho particular, também promovidas às expensas de um ideal de pujança (já então muito em voga nos enunciados), que almejava transformar a cidade em “um núcleo municipal de primeira grandeza”³², capaz de confundi-la com a “grande metrópole de Piratininga”³³.

Tanto as obras urbanas públicas quanto os empreendimentos particulares foram implementados em São Caetano de acordo com um ideário de progresso articulado ao alvorecer da conjuntura do pós-autonomia, revelando, material e simbolicamente, características e aspectos que se afeioam ao que se pode classificar como modernidade.

Com um alcance teórico amplo e elástico, esta enquanto categoria, embora compreenda um espectro variado de acepções, valores, sentidos e representações, o que faz dela “um gigantesco ‘buraco negro’ de significados – heterogêneos quanto à sua abrangência e recorte [...]”³⁴, é aqui empregada com o intuito de distinguir uma tradição, que integra um passado, daquilo que se considera novo ou emergente nos processos de constituição do social³⁵.

A modernidade em São Caetano, por ter se projetado na série de iniciativas verificadas no decurso de suas duas primeiras administrações municipais, ocorridas entre 1949 e 1957, alinha-se a um processo de modernização que tem na estruturação urbana da cidade o seu dínamo. Assim, na medida em que essa estruturação trouxe para a cenografia local um conjunto de obras, ela aí promoveu uma nova configuração, que se diferenciava do quadro legado do período de subordinação político-administrativa a Santo André, “com tudo que é melhoramento público para realizar”³⁶.

Enaltecidas nas narrativas como marcos do progresso local, obras como o Viaduto dos Autonomistas, o Jardim Público Primeiro de Maio e o Edifício Vitória (que

³² CARVALHO, Theophilo de Souza. São Caetano, o Príncipe descalço... *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 213, primeira página e p. 13, 22 dez. 1951, p. 13.

³³ DE um pedaço de terra acanhado, São Caetano transformou-se num dos maiores municípios industriais de São Paulo e do Brasil. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 140, primeira página, 29 jul. 1950.

³⁴ MONTEIRO, Paula. Dilemas da modernidade no mundo contemporâneo. Disponível em: <www.sociologias.tumblr.com/post/18026607111/textos-sobre-a-modernidade>. Acesso em: 11 set. 2017.

³⁵ CARVALHO, Cristina Toledo de. A criação da Fundação das Artes e a modernidade em São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 56, p. 7-17, dez. 2017, p. 8.

³⁶ CARVALHO, Theophilo de Souza, art. cit., p. 13.

ganham destaque no presente trabalho) tornaram-se emblemáticas junto à lista de outras realizações observadas então. Pelos significados que carregam, para além de sua corporificação, reúnem sentidos e engendram intencionalidades, que se manifestam naquelas narrativas. Estas, assim, produzem representações a respeito das referidas obras, dando ensejo a uma análise acerca das inserções das mesmas no conjunto de padrões e paradigmas que constituíram a modernização de São Caetano e, corolariamente, a sua modernidade.

Atrelada ao contexto do período posterior ao da autonomia política local, essa modernização é, na tese, discutida como um processo hegemônico que transporta elementos de uma conjuntura histórica anterior, os quais, em face da emergência de uma nova condição, a ela se acoplam residualmente. As reflexões que compreendem a questão da correlação entre o residual e o emergente são pautadas, por sua parte, pelo contributo teórico deixado por Raymond Williams em suas análises sobre os processos de constituição do social³⁷.

Cumpra também ressaltar que tais análises renderam a este trabalho embasamento na abordagem de outras questões e aspectos condizentes às engrenagens da produção identitária sul-são-caetanense, principalmente no que tange aos seus referenciais memorialísticos e aos processos de eleição ou seleção das narrativas a eles correspondentes, que melhor respondiam à imagem da São Caetano do Sul da pujança e do progresso, então, em produção. As reflexões advindas dessas discussões foram iluminadas pelo que ele denominou de “tradição seletiva”³⁸.

A partir das noções de “tradição seletiva” e de “tradições inventadas,” fornecidas, respectivamente, por Raymond Williams e Eric Hobsbawm, a presente tese se alicerça, teoricamente, na ideia segundo a qual a São Caetano pujante constitui fruto de uma invenção identitária, cuja emergência deu-se por meio de um repertório de enunciados discursivos e imagéticos produzidos e difundidos em diálogo com narrativas memorialísticas e lugares eleitos como símbolos do progresso local, na conjuntura da modernização da cidade e do raiar de sua vida municipal.

Na problematização de sua temática, a tese articula, a todo tempo, as categorias de cidade e município, cabendo, por força disso, o encaminhamento de alguns esclarecimentos quanto aos seus respectivos sentidos e diferenças. Embora a referência a ambas, ao longo do trabalho, aconteça alternadamente, o que pode soar como uma

³⁷ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

³⁸ *Ibidem*, p. 118.

apropriação indistinta dos significados que as cercam, cumpre dizer que foram consideradas as peculiaridades inerentes a cada uma delas.

Assim, no que tange à cidade, essa categoria é aqui abordada em sonância com a amplitude e com as diversas possibilidades de análise que lhe são cabíveis, e não apenas “como um conceito urbanístico e político”³⁹. Para o fomento de tal perspectiva, que encontra na cidade todo o dinamismo das dimensões social e cultural que é próprio da categoria, foram fundamentais as reflexões legadas pela historiadora Déa Ribeiro Fenelon. Em suas abordagens sobre as questões cidadinas e a cultura urbana, considerou “a riqueza desta categoria”, enfatizando a cidade como “o lugar onde as transformações instituem-se ao longo do tempo histórico com características marcantes”⁴⁰.

Enquanto uma construção dos homens, que nela encaminham os seus modos de ser e viver, a cidade

nunca pode ser apenas estritamente racional. Ela é memória organizada e construção convencional, natureza e cultura, público e privado, passado e futuro. A mudança é característica [dela – grifos meus], mas estas mudanças têm histórias, personagens e uma trama de desejos individuais e de projetos.⁴¹

Em razão dessa vivacidade que lhe é peculiar, atrelada ao fato de as abordagens sobre ela terem sofrido, nas últimas décadas, mudanças teórico-metodológicas significativas, a cidade deixara de ser “um elemento de delimitação espacial do objeto de estudo do historiador”⁴². Assim, de “palco da história”, caminhou rumo à qualidade de “objeto, questão e/ou problema”⁴³.

Em diálogo com essa concepção, São Caetano do Sul aparece, neste trabalho, como objeto das discussões nele ensejadas, e não como um recorte que atende a uma imposição metodológica de demarcação espacial de sua temática. Em sua qualidade de objeto de discussão da tese, São Caetano apresenta-se como cidade, nos moldes dos significados condizentes à categoria, como visto anteriormente, mas também como município. De teor diferente daquela, a categoria município possui uma abrangência mais restrita, de ordem político-administrativa, referindo-se às relações observadas na esfera política e em seu campo decisório de poder.

³⁹ FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Cidades*. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP; Olho d'Água, 2000, p. 7.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 6-7.

⁴¹ *Ibidem*, p. 7.

⁴² MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002, p. 33.

⁴³ *Ibidem*, p. 33.

Partindo de tais considerações, pode-se afirmar que São Caetano, enquanto um binômio categorial, é problematizada na tese de acordo com as potencialidades e possibilidades concernentes à sua dupla condição de cidade e município. No decorrer do texto, ambas as categorias articulam-se e se entrelaçam. As tramas da cidade de São Caetano, com toda a sua amplitude, unem-se aos fios de sua vida municipal, compondo, na tese, um todo de análise e discussão.

Com base nessas pontuações, é preciso que se esclareça ainda que, em alguns momentos do trabalho, o termo *urbe* é utilizado em combinação de sentido com a categoria cidade, aparecendo, portanto, como sinônimo desta e não como uma categoria à parte.

Entrelaçando-se também às possibilidades de análise tangentes à cidade, aparece a categoria subúrbio, como um incremento às discussões a respeito da formação identitária de São Caetano do Sul. Nesta perspectiva, é desnecessário justificar a importância da obra *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*, de autoria de José de Souza Martins. O referido trabalho, ao se debruçar sobre questões que abarcam o processo histórico de conformação política, econômica e social de São Caetano a São Paulo, apresenta-se como um interlocutor relevante para as abordagens aqui propostas, ajudando na compreensão da emergência da cidade na região enquanto localidade municipal politicamente autônoma, episódio que contribuiu, administrativa e territorialmente, para a configuração inicial do chamado Grande ABC no final da década de 1940.

Em face de tais explanações, é importante deixar claro que as reflexões ensejadas por Martins no mencionado livro desdobram-se ainda em outras questões junto a determinados pontos desta tese, colaborando, assim, para a problematização dos mesmos. É o que se verifica, por exemplo, frente à discussão sobre a modernização de São Caetano, no contexto de seus primeiros anos como município. Tal discussão não passa ilesa pela concepção que aponta para a existência de uma relação de dominação entre o grande centro citadino e o seu entorno ou subúrbio.

Isso se deve ao próprio sentido atribuído ao mencionado termo, que, como assegura José de Souza Martins, começou a ser empregado, desde o século XVIII, “para designar os confins da cidade de São Paulo ou a zona rural que lhe era imediatamente próxima, [indicando – grifos meus] uma concepção da unidade da cidade e seu

contorno”⁴⁴. A palavra subúrbio referia-se também, desde aquele século, ao “componente rural do urbano, nele integrado por uma economia agrícola e artesanal de ciclo curto e imediatamente dependente do comprador urbano, como a alimentação e os materiais de construção”⁴⁵.

Em conformidade com as condições acima destacadas, a qualidade de subúrbio legada historicamente a São Caetano sobressalta-se em seu processo de modernização. Observado de acordo com os padrões vigentes na capital paulista (referência de metrópole ou grande centro citadino), esse processo desvela uma centralidade de São Paulo em relação às suas adjacências, mesmo sob uma conjuntura na qual estas já usufruíam de uma autonomia política, como no caso de São Caetano do Sul.

Entendida como modernidade periférica, ideia que, na presente tese, é trabalhada em diálogo com as argumentações de Marcelo de Araújo Rehfeld Cedro acerca da modernização verificada, ao longo do século XX, na cidade de Belo Horizonte⁴⁶, capital de Minas Gerais, a situação esboçada no parágrafo anterior encontra acolhida, por seu turno, na perspectiva trazida por Martins, a qual pondera que o subúrbio está proposto não como lugar da originalidade e da criação, mas como lugar da reprodução e da repetição⁴⁷.

Por força dessa concepção que sobre ele recai, o subúrbio é posto em uma marginalidade histórica, cujas consequências tornam-se palpáveis no posicionamento de sua população contra um vazio de sentido, anseio que também se revela nos esforços de seus historiadores e cronistas em conceder

aos pequenos atos de todos os dias e às biografias esvaídas (e construídas) no trabalho duro de muitas décadas o sentido do épico, do ato monumental dos heróis civilizadores, dos grandes acontecimentos que selam o destino das sociedades. Cada um tenta encontrar no seu pequeno universo os indícios da grandiosidade que deveria estar em toda a parte, em toda história. E que seria, também, para o senso comum, critério para definir o que é História e o que não é.⁴⁸

⁴⁴ MARTINS, José de Souza. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1992, p. 7.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 8.

⁴⁶ CEDRO, Marcelo de Araújo Rehfeld. *Praça Sete, Pampulha e Savassi: centralidades urbanas e modernidade periférica na cidade de Belo Horizonte*. São Paulo: Annablume, 2016.

⁴⁷ MARTINS, José de Souza, *op. cit.*, p. 15.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 14.

É nesse ponto que reside outro desdobramento trazido ao presente trabalho pelas discussões de José de Souza Martins sobre a questão do subúrbio. Por abarcar a memória, categoria de análise com a qual a tese dialoga e problematiza em grande parte do tempo, tal desdobramento mostra-se primordial para a compreensão não só de sua relação com a história na conjuntura da construção da identidade de São Caetano, como também para o entendimento das inserções e sentidos de ambas nessa construção.

Este trabalho de doutoramento encontrou na perspectiva de memória de Martins o embasamento necessário tanto para as abordagens gerais da mencionada categoria, quanto para a sua problematização mais específica frente às propostas suscitadas pela temática da tese. Valendo-se, assim, da ideia de que “a memória oculta mais do que revela”⁴⁹, procurou-se aqui não perder de vista as ingerências ou fatores de influência que perpassam a sua constituição, de modo a ratificar as intencionalidades às quais Jacques Le Goff se referiu ao falar do uso da memória como instrumento de manipulação e poder pelas classes, grupos e indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas⁵⁰.

No que concerne às suas relações com a história, a categoria memória aparece aqui concebida à luz das ponderações de Pierre Nora⁵¹ e Maurice Halbwachs⁵² (de quem se emprestou também a conceituação de memória coletiva). Ambos, em suas respectivas análises sobre as intersecções que se observam junto à memória e à história, legam reflexões norteadoras para as discussões que adentram a temática relativa à construção das memórias no contexto da São Caetano autônoma.

Cabe salientar que a referida temática encontra ainda suporte teórico em outros textos de José de Souza Martins, merecendo destaque o artigo *O tempo da pobreza e do trabalho na memória histórica de São Caetano*⁵³ e o livro *O imaginário na imigração italiana*.⁵⁴ Estes, ao direcionarem suas discussões para questões que engendram e pautam o triunfalismo preponderante nas narrativas memorialísticas locais, ampliam o

⁴⁹ Ibidem, p. 19.

⁵⁰ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1994, p. 426.

⁵¹ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

⁵² HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

⁵³ MARTINS, José de Souza. O tempo da pobreza e do trabalho na memória histórica de São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 4, p. 18-22, jan. 1991.

⁵⁴ Idem. *O imaginário na imigração italiana*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2003.

horizonte de reflexões referentes a elas neste trabalho, não omitindo as deformações produzidas, geradoras de uma “memória histórica fantasiosa”⁵⁵.

Tais narrativas, que exercem um papel fundante e legitimador frente à construção da imagem pujante da cidade, são concebidas, na tese, pela perspectiva da deformação que instituem na interpretação acerca do passado de São Caetano, clarificando os seus limites, diferenças e tensões em relação a um conhecimento, de fato, historiográfico.

Essas narrativas encontraram no *Jornal de São Caetano* um espaço eficiente de produção e propagação, justificando o fato de o mesmo ter sido escolhido como a principal fonte da presente pesquisa, entre outras razões. Ao apresentá-lo como tal, a tese encontrou um canal proveitoso de diálogo em autores que encaminham reflexões importantes sobre a imprensa e suas relações com a sociedade.

Assim, aparece aqui referenciada a perspectiva que concebe a imprensa como parte ou elemento “do processo de constituição do espaço urbano”⁵⁶, como enfatiza Heloísa de Faria Cruz, em *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. Em consonância com tal perspectiva, encontram-se as proposições de Robert Darnton e Daniel Roche⁵⁷, as quais foram também relevantes para as considerações que cercam o *Jornal de São Caetano*, tratado, neste trabalho, não apenas como fonte de pesquisa, mas também como força ativa da vida cidadina local.

Partindo da ideia de que a cultura letrada consiste em um “campo privilegiado de expressão das elites”⁵⁸, configurando o que Jürgen Habermas chamou de esfera pública burguesa, “entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público”⁵⁹, pode-se afirmar que os materiais do periodismo, elementos por excelência de tal cultura, atuam como instrumentos de veiculação dos interesses, concepções e projetos daquelas elites.

Nessas condições, verifica-se, a partir da visibilidade oferecida pela imprensa, a validação de interesses privados como sendo de ordem ou de representação pública, em uma operação por meio da qual o universo jornalístico mostra toda a sua capacidade “de selecionar e publicizar determinados fatos, construindo assim uma versão da realidade

⁵⁵ Idem, art. cit., p. 18.

⁵⁶ CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013, p. 12.

⁵⁷ DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: Edusp, 1996.

⁵⁸ CRUZ, Heloísa de Faria, op. cit., p. 30.

⁵⁹ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 42.

que mobiliza forças sociais e constitui adesões no espaço público”⁶⁰, como argumenta Lauro Ávila Pereira.

Em São Caetano do Sul, foi o que se observou em relação ao *Jornal de São Caetano*, cujo poder de articulação em favor da promoção de ideias, propostas e campanhas fez dele um dos principais personagens da história da cidade, a partir do final da primeira metade do século passado.

O *Jornal de São Caetano*

Surgido em 28 de julho de 1946, pelas mãos de Mário Porfírio Rodrigues, Walter Thomé (na ocasião, jovens estudantes secundaristas moradores da cidade) e Luiz Rodrigues Neves, o *Jornal de São Caetano* assumiu o propósito de lutar pelos interesses da localidade, então um subdistrito do município de Santo André. Neste sentido, foi responsável pelo lançamento e articulação de campanhas como as relativas à construção de um hospital (apontada como imprescindível em face dos poucos serviços na área da saúde existentes em São Caetano, segundo registros da época)⁶¹ e à autonomia política local, que se tornaria a marca de seu engajamento na vida da urbe. Por ter contribuído, incisivamente, para o êxito de tal campanha, não seria impertinente considerá-lo como a principal liderança deste que foi o maior movimento de cunho cívico e político observado na cidade⁶².

Espaço importante de junção das forças e grupos que apoiaram o movimento autonomista, que tinham seus interesses e projetos econômicos solidificados na cidade, o periódico possuía, entre os seus anunciantes principais (de onde provinha boa parte de seus recursos financeiros), indústrias importantes do parque fabril da cidade, como a Dal’Mas S.A. Indústria Agro-Química Brasileira e a Metalúrgica Barile Ltda. (ambas contavam, em suas fileiras de comando, com nomes que integraram o movimento em prol da emancipação político-administrativa de São Caetano), além de estabelecimentos

⁶⁰ PEREIRA, Lauro Ávila. *As revistas Isto é e Veja na transição política brasileira (1976-1984)*. 2017. Tese (Doutorado em História). Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2017, p. 6.

⁶¹ Para informações sobre os serviços na área da saúde existentes em São Caetano nos primeiros anos de sua vida como município, consultar: CARVALHO, Cristina Toledo de. A gestão da saúde em São Caetano do Sul na década de 1950. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 53, p. 6-15, jul. 2016.

⁶² Idem. A autonomia de São Caetano. O maior movimento cívico e político da história da cidade. In: FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL. *Agenda Histórica 2018*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2018.

comerciais (em sua grande maioria) de variados ramos de atuação: do alimentício ao de vestuário, do de materiais de construção ao de artigos escolares e de presentes, entre outros.

A sua participação em campanhas da envergadura das citadas acima já seria suficiente para justificar as razões que fizeram do jornal a fonte elementar desta tese, se não fossem outras ações suas de participação junto à sociedade local, que o colocavam na qualidade de um de seus principais articuladores. Tais ações, ao darem margem a discussões do interesse da pesquisa, endossam também o posicionamento privilegiado do periódico em relação aos demais registros integrantes do conjunto documental que alicerça este trabalho. Entre elas, destacam-se as referentes à construção e difusão de narrativas memorialísticas, muitas das quais publicadas nas edições comemorativas ao aniversário de São Caetano, celebrado no dia 28 de julho, data da chegada dos primeiros imigrantes italianos à localidade.

Pelos motivos expostos, o *Jornal de São Caetano* é aqui tratado como uma das forças sociais ativas da cidade, em concordância com uma tradição de pesquisa que caracteriza a imprensa “como um lugar fundamental na articulação de projetos, na afirmação de memórias e na construção de sentidos e de realidades sociais”⁶³. Assim concebido, ele se revela como um personagem político que se articula frente às tramas e às relações de poder e não um mero depositário de informações, conforme proposição de Robert Darnton, que enxerga a imprensa muito mais como um “ingrediente do acontecimento” do que propriamente um “registro do que aconteceu”⁶⁴.

Amalgamando-se a tais características, encontra-se ainda a qualidade que a marca como elemento da cultura letrada, que na cidade encontra um espaço privilegiado de efetivação de suas dimensões, como as práticas de leitura e escrita⁶⁵. Assim, nas relações entre periodismo, letramento e o viver urbano, observadas na localidade, o *Jornal de São Caetano* interpõe-se.

A par dessas considerações, pode-se afirmar que o periódico em questão possui um duplo atributo perante a tese: o de objeto de análise ou de problematização, em decorrência de sua qualidade de articulador local, personagem ou força ativa da história da cidade e de sua cultura letrada; e o de fonte principal da pesquisa, pelo que revela,

⁶³ CRUZ, Heloísa de Faria, op. cit., p. 16.

⁶⁴ DARNTON, Robert. Introdução. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.), op. cit., p. 15.

⁶⁵ CRUZ, Heloísa de Faria, op. cit., p. 25.

em termos de conteúdo, para o desenvolvimento e discussão do tema correspondente a ela.

Ressalte-se que ambos os atributos convergem ao longo do trabalho, em vista da proposta de sua temática, não sendo tratados de maneira estanque, do ponto de vista metodológico. Assim, as pautas do interesse da tese são problematizadas em conjunto com a concepção que faz do jornal um agente ou ator da sociedade sul-são-caetanense, como apontado anteriormente.

Diretrizes metodológicas e periodização

O material que serviu de base para as discussões encaminhadas nesta tese adveio de um *corpus* de análise constituído por textos extraídos do *Jornal de São Caetano*. Tais textos, publicados sob o formato de reportagem, artigo ou crônica, foram selecionados a partir de consultas sistemáticas ao periódico. Em face do imenso volume textual disponível, levando em conta a temporalidade abordada na pesquisa (1948-1957) e a própria periodicidade de distribuição do jornal (a princípio, era um semanário, passando, depois, a circular duas vezes na semana)⁶⁶, fez-se necessária a adoção de alguns critérios para o procedimento daquela seleção.

Isso posto, foi dada prioridade aos registros que apresentam como pauta a celebração da data de aniversário da cidade, comemorada no dia 28 de julho, “marco inicial do surto de progresso”⁶⁷ da localidade, no entender do próprio jornal. Publicados, predominantemente, em edições do mês de julho, ocasião de exacerbação das referências ou alusões enaltecedoras a São Caetano, os referidos registros eram também divulgados com até três meses de antecedência da comemoração daquela data, ressaltando os preparativos e toda a movimentação para a sua celebração. As edições do início de agosto, por outro lado, traziam, em suas reportagens, as repercussões das comemorações na cidade, encerrando um ciclo de quase quatro meses de cobertura jornalística sobre esse momento de festejo e celebração.

⁶⁶ Em 1952, o *Jornal de São Caetano* passou a circular duas vezes na semana, muito em virtude de questões políticas, como a relacionada à sua adesão à administração municipal, culminando com a sua transformação em órgão oficial de divulgação dos atos da prefeitura. No ano seguinte, voltaria à condição de semanário. CARVALHO, Cristina Toledo de, *Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)*, p. 21.

⁶⁷ COMEMORAÇÃO do 28 de Julho. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 231, primeira página, 26 abr. 1952.

Esse rol de textos celebrativos forneceu para a análise um leque expressivo de representações acerca de São Caetano e dos pilares ou valores sobre os quais a cidade se projetou identitariamente, tais como trabalho, superação, dedicação e esforço. Enfim, todo um legado que tem no imigrante italiano o seu grande personagem, “o bravo colonizador”, forjado às custas de uma memória triunfalista que se fazia cada vez mais presente no jornal.

É preciso que se diga que textos com outras pautas e temáticas ganharam também importância frente aos objetivos da pesquisa, vindo a compor o *corpus* de análise deste trabalho. Desses textos, cumpre destacar reportagens que trouxeram um panorama acerca da cidade, informando, entre outros assuntos, sobre as realizações e empreendimentos da municipalidade e da esfera privada, no decurso dos primeiros anos de vida politicamente autônoma da localidade. A partir de tais reportagens, foi possível chegar a algumas obras que se impuseram na cenografia urbana sul-são-caetanense como marcos eleitos do progresso vislumbrado então na cidade, símbolos da já tão aclamada pujança local, a saber: Viaduto dos Autonomistas, Jardim Público Primeiro de Maio e Edifício Vitória.

Por outro lado, reportagens e artigos com pautas que trouxeram à tona questões e problemas do cotidiano urbano de São Caetano foram também privilegiados na seleção realizada e na análise aqui proposta. Esses registros revelam a outra face da cidade pujante e do desenvolvimento, sinalizando para um conjunto de práticas e orientações que tinham no higienismo, ocultamento e controle os parâmetros desejáveis para o enfrentamento daquelas questões e problemas. Foi o que se verificou junto a determinados grupos de marginalizados, como mendigos, engraxates e ambulantes, cuja presença nas ruas da região central da cidade tornara-se bastante incômoda, e, por isso, digna de ser extirpada. O “Príncipe dos Municípios” mostrava, assim, o seu lado desprezível e repugnante, potencializado também pela insalubridade dos cortiços, quintais e vias públicas, anunciada por colaboradores do *Jornal de São Caetano* que destoavam, em suas narrativas, críticas e impressões, do que era veiculado pelas pautas de exaltação à localidade. Entre essas vozes díssonas, estava a do jornalista e professor Theophilo de Souza Carvalho, que teve, nesta tese, uma parte significativa de seus textos (publicados na primeira metade da década de 1950) problematizada e discutida. O “Príncipe”, em seus artigos, apresentava-se “descalço” e “esfarrapado”.

Junto a esse arcabouço textual, foram selecionados ainda alguns enunciados imagéticos, como charges e ilustrações, tendo em vista a busca por representações da

cidade, constituidoras da imagem que o *Jornal de São Caetano* vinha construindo e/ou disseminando a respeito da localidade.

Cabe informar que os materiais extraídos do periódico em questão, os quais compõem o corpo documental principal desta tese, foram complementados por fontes integrantes também do Centro de Documentação Histórica da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul. Entre as mesmas, destaque para o elenco de diferentes panfletos produzidos em 1948, no contexto do movimento em prol da autonomia política da cidade e da campanha plebiscitária dele resultante, além de publicações financiadas pelas duas primeiras gestões municipais, com o intuito da divulgação de seus respectivos projetos e realizações. Constituem-nas o almanaque *Isto é São Caetano do Sul*, publicado em 1952, durante a gestão do prefeito Ângelo Raphael Pellegrino; e a Revista *São Caetano do Sul, 1953-1957: 48 meses de administração do prefeito Anacleto Campanella*, publicada em 1957, no final de seu mandato, como uma espécie de “prestação de contas” aos munícipes, enfatizando as principais obras encetadas então.

Um rol de processos que compreendem uma gama de leis e decretos municipais referentes a assuntos discutidos pelo presente trabalho, sobretudo os alusivos a sujeitos da cena cotidiana citadina e a lugares que se firmaram como marcos simbólicos do desenvolvimento sul-são-caetanense, também integram as fontes complementares da pesquisa. Vale frisar que tais processos encontram-se disponíveis para consulta no site da prefeitura municipal de São Caetano do Sul.

Além de terem sido norteados, teórica e metodologicamente, pelas ideias centrais e categorias de análise contempladas nesta tese, os diálogos com esse arranjo de fontes foram conduzidos pela periodização privilegiada na pesquisa.

O trabalho encontra-se organizado sob um recorte temporal situado entre 1948 e 1957, o qual fora definido pela sistematização e análise das fontes, não se tratando, portanto, de uma escolha aleatória e prévia. A definição do ano de 1948 como balizamento inicial do período considerado pela tese justifica-se pelo fato de, nele, terem sido observados o movimento em prol da autonomia política da cidade e a criação do município de São Caetano do Sul, em razão do êxito de tal campanha. Por seu turno, optou-se pelo ano de 1957 como marco final da temporalidade proposta em virtude de o mesmo ter servido de contexto à publicação do livro *São Caetano do Sul em IV séculos de história*. De autoria de José de Souza Martins e patrocinada pelo Rotary Club local, a referida obra direcionou uma crítica ao discurso fundador e mítico propalado pelas

narrativas memorialísticas triunfalistas que então dominavam as interpretações sobre o passado da localidade, propiciando à pesquisa discussões profícuas no campo das construções de memórias, tão caras à temática deste trabalho doutoral.

É importante salientar que, junto à periodização abordada, o ano de 1954 destaca-se, pois, no decorrer dele, muitas obras foram inauguradas pelo poder público municipal, marcando o processo de estruturação urbana da cidade e projetando o seu desenvolvimento. Dessas obras, duas são aqui discutidas enquanto símbolos eleitos da modernização sul-são-caetanense: o Viaduto dos Autonomistas e o Jardim Público Primeiro de Maio.

Ressalte-se também que, no período estudado, as referências que sustentam, simbolicamente, a São Caetano de hoje, representada como uma cidade modelar e desenvolvida, foram construídas. Trata-se o período em questão de um extrato ou fragmento temporal importante do processo de construção identitária local. Nessa temporalidade, observou-se a invenção de uma São Caetano sob um alicerce de imagens e discursos definidores de sua identidade pujante, a qual teve como veículo hegemônico de constituição e propagação o *Jornal de São Caetano*.

A historiografia de São Caetano do Sul

A pesquisa que se propõe apresenta-se desafiadora frente ao acanhamento em que se encontra a historiografia atinente a São Caetano do Sul, decorrente da comprovada escassez de trabalhos, com consistência teórica, metodológica e conceitual, a respeito, sobretudo, do período subsequente ao da emancipação política da cidade, o qual se contempla nesta tese. Relativo a uma temporalidade posterior a 1948, ano que marca a criação do município de São Caetano do Sul, tal período constitui uma lacuna frente àquela historiografia. Isso porque, nesta, privilegia-se uma periodização situada entre o século XVII e o início do século passado.

Liderando esse acanhado grupo de trabalhos historiográficos sul-são-caetanenses, encontram-se as pesquisas do sociólogo José de Souza Martins. Esclareça-se que, por se constituírem conceitualmente na espinha dorsal desta tese (ao lado das obras de outros intelectuais), algumas delas foram referenciadas, com mais detalhes, anteriormente, mais precisamente na parte dedicada à apresentação das perspectivas teóricas que dão sustentação a este trabalho.

O seu primeiro livro, *São Caetano do Sul em IV séculos de história*, lançado em 1957, sob o patrocínio do Rotary Club da localidade, firmou-se, conforme já dito, como uma crítica ao discurso fundador e mítico propalado pelas narrativas memorialísticas triunfalistas, que concedem ao imigrante italiano o protagonismo exclusivo no processo de construção da cidade. Na sequência deste trabalho pioneiro, vieram outros, sempre com a proposta de encaminhamento de reflexões, tendo em vista a desconstrução das interpretações tradicionais, que, desde pelo menos 1927, ano das comemorações do cinquentenário da chegada dos primeiros imigrantes italianos a São Caetano, impunham-se como hegemônicas frente à memória local.

Assim, o foco das discussões de José de Souza Martins assentou-se em aspectos que deram origem a uma nova interpretação acerca da presença italiana na cidade. Diferentemente do que vinha sendo disseminado pelas narrativas triunfalistas, as suas pesquisas passaram a abordar o cotidiano pobre e difícil dos imigrantes italianos na localidade, sob uma perspectiva pautada pela historicidade, que não negligencia os inúmeros obstáculos que encontraram em seu processo de instalação em São Caetano. Em sua teoria acerca do período relativo ao Núcleo Colonial de São Caetano, a figura mítica do imigrante italiano cede lugar ao sujeito histórico e, conseqüentemente, às suas vicissitudes, interesses, anseios e experiências, enquanto tal.

Compondo também a historiografia da cidade, estão os estudos intitulados *As outras vozes: memórias femininas em São Caetano do Sul*, de Carla Cristina Garcia; *Herdeiros da fundação: lavoro e famiglia em São Caetano*, de Cristina de Lourdes Pellegrino Feres; e *A educação e os imigrantes italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar*, de Eliane Mimesse. Os referidos trabalhos discutem, respectivamente, o cotidiano de mulheres na São Caetano das primeiras décadas do século XX, a rotina familiar e de trabalho de italianos estabelecidos na localidade e o processo de escolarização de crianças no então Núcleo Colonial de São Caetano.

Diante do que foi explanado, cumpre ressaltar que o pós-autonomia, período de maior dinâmica econômica, social e populacional da história da cidade, persiste como um grande vazio junto à historiografia local. Em face dessa situação lacunar, que justifica a importância da temática proposta pela presente tese, fez-se necessário o diálogo com estudos advindos de outras áreas do conhecimento e com pesquisas realizadas por memorialistas da cidade e da região.

Quanto aos trabalhos destes últimos, destaque para o de autoria do jornalista Ademir Medici, responsável, há três décadas, pela famosa página *Memória*, do *Diário*

do Grande ABC, periódico de grande infiltração regional. Intitulado *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*⁶⁸, o aludido estudo traz um panorama a respeito da constituição histórica dos bairros sul-são-caetanenses, apontando os seus principais personagens, espaços e marcos referenciais.

Neste sentido, a pesquisa de Medici colocou-se como uma interlocutora importante frente ao tema que se encaminha neste trabalho, uma vez que aborda aspectos que circundam a vida de São Caetano após a sua constituição como município da região do ABC. Demandas, tensões, conflitos, interesses, entre outras problemáticas trazidas à tona pela intensificação da urbanização da localidade, principalmente a partir da segunda metade do século passado, configuram um quadro conjuntural que é revelado pelo jornalista no livro, quadro este que se entrelaça ao de uma São Caetano que destoa daquela da pujança e do progresso.

O outro trabalho de caráter memorialístico que se abriu para as interlocuções necessárias à abordagem do tema desta pesquisa diz respeito ao livro que fora publicado, em 2005, pela Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, intitulado *Um jornal, uma vida: a saga do Jornal de São Caetano e outras mais*, de autoria de Mário

⁶⁸ O mencionado livro constitui fruto da parceria celebrada entre a editora Hucitec e a prefeitura de São Caetano do Sul, no contexto das ações promovidas pelo poder público local em favor da preservação da memória da cidade. Entre essas ações, encontra-se a publicação da Revista *Raízes*, como já abordado na nota de n. 7. Alguns meses antes do início de sua circulação, Aleksandar Jovanovic, Oscar Garbelotto e Sônia Maria Franco Xavier, nomes que contribuíram para a concepção da referida revista, foram designados pelo prefeito Luiz Tortorello para integrar uma comissão, instituída pela portaria de n. 11.395, de 2 de março daquele ano de 1989, com o objetivo de estudar o destino histórico a ser dado à área expropriada do Buracão da Cerâmica (nome como ficou conhecido o espaço de onde a Cerâmica São Caetano extraía matéria-prima para a sua produção). No dia 16 de maio de tal ano, a mencionada comissão, sob a presidência de Oscar Garbelotto, encaminhava a Tortorello uma minuciosa proposta de concepção de cenas representativas da história de São Caetano, segundo padrões museográficos, em parte daquele espaço (que, na época, já abrigava instalações do Centro de Lazer, Esportes e Recreação Senador José Ermírio de Moraes, ou, simplesmente, Espaço Verde Chico Mendes), com ênfase em uma cronologia que privilegiaria as principais etapas do desenvolvimento econômico da localidade. Essa articulação acabou abrindo caminho, posteriormente, para a elaboração do projeto de lei referente à criação da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul. A decisão da municipalidade de instalar o Palácio da Cerâmica, sede do Executivo municipal, em um campo de futebol situado na Rua Eduardo Prado, nas imediações do citado centro de lazer, pode ter contribuído para o esvaziamento daquela proposição museográfica, mas não a ponto de ter impedido que a ideia alusiva ao estabelecimento de uma entidade como a Pró-Memória, encarregada do gerenciamento e divulgação do patrimônio histórico local, fosse concretizada. Com a sua criação, em 1991, observou-se a consolidação do processo de institucionalização da memória sul-são-caetanense, do qual a Revista *Raízes* e livros como o *Migração e urbanização*, de autoria de Ademir Medici, são partes essenciais. Saliente-se que as referidas iniciativas encontram-se arroladas na esteira de ações verificadas, também, no período, em outros municípios da região, as quais deflagraram, conjuntamente, um movimento integrado em favor da história regional, que tem no Congresso de História do Grande ABC (às vésperas da realização de sua 15ª. edição) um de seus principais desdobramentos. Para mais informações, consultar: CARVALHO, Cristina Toledo de; FIOROTTI, Paula. Revista *Raízes*: três décadas de muitas memórias e histórias. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 59, p. 10-21, jul. 2019.

Porfírio Rodrigues. Um dos líderes do movimento autonomista da cidade, o citado autor narra, em tal livro, as suas experiências enquanto um dos idealizadores e diretores do referido periódico, principal fonte desta tese.

Se, por um lado, os trabalhos citados nesse item deixaram o seu contributo para a tese, ajudando-a na abordagem de aspectos relacionados diretamente à cidade, por outro, uma bibliografia que desvela questões que tangenciam os processos de conformação de São Caetano à chamada região metropolitana de São Paulo (ou Grande São Paulo), como aponta o trabalho de doutoramento de Juergen Richard Langenbuch, também se mostrou relevante aos intentos almejados.

Estrutura da tese

Além deste texto introdutório, que fornece um panorama das proposições referentes ao tema estudado, a presente tese apresenta uma estrutura constituída por quatro capítulos, cujas principais discussões seguem expostas abaixo.

Em seu primeiro capítulo, a tese discute o processo de construção da imagem da São Caetano pujante, desde a eclosão do movimento em favor de sua autonomia político-administrativa, em 1948, até os primeiros anos de sua vida municipal, sublinhando e problematizando os referenciais que sedimentaram, simbolicamente, a produção daquela imagem, entre discursos políticos e enunciados ilustrativos. Em tal capítulo, abre-se espaço para discutir acerca do embate travado com as forças políticas de Santo André, no contexto da campanha em prol da emancipação local, embate este que acabou por revelar o quanto essas disputas desenrolaram-se também nos campos do imaginário e do simbólico. Uma luta pelas imagens do progresso, em suma.

Ao seu segundo capítulo foram reservadas discussões concernentes às memórias apropriadas e construídas na conjuntura dos primeiros anos da caminhada municipal sul-são-caetanense, com o intuito do forjamento de um passado ao qual o novo município pudesse conectar-se e nele encontrar as origens e bases de seu progresso e identidade. Sob esse contexto de clamor identitário intenso, narrativas memorialísticas passaram a fervilhar nas páginas do *Jornal de São Caetano*, reivindicando um espaço junto ao imaginário local, o que se verificava, não raro, em uma alternância de disputas, tensões e convergências entre elas. A despeito do lançamento, no ano de 1957, do livro *São Caetano do Sul em IV séculos de história*, as narrativas triunfalistas sofreram

contestação, sendo colocadas no cerne de uma discussão que gravitava em torno da temática das origens locais. Centradas no protagonismo heroico do imigrante italiano, essas narrativas instituíram o mito da fundação da cidade, cujo marco é representado pela data de 28 de julho de 1877, que assinala a chegada de tal personagem ao então Núcleo Colonial de São Caetano. O debate que o mencionado livro e outros trabalhos de pesquisa contemporâneos a ele ensejaram criou condição para o fomento de uma disputa pela hegemonia interpretativa no campo da história da localidade, em um momento em que aquelas narrativas memorialísticas vinham espelhando a imagem de uma São Caetano do Sul pujante e progressista, sob a chancela de suas perspectivas triunfalistas e grandiosas.

No terceiro capítulo, por sua vez, a tese ocupa-se de questões e aspectos que dizem respeito aos lugares eleitos, junto à cenografia urbana da localidade, como símbolos da São Caetano da pujança e do desenvolvimento, a saber: Viaduto dos Autonomistas, Jardim Público Primeiro de Maio e Edifício Vitória. Para além de sua materialidade, tais lugares, edificados na primeira metade da década de 1950, carregam significados representativos dos ideais de progresso e de modernização vislumbrados na cidade no início de sua trajetória como município. Em convergência com a gama de referências discursivas e imagéticas enaltecedoras da urbe, passaram a materializar a euforia do pós-autonomia, período fortemente marcado pelo apelo à produção e disseminação de uma identidade local, capaz de credenciar, na esfera simbólica, o município sul-são-caetanense enquanto tal.

Por fim, o quarto capítulo trata de questões, personagens e discursos que delinearam a outra face da São Caetano pujante. Assim, nele ganham espaço discussões que trazem à baila uma cidade rodeada de problemas, como os relativos às suas más condições de salubridade e higiene, além de situações que envolviam a presença de marginalizados, principalmente em suas ruas centrais. Alguns componentes desses grupos foram transformados em alvos recorrentes de ações de controle por parte da municipalidade. Instituídas e respaldadas legalmente, como no caso dos engraxates ambulantes, que tiveram o seu ofício enquadrado nos ditames e disposições da Lei Municipal de n. 211, de 26 de dezembro de 1951, tais ações revelam orientações que primavam pela repressão, higienismo e ocultamento, constituindo-se na tônica das relações e disputas travadas entre segmentos sociais dominantes da cidade e uma massa de pobres e desvalidos, que, além de engraxates, compreendia mendigos, crianças pedintes e migrantes nordestinos.

CAPÍTULO I

A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL E A PRODUÇÃO DE SUA IDENTIDADE

1.1 O movimento autonomista de São Caetano e a disputa identitária pelas imagens do progresso

O movimento autonomista de São Caetano, desencadeado frente ao município de Santo André, firmou-se como um dos espaços privilegiados de produção do imaginário sobre a cidade. Por ter se concretizado a partir de uma consulta plebiscitária, fora responsável pela articulação de uma extensa campanha junto a amplos setores da população, ensejando a emergência de enunciados representativos de uma tradição que teve nas imagens de progresso, pujança e desenvolvimento (as quais se constituirão em referenciais da identidade do futuro município de São Caetano do Sul) importantes ingredientes do embate travado com o segmento opositor do ideal emancipacionista.

Se a condução da defesa dos interesses desse grupo deu-se a partir de argumentações que enfatizavam o potencial industrial andreense pela perspectiva da manutenção da unidade com São Caetano, por outro lado, a retórica proferida pela liderança autonomista não deixara de enaltecer também o seu poderio econômico, construindo um repertório rico de narrativas, enredos, personagens e linguagens imagéticas e figurativas. Em virtude da gama de representações produzidas, o movimento autonomista pode ser concebido como uma luta que tivera no simbólico um de seus campos mais expressivos de embate, caracterizando o confronto entre suas forças litigantes como uma disputa identitária pelas imagens do progresso.

Estudá-lo, criou condição para que os seus enunciados memorialísticos fossem trazidos para o âmbito de discussão, permitindo reflexões acerca de referenciais mais amplos, que alicerçam a construção das próprias memórias de São Caetano do Sul e da sua identidade. Assim, conceber a cidade “enquanto lugar simbólico de memória”⁶⁹, onde se constrói “uma rede de sentidos [...], por meio [da qual – grifos meus] os homens se dotam de uma identidade colectiva”⁷⁰, significa problematizá-la enquanto lugar de

⁶⁹ LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 22.

⁷⁰ BACZKO, Bronislaw, *Imaginação social*, In: LEACH, Edmund et alii, op. cit., p. 307.

“povoamento de imagens e fontes de imaginários”⁷¹, o que faz dela objeto dinâmico e singular de análises, discussões e reflexões, e não mero recorte espacial estático de temas de pesquisa. Para Maria Arminda do Nascimento Arruda, “a cidade não é somente física, mas espaço do imaginário, do devaneio e do sonho que a experiência permite e estimula”⁷².

O movimento autonomista de São Caetano e a formação posterior do município sul-são-caetanense desenrolaram-se sob a efervescência de um cenário político ainda fortemente marcado por práticas e traços herdados do período da chamada República Velha (1889-1930). Não é de se estranhar, portanto, que o que ficara como elemento residual de tal período tenha se evidenciado no decorrer daquele movimento, sobressaindo-se em certos momentos. Ao longo da campanha ensejada pelo aludido movimento, a polarização observada na cidade, que se dividira em duas alas (a dos autonomistas e a dos contrários à autonomia), acabou por desvelar fortes relações de compadrio, deflagradoras de um pungente clientelismo político, como se verá mais adiante.

Quando da eclosão do movimento emancipacionista, São Caetano era um subdistrito de Santo André, condição na qual se encontrava desde 1º de janeiro de 1939, ocasião da entrada em vigor do Decreto Estadual 9.775, de 30 de novembro de 1938, responsável por alterações no quadro territorial do Estado de São Paulo. Por força desse decreto, o antigo município de São Bernardo, surgido em 12 de março de 1889, deixara de existir, sendo rebaixado à condição de distrito do então recém-criado município de Santo André, que, ao lado de São Caetano, havia sido, até a vigência daquele decreto, distrito do velho município bernardense. Conforme explica Ademir Medici,

Politicamente, para São Caetano, o panorama era ainda mais grave. Já não existia o Município de São Bernardo. Agora, toda a atual região do ABC se transformava, oficialmente, no Município de Santo André. Mudava a denominação e mudava a sede, da antiga Vila de São Bernardo para o antigo Distrito de Santo André.

Num único ato, Santo André foi promovido a município; São Bernardo rebaixado a distrito; e São Caetano rebaixado de distrito à condição de Segunda Zona de Santo André.

Mais do que isso: desaparecia a expressão *São Caetano*. Os bairros do outrora Distrito de São Caetano passavam a integrar Santo André, este subdividido em Primeira Zona e Segunda Zona.

[...]

⁷¹ LOFEGO, Silvio Luiz, op. cit., p. 22.

⁷² ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento apud CEDRO, Marcelo de Araújo Rehfeld, op. cit., p. 19.

O Distrito de São Caetano [...] era levado a perder a própria identidade.⁷³

O antigo distrito são-caetanense, convertido em Segunda Zona, teve o seu nome extirpado dos atos político-administrativos. Foi como se o topônimo tivesse caído em uma situação de clandestinidade e a alusão a ele sobrevivesse apenas extraoficialmente, mormente entre os moradores da localidade e das adjacências. Tal situação persistiria por mais alguns anos, e São Caetano continuaria despessoalizado, mesmo com as novas mudanças introduzidas pelo Estado, por meio do Decreto 14.334, de 30 de novembro de 1944, no âmbito territorial da região. Entre as modificações então determinadas, estavam a elevação do distrito de São Bernardo a município e a transformação da Segunda Zona (São Caetano) em Segundo Subdistrito de Santo André. Na ocasião, o município andreense passaria também a contar, em suas divisas territoriais, com um Terceiro Subdistrito: Utinga⁷⁴.

Na época em que foram observadas as modificações nas esferas territorial e político-administrativa da região, São Caetano já se impunha como um subúrbio industrial, cujo parque fabril, em franco processo de expansão desde as primeiras décadas do século passado, possuía indústrias do porte da General Motors, da Cerâmica São Caetano e das Fábricas Matarazzo. Juergen Richard Langenbuch, em sua pesquisa de doutoramento sobre a estruturação da Grande São Paulo, destaca a existência do grande número de fábricas, bem como o tamanho e a diversidade produtiva das mesmas, junto à faixa São Caetano - Santo André. Segundo ele, tal extensão, no período compreendido entre 1915 e 1940, “é a única porção dos arredores paulistanos a se transformar em verdadeira zona industrial suburbana”⁷⁵.

Em face de seu expressivo nível de industrialização, São Caetano tornou-se rentável para os cofres andreenses, contribuindo, de maneira significativa, para o fortalecimento econômico do município. A supremacia são-caetanense em relação a Santo André, em certos quesitos que denotavam o potencial financeiro-industrial da localidade, podia ser constatada já em 1938, pouco tempo antes do início do período de sua subordinação política àquela urbe. Conforme dados estatísticos divulgados naquele ano, São Caetano apresentava 69 fábricas, que totalizavam 8.127 operários, e

⁷³ MEDICI, Ademir. *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1993, p. 65 e 67.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 70.

⁷⁵ LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971, p. 142.

correspondiam a um capital empregado de 114.981:257\$000. Santo André, por seu turno, possuía, no período em questão, 72 unidades fabris, 7.661 operários e 86.600:712\$000 de emprego de capital⁷⁶.

Com o atrelamento ao município de Santo André, São Caetano viu-se envolto em um cenário díspar. As cifras e os números vantajosos de sua economia estavam em nítida discrepância com o deficiente quadro urbano que vinha apresentando. A incipiência estrutural reinante na localidade, oriunda da oferta minguada (e, em alguns casos, inexistente) de serviços primordiais, como educação, saúde e saneamento básico, revelava um painel de insalubridade e de disseminação de doenças e epidemias.

Os cortiços se proliferavam, constituindo-se na forma de moradia mais comum entre os setores desfavorecidos da população, compostos, maciçamente, por migrantes nordestinos. Estes, atraídos pela possibilidade de ingresso nas fileiras das indústrias locais, chegavam à cidade em grandes levas⁷⁷, a partir do final da década de 1940. Suas necessidades mais urgentes colocavam-se ao lado das que já circulavam no cotidiano do subdistrito, advindas dos demais segmentos sociais.

Em setembro de 1948, o *Jornal de São Caetano* denunciava as precárias condições de higiene na cidade. Embora a referida denúncia carregasse um tom preconceituoso e higienista, que encontrava ressonância em normas e parâmetros sanitaristas, há que se considerar o alerta deflagrado pelo periódico:

Aqui em São Caetano a situação não é das mais agradáveis. Os cortiços, conseqüentes da falta de habitação, proliferam por esta nossa terra. As autoridades do Centro de Saúde não tomam providências. Os quintais estão repletos de fossas negras, em virtude da falta de uma rede de esgotos [...] Os poços, nas varias casas onde não há agua encanada contaminam-se com as fossas negras e, assim, a população vai se tornando doentia e raquítica.

⁷⁶ SILVA, Raul de Andrada e. A cidade de Santo André e sua função industrial. *Revista do Arquivo Municipal*, Santo André, vol. 79, 1941, p. 211 apud LANGENBUCH, Juergen Richard, op. cit., p. 142.

⁷⁷ Embora exista uma lacuna em relação a registros oficiais que possam fornecer índices sistematizados ou dados estatísticos capazes de quantificar, com precisão, a presença nordestina em São Caetano do Sul, sabe-se que o número de migrantes que vieram para a cidade, entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1950, foi significativo. Relatos originários de pesquisas como as do jornalista e memorialista Ademir Medici dão sustentação ao assunto. Para compor o livro *Migração e urbanização*, Medici coletou uma série de depoimentos de antigos moradores dos bairros sul-são-caetanenses. De acordo com ele, algumas dessas localidades nasceram como bairros de migrantes nordestinos, tamanha era a quantidade desse grupo no município. Endossa a referida constatação uma afirmação feita pelo baiano Raimundo da Cunha Leite, para quem aproximadamente 50% da comunidade de São Caetano do Sul era representada por seus conterrâneos, “em especial na nascente Vila Gerty”, no início da década de 1950. Isso sem falar de artigos jornalísticos que servem também como um importante indício da numerosa presença nordestina na cidade. CARVALHO, Cristina Toledo de, *Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)*, p. 51.

Uma pequena volta por ruas centrais da cidade permitirá a qualquer interessado elaborar uma lista desses cortiços imundos onde predomina a falta de higiene. O Centro de Saúde precisa zelar pelo bem estar da população e se os seus componentes não veem essas irregularidades, cumpre aos vereadores auxiliá-los denunciando as pocilgas que necessitam da visita dos médicos sanitaristas.⁷⁸

Em face do abandono em que viviam os moradores de São Caetano, o engajamento do mencionado jornal não se resumiu a denúncias do teor das relatadas acima. Em 1946, durante o seu primeiro ano de circulação, o *Jornal de São Caetano* iniciou uma mobilização para a construção de uma unidade hospitalar na cidade, que redundaria, pouco tempo depois, na criação da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano, acontecimento decisivo para as articulações verificadas até a inauguração do tão sonhado hospital, em 25 de julho de 1954⁷⁹.

Os argumentos veiculados pelo periódico para justificar sua adesão à referida causa são bastante contundentes e revelam sua tomada de posição frente à vida da urbe, confirmando o ponto de vista da historiadora Heloísa de Faria Cruz. Esta, em suas reflexões a respeito das relações entre periodismo e vida urbana, expõe que a imprensa, para além de mera depositária e narradora de acontecimentos, mostra-se como “[...] um lugar fundamental na articulação de projetos, na afirmação de memórias e na construção de sentidos e realidades sociais”⁸⁰.

O abandono em que vive a cidade é desolador. Sem uma condição sanitária à altura, nosso povo não tem, para aumentar sua desdita, um hospital a que possa recorrer num momento de emergência. Já tivemos uma policlínica e essa nos foi tirada, inexplicavelmente [...]⁸¹

Embora a localidade contasse com os serviços de um pronto socorro, inaugurado pela prefeitura de Santo André no dia 10 de agosto de 1946, além de uma sociedade de assistência médica e odontológica⁸², de caráter privado, que, sob a direção do Dr.

⁷⁸ SÃO Caetano, foco de moléstias. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano III, n. 57, p. 4, 5 set. 1948 apud CARVALHO, Cristina Toledo de, Bartira, o primeiro hospital da cidade. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 52, p. 19-23, dez. 2015, p. 19.

⁷⁹ CARVALHO, Cristina Toledo de, Bartira, o primeiro hospital da cidade, p. 20.

⁸⁰ CRUZ, Heloísa de Faria, *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*, p. 16.

⁸¹ IMPÕE-SE a construção de um hospital em São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano I, n. 3, primeira página, 1 set. 1946.

⁸² Tratava-se da Assistência Médica São Caetano, que se encontrava sediada na Rua Baraldi, 702. O seu quadro de médicos era constituído pelos seguintes profissionais: Dr. Francisco Colafemia (clínico), Dr. José Nelson da Silva (clínico ginecologista), Dr. Thomaz Preza Martins (pediatra), Dr. Lauro A. Santana (cirurgião), Dr. José Lucas de Souza (oftalmologista), Dr. Milton S. Pereira (traumatologista), Dr. João Batista e Dr. Alarico J. Moreira (dentistas). CARVALHO, Cristina Toledo de, Bartira, o primeiro hospital da cidade, p. 23.

Adriano Duarte, oferecia aos seus associados o acesso a algumas especialidades, a necessidade de um hospital era inquestionável, conforme o reconhecimento dos próprios médicos locais. A fala do Dr. José Luiz Fláquer Neto⁸³, que integrava uma família politicamente influente na região, é bastante representativa, neste sentido, expressando os anseios de seus colegas de ofício e da população em geral⁸⁴:

Nós, médicos, desde há muito vimos nos batendo pela construção de um hospital aqui em São Caetano, em virtude das tremendas dificuldades que se nos deparam quando nos vemos à frente de casos cirúrgicos que exigem imediata remoção do paciente para o hospital. Perdemos, no mínimo, três horas de serviços, pois, não havendo em S. Caetano um hospital, temos que providenciar a remoção do doente para Santo André ou São Paulo.⁸⁵

Na medida em que a campanha pró-construção do hospital ganhava vulto e repercussão em São Caetano, o ideal autonomista foi se configurando, tornando-se uma realidade. O jornal, ao se apresentar como porta-voz dos interesses locais, encampou mais uma causa: a da independência política são-caetanense frente a Santo André. Assim, o movimento emancipacionista foi sendo tecido junto ao emaranhado de demandas absorvido e propagado pelo *Jornal de São Caetano*, de modo que a resolução das questões mais prementes não pudesse ser verificada ou concebida sem a obtenção da autonomia local. E um dos grandes motes (quando não o maior deles) para o alavancamento de uma mobilização em torno de tal causa foi a campanha da construção do hospital⁸⁶, que abrisse caminho “[...] no sentido da conscientização dos sancaetanenses em continuar a luta por outros melhoramentos [...]”⁸⁷.

Os argumentos do médico Valentim da Silva (que, posteriormente, colaborara para a causa autonomista, tornando-se um de seus líderes na cidade, conforme mencionado mais adiante, na nota 96) são bastante esclarecedores nesta perspectiva, ao

⁸³ José Luiz Fláquer Neto concorreria à prefeitura de São Caetano do Sul, na qualidade de adversário de Ângelo Raphael Pellegrino, nas primeiras eleições municipais da cidade, realizadas em 13 de março de 1949, vencidas por este último, que recebera 4.094 votos contra 1.017 de Fláquer. Com o intuito de preservar a sua hegemonia política na localidade, “a família Fláquer apresenta um de seus membros como candidato à Prefeitura, o Doutor Fláquer, mas ele perde a eleição. Este foi o começo do fim da vida política da família Fláquer”. MARTINS, José de Souza. O populismo no subúrbio: a história da política na região do ABC. In: I CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REGIÃO DO ABC, 1, 1990, Santo André. *Anais...* Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, p. 180-182, 1990, p. 182.

⁸⁴ CARVALHO, Cristina Toledo de, Bartira, o primeiro hospital da cidade, p. 20.

⁸⁵ HOSPITAL de São Caetano, uma ideia em marcha. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano I, n. 6, primeira página, 20 out. 1946.

⁸⁶ CARVALHO, Cristina Toledo de, Bartira, o primeiro hospital da cidade, p. 20.

⁸⁷ GIANELLO, José Roberto. São Caetano, 24 de outubro de 1948. O nascimento de um município. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 5-26, out. 1998, p. 15.

apontarem que a questão da construção de uma unidade hospitalar na cidade articulava-se à da própria autonomia, vindo na esteira desta: “O hospital só virá, como tudo mais, se São Caetano for autônomo, pois os homens de Santo André não se esforçarão por nós. Lutemos pela autonomia, portanto, e estaremos nos batendo por uma casa de saúde”⁸⁸.

O êxito obtido frente à campanha em favor da construção do hospital trouxe credibilidade ao *Jornal de São Caetano*, fortalecendo-o junto à opinião pública. Em 1948, dois anos depois do início de suas atividades, o então quinzenário passou a circular semanalmente na cidade. Mário Porfírio Rodrigues, um dos fundadores do jornal e integrante do grupo que liderara o movimento autonomista local, ao discorrer acerca da trajetória do periódico, no livro *Um jornal, uma vida*, encaminhou a seguinte indagação, em face de suas considerações sobre a dita campanha:

Se o JSC [Jornal de São Caetano – grifos meus] crescera moralmente através do impulso à construção do hospital beneficente, por que não poderia liderar uma campanha pela autonomia municipal de São Caetano?⁸⁹

E foi o que se sucedeu. O *Jornal de São Caetano* assumira a responsabilidade pela articulação do movimento autonomista, posicionando-se como defensor e principal divulgador da causa na localidade. A despeito da campanha relativa à edificação do hospital e de outras que também receberam o seu apoio (como as concernentes à construção da Creche Nossa Senhora da Glória e à instalação do Rotary Club, campanhas estas lançadas na cidade em 1950 e 1951⁹⁰, respectivamente), a alusiva à autonomia de São Caetano foi a mais importante, em virtude dos esforços e interesses mobilizados e de seus significados para a história sul-são-caetanense.

Tendo assumido um posicionamento hegemônico no contexto da correlação de forças na localidade, o *Jornal de São Caetano* mostrou-se como um dos principais articuladores da vida cidadina local. Organizava e divulgava campanhas de várias naturezas, denunciava os problemas da cidade e abria espaço, em suas páginas, para as correntes políticas, distribuídas e representadas por diversas legendas partidárias. Nas palavras de Orlando Souza, quando este ocupava, na qualidade de vereador, lugar na

⁸⁸ DEEM um hospital à nossa terra. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano I, n. 4, primeira página, 22 set. 1946.

⁸⁹ RODRIGUES, Mário Porfírio. *Um jornal, uma vida: a saga do Jornal de São Caetano e outras mais*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2005, p. 65.

⁹⁰ Para mais informações sobre as mencionadas campanhas e outras iniciativas que tiveram o apoio do *Jornal de São Caetano*, consultar: RODRIGUES, Mário Porfírio, op. cit.

Câmara Municipal de São Caetano do Sul, durante a segunda legislatura do município (1953-1957), o *Jornal de São Caetano* teve papel decisivo no desenvolvimento da localidade.

Pretendia, como justiça, homenagear êsse jornal, pois, conforme já disse, graças a êles é que temos várias iniciativas úteis, [...], como, por exemplo, o nosso hospital. Tudo que representa progresso para a cidade, nos últimos anos, pode-se dizer que devemos à iniciativa do “Jornal de São Caetano”, que sempre apontou as carências e as necessidades do nosso povo.⁹¹

A defesa dos interesses da coletividade de São Caetano foi, segundo os próprios fundadores do jornal, promovida como a razão de ser do periódico. Surgido em 1946, pelas mãos de Mário Porfírio Rodrigues, Walter Thomé (na época, jovens estudantes secundaristas em São Paulo) e Luiz Rodrigues Neves, o jornal pretendia firmar-se como veículo de reivindicações para o então subdistrito andreense. A publicação, na ocasião da passagem de seu terceiro aniversário, em julho de 1949, assumindo-se como voz e elemento dinamizador do progresso local, qualifica a sua ainda breve atuação na cidade, assim se manifestando:

[...]

Não nos conformamos em ser meros fotografos de nossa terra, ao fixar-lhe aos instantaneos de cada dia, para sua eventual compilação em um album histórico. Insistimos em participar, e participamos, da vida cidadina, como uma célula viva, com função determinada – contribuindo para sua vitalidade.

[...]

[...] não poderemos ser sempre e inteiramente imparciais, pois se assim fizéssemos correríamos o risco de desumanizarmo-nos.⁹²

A ideia segundo a qual a imprensa constitui uma força ativa nos processos de construção do social, não sendo um elemento inerte, revestido de uma pretensa imparcialidade, encontra acolhida nas ponderações de Robert Darnton. De acordo com ele, “é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna,

⁹¹ EXALTADA na edilidade a atuação do Jornal de S. Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 450, p. 4, 21 ago. 1954.

⁹² NOSSO terceiro aniversário. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IV, n. 90, primeira página e p. 10, 30 jul. 1949.

muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica”⁹³.

Contando com recursos financeiros provenientes de seus anunciantes, assinantes e leitores, o *Jornal de São Caetano* tornou-se “ferramenta de um conjunto de demandas sociais e políticas que deram expressão ao que [se pode chamar – grifos meus] de a alma comunitária de São Caetano do Sul [...]”⁹⁴. Denotando o apoio recebido de grande parte dos grupos econômicos locais, entre tais anunciantes figuravam indústrias relevantes, como a Dal’Mas S.A. Indústria Agro-Química Brasileira (propriedade da família Dal’Mas, que teve alguns de seus membros na liderança do movimento autonomista da cidade – os irmãos João, Ettore, Mário e Ítalo, filhos do patriarca Victorio Dal’Mas, fundador da empresa e com uma história de empreendedorismo em São Caetano, como será visto no terceiro capítulo) e a Metalúrgica Barile Ltda. (cujo proprietário era João Barile, um dos líderes autonomistas de São Caetano), além de estabelecimentos comerciais (em sua grande maioria) de variados ramos de atuação: do alimentício ao de vestuário, do de materiais de construção ao de artigos escolares e de presentes, entre outros. No bloco dos anunciantes provenientes do comércio, estavam estabelecimentos como a Relojoaria Vitória, a Papelaria e Charutaria Ao Carioca, a Pereira & Bertini Ltda. (loja de materiais de construção), a Peixaria São Caetano, a Panificadora Perrella Ltda., a Camisas Yvany, entre outros. Como no segmento industrial, entre os comerciantes que anunciavam no jornal podiam ser encontrados também nomes que vieram a integrar a liderança do movimento em favor da autonomia da cidade, como o de Jordano Pedro Segundo Vincenzi, proprietário daquela loja de camisas.

Das causas de cunho político defendidas e divulgadas pelo periódico, sobressaiu-se a da emancipação de São Caetano, conforme já salientado. Respalhada pela Constituição Federal de 1946, que previa o fortalecimento das células municipais no conjunto da estrutura federativa brasileira, e pelas disposições estaduais acerca da organização dos municípios (Lei de n. 1, de 18 de setembro de 1947), a mencionada causa foi abraçada pelo *Jornal de São Caetano*. Este, já no início de 1948, dava início às articulações para a implementação da representação exigida por aquela lei no tocante à solicitação de plebiscito junto à Assembleia Legislativa Estadual, trâmite jurídico-

⁹³ DARNTON, Robert, Introdução. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.), op. cit. apud CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007, p. 257.

⁹⁴ MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: RODRIGUES, Mário Porfírio, op. cit., p. 13.

eleitoral imprescindível para a criação de novos municípios. Assim, conseguiu a adesão da Sociedade dos Amigos de São Caetano, entidade surgida em setembro de 1947, em decorrência de sua própria iniciativa. A ideia, aliás, da criação da referida entidade insere-se na esteira de suas ações em prol da obtenção de melhorias para o subdistrito.

Para a concretização da proposta de criação daquela entidade, convidara “50 pessoas de diferentes classes e partidos”⁹⁵, endossando que outras tentativas, neste sentido, já tinham sido observadas, sem sucesso, na cidade. Tal ocorrera com instituições como a União Autonomista de São Caetano⁹⁶ e a Sociedade Amigos da Cidade de São Caetano, que, no entender do jornal, esvaziaram-se por conta da falta de interesses coesos, em razão de suas finalidades políticas distintas. Em vista disso, a Sociedade dos Amigos de São Caetano teria de surgir com o imperativo do não alinhamento político-partidário, “sendo a sua única finalidade reivindicar junto aos poderes públicos as necessidades da nossa terra [...]”⁹⁷.

A sua primeira diretoria, presidida por José Luiz Fláquer Neto (sobrinho de Antônio Fláquer, que se tornaria o grande opositor da autonomia de São Caetano, como se verá mais adiante), fora constituída na assembleia de 11 de novembro de 1947. Entre os seus componentes, encontravam-se muitos representantes da elite local, como médicos, empresários, industriários, entre outros. À novel instituição cumpriria a função de coordenar, entre outras atividades do interesse da causa emancipacionista, a preparação da documentação exigida para a formalização do pedido de plebiscito junto às autoridades competentes. Tal documentação deveria apresentar, entre outros dados, um memorial com assinaturas de, no mínimo, 10% dos moradores maiores de 18 anos do subdistrito e com residência superior a dois anos na localidade.

⁹⁵ SERÁ fundada a Sociedade dos Amigos de São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano II, n. 26, primeira página, 24 ago. 1947.

⁹⁶ A União Autonomista de São Caetano surgira, também, com o propósito de apoiar a autonomia política da cidade, requisito que, no seu entender, impunha-se como imprescindível para a estruturação local. No manifesto que divulgara por ocasião da organização da entidade (o qual integra o acervo do Centro de Documentação Histórica da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul), mencionou-se: “[...] são deficientes os serviços de águas, esgotos, calçamento, assim como, são insuficientes, as escolas educacionais: - ressentem-se o local de um bem instalado Hospital, com suas dependências de maternidade, lactário e abrigo infantil, asilo de proteção a velhice, biblioteca pública, jardins públicos, parques infantis e tantas outras cousas que estão aos olhos de todos e que só seriam viáveis com a autonomia municipal.” [UNIÃO AUTONOMISTA DE SÃO CAETANO. Ao povo de São Caetano. Manifesto. São Caetano, sem data.]. O manifesto citado esclareceu, ainda, que a entidade possuía, também, finalidade beneficente, destacando que se encontrava em funcionamento um ambulatório médico infantil, sob a direção clínica do Dr. Valentim Ignacio da Silva, que respondia pela comissão organizadora da União Autonomista, vindo, posteriormente, a figurar entre os líderes do movimento de emancipação de São Caetano. Tal ambulatório funcionava na Rua Helóisa Pamplona, n. 20, onde estava provisoriamente sediada a instituição.

⁹⁷ SERÁ fundada a Sociedade dos Amigos de São Caetano, *Jornal de São Caetano*, primeira página, 24 ago. 1947.

O apoio da Sociedade dos Amigos de São Caetano ao movimento autonomista não se concretizou, contudo, de forma imediata. Entre a data de sua criação e a oficialização de sua adesão àquele movimento, decorreram alguns meses. Diante da situação de incerteza gerada pelo não posicionamento instantâneo da entidade frente à questão da autonomia, o *Jornal de São Caetano* enviou-lhe uma missiva no dia 31 de janeiro de 1948, nos seguintes termos:

Cumprindo uma promessa que assumimos com o povo de São Caetano em nossa edição de 5 de Outubro de 1947, vimos propôr que essa Sociedade estude, com a urgencia necessaria, a possibilidade de nos desligarmos de Santo André e formarmos um município autonomo.

[...]

O fato de não termos recebido nenhuma manifestação contraria aos artigos publicados nos jornais anexos sobre a Autonomia de São Caetano e de nos terem enviados varios comentarios sobre o assunto [...] serve para evidenciar que os habitantes desta localidade estão, na sua maioria, dispostos a lutar pela nossa emancipação. Recebemos também varias cartas nos incentivando a não esmorecer na campanha autonomista iniciada pela nossa folha.

Lembramos Vv. Ss. que a população local será eternamente grata a Sociedade [...] se atender a este nosso pedido abraçando a simpatica causa que é a da Autonomia de São Caetano. Desnecessario será argumentar sobre a influencia deste acontecimento na vida do S.A.S.C. [Sociedade dos Amigos de São Caetano – grifos meus], cujo quadro social, temos certeza, aumentará assustadoramente, desde que se proponha a trabalhar pela concretização deste desejo dos sancaetanenses.

[...] ⁹⁸

Após o encaminhamento da mencionada carta, que se apresenta como voz de toda a sociedade local, o jornal, enquanto aguardava a resposta da Sociedade dos Amigos de São Caetano, tratou de dar continuidade às suas articulações em defesa do movimento autonomista. O objetivo era fortalecê-lo a partir da consecução de apoio de um maior número possível de elementos que constituíam as camadas economicamente mais poderosas da cidade:

Entrementes, enquanto aguarda-se uma comunicação oficial da S.A.S.C., um grupo de pessoas convidadas pelo Jornal de São Caetano já se reuniu para estudar o assunto. Dentre essas pessoas [...] um grande número de pessoas de destaque da localidade. Para uma reunião que deverá ser realizada na próxima semana deverão ser convidados os representantes de diretórios políticos, de clubes e de

⁹⁸ NOSSA terra será independente. Autonomia Municipal de São Caetano, uma ideia em marcha. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano II, n. 41, primeira página, 22 fev. 1948.

outras associações afim de ser conseguida do maior número de pessoas possível.

De acordo com a Lei Organica é necessário enviar à Assembléia Legislativa Estadual uma representação assinada por 10% da população local, solicitando o plebiscito.⁹⁹



Imagem 02 - Assembleia da Sociedade dos Amigos de São Caetano, realizada no início de 1948, na sede do São Caetano Esporte Clube (então localizada na Rua Perrella). A reunião teve como pauta a discussão do apoio ao movimento autonomista, após solicitação encaminhada formalmente pelo *Jornal de São Caetano* à diretoria da entidade. A maioria dos associados votou a favor da adesão

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Ressalte-se que o jornal obtivera êxito em seu intento de canalizar o apoio de “pessoas de destaque” do subdistrito para a causa autonomista, uma vez que a liderança do movimento emancipacionista recairia sobre integrantes da elite econômica da cidade, como proprietários de indústrias e de estabelecimentos comerciais, ocupantes de cargos executivos, administrativos e de gerência em empresas e casas bancárias locais, além de profissionais liberais, entre eles, médicos, dentistas, advogados e contadores, bem como funcionários públicos.

Pelas considerações expostas, evidencia-se que o movimento autonomista foi, desde o início, divulgado e sustentado, irrestritamente, pelo *Jornal de São Caetano*.

⁹⁹ Ibidem, primeira página.

Para tanto, publicava artigos e reportagens que endossavam a necessidade da emancipação, apresentava textos que refutavam as ideias contrárias ao movimento, além de se enveredar por caminhos que validavam o uso de linguagens e referências constituintes do leque de signos do imaginário e do simbólico. Nessa tarefa, em especial, contava com a colaboração de Jayme da Costa Patrão, autor de charges que ganharam as páginas do periódico. Por meio de um tom humorístico e satírico (conforme será mostrado no próximo item deste capítulo), tais charges encaminharam críticas contundentes à situação na qual se encontrava o subdistrito de São Caetano, aprofundando, assim, apoio à causa separatista. O jornal convocava ainda reuniões, solicitava o apoio de segmentos que usufruíam de uma boa posição socioeconômica na cidade e de entidades locais, cobrando-lhes um posicionamento frente ao tema, como fora observado junto à Sociedade dos Amigos de São Caetano. Neste sentido, o periódico era apoiado por um grupo político da localidade, representado por alguns vereadores da Câmara de Santo André domiciliados em São Caetano e por diretórios de partidos políticos atuantes no subdistrito.

A Câmara Municipal de Santo André contaria, a partir de 1948, com 11 vereadores residentes em São Caetano: João Dal'Mas, João Relá, Armilindo Franchini, Verino Segundo Ferrari, Antônio Dardis Neto, Odilon Conceição, Geraldo Benincasa, Eduardo Ferrero, Lauro Garcia, Anacleto Campanella e Nillo Miotto.

O grupo de São Caetano representa 32% da Câmara [...] Porém, esse não é um grupo coeso. No decorrer dos debates percebemos o afastamento de alguns de seus vereadores, omitindo-se quanto ao direito à autonomia, calando-se durante os debates ou assinando requerimentos ou moções contra qualquer ato favorável ao movimento [...]

Quando a autonomia está se consumando, o grupo de Santo André vai sendo aumentado por alguns vereadores de São Caetano. Eles não tinham assumido posição declarada face ao movimento. Parece que não era só o grupo autonomista que queria alcançar novas formas sociais e materiais de vida, para, talvez, ter a oportunidade de reciclar seus patrimônios, independentes da hegemonia de Santo André.¹⁰⁰

Saliente-se que, após a aprovação da realização do plebiscito em São Caetano pela Assembleia Legislativa do Estado, consumou-se a “debandada” de outros vereadores para o lado andreense. Foi o que se sucedera com Geraldo Benincasa, que,

¹⁰⁰ KUVASNEY, Eliane. *Separar para reinar: desmembramentos na gênese da metrópole paulistana*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996, p. 31-32.

até então, vinha se apresentando como “ardoroso defensor dos direitos do subdistrito [...]”¹⁰¹.

Lauro Garcia, no relato concedido à Fundação Pró-Memória em 1998, durante as comemorações do cinquentenário da emancipação de São Caetano, afirmou que o bloco favorável à autonomia no Legislativo andreense era constituído por ele, Anacleto Campanella, Antônio Dardis Neto e João Dal’Mas. Segundo ele, um ambiente de embates severos instaurou-se na Câmara, na ocasião da articulação do movimento e da campanha emancipacionistas, observando-se, em certos momentos, a interferência da polícia política:

Éramos 21 vereadores e só quatro eram a favor de São Caetano se emancipar. Os outros 17 eram contra. Sofríamos com a malhação violenta daquela turma, porque ninguém queria saber da autonomia de São Caetano. Haviam vereadores de Santo André que iam a São Paulo fazer declarações contra os autonomistas. [...] em certas ocasiões até o DOPS era usado para manter a ordem lá, porque havia início de confronto entre São Caetano e Santo André [...] Existia uma luta muito grande, não se falava em outra coisa a não ser autonomia [...]¹⁰²

Como se não bastasse a ampla cobertura dada pelo *Jornal de São Caetano* à pauta autonomista, o movimento ganhou também espaço e visibilidade junto à imprensa paulistana¹⁰³, que o noticiou por meio de alguns de seus periódicos, como o *Diário da Noite*, *Correio Paulistano* e *A Gazeta*.

Na esfera político-partidária, o movimento encontrou ressonância junto a alguns deputados estaduais, pertencentes a legendas como a UDN (União Democrática Nacional), PSD (Partido Social Democrático) e PSP (Partido Social Progressista), os quais declararam o seu voto em prol da representação de São Caetano, encaminhada à Assembleia do Estado em abril de 1948, de acordo com as condições estipuladas pela Lei n. 1, de 18 de setembro de 1947. O Partido Republicano aderiu também à causa autonomista da localidade, conforme indica o texto abaixo, de autoria do então vereador de São Paulo, Derville Allegretti. Publicado no *Jornal de São Caetano*, sob o título *Sobre o desmembramento de São Caetano*, o citado texto reproduz, em seu trecho

¹⁰¹ Ibidem, p. 32-33.

¹⁰² EX-vereador relembra acontecimentos vividos na Câmara de Santo André. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 71-74, out. 1998, p. 72.

¹⁰³ A imprensa paulistana não só divulgou o desenrolar do movimento autonomista em sua fase inicial, correspondente às primeiras ideias, debates e ações em favor da emancipação política de São Caetano, como também registrou alguns momentos e trâmites de sua segunda etapa, verificada após a aprovação da representação encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado, o que redundou na realização do plebiscito de 24 de outubro de 1948.

inicial, o argumento da ala defensora da autonomia a respeito da desigualdade na distribuição dos recursos municipais andreenses:

[...] Do muito que recebe [a Prefeitura de Santo André – grifos meus], muito pouco é aplicado nas necessidades mais imediatas de que tanto se ressenete o sancaetanense. Daí a razão porque o atual prefeito de Santo André, esquecido de que só por obra e graça da votação massiça que obteve do povo de São Caetano, exerce, hoje, o governo municipal, é um dos principais mentores do grupo anti-autonomista [...]

Mas não esquecem, por certo, os sancaetanenses as atuais estranhas atitudes do Prefeito Flaquer. São Caetano deu-lhe, praticamente, pelo voto, o cargo de que ora se utiliza para negar, com manobras excusas, a assinatura que ele mesmo apôs ao primeiro manifesto de emancipação sancaetanense.¹⁰⁴

O Partido Republicano [...] vem prestando integral apoio à autonomia de São Caetano. Nesse sentido, tem-se manifestado publicamente pela voz autorizada de seus dignos representantes na Câmara Municipal de Santo André, pelo seu órgão oficial, pelo douto parecer proferido pelo ilustre deputado, que integra sua bancada na Câmara Estadual, Dr. Decio de Queiroz Telles, como relator que é do processo de emancipação desse sub-distrito, e, finalmente, pelo pronunciamento favorável a esse parecer por parte de todos seus deputados na ocasião em que a medida for definitivamente votada [...]¹⁰⁵

Alegretti foi fundador e diretor-geral da Escola Técnica de Comércio 30 de Outubro, de São Paulo, que figurou como anunciante do *Jornal de São Caetano* durante a campanha autonomista. No elenco de anunciantes do periódico, nessa época, aparecia também Gabriel Migliori, deputado estadual integrante da ala apoiadora da causa emancipacionista. Um anúncio de seu escritório de advocacia, situado na Rua Barão de Itapetininga, n. 139, em São Paulo, aparece na edição de 22 de agosto de 1948 do jornal¹⁰⁶, às vésperas da votação na Assembleia Legislativa da representação de São Caetano.

¹⁰⁴ Uma primeira tentativa em favor da emancipação política de São Caetano observou-se em 1928, quando a cidade consistia, em termos político-administrativos, em um distrito do município de São Bernardo. Esse movimento pioneiro teve seu processo iniciado três anos antes, com a criação do Centro Cívico e de outras iniciativas destinadas à obtenção de melhorias para a localidade. Sob o comando do engenheiro Armando de Arruda Pereira, integrante da cúpula diretiva da Cerâmica São Caetano, o movimento articulou-se a partir do Partido Municipal (legenda filiada ao Partido Republicano Paulista – PRP), cujo segundo-secretário era Antônio Fláquer, nome em torno do qual a oposição ao movimento de 1948 se consolidaria. CARVALHO, Cristina Toledo de. A autonomia de São Caetano. O maior movimento cívico e político da história da cidade. In: FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL, op. cit..

¹⁰⁵ SOBRE o desmembramento de São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano III, n. 58, última página, 16 set. 1948.

¹⁰⁶ JORNAL de São Caetano, São Caetano, ano III, n. 56, p. 5, 22 ago. 1948.

O movimento autonomista de São Caetano colocou frente a frente, em um contexto de luta pelo poder político na região, segmentos sociais privilegiados economicamente. De um lado da disputa, o grupo opositor da emancipação político-administrativa do então subdistrito de São Caetano, liderado por Antônio Fláquer, prefeito de Santo André, integrante de uma família abastada economicamente e com grande projeção política na região. Do outro, os apoiadores da causa emancipacionista, sob o comando de uma elite emergente daquele subdistrito, cujos integrantes advinham, predominantemente, dos quadros do comércio e da indústria.

Para Eliane Kuvásney, em São Caetano, “não era a elite proprietária de terras (que detinha o poder na região) quem almejava a emancipação do lugar, mas sim a burguesia emergente, oriunda de outras camadas da sociedade”¹⁰⁷. Segundo ela, nesse contexto político, a “velha sociedade”, de origem agrária, opôs-se à “nova”, formada por personagens que, em face da intensificação da expansão urbano-industrial ocorrida no subúrbio de São Paulo, a partir da primeira metade do século XX, ascenderam social e economicamente. A referida autora prossegue nessa linha de raciocínio e aponta que:

No grupo hegemônico da Câmara de Santo André encontram-se representantes dessas oligarquias [constituídas por proprietários de terra – grifos meus] que dominaram a região desde o século XIX, como o vereador Silvio Franco, da família Cardoso Franco, grandes proprietários de terras que abrangiam os distritos de Utinga e Mauá, além do núcleo central [Santo André – grifos meus]. Os vereadores Francisco A.A. Barone e Fioravante Zampol eram os representantes do Prefeito Antonio Flaquer na Câmara. A família Flaquer, também de grandes proprietários de terras no núcleo central e Ribeirão Pires, revezava-se no poder – além de rivalizarem-se com os Cardoso Franco, até 1930, representados pelo seu chefe Saladino Cardoso Franco¹⁰⁸ – prefeito por seis legislaturas – e Alfredo Flaquer – prefeito por quatro legislaturas – ambos coronéis da Guarda Nacional.¹⁰⁹

Embora, com a consolidação da autonomia de São Caetano, a fragmentação da região tenha possibilitado a chegada de um ascendente grupo social a postos de

¹⁰⁷ KUVASNEY, Eliane, op. cit., p. 100.

¹⁰⁸ Saladino Cardoso Franco foi prefeito, entre 1914 e 1930, do antigo município de São Bernardo, criado em 12 de março de 1889 e rebaixado à condição de distrito, por força do Decreto Estadual 9.775, de 30 de novembro de 1938, quando da elevação de Santo André, então distrito bernardense, a município. Coronel da Guarda Nacional, no período da República Velha, Saladino Cardoso Franco era originário de uma família proprietária de terras na região. Seu pai, Antônio Cardoso Leite Franco, era um dos donos da Fazenda Oratório, uma grande propriedade que abrangia terras dos atuais municípios de Santo André (parte considerável do distrito de Utinga), Mauá e São Paulo (Zona Leste). Para mais informações sobre Saladino Cardoso Franco, consultar: MEDICI, Ademir. Coronel Saladino, prefeito. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 4, p. 4-12, jan. 1991.

¹⁰⁹ KUVASNEY, Eliane, op. cit., p. 36.

comando na esfera público-administrativa, as velhas engrenagens do poder, movidas por práticas e estratégias recorrentes nos bastidores políticos, persistiram. Conforme expõe José de Souza Martins, tal fragmentação

abriu espaço para que a burguesia local (comerciantes, pequenos industriais, etc) pudesse assumir o poder, mas ainda vinculados aos antigos grupos que sobrevivem nessas frações, digamos assim, das grandes oligarquias políticas.¹¹⁰

Em outras palavras, o roteiro da vida política na região do ABC não se destoava do que era observado no país, em seus patamares mais amplos de poder, sendo também marcado por alianças e acordos partidários, trocas de favores e mudanças de posicionamento de acordo com as circunstâncias do jogo político, tendo em vista, como bem lembrou Stuart Hall, a manutenção da hegemonia frente à correlação de forças que integra aquele jogo¹¹¹.

Essas considerações teóricas ajudam a compreender a posição distinta assumida pela família Fláquer em relação à questão emancipatória de São Caetano. Se, durante o primeiro movimento autonomista da localidade, em 1928 (vide nota 104), posicionara-se favoravelmente a ele, visto suas pretensões de retomada do protagonismo político na região, então nas mãos do coronel Saladino Cardoso Franco (vide nota 108), em 1948, opôs-se à campanha em defesa da criação do município são-caetanense de maneira veemente, em um momento em que um de seus membros, Antônio Fláquer, ocupava a chefia do Poder Executivo de Santo André, localidade à qual a cidade de São Caetano encontrava-se administrativamente vinculada desde 1939.

O *Jornal de São Caetano*, em diferentes edições de 1948, não poupou esforços para denunciar o que definia como sendo as manobras e estratégias arquitetadas por aquele prefeito no sentido de prejudicar o movimento emancipacionista, tanto em sua fase inicial (correspondente às articulações em prol da elaboração da representação que fora enviada à Assembleia Legislativa do Estado, solicitando a realização do plebiscito), quanto em sua fase posterior, condizente à campanha que se observara após a aprovação do mesmo por aquela assembleia no dia 14 de setembro de 1948. Entre visitas às fábricas locais e a distribuição de panfletos pela cidade, figuraram ações mais incisivas, como a noticiada pelo jornal em sua edição de 16 de setembro daquele ano. Segundo o

¹¹⁰ MARTINS, José de Souza. O populismo no subúrbio: a história da política na região do ABC, In: I CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REGIÃO DO ABC, op. cit., p. 182.

¹¹¹ HALL, Stuart, op. cit., p. 339.

que foi divulgado na ocasião, um ofício fora encaminhado ao presidente da Comissão de Estatística da Assembleia Legislativa, o qual apontava supostas irregularidades no processo referente à representação de São Caetano, razão pela qual Fláquer solicitou o seu arquivamento.

[...] Entre outras coisas diz o sr. Prefeito que Eunice P. Curtis, signataria da representação, declara expressamente que possui apenas 17 anos. Suponhamos que isto seja verdade. O Código Civil preceitua, porém, que pessoas diplomadas em curso superior, casadas, são automaticamente emancipadas, o que acontece com a referida senhora que é esposa do sr. João Curtis. Em seguida acusa que Josefina Demenis reside em Vila Prudente, que Luiz F. Bartman residiu até março de 1947 em Utinga e que Luiz Gomes residiu até 15 de outubro de 1947 em Vila Prudente. Após um longo exame feito por uma junta composta de várias pessoas, inclusive o sr. Henrique Pinho Artacho, advogado da Prefeitura de Santo André, somente foram encontradas essas quatro irregularidades [...] Possuindo a representação local um excesso de 2,97% da quantidade exigida, ou seja, 1.150 assinaturas há mais, o que representam essas frageis quatro irregularidades que os santoandreeenses dizem ter encontrado? [...] ¹¹²

As argumentações proferidas pelo grupo que fazia oposição à autonomia de São Caetano alimentavam um discurso em defesa da integridade territorial do município de Santo André e dos interesses econômicos da região. Orquestrados pelo prefeito Antônio Fláquer, os opositores do movimento emancipacionista afirmavam que a separação seria maléfica para o progresso do município andreense, que, escorado em um parque fabril substancial, conseguira alçar-se ao posto de segundo município da América do Sul com maior potencial industrial, ficando atrás, apenas, de São Paulo; e se colocando à frente de cidades como o Rio de Janeiro e Buenos Aires, na Argentina.

Essa informação foi veiculada por um dos diversos panfletos distribuídos nas ruas de São Caetano no decorrer de 1948, no contexto dos embates promovidos pela campanha autonomista. A narrativa contida nesse material sugere, por meio de uma fala de exaltação ao potencial industrial do município, a reivindicação de *lócus* do progresso para Santo André. Afirmava o material em questão que os dados nele presentes tinham sido fornecidos pelo Departamento Nacional de Estatística, e que a boa colocação obtida por Santo André era

motivo de justo orgulho dos habitantes da ‘terra do trabalho’, do Município que congrega uma população obreira de 100.000

¹¹² TRAIÇÃO aos sancaetanenses. O sr. Antonio Flaquer tentou anular a representação do povo de São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano III, n. 58, última página, 16 set. 1948.

trabalhadores que, diuturnamente, nas oficinas e nas fábricas, constroem a grandeza de São Paulo e do Brasil.¹¹³

Por ocasião da entrevista realizada com os vereadores Syr Martins, Francisco Barone, Octaviano Gaiarsa e Luiz Lobo Neto, da Câmara de Santo André, *A Gazeta* publicou um texto no qual apontara as suas respectivas justificativas para o não acolhimento da pretensão emancipatória de São Caetano, frente à qual a edilidade andreense opunha-se, majoritariamente.

[...] Si a Assembléia não deve dificultar, não deve também facilitar a criação de municípios antes de ter plena segurança de que a pretensão corresponde à capacidade de auto-administração do território em causa. São Caetano, como já foi mostrado no memorial enviado à Assembléia, absorverá toda a sua renda na instalação e manutenção da sua máquina administrativa, não ficando com dez centavos sequer para prover os melhoramentos públicos.¹¹⁴

A retórica atinente à defesa da manutenção da unidade territorial e do poderio econômico andreenses permeou as narrativas dissonantes. Segundo elas, São Caetano passaria a apresentar sérios transtornos financeiros, na hipótese de sua elevação a município. Por meio de um panfleto em forma de questionário, distribuído às vésperas da realização do plebiscito, foram encaminhadas à população local dez perguntas no sentido de convencê-la a não sufragar o seu apoio à autonomia política da cidade. Entre os questionamentos feitos, destacam-se os seguintes:

- 6) V. [você] gostaria de ser obrigado a pagar as **despesas** de novas instalações da Prefeitura em São Caetano, nova Câmara Municipal, etc?
- 7) V. gostaria de ajudar a pagar os novos funcionários de São Caetano; a comprar moveis, maquinas, automoveis, etc., para a nova Prefeitura?
- 9) V. ficaria contente se em vêz de mais escolas, como prometem os separatistas, as que já existem fossem fechadas por falta de verba para pagar as professoras?
- 10) V. seria capaz de montar outra Prefeitura em São Caetano só para que alguns seus conhecidos, que **estão desempregados**, pudessem obter colocação?¹¹⁵

¹¹³ NÃO permita que se cometa esse crime contra o povo de São Caetano e Santo André! *Panfleto*, São Caetano, 1948.

¹¹⁴ CONTRA o desmembramento. *A Gazeta*, São Paulo, 17 mai. 1948.

¹¹⁵ COMO você deve votar? *Panfleto*, São Caetano, 20 out. 1948.

Em diálogo com tais questões, e as endossando, um outro panfleto produzido pelo segmento opositor elencou uma série de justificativas para a continuidade da subordinação político-administrativa de São Caetano a Santo André:

1º. – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque ela tirará metade das nossas forças e exigirá o dobro de sacrifícios.

2º. – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque nós, Povo de São Caetano, é que teremos de pagar as instalações de nova Prefeitura, nova Câmara Municipal, novas Diretorias. Seções, moveis maquinas, centenas de funcionários, etc. etc. nos agravando com impostos pesadíssimos.

3º. – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque sou realmente amigo de São Caetano e não desejo vêr este nosso Povo entregue às mãos de aventureiros que desejam transformar esta cidade em propriedade sua ou em campo de experiencias (cabeça de ponte?) de suas doutrinas extremistas.

4º. – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque ela será o primeiro passo para a anexação à São Paulo e então... São Caetano passará a ser um arrabalde lonquino e completamente abandonado, como os outros bairros afastados da Capital.

5º. – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque São Caetano precisa de agua e não tem manancial proprio. De onde virá a agua? E quanto nos custará?

6º. – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque São Caetano nunca teve um Prefeito como o que agora tem. Em poucos mezes de administração, ANTONIO FLAQUER já fez mais do que todos os outros Prefeitos juntos. Ele muito nos tem ajudado, e mais ainda quer nos ajudar. Devemos voltar-lhe as costas? Não!

7º. – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque ela irá cortar uma cidade.

8º. – VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO, porque de um Municipio rico e poderoso, ela fará dois municipios pobres e sem expressão, sem melhoramentos publicos e sem possibilidades de progresso.

PORISSO, VOTAREI CONTRA A SEPARAÇÃO COM A CÉDULA PRETA, RESPONDENDO NÃO AOS QUE DESEJAM LANÇAR A DESUNIÃO ENTRE O POVO DE SÃO CAETANO.¹¹⁶

De acordo com José Roberto Gianello, em artigo publicado na edição especial de *Raízes*, comemorativa ao cinquentenário da autonomia política de São Caetano, efeméride ocorrida em 1998,

Os anti-autonomistas, liderados por funcionários públicos da Prefeitura de Santo André, voltavam à carga contra o movimento autonomista. Visitavam as indústrias e solicitavam apoio ao prefeito

¹¹⁶ DECLARAÇÃO de voto. Porque votarei contra a separação de São Caetano! *Panfleto*, São Caetano, out. 1948.

de Santo André, argumentavam que a unidade Santo André-São Caetano torna o município verdadeiramente portentoso [...]¹¹⁷

O apoio a Fláquer era, aliás, conclamado em boa parte dos impressos que ajudaram a divulgar a campanha contrária à causa autonomista, conforme pode ser atestado pelos excertos apresentados abaixo, os quais foram extraídos de alguns daqueles impressos:

[...]
São Caetano elegeu o atual prefeito, e a ele devem os verdadeiros defensores do seu progresso econômico e bem estar social, dar o seu incondicional apoio.
A independência de São Caetano, na hora presente, ao invés de representar um benefício, como julgam os incautos e irresponsáveis, acarreta-lhe prejuízos sem conta, parализando obras que estão em andamento e outras de grande vulto e de necessidade imediata, que estão em vias de serem iniciadas, É SIMPLEMENTE DESASTROSA!...
[...]¹¹⁸

Com a palavra “NÃO” da CHAPA PRETA, ANTONIO FLAQUER continuará como nosso Prefeito, para o bem de todos os habitantes de SÃO CAETANO. Às urnas no dia 24 com a CHAPA PRETA, para que permaneça ANTONIO FLAQUER no posto de Prefeito.¹¹⁹

Não se esqueça que só depois de eleito o nosso PREFEITO ANTONIO FLAQUER é que SÃO CAETANO começou a receber melhoramentos. Avante povo de SÃO CAETANO com o PREFEITO ANTONIO FLAQUER. Às urnas, no dia 24 do corrente com a cédula PRETA. O “NÃO” é a esperança e a certeza de melhores dias.¹²⁰

A *Folha da Manhã*, em sua edição de 16 de setembro de 1948, dois dias depois da aprovação da realização do plebiscito em São Caetano por parte da Assembleia Legislativa, concedeu espaço para a fala do prefeito Antônio Fláquer, em razão do alastramento da informação de que a prefeitura de Santo André suspenderia várias obras que estavam em curso no subdistrito são-caetanense, em revida à mencionada aprovação.

Tendo chegado ao nosso conhecimento que a Prefeitura Municipal havia determinado a suspensão das várias obras iniciadas em São Caetano, tais como galeria para águas pluviais, calçamento, esgoto etc., em represália pela aprovação do projeto de resolução, pela

¹¹⁷ GIANELLO, José Roberto, art. cit., p. 12.

¹¹⁸ SANCAETANENSES! Cuidado com os políticos despeitados. *Panfleto*, São Caetano, 1948.

¹¹⁹ POVO de São Caetano. *Panfleto*, São Caetano, out. 1948.

¹²⁰ POVO de São Caetano. *Panfleto*, São Caetano, out. 1948.

Assembleia Legislativa, que determina a realização de plebiscito naquele subdistrito, procuramos ouvir a respeito o prefeito Antonio Flaquer, que assim se expressou:

- Tudo não passa de boatos. Não determinei e nem determinarei a suspensão das obras iniciadas. Elas serão concluídas dentro do prazo fixado e outras serão iniciadas, porque tenho a certeza de que a população laboriosa e ordeira de São Caetano, quando chamada a pronunciar-se no próximo plebiscito, saberá defender a integridade do município de Santo André, que é atualmente o segundo parque industrial da América do Sul para orgulho de São Paulo e do Brasil.¹²¹

Enquanto os opositores da autonomia exaltavam o poder econômico de Santo André, advogando em prol da incolumidade de seu parque industrial, cujo potencial era constantemente propagandeado por eles, e para o qual São Caetano colaborava com suas inúmeras unidades fabris (estas, por sua vez, geravam uma renda superior a 200.000,00 de cruzeiros, segundo dados presentes na documentação concernente à solicitação de plebiscito), os registros pesquisados e os discursos proferidos pelos defensores da autonomia apresentavam uma realidade de problemas e questões, como pôde ser elucidado anteriormente. De acordo com boa parte desses registros sobre a causa emancipacionista, o poderio econômico-industrial de São Caetano não se impunha como fator garantidor de benfeitorias e melhoramentos para a sua vida urbana. Faltava tudo na localidade (rede de esgoto, calçamento das vias públicas, unidade hospitalar, etc), e o desinteresse da administração andreense em reverter tal quadro era ponto pacífico no discurso de líderes do movimento autonomista. Nas narrativas que compõem a memória desse movimento, o descaso do município de Santo André para com o seu subdistrito era sempre destacado. “[...] O que facilitou a autonomia foi, em primeiro lugar, a compreensão do povo e, em segundo lugar, a necessidade absoluta de infra-estrutura, o que foi muito fácil transmitir às pessoas”¹²², apontou Luiz Rodrigues Neves. Para Lauro Garcia, outro líder do movimento separatista, “o Município de São Caetano foi criado pelo não-esforço de Santo André, junto com o povo [...]”¹²³.

Inúmeras eram as demandas locais, mas

[...] o problema maior continuava o da água e esgoto, para o qual havia a promessa de se colocar em prática um projeto arquivado desde

¹²¹ A suspensão da execução de obras municipais em São Caetano. Desmentido do Prefeito de Santo André (transcrito da *Folha da Manhã*, 16 set. 1948). *Panfleto*, São Caetano, 1948.

¹²² FUNDADOR do *Jornal de São Caetano* foi destaque no movimento emancipacionista. *Ratzes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 67-70, out. 1998, p. 70.

¹²³ EX-vereador relembra acontecimentos vividos na Câmara de Santo André, p. 72.

1937 e que seria revisado. O distrito de São Caetano possuía apenas 30 quilômetros de rede de esgoto concluída.¹²⁴

Essa situação, contudo, não impediu que ações contrárias ao movimento emancipacionista continuassem sendo observadas na localidade. Em um panfleto dirigido aos trabalhadores, um texto de conteúdo cortante e ardiloso não poupou alguns nomes (constituídos por comerciantes, em sua maioria) que estavam na liderança do movimento, criando condição para a observância de possíveis tensões entre aquele grupo de trabalhadores e seus patrões. Como nos demais panfletos consultados e aqui citados, este também não aparece subscrito ou assinado.

Olho vivo trabalhadores. Alerta!

Os tubarões disfarçados em cordeirinhos procuram iludir com a capa da autonomia a boa fé dos menos prevenidos. Quem não conhece os tubarões **Bruno Bisquolo, Julio Marcucci, Arthur Garbelotti, Avelino Poli, Benedito Moretti, Jordano Vincenzi, Rafael Luiz, Irmãos Quaglia, Antonio Lojudice, Celso Marchesan, Manoel Moraes, Giacomo Lorenzini** e tantos outros.

Quem não sabe que eles até hoje só arrancaram a “pele” dos que vivem do trabalho.

O bem estar e o progresso de São Caetano, dependem da repulsa concenciosa ao “canto de sereia”, desses velhos e maneirosos tubarões de casaca.

Abaixo os tubarões.¹²⁵

Com um discurso semelhante ao de tal folheto, seguindo a mesma linha argumentativa dele, ou seja, a da desqualificação do movimento autonomista pelo ataque a seus líderes, um outro impresso foi captado pela pesquisa (o qual aparece transcrito mais abaixo), compondo também o rol de materiais constitutivos das polifonias opositoras do movimento. Distribuído às vésperas do plebiscito de 24 de outubro de 1948, o impresso em questão também se destinava à classe trabalhadora local, junto à qual preponderava o operariado. Saliente-se que o percentual da classe operária em São Caetano terminaria a década de 1940 em crescimento. Em 1950, de acordo com um estudo realizado pelo professor Olavo Baptista Filho, a cidade apresentava um total de 13.725 operários, o que equivalia a 22,7% de sua população, que, naquele ano, era de 60.200 pessoas¹²⁶. Considerando uma lista de 11 municípios paulistas, o referido estudo apontou São Caetano como a segunda localidade com a maior porcentagem de trabalhadores operários, ficando atrás, apenas, de Santo André, e

¹²⁴ GIANELLO, José Roberto, art. cit., p. 7.

¹²⁵ *Panfleto*, São Caetano, 1948.

¹²⁶ FILHO, Olavo Baptista apud MEDICI, Ademir, op. cit., p. 94.

à frente de municípios como Sorocaba, Ribeirão Preto, Santos, São Bernardo, entre outros.

Cabe registrar que, relativamente ao ano de 1950, uma pesquisa de autoria de José Roberto Gianello trouxe a campo outros dados acerca do contingente operário de São Caetano. Segundo ele, a localidade possuía, naquele ano, um total de 21.056 operários, distribuídos por suas então 250 fábricas¹²⁷. Embora discrepantes (o que, pela ausência de informações mais detalhadas a respeito dos critérios e balizamento metodológico adotados, torna-se inviável apurar as razões dessa discrepância), os números divulgados por ambos os estudos dão uma mostra do poderio industrial crescente de São Caetano e do potencial de representatividade política de sua classe operária. Diante desse quadro, é compreensível que o grupo articulador da oposição à autonomia nutrisse, em sua oratória, argumentos que inseriam a disputa com os defensores da emancipação nos termos do desenvolvimento econômico e do progresso material, sem perder de vista o operariado. Na tentativa de obter o seu apoio, o segmento opositor da independência político-administrativa de São Caetano recorria a estratégias como a da exploração das contradições existentes entre trabalhadores e seus patrões, como pode ser ratificado:

O momento que passa é grave para a vida de S. Caetano. Ides decidir com os vossos votos o destino de nossa terra. Por isso mesmo deveis pensar maduramente no que ides fazer. Si votardes SIM [pela autonomia – grifos meus] estareis votando com os vossos inimigos de hontem que anularam a ultima eleição [de 9 de novembro de 1947 - grifos meus], desprezando os vossos votos legítimos. Votareis pela subversão da ordem atual? Votareis pela anarquia administrativa e politica que fatalmente destruirá o crescente progresso de S. Caetano? Grandes lutas politicas se travarão pela posse do poder por esses homens que no passado desprezaram os vossos votos. Homens que no momento prometem tudo ao povo de S. Caetano mas que no fundo lutam apenas e unicamente pelos seus proprios interesses. Não vacilarão, muito embora saibam que terão de sacrificar o povo para satisfazer os seus apetites de poder.

TRABALHADOR SEJA UM ELEITOR CONSCIENTE DE VOSSO DEVER PARA COM A NOSSA TERRA! NÃO VOS DEIXEIS ILUDIR POR FALSAS PROMESSAS DE MELHORAMENTOS E QUE NÃO PODERÃO SER FEITOS SEM DINHEIRO! VEDE QUEM SÃO OS CHEFES DO MOVIMENTO SEPARATISTA, NÃO EXISTE ENTRE ELES UM SÓ OPERARIO. São antigos tubarões conhecidos, hoje transformados em salvadores de São Caetano afim de iludir a boa fé dos seus habitantes. Antes mesmo das eleições eles não estão fazendo planos para melhorar as condições de

¹²⁷ GIANELLO, José Roberto. Indústrias registradas na cidade espelham a euforia do pós-guerra. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 22, p. 5-7, dez. 2000, p. 6.

vida do povo mas estão simplesmente cogitando de quem irá dominar e para isso surgiram mais de 12 candidatos a Prefeito de S. Caetano! Não tenhais duvida! para manter a sua nova maquina municipal eles sabem que terão de triplicar os impostos que no final cairão sobre as costas dos trabalhadores já sacrificados com o custo da vida. Às urnas trabalhadores! o vosso voto é secreto. Lutai pelo vosso direito de viver sem novos e inuteis sacrificios. Não vos deixeis iludir pelos falsos amigos!¹²⁸

Cumpra, nesta perspectiva, registrar que, com o crescimento da industrialização na região, a presença maciça da classe operária criou condição para a mobilização da esquerda política. A vitória desta nas eleições municipais de 9 de novembro de 1947 concedeu-lhe visibilidade, assustando os protagonistas da cena governamental regional. Na ocasião, o marceneiro Armando Mazzo fora eleito prefeito de Santo André pelo Partido Social Trabalhista (PST), ao qual se filiou após ter sido decretada, em maio daquele ano, a cassação do Partido Comunista do Brasil (PCB), do qual era membro. Além de Mazzo, outros nomes do PST saíram vitoriosos daquele pleito. Dos 13 vereadores eleitos para a Câmara andreense, quatro eram candidatos por São Caetano: João Sanches, Augusto Corsato, José Benedito de Oliveira e Antônio Fabiano Nogueira Júnior¹²⁹.

Todavia, por força de uma manobra política tramada nos bastidores do poder, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declarou inexistente o diretório estadual do PST e “em consequência inexistentes todos seus atos, inclusive o do registro de candidatos às eleições de 9 de novembro [...]”¹³⁰. Com isso, Armando Mazzo e os vereadores eleitos da referida legenda não puderam tomar posse. Antônio Fláquer, segundo colocado no certame eleitoral, assumiu, assim, o posto de prefeito de Santo André, retomando sua hegemonia política na região. Para defendê-la, lançou mão de uma série de orientações sob a oportuna justificativa do combate ao “perigo vermelho”, discurso político anticomunista, que, no Brasil, fora produzido na primeira metade do século passado, ainda durante a vigência da chamada República Velha, permeando, nos anos subsequentes, as rodas políticas e o imaginário do restante da sociedade nacional, em menor ou maior grau, de acordo com as movimentações e influências conjunturais. Os

¹²⁸ AOS nossos irmãos trabalhadores de São Caetano. *Panfleto*, São Caetano, 1948.

¹²⁹ ANDRADE, Antônio. Amargas lembranças. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 6, p. 59-65, jan. 1992, p. 64.

¹³⁰ INSTALADA a Câmara Municipal. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano II, n. 38, primeira página, 11 jan. 1948.

líderes autonomistas de São Caetano não escapariam das tentativas de enquadramento advindas de tal discurso, sendo rotulados, muitas vezes, de comunistas.

Os não-autonomistas de Santo André acusavam os líderes de São Caetano de comunistas. Fomos chamados, na época, ao Dops (Departamento de Ordem Política e Social). O delegado Ribeiro de Andrade atendeu-nos gentilmente, fez uma série de perguntas, deu risada e encerrou o depoimento, porque não havia nenhum comunista. Foi um pretexto de Santo André para tentar desativar o movimento.¹³¹

Oriundo de família influente política e economicamente na região, Antônio Fláquer era proprietário do Cartório de Registro Civil de São Caetano, o único da cidade, de onde veio uma parcela significativa da votação que recebera nas eleições de 9 de novembro de 1947. Com um caráter fortemente personalista, a oposição ao movimento autonomista acabou, portanto, concentrando-se em sua figura. Desta feita, Fláquer conseguira arregimentar a adesão de uma parte da sociedade local à causa contrária à emancipação muito em função das relações clientelistas e de compadrio que com ela mantinha.

Nesse contexto, um caso bastante emblemático foi o que envolvera a família Massei, cujo posicionamento contrário à emancipação de São Caetano dimensionou-se, com o passar dos anos, em razão, sobretudo, da trajetória política trilhada por um de seus membros no município: Oswaldo Samuel Massei (1921-1973), vereador durante a primeira legislatura de São Caetano do Sul (1949-1953) e prefeito em duas ocasiões (1957-1961 e 1969-1973). Anos depois da concretização do movimento, o líder autonomista Lauro Garcia fez suas ponderações a respeito do assunto:

Quanto ao caso Massei, o fato deles terem se tornado chapa-preta [denominação dada aos que votaram contra a emancipação no plebiscito, numa referência à cor da cédula representativa do sufrágio anti-autonomista – grifos meus] foi uma coisa que marcou o povo. Nem o próprio prefeito, Antônio Fláquer, que era dono do cartório de São Caetano, ficou tão visado como a família Massei. E olha que eles são pessoas ótimas, eu conheci todos eles [...] Fui muito amigo do Francisco Massei, inclusive meu pai era compadre dele, eles eram amigos desde quando ele veio da Itália. [...] Depois de passada a autonomia, passada aquela época de luta, nós continuamos sendo bons amigos, e então ele me disse: “Lauro, eu fiquei chapa-preta não porque fosse um chapa-preta, mas porque o Antônio Fláquer era meu amigo. Ele me procurou em primeiro lugar e eu dei a palavra que ajudaria, depois não poderia voltar atrás.”¹³²

¹³¹ FUNDADOR do *Jornal de São Caetano* foi destaque no movimento emancipacionista, p. 70.

¹³² EX-vereador autonomista relembra acontecimentos vividos na Câmara de Santo André, p. 73-74.

O professor Arnaldo Salvo Conceição, nascido em 30 de novembro de 1937, em São Caetano, ao justificar a não adesão de seu pai, Odilon Conceição, à causa da emancipação, ressalta também que a amizade que havia entre ele e Fláquer fora um fator decisivo para tal posicionamento. “Ele tinha muita amizade com o prefeito de Santo André, na época, Antônio Fláquer, por isso tomou essa posição”¹³³. Proprietário de um açougue na esquina das ruas Amazonas e Niterói, Odilon Conceição foi um dos vereadores de São Caetano junto à Câmara de Santo André, durante a legislatura iniciada em 1948.

Embora a imprensa paulistana tenha aberto espaço, em algumas de suas publicações, como *A Gazeta* e *Diário de São Paulo*, para a veiculação de ideias e argumentos que rechaçavam a autonomia de São Caetano, tal episódio não pode ser concebido como uma forma de oposição regular e bem configurada frente à causa, mas sim como um reflexo da repercussão do assunto para além dos limites da cidade de São Caetano. Cumpre ressaltar que os citados jornais, entre outros da imprensa de São Paulo e região, os quais a pesquisa conseguiu abarcar, tais como *Folha da Noite*, *Hoje*, *A Hora* e *Folha da Manhã*, da mesma forma que divulgaram notícias ou textos contrários à emancipação, abraçaram também, em determinados momentos, pautas de apoio, em uma demonstração de posição flutuante em face da questão.

Bastante distinto foi o posicionamento da imprensa de São Caetano. Se, por um lado, a autonomia fora defendida, irrestrita e incisivamente, pelo *Jornal de São Caetano*, conforme relatado, com detalhes, em outro momento deste texto, teve, por outro, o seu ideal refutado pelo semanário *O Município*.

Apresentando-se como “órgão dedicado aos interesses do Município de Santo André e do Povo”, o referido semanário começou a circular em São Caetano no dia 9 de julho de 1947. Instalado, provisoriamente, na Rua Serafim Constantino, n. 19, sala 8, pertencia à Sociedade Editora O Município Ltda.. O diretor do semanário era Severino Alves Guimarães, jornalista ligado ao Partido Social Progressista, em cujo diretório municipal de Santo André ocupava a função de segundo secretário, tendo sido ainda oficial de gabinete na prefeitura desse município.

Quando o periódico iniciou suas atividades, a equipe de redatores era formada por Oswaldo Giampietro, Mauro Corvello, Luiz Lobo Neto (que, posteriormente, viria a

¹³³ BRUNO, Caio. Computadores, cálculos, lousa e a vida. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 60, p. 50-52, dez. 2019, p. 51.

ocupar o posto de vereador na Câmara andreense) e Manoel Claudio Novaes. O redator-chefe era S.L. Guedes de Souza. Apresentando quatro páginas e cinco colunas, era impresso na tipografia Ostrensky em São Paulo¹³⁴.

A sociedade à qual o jornal pertencia era uma sociedade por quota presidida por João Roberto Insuela, tendo como vice-presidente, Rafael Pandolfi; secretário, Anacleto Campanella; e tesoureiro, Antônio de Andrade. “Com o desenvolvimento da campanha emancipatória os sócios se dividiram contra e a favor da separação de São Caetano”¹³⁵, expôs Valdenízio Petrolli, esclarecendo também que

O presidente da sociedade, João Roberto Insuela e o diretor do jornal, Severino Alves Guimarães, com o pseudônimo de *Oniveres*, iniciaram uma campanha contra a emancipação pelas páginas do *O Município*. Quando o jornal completou um ano de circulação, apenas os dois estavam frente à sociedade que começou a acumular prejuízos, o que levou Insuela a desabafar. Note-se que o jornal foi fundado para defender o Município de Santo André. A separação de São Caetano foi posterior à fundação do jornal. Não poderiam os amigos querer que eu, residindo e tendo naquele distrito meus interesses e meio de vida, optasse pela luta contra Santo André. Não contando com o apoio do comércio e nem da indústria, recebendo do governo apenas aquilo que era devido à empresa em troca de serviços ganhos em lícita concorrência e que, no entanto, é insuficiente para atender às despesas de manutenção, julgamo-nos desobrigados de continuar numa luta inglória, que só aborrecimentos e trabalhos nos tem propiciado.¹³⁶

O Município chegou à edição de n. 65, datada de 2 de outubro de 1948, quando circulara pela última vez, 22 dias antes da realização do plebiscito que concedeu a autonomia político-administrativa a São Caetano. Com a observância desta, a retórica de exaltação ao progresso local ganhou novos significados e sentidos.

Se, no contexto dos embates travados durante a campanha autonomista, essa retórica era apropriada com o fito de gerar narrativas que pudessem justificar a emancipação pela ênfase dada à situação de discrepância entre o poderio econômico da cidade e suas condições precárias de infraestrutura urbana, após a criação do município sul-são-caetanense, a retórica a respeito do progresso local deixa de ser apenas um contraponto nos enunciados discursivos sobre a cidade, assumindo um papel mais incisivo frente a eles. Ao permeá-los, essa retórica contribuirá para a própria produção da imagem de uma São Caetano pujante e desenvolvida.

¹³⁴ PETROLLI, Valdenízio. A participação da imprensa na emancipação política. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 45-48, out. 1998, p. 46.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 47.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 47.

Simbolicamente, é possível dizer que os sentidos com que é diferentemente utilizada nas conjunturas da campanha emancipacionista e dos primeiros anos da vida municipal da cidade selam a passagem de “Zé Caetano” (personagem cujas características aludem às contradições que cercavam a localidade antes de sua autonomia política) para o “Príncipe dos Municípios”. Embora surgida ainda no contexto da luta autonomista, tal expressão passou a ser utilizada com frequência nos anos iniciais da trajetória municipal da cidade, traduzindo o qualificativo de grandeza por meio do qual o então recém-constituído município de São Caetano do Sul buscava, identitariamente, referenciar-se e se projetar.

1.2 De “Zé Caetano” a “Príncipe dos Municípios”

O complexo processo de criação identitária em uma cidade compreende as memórias nela em cena, bem como “[...] seus usos e manipulações; as hierarquias das lembranças; as ordenações do passado; os esquecimentos e ocultamentos; as representações do presente e as projeções do futuro [...]”¹³⁷. Ou, conforme endossa Sandra Jatahy Pesavento, “[...] pressupõe pensar para muito além do espaço, enveredando pelo caminho das representações simbólicas da urbe [...]”¹³⁸.

As narrativas veiculadas pelo *Jornal de São Caetano*, a partir de suas múltiplas linguagens, como ilustrações, fotografias, editoriais e reportagens diversas, concorreram para a produção da dimensão simbólica da localidade sul-são-caetanense. Por força do conjunto imagético oriundo dessas narrativas, o jornal acabou por contribuir para a construção identitária local. Mesmo no período anterior ao da consecução de sua emancipação política, a cidade ganhava relevo frente a suas editoriais, colaboradores e seções. O periódico conseguia, dessa forma, manter vivo, em seus leitores, um sentimento de pertença e elevação junto à urbe, em uma conjuntura desfavorável para a cidade, que se via dentro de um panorama de subordinação aos interesses andreenses.

Como lembrou Oscar Garbelotto, “seus entusiasmados artigos sempre destacavam a riqueza da cidade e o descaso das autoridades de Santo André”¹³⁹. Para José de Souza Martins, o *Jornal de São Caetano* foi “o grande responsável pela

¹³⁷ MATOS, Maria Izilda Santos de. *A cidade, a noite e o cronista*: São Paulo e Adoniran Barbosa. Bauru: Edusc, 2007, p. 72.

¹³⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 279-290, 1995, p. 282.

¹³⁹ GARBELOTTO, Oscar. História vivida há meio século sob a visão juvenil de um sancaetanense. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 91-96, out. 1998, p. 93.

construção e consolidação de uma consciência de localidade no povo desse município”¹⁴⁰. Por meio de discursos de exaltação à pujança local, os quais eram habituais em suas páginas, o jornal municiaava o imaginário são-caetanense, disseminando representações enaltecidas acerca da cidade.

Tal imaginário exercia, portanto, um papel relevante frente a referenciais que ajudariam a construir o que seria a identidade de São Caetano do Sul, mostrando a sua capacidade de estabelecer relações com outras categorias da esfera identitária. Ao discutir as questões que permeiam o campo categorial do imaginário social, Bronislaw Baczko destaca que é através dele que “uma coletividade designa a sua identidade [e] elabora uma certa representação de si [...]”¹⁴¹.

Uma das categorias-chave da presente pesquisa, a representação, enquanto instrumento de construção de sentidos para a realidade social, é aqui concebida a partir das proposições teóricas de Roger Chartier, principalmente as veiculadas no texto *O mundo como representação*¹⁴².

O processo de produção de sentidos implícito nas representações impõe-se, por sua vez, pelo dinamismo, de modo a acompanhar as variações de interesses e as oscilações nas relações de poder em cada conjuntura. Nesta perspectiva, bastante pertinentes são também as reflexões apresentadas por Howard Becker, para quem o universo representacional insere-se em uma vasta e complexa esfera organizacional, na qual produtores e usuários de representações atribuem significados para o mundo social, desencadeando uma intrincada comunidade interpretativa¹⁴³.

Conforme aponta Juvenal de Carvalho Conceição, “os sentidos nunca são fixos, nem temporal, nem espacialmente. Serão sempre móveis, dinâmicos, nunca podem ser fixados em definitivo, pois os sentidos têm História”¹⁴⁴. Daí, a razoabilidade de se pensar as representações construídas pelo *Jornal de São Caetano* sobre a localidade em diálogo com questões e interesses que estavam postos, então, na cidade, dentro de uma dada conjuntura histórica.

No que concerne ao movimento autonomista, a sucessão de material proveniente do jornal ajudou a constituir referências de enaltecimento ao episódio e à figura de seus

¹⁴⁰ MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: RODRIGUES, Mário Porfírio, op. cit., p. 11.

¹⁴¹ BACZKO, Bronislaw, Imaginação social, In: LEACH, Edmund et alii, op. cit., p. 309.

¹⁴² CHARTIER, Roger, art. cit.

¹⁴³ BECKER, Howard S. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

¹⁴⁴ CONCEIÇÃO, Juvenal de Carvalho. *Em Pauta: Veja, Tempo e as representações de África*. 2019. Tese (Doutorado em História). Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2019, p. 36.

líderes, e a compor o cabedal de representações que alimentou o imaginário social e a memória do referido movimento na localidade, em uma emaranhada trama de percepções, interesses e utopias.



Imagem 03 - Primeira página da edição de 31 de outubro de 1948 do *Jornal de São Caetano*. A vitória autonomista foi comemorada efusivamente pelo periódico, o grande articulador da causa e da campanha em prol da emancipação da cidade

Crédito/*Jornal de São Caetano*, ano III, n. 63, primeira página, 31 out. 1948

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Reprodução fotográfica/Antônio Reginaldo Canhoni (Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul)

Junto aos materiais sobre a causa emancipacionista produzidos e/ou divulgados pelo periódico, destacam-se, de maneira emblemática, as charges do ilustrador Jayme da Costa Patrão, cuja colaboração para o *Jornal de São Caetano* iniciou-se em 1948, ano da efetivação do movimento autonomista. Integrante da liderança desse movimento, Costa Patrão nascera em São Paulo, no dia 27 de abril de 1917, e faleceu em São Caetano do Sul, em 29 de fevereiro de 2004. Em 1924, ainda menino, chegara à cidade, onde, com o passar dos anos, construiu a sua trajetória profissional. Trabalhou na Fábrica de Louças Adelinas, primeiro como desenhista, depois como chefe do setor artístico. Posteriormente, abriu sua própria empresa, a Cerâmica Artística da Costa. Teve a sua carreira como chargista iniciada no jornal *O Município*, semanário contemporâneo ao *Jornal de São Caetano*, mas, ao contrário deste, não defensor do ideal separatista.

Além das charges, Jayme da Costa Patrão deixara a este último um legado infindável de ilustrações, como as publicadas nas edições comemorativas ao aniversário da cidade. Sem desconsiderar a importância de tais ilustrações, cujos sentidos dão margem a pertinentes reflexões sobre as representações pujantes acerca de São Caetano, foram as suas charges que se notabilizaram nas páginas do jornal.

Valendo-se de uma linguagem tão singular como a chargística, o *Jornal de São Caetano* conseguiu incrementar o conjunto de instrumentos editoriais convencionais que vinha utilizando na defesa e divulgação da causa autonomista, como a publicação de artigos, reportagens, pareceres, convocações, etc. Gênero consagrado no meio jornalístico e com uma tradição construída na imprensa brasileira a partir das últimas décadas do século XIX, sobretudo por meio de revistas ilustradas, a charge conseguira conquistar o seu espaço naquele jornal.

Considerando o poder de alcance e o apelo popular da representação chargística, quer pelo tom de humor que a acompanha, quer pela crítica satírica que realiza, supõe-se que o *Jornal de São Caetano* tenha a adotado com o propósito de propagar o ideal da autonomia junto ao maior número possível de leitores que compunham o seu público. Ao assim proceder, a direção do periódico teria a real possibilidade de ampliar o grupo de apoiadores da emancipação política de São Caetano, pauta em torno da qual orbitava boa parte de suas editorias em 1948.

Como explica José Marques de Melo,

o universo opinativo do jornal e da revista não se limita ao texto, mas incorpora igualmente a imagem. O uso da imagem como instrumento de opinião atende, muitas vezes, o imperativo de influenciar um público maior que aquele dedicado à leitura atenta dos gêneros opinativos convencionais: editorial, artigo, crônica etc.¹⁴⁵

Com a carga política e a irreverência ácida típicas de outros personagens do universo do humor gráfico¹⁴⁶, “Zé Caetano” surge na cena do então subdistrito de São Caetano, representada no jornal a partir da perspectiva de Jayme da Costa Patrão. Inspirado em Juca Pato¹⁴⁷, principal criação do famoso cartunista Belmonte, “Zé Caetano” simboliza os anseios em favor da autonomia política da localidade e as contestações em face das condições urbanas precárias que aí sobejavam.

¹⁴⁵ MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 162 apud NERY, João Elias. A charge como gênero opinativo na imprensa brasileira. *Comunicação e Sociedade*, São Bernardo do Campo, n. 28, p. 45-60, 1997, p. 48. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/7992/6774>>. Acesso em: 6 abr. 2020.

¹⁴⁶ O universo do humor gráfico constitui um tema profícuo de pesquisa, sendo densamente abordado em trabalhos acadêmicos oriundos de diferentes áreas do conhecimento, dentro da alçada das chamadas ciências humanas. Entre esses trabalhos, pode ser destacado o de autoria de Rogério Souza Silva, apresentado, originalmente, em 2014, como tese de Doutorado junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Intitulado *Modernidade em desalinho: costumes, cotidiano e linguagens na obra humorística de Raul Pederneiras (1898-1936)*, tal trabalho propõe reflexões sobre a produção do referido artista no campo do humor, adentrando em aspectos da modernidade da vida urbana do Rio de Janeiro, uma de suas temáticas prediletas.

¹⁴⁷ Juca Pato foi criado em 1925. Segundo consta, o “Pato” do nome do personagem fora adotado ironicamente, uma vez que se tratava de gíria bastante comum na época, utilizada para caracterizar a ingenuidade ou tolice de alguém. Tal qualificativo, contudo, não condizia ao perfil de Juca, notabilizado por seu espírito de contestação, perspicácia e inconformismo. Ao longo de sua trajetória, Juca Pato questionou as autoridades políticas sobre suas responsabilidades públicas, denunciando o descaso com que tratavam a população e a cidade. Tais peculiaridades transformaram Juca Pato no principal personagem do cartunista Belmonte, pseudônimo do paulistano Benedito Carneiro Bastos Barreto, um dos principais representantes do humor gráfico brasileiro, com destacada atuação junto a revistas satíricas e jornais da chamada grande imprensa, como *Folha da Noite* e *Folha da Manhã*. ORENSTEIN, José. Quem foi Belmonte, o cartunista que desafiou Getúlio e Hitler. Disponível em: <www.nexojornal.com.br>. Acesso em: 5 abr. 2020.



Imagem 04 - "Zé Caetano", em uma de suas muitas aparições no *Jornal de São Caetano*, defendendo a autonomia da cidade
Crédito/*Jornal de São Caetano*, ano III, n. 60, última página, 10 out. 1948
Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul
Reprodução fotográfica/Ari Tonon (Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul)

Nas palavras de Sônia Maria Franco Xavier, organizadora de uma publicação sobre a importância das charges de Costa Patrão para a visibilidade simbólica do movimento autonomista, o icônico personagem aparece descrito com uma riqueza de detalhes, os quais encaminham informações para o aprofundamento da análise sobre ele.

Zé Caetano [...] nasceu para lutar pela autonomia e para simbolizar em sua figura nossa cidade. O traje, a rigor da cintura para cima, significava prosperidade, poder econômico, o sonho de independência e de liberdade e, da cintura para baixo, a vestimenta era pobre [...], dando a impressão de alguém relaxado, abandonado, pouco cuidado. Por analogia, *Zé Caetano* era um rico-pobre. Rico nos ideais, nos sonhos, nas arrecadações da indústria e do comércio e pobre no seu aspecto urbano.¹⁴⁸

¹⁴⁸ XAVIER, Sônia Maria Franco (Org.). *Jayme da Costa Patrão: um traço marcante na autonomia*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998, p. 9.

“Zé Caetano”, com a sua vestimenta desarmoniosa, firmou-se como a síntese figurativa da realidade contrastante sob a qual vivia São Caetano, em fins da década de 1940: poder econômico, de um lado, e precárias condições urbanas, por outro. Em várias charges publicadas em edições de 1948 do *Jornal de São Caetano*, o personagem idealizado por Jayme da Costa Patrão aparece em diálogos com Antônio Fláquer, prefeito de Santo André (referenciado, irreverentemente, como *seo Tônico* – vide imagens na sequência); e outros nomes do segmento opositor da autonomia, como alguns vereadores da Câmara andreense, em uma alusão irônica e contestadora a acontecimentos observados ao longo da campanha, no contexto dos embates entre autonomistas e seus opositores.



Imagem 05 - Crédito/*Jornal de São Caetano*, ano II, n. 46, primeira página, 18 abr. 1948
Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul
Reprodução fotográfica/Antônio Reginaldo Canhoni (Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul)

Autonomia & Dinheiro



ZÉ CAETANO: Então «seo» Tônico enquanto o seu órgão oficial diz que não haverá plebiscito a Comissão de Estatística aprova a nossa representação.

«SEO» TÔNICO: Não ha de ser nada. Existe mais dinheiro para gastar no plebiscito.

ZÉ CAETANO: Dinheiro de quem?...

Imagem 06 - Crédito/*Jornal de São Caetano*, ano III, n. 57, última página, 5 set. 1948
Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul
Reprodução fotográfica/Ari Tonon (Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul)

A vitória do movimento autonomista no plebiscito de 24 de outubro de 1948, que registrara 8.463 votos favoráveis à emancipação política da localidade e 1.029 contrários, significou, no plano simbólico, a oportunidade de recuperação de um aspecto remetente às raízes identitárias da urbe: a denominação.

Tendo sido banida da documentação oficial expedida, na região, a partir de 1º de janeiro de 1939, a nomenclatura São Caetano voltaria, com a consolidação da autonomia política, a figurar nos atos administrativos concernentes à localidade. Com a criação do município de São Caetano pela Lei Estadual de n. 233, de 24 de dezembro de

1948¹⁴⁹, foi acrescido ao nome da cidade, o qual remonta à primeira metade do século XVIII (vide nota 179), o apêndice “do Sul”, a fim de diferenciar o novato município da agora região do ABC de um homônimo situado em Pernambuco.

A partir de então, observou-se uma euforia junto às forças sociais detentoras dos poderes político e financeiro no sentido de exaltar o recém-criado município sul-são-caetanense. Não raras foram, nesse contexto, as veiculações de discursos propagadores de expressões representativas do poderio econômico do novel município, abrindo caminho para a fixação de uma imagem pujante de São Caetano. E, por que não dizer, para a construção também de algo maior e mais enredado, alusivo a referências ensejadoras de seu processo de afirmação identitária?

Durante ainda a apreciação do processo relativo à autonomia de São Caetano, na Assembleia Legislativa do Estado, foram registradas falas enaltecidas proferidas por deputados que assumiram a defesa da emancipação política da cidade, como a que segue transcrita, atribuída a Gabriel Migliori:

[...] Enquanto na Assembléia Estadual, os debates continuavam a favor e contra a autonomia de São Caetano, vale a pena registrar um aparte do deputado Gabriel Migliore, durante o discurso do deputado Sebastião Carneiro. “Sabe V. Excia. que São Caetano um distrito pequeníssimo é o que oferece entre aqueles que pleiteiam a sua elevação a município, a maior receita, tem a maior população. Entretanto, quanto às suas dimensões territoriais, é pequenino: é uma espécie de Suíça, não quanto ao saber e a cultura, mas quanto ao seu desenvolvimento geral. É uma espécie de Suíça dentro de São Paulo.”¹⁵⁰

Interessante notar, em seu discurso, a ênfase dada ao desenvolvimento da localidade, em razão da junção de alguns fatores, como os relativos à sua arrecadação financeira, índice populacional e extensão territorial. Esta, por ser exígua, aliada à observância de uma alta receita econômica, deu margem à comparação feita pelo deputado na ocasião. Segundo ele, São Caetano era uma espécie de Suíça, por força das características ressaltadas, as quais, na visão dele, assemelhavam-se às apresentadas por

¹⁴⁹ A referida lei fixou o quadro territorial, administrativo e judiciário do Estado de São Paulo para o período situado entre 1949 e 1953. Por meio dela, estabeleceram-se também os limites e divisas de cada município integrante daquele quadro territorial. São Caetano do Sul, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 3º da dita lei, em consonância com o seu anexo dois, teve suas divisas definidas junto aos municípios de São Paulo, Santo André e São Bernardo do Campo. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Lei Estadual n. 233*. São Paulo, 24 dez. 1948. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1948/lei-233-24.12.1948.pdf>> Acesso em: 6 abr. 2020.

¹⁵⁰ Apud GIANELLO, José Roberto, São Caetano, 24 de outubro de 1948. O nascimento de um município, p. 14.

tal país, exceto no que tangia a aspectos como os concernentes ao saber e à cultura. Nesse ponto, a fala de Migliori sugere algumas questões que denunciam certo preconceito, à luz de uma mentalidade eurocêntrica, atrelada à persistência de situações coloniais junto a um espectro lato de relações hierarquizadas, configurando o que Aníbal Quijano conceituaria, em fins do século passado, como colonialidade do poder¹⁵¹. Em suas observações, estaria o deputado referindo-se ao nível de instrução formal, ou seja, ao grau de escolaridade da população de São Caetano? Em termos da oferta insuficiente de estabelecimentos de ensino na localidade na época, pode-se supor, com segurança, os números insatisfatórios que possuía no quesito escolarização.

Uma outra expressão, que se tornaria a mais popular e representativa, surgira também nesse contexto dos debates na Assembleia Legislativa, em 1948. O deputado Cunha Bueno (PSD), reconhecido pela história oficial do movimento autonomista de São Caetano como um de seus líderes, ao se referir à cidade, designou-a de “Príncipe dos Municípios”, conferindo-lhe destaque especial, dentre todas as demais localidades que também pleiteavam a sua elevação a município. Segundo ele, São Caetano era a que “maiores méritos possuía, por sua pujança, por seu povo, por seu progresso”¹⁵².

Apropriada pelo *Jornal de São Caetano*, a mencionada expressão era recorrente, sobretudo em editoriais que enalteciam o poderio econômico da cidade, como as publicadas durante os festejos de seu aniversário, revelando a intenção de se construir uma imagem pujante de São Caetano, capaz de refletir e simbolizar aquele poderio. Assim, o designativo “Príncipe dos Municípios” firmou-se como alcunha símbolo da localidade, a expressão que representava os anseios e interesses em curso na conjuntura histórica da autonomia político-administrativa de São Caetano.

Embora tivesse surgido no ano de 1948, sob a conjuntura emancipacionista, a expressão continuou sendo utilizada pelo jornal nos anos subsequentes, em contextos de exaltação ao nível de desenvolvimento e progresso do novato município sul-são-caetanense, como elucida o texto abaixo, de 1951:

Em fins do mês passado, transcorreu o segundo aniversário da criação do nosso município através da Lei Estadual n. 233 [...] Infelizmente, não tivemos as comemorações que se esperavam e que seriam

¹⁵¹ Para mais informações sobre o assunto, consultar: GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

¹⁵² LODUCA, Wilson. *São Caetano: de várzeas alagadiças a “Príncipe dos Municípios”*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1999, p. 210.

perfeitamente lógicas. No entanto, sempre é interessante abordar alguns aspectos da situação demográfica – financeira – econômica de São Caetano do Sul no conjunto das unidades municipais paulistas [...] Foi divulgado o resultado oficial do recenseamento operado em julho último, mostrando que o Estado conta com uma população de 9.179.050 pessoas [...] Confirmando os números já divulgados, para o nosso município foi verificada a existência de 60.200 habitantes. [...] Vê-se, claramente, que nos enfileiramos entre as cidades mais populosas e tradicionais do Estado, como uma demonstração incontestada da pujança demográfica de nossa gente e comprovação da necessidade e oportunidade do movimento autonomista vitorioso. [...] Na parte financeira-econômica é também das melhores a situação local. Nossas indústrias, a grande força de propulsão do progresso de São Caetano do Sul, nos dão as melhores esperanças e as mais confortadoras expectativas quanto ao nosso futuro econômico. E convém não esquecer a contribuição, das mais valiosas, do comércio e de outros setores de atividades, para o desenvolvimento cada vez maior deste pedaço de chão bandeirante. E a demonstração maior da vitalidade financeira do município é encontrada no montante do orçamento para o exercício corrente, que orça pela casa dos trinta milhões de cruzeiros, num aumento vertiginoso influenciado sem dúvida mais pelo progresso da cidade do que pelos reajustamentos de impostos [...]

Não possuímos dados estatísticos atuais, mas, baseados em informes [...] estamos convencidos de que São Caetano do Sul ocupa posição invejável entre as células mais progressistas do Estado, no que concerne a arrecadação. Podemos afirmar, pois, salvo engano, que ocupamos o sexto lugar em São Paulo, sendo superados apenas pela Capital e por Santos, Campinas, Santo André e Sorocaba. Fica também patente que lideramos os 65 municípios novos, fazendo jus ao título que ostentamos de Príncipe dos mesmos. [...]¹⁵³

É importante ressaltar que, nesse período dos primeiros anos do município de São Caetano, outras expressões de significado semelhante ao desta foram também utilizadas pelo *Jornal de São Caetano*, ampliando a listagem de representações sob a qual a imagem de uma urbe pujante e grandiosa vinha sendo produzida. Ou, como apontava, em 1953, o jornal, uma “São Caetano do Sul [...] faustosa, moderna, culta e operosa”¹⁵⁴. Em 1955, o periódico referia-se ao “Príncipe dos novos municípios paulistas” e à sua posição de destaque no estado e no país nos seguintes termos:

Projeta-se nosso município cada vez mais no cenário político-administrativo do país. Tal é o brilho de seu progresso que êle se situa entre os de primeira grandeza no seio das 1894 municipalidades brasileiras.

¹⁵³ CAMINHA São Caetano para seus altos destinos. Dados impressionantes sobre o “Príncipe dos Novos Municípios” – na passagem do segundo aniversário da cidade São Caetano, o Pequeno Grande. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 163, primeira página, 6 jan. 1951.

¹⁵⁴ GUZZO, Éde. 76º. aniversário da fundação de São Caetano do Sul. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 338, última página, 4 jul. 1953.

Ainda agora, como que num régio presente à cidade [...], chega-nos a notícia de que no concurso¹⁵⁵ promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal, do Rio de Janeiro para julgar quais os municípios de maior progresso São Caetano do Sul está classificado para a finalíssima [...]

É plenamente justificado êste nosso orgulho: justificado e legítimo. Sim: São Caetano do Sul que até 1948, era apenas e simplesmente um sub-distrito de Santo André, ao qual tudo dava e nada recebia, tão logo conquistou sua almejada alforria [...] iniciou sua triunfal trajetória que ninguém mais poderá deter.

Bastante feliz foi o meritíssimo juiz de direito quando em seu discurso de instalação da nossa comarca¹⁵⁶ cognominou-a de “fôrja de gigantes.” [...]

Seja êste nosso registro especial da alviçareira nova, nossa modesta contribuição às festividades que fazem hoje engalanado o “Príncipe dos novos municípios paulistas,” ou “a cidade que mais progride” ao lado da “cidade que mais cresce no mundo.”

Repitamos, pois, todos, com ufania:

“Isto é São Caetano do Sul!”¹⁵⁷

Saliente-se, de passagem, que a referência à pujança sul-são-caetanense é feita em paralelo à da capital paulista no trecho final do texto transcrito acima, por meio de duas expressões produzidas para representar, respectivamente, o desenvolvimento de São Caetano e de São Paulo: “a cidade que mais progride”, “a cidade que mais cresce no mundo”.

Silvio Luiz Lofego, em sua pesquisa sobre a comemoração do IV Centenário de São Paulo (1954), encaminha reflexões que clareiam algumas questões que tangenciam o processo de construção da identidade de São Paulo, concedendo elementos para a própria discussão da produção identitária sul-são-caetanense. A ideia de que a capital paulista teve a sua identidade forjada no entrelaçar da imagem de grande metrópole, construída na época da celebração daquela efeméride, com uma memória que pudesse espelhá-la¹⁵⁸ remete ao que fora observado em São Caetano.

A partir de 1948, em face do quadro conjuntural de sua autonomia política e de sua afirmação como município, os enunciados de exaltação ao seu potencial econômico,

¹⁵⁵ Informações detalhadas sobre este concurso encontram-se no terceiro capítulo da presente tese, mais precisamente no item que trata do Viaduto dos Autonomistas.

¹⁵⁶ A comarca de São Caetano do Sul foi criada pela Lei Estadual de n. 2.456, de 30 de dezembro de 1953, e solenemente instalada no dia 3 de abril de 1955. Para mais informações sobre o tema, consultar: HILDEBRAND, Antônio Carlos de Abreu. A comarca. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 5, p. 98, jul. 1991; e ORTEGA, Cristina. A criação da comarca judiciária de São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 33, p. 49-53, jul. 2006.

¹⁵⁷ BONITATIBUS. A pujança de S. Caetano do Sul. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano X, n. 542, última página, 28 jul. 1955.

¹⁵⁸ LOFEGO, Silvio Luiz. 1954 – A cidade aniversariante e a memória coletiva. O IV Centenário da cidade de São Paulo. *Projeto História*, São Paulo, n. 20, p. 301-314, abr. 2000, p. 302.

difundidos por edições do *Jornal de São Caetano*, dão conta de fomentar a construção da imagem de uma São Caetano da pujança e do desenvolvimento.

Nesse processo, tal imagem encontrou eco e legitimidade em narrativas memorialísticas construídas sob a ânsia da busca de um passado que pudesse se conectar àquela conjuntura inaugurada em 1948, de forte clamor identitário, traduzido por referências de enaltecimento à grandeza do recém-criado município sul-são-caetanense. Tributário da invenção da identidade de São Caetano do Sul, que se punha em marcha então, esse passado foi selecionado e eleito, sendo representado naquelas narrativas de forma grandiosa, eloquente e triunfal, a fim de que pudesse revelar as bases ou sementes, bem como os personagens pioneiros (transformados em heróis), do progresso da cidade.

No cenário da São Caetano autônoma, narrativas memorialísticas passaram, portanto, a fervilhar, reivindicando um espaço junto ao imaginário local, o que se procedia, não raro, em uma alternância de disputas, tensões e convergências entre elas. Enquanto um dos principais meios difusores das mesmas, o *Jornal de São Caetano* contribuiu não só para lhes conceder visibilidade, mas, sobretudo, para o seu próprio processo de construção.

O próximo capítulo discutirá esta e outras questões concernentes ao processo de construção das memórias que serviram de base para o forjamento de um passado que pudesse espelhar toda a grandiosidade identitária que se queria para São Caetano do Sul no início de sua vida como município.

CAPÍTULO II

DISPUTAS, TENSÕES E CONVERGÊNCIAS: MEMÓRIAS FERVILHAM NA SÃO CAETANO AUTÔNOMA

2.1 A memória italiana e a cidade aniversariante

O passado de uma cidade, região ou país revela-se como campo de disputas, por força do utilitarismo que permeia a relação entre ele, os grupos e os projetos políticos hegemônicos. Estes, ao se apropriarem do passado de uma localidade, produzem narrativas que se coadunam com seus interesses, expectativas e anseios. Os sentidos que são atribuídos a tais narrativas são “plenos de referências de poder”¹⁵⁹, como alerta a historiadora Maria Izilda Santos de Matos. Daí ser o passado “[...] um instrumento eficiente na construção e hierarquização do poder”¹⁶⁰, e o controle da memória “uma estratégia política vital das classes dominantes”¹⁶¹.

Para Jacques Le Goff,

Se tornarem senhores da memória e dos esquecimentos é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.¹⁶²

Em 1948, por ocasião da luta autonomista e da criação do município de São Caetano do Sul, o enaltecimento às qualidades econômicas da urbe tornou-se artifício recorrente nas páginas do *Jornal de São Caetano*. A questão identitária aflorou-se na cidade em face de sua nascente vida municipal, colocando em proeminência o interesse de se construir uma imagem pujante acerca dela, agregadora de referências ou códigos que criam marcas e particularizam-na enquanto tal, nas quais “as pessoas se reconhecem”¹⁶³.

Partícipes do processo de construção da imagem da pujança, as narrativas memorialísticas impuseram-se como um dos referenciais identitários do recém-criado município de São Caetano do Sul. Se, no processo de produção das memórias de São

¹⁵⁹ MATOS, Maria Izilda Santos de, *A cidade, a noite e o cronista*: São Paulo e Adoniran Barbosa, p. 72.

¹⁶⁰ LOFEGO, Silvio Luiz, *IV Centenário da cidade de São Paulo*: uma cidade entre o passado e o futuro, p. 25.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 26.

¹⁶² LE GOFF, Jacques, *op. cit.*, p. 426 apud LOFEGO, Silvio Luiz, *op. cit.*, p. 26.

¹⁶³ D’ALESSIO, Márcia Mansor, *art. cit.*, p. 279.

Paulo, “o bandeirante foi o mito eleito como marca do espírito paulista [...]”¹⁶⁴, no tocante à construção memorialística alusiva a São Caetano, a aura mítica fora direcionada ao imigrante italiano, instalado no núcleo colonial local no dia 28 de julho de 1877.

Em 1927, por ocasião das comemorações do cinquentenário da inauguração de tal núcleo, a nascente elite industrial da localidade, então um distrito de São Bernardo, produziu, por meio dos eventos promovidos, uma memória triunfalista a respeito do grupo pioneiro de italianos daquele núcleo (a qual foi retomada, com força, após a autonomia política da cidade, como será abordado adiante). Contemplada em uma narrativa heroica centrada na aclamação dos feitos e esforços dos primeiros imigrantes, a referida memória sinaliza para questões que perscrutam os processos de constituição memorialística como um todo, alinhavados, dialeticamente, por intencionalidades e interesses de grupos sociais que revelam e ocultam, enaltecem e excluem determinados agentes históricos dos enunciados evocativos do passado de uma cidade, região ou país.

A memória italiana construída na ocasião dos festejos de 1927 impregnou-se das intenções e concepções do grupo que detinha a hegemonia econômica na localidade, firmando-se, assim, como uma memória elitista, representativa dos anseios daqueles que criaram condição para a sua formulação. A composição da comissão que organizara os mencionados festejos mostra o quanto a presença de integrantes da elite local era nela hegemônica.

Na comissão dos festejos do cinquentenário de São Caetano só havia um sobrenome de família imigrante chegada a 28 de julho de 1877 – o de Luigi Martorelli. Dos demais membros, quatro eram industriais e um era comerciante. Não era uma comissão de camponeses e operários, e muito menos uma comissão de pessoas que conhecessem diretamente os tempos de sofrimento e de pobreza da história do núcleo colonial. Nesse momento, começa a aparecer uma classe dominante, em São Caetano, vinculada à indústria nascente e ao grande capital (naqueles anos vinte, Armando de Arruda Pereira, parente e sócio de Roberto Simonsen, na Cerâmica S. Caetano, da qual era diretor, fazia política municipal, fundando um jornal e um partido político local, no intuito de conseguir a autonomia administrativa de São Caetano). A partir desse momento, a história de São Caetano passou a ser vista com os olhos dos vencedores e dos poderosos. Ficou pelos caminhos do tempo a memória daqueles que seriam esquecidos pela História [...]”¹⁶⁵

¹⁶⁴ MATOS, Maria Izilda Santos de, *A cidade, a noite e o cronista*: São Paulo e Adoniran Barbosa, p. 80.

¹⁶⁵ MARTINS, José de Souza, *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo*: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha, p. 39-40.

Em virtude dos meandros ideológicos que ensejam a construção de memórias, é possível compreender as razões que ocasionaram a criação de uma narrativa triunfalista em 1927, na época das comemorações do cinquentenário da chegada dos italianos a São Caetano. Nessa ocasião, o apelo à italianidade era algo que se vinculava ao crescimento do fascismo, conforme explica José de Souza Martins:

[...] em 1927, o fascismo estava em ascensão na Itália e foi na perspectiva de uma mentalidade fascista e triunfalista, na perspectiva do poder e do progresso, que o aniversário de S. Caetano foi noticiado nos jornais da Itália e nos jornais italianos do Brasil.¹⁶⁶

Sob essa conjuntura, inúmeros eventos em homenagem aos imigrantes pioneiros foram promovidos na cidade. Entre as reverências a eles prestadas, encontra-se o lançamento de dois livros, intitulados *Pagine di verità e di vita* (escrito, predominantemente, em italiano) e *O 50º. aniversário da fundação de São Caetano (1877-1927)*, de Renato Bellucci e Roberto Capri, respectivamente. Na mesma oportunidade, uma placa de mármore foi fixada na fachada do templo que, hoje, abriga a Paróquia São Caetano, situada no Bairro da Fundação¹⁶⁷. Os dizeres nela inscritos endossam as representações gestadas pela versão triunfalista. Uma memória que se queria única e hegemônica:

¹⁶⁶ Idem, O tempo da pobreza e do trabalho na memória histórica de São Caetano, p. 18.

¹⁶⁷ Transformado em marco histórico de São Caetano do Sul, o local abrigou a sede da fazenda pertencente à Ordem de São Bento, que a formou por meio de doações verificadas a partir de 1631. Em 1877, as terras de tal fazenda foram adquiridas pelo governo imperial, que as transformou em núcleo colonial, tendo em vista o recebimento de famílias de imigrantes italianos (na nota 179, há mais informações sobre a fazenda e o dito núcleo). O fato de ter sido também sede da referida colônia fez com que o bairro concentrasse a vida da localidade, servindo de palco para as primeiras indústrias (como a Pamplona, que, posteriormente, foi adquirida pela Matarazzo, uma das principais unidades fabris atuantes na cidade, no século passado), estabelecimentos comerciais e instituições de caráter público e privado, como a Sociedade Príncipe di Napoli e o Grupo Escolar Senador Fláquer. As manifestações culturais e religiosas na cidade tiveram também como polo pioneiro o Bairro da Fundação, o qual compreendeu a primeira paróquia local (a Paróquia de São Caetano, criada em março de 1924), a primeira sala de cinema (o Cine Central) e os primeiros clubes recreativos e esportivos. Geograficamente, o bairro situa-se no limite de São Caetano com o Bairro paulistano de Vila Prudente, entre o Rio Tamanduateí e a Estrada de Ferro, que praticamente o separa da área central do município. Barra Funda, Vila Lucinda, Bairro da Matriz e Bairro da Matarazzo foram denominações dadas por antigos moradores a trechos ou áreas dessa localidade da urbe sul-são-caetanense. Mas foi no dia 15 de dezembro de 1950 que sua designação atual foi oficializada. Em tal data, o primeiro prefeito de São Caetano, Ângelo Raphael Pellegrino, sancionou a lei de n. 135, que deu o nome Fundação ao então Bairro da Ponte, outra conhecida denominação do local. CARVALHO, Cristina Toledo de. Bairro da Fundação. In: FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL. *Agenda Histórica 2015*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2015.

*Aos destemidos precursores
que das itálicas terras
A estas regiões aportados
Com indômita pujança
Abriram o caminho
Ao hodierno progresso*

A comemoração, enquanto momento ensejador de construção, apropriação e difusão de memórias, apresenta-se como categoria estratégica de análise. Estudá-la significa colocar em relevo interesses que engendram os seus significados, usos e finalidades. Os momentos comemorativos, por serem “carregados de conteúdos emocionais e forças simbólicas”¹⁶⁸, possuem um poder ordenador de memórias, instigando reflexões e debates. A esse respeito, as historiadoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto encaminham também as suas argumentações. De acordo com elas, as datas comemorativas se revelam significativas no processo de constituição de uma memória oficial, “fazendo emergir práticas, personagens e símbolos dessa construção”¹⁶⁹.

Em sua relação repetitiva com o passado, tais práticas, as quais Eric Hobsbawm convencionou chamar de “tradições inventadas”, impõem-se por meio de um processo de formalização e ritualização, que encontra na história a sua ação legitimadora¹⁷⁰. Para Raymond Williams, as significações que essas práticas abarcam configuram o que ele denominou de “tradição seletiva”: “uma versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural”¹⁷¹.

A apropriação do dia 28 de julho, o qual assinala a chegada do grupo pioneiro de italianos à localidade, como sendo a data de sua fundação (e não a de inauguração de seu núcleo colonial) apresenta-se como uma prática de invenção de tradição, por meio da qual se instituiu a celebração do aniversário de São Caetano. Considerando que essa apropriação decorreu de uma escolha ou eleição, cuja intencionalidade articulou-se aos

¹⁶⁸ MATOS, Maria Izilda Santos de, *A cidade, a noite e o cronista*: São Paulo e Adoniran Barbosa, p. 72.

¹⁶⁹ CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Discutindo a memória e ensinando a história: uma experiência de educação continuada na PUC-SP. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 415-428, nov. 1998, p. 424.

¹⁷⁰ HOBBSAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.), op. cit., p. 11 e 20.

¹⁷¹ WILLIAMS, Raymond, op. cit., p. 118.

interesses postos na conjuntura da construção de um passado para a São Caetano do Sul que buscava a sua afirmação identitária, é cabível também concebê-la como uma prática de “tradição seletiva”.

Em 1927, quando das festividades do cinquentenário do estabelecimento da primeira leva de imigrantes no núcleo colonial, esse episódio já era concebido como sendo o da fundação da cidade, em um momento em que o primeiro movimento em prol de sua autonomia já se esboçava. Por sua pompa, extensão e repercussão, tais festividades apresentam-se como um marco junto às comemorações que cercam a São Caetano aniversariante, inaugurando a tradição dos grandes festejos registrados, desde então, no dia 28 de julho, em que se tem lugar uma programação variada de eventos e solenidades.

A efeméride do aniversário da cidade chegou ao período abarcado por esta tese como um repositório de uma tradição apropriada, que se reafirmava, anualmente, naquela data. Embora esta fosse comemorada, durante os primeiros anos do município sul-são-caetanense, conforme rezava a tradição, foi somente em 1954 que as autoridades políticas transformaram o dia 28 de julho em feriado municipal, por força da Lei n. 424, de 13 de março daquele ano¹⁷². Ao informar a respeito da comissão que se encarregaria da organização dos festejos da cidade em 1954, o *Jornal de São Caetano* fez menção à articulação observada nos bastidores do poder municipal para a instituição do feriado de 28 de julho.

A Comissão Organizadora dos Festejos de 28 de Julho deverá se reunir pela primeira vez dentro de alguns dias. Farão parte dessa comissão vereadores, representantes de entidades, jornalistas e pessoas de destaque, sob a presidência do vice-prefeito, sr. Jacob João Lorenzini. Por outro lado, a Câmara Municipal já votou lei substituindo um dos feriados locais pelo dia 28 de julho.¹⁷³

¹⁷² PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Lei Municipal n. 424*. São Caetano do Sul, 13 mar. 1954. Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/12207.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2021. Um ano depois da promulgação desta lei, o poder político sul-são-caetanense voltava a referenciar, legalmente, a memória italiana, contribuindo para uma maior visibilidade e hegemonia da mesma na cidade. Isso porque foi conferida ao Executivo autorização para conceder “às vias públicas a serem oficializadas [então – grifos meus]” nomes de imigrantes instalados no antigo Núcleo Colonial de São Caetano. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Lei Municipal n. 525*. São Caetano do Sul, 15 mar. 1955. Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/11129.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2021.

¹⁷³ DIVERSAS festividades assinalarão dia 28 de julho. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 415, primeira página, 14 abr. 1954.

A comemoração da data ensejava toda uma organização que mobilizava as elites política e econômica de São Caetano, formadas pelas “pessoas de destaque” da sociedade, que se uniam em torno de uma comissão para promover a cidade aniversariante. A instituição do dia 28 de julho como feriado municipal, ao lado dos de cunho religioso, estabelecidos em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 605, de 5 de janeiro de 1949, ratificou, oficialmente, a tradição de sua comemoração¹⁷⁴.

Transformado na “data magna”¹⁷⁵ municipal, o 28 de julho teve, assim, os seus significados memorialísticos atrelados a um conjunto de referenciais identitários então em construção na cidade para identificá-la, caracterizá-la e exaltá-la enquanto município. As memórias que a data carrega, atinentes a uma conjuntura específica da história desenrolada em 1877, em uma parte do território que passou a compor, em 1948, a área do município de São Caetano do Sul, foram apropriadas para inventar o seu passado.

Apresentando como marco fundante o dia 28 de julho de 1877, ano da chegada dos primeiros imigrantes italianos, esse passado que se queria para São Caetano do Sul encontrou em edições do *Jornal de São Caetano*, comemorativas àquela data, um importante e eficaz meio de seu forjamento e enaltecimento. Por meio de enunciados discursivos e ilustrativos publicados nas referidas edições, o periódico deu vazão à memória triunfalista herdada de 1927, apropriando-se dos emblemas e sentidos a ela referentes, e nela imprimindo as suas marcas e significações. De maneira recorrente, associava aos esforços e espírito de luta daqueles imigrantes a origem dos valores que nortearam, posteriormente, o desenvolvimento e o progresso do município sul-são-caetanense. A sua identidade, na medida em que era construída com base em um ideário de pujança e grandeza, foi sendo costurada pelo jornal a um passado que ele próprio inventava gloriosamente.

Nos materiais que tinham como pauta a cidade aniversariante, narrativas repletas de abordagens de exaltação aos feitos dos imigrantes italianos pioneiros eram produzidas, criando uma imagem mítica a respeito deles, sobre a qual pairava a aura de *heróis fundadores* da São Caetano de onde vieram os pilares da que foi construída a partir de 1948. Esta, naqueles materiais comemorativos, é ligada àquela de 1877 por meio de narrativas cujos sentidos triunfalistas configuram a memória italiana no jornal.

¹⁷⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL, *Lei Municipal n. 424*, 13 mar. 1954.

¹⁷⁵ Expressão atribuída pelo *Jornal de São Caetano* ao dia 28 de julho no seguinte texto sobre os festejos do aniversário da cidade em 1954: TUDO pronto para as festividades. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 441, primeira página, 17 jul. 1954.

Inserida no centro dos diálogos então promovidos entre o passado e aquele momento presente, essa memória mostrou sua utilidade estratégica dentro da conjuntura que emergira em 1948.

O uso de narrativas memorialísticas articula-se aos interesses em voga nos diferentes contextos históricos de uma cidade ou país. Os significados que lhes são atribuídos estão em consonância com as agendas do tempo presente, de modo que “o simbolismo do passado cria uma identidade para [este] presente”¹⁷⁶. No entender de Paul Connerton, “as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente”¹⁷⁷. Para além da legitimação, tais imagens produzidas pela memória criam condição para o próprio fazer identitário. Como esclarece Márcia D’Alessio, “[...] na relação história/poder, a questão da memória encontra-se com a questão da identidade, construindo/desconstruindo referenciais”¹⁷⁸. Essa prerrogativa da memória de construção/desconstrução de referências identitárias a eleva a um patamar crucial frente às tramas sociais, salientando o seu poder de infiltração junto aos liames das mesmas.

Na sequência, alguns textos extraídos do *Jornal de São Caetano*, mais precisamente de edições comemorativas ao aniversário da cidade, são analisados. Em tais textos, é constante a relação estabelecida entre o cenário de desenvolvimento do então recente município de São Caetano do Sul e o passado que forjara para ele, às expensas das apropriações realizadas junto à memória triunfalista italiana.

Desta feita, pelos títulos dos textos selecionados, já é possível obter uma ideia dos sentidos das narrativas que eles introduzem, como o concernente a um artigo publicado em 1948: “São Caetano – monumento de progresso plantado pela tenacidade italiana no solo brasileiro. Resumo histórico da vida da nossa cidade – De Tijucussú”¹⁷⁹

¹⁷⁶ LOFEGO, Silvio Luiz, *IV Centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*, p. 26.

¹⁷⁷ CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993.

¹⁷⁸ D’ALESSIO, Márcia Mansor, art. cit., p. 277.

¹⁷⁹ De origem tupi, o topônimo em questão significa grande lamaçal, barreiro grande, em uma alusão às várzeas barrentas e alagadiças que existiam junto aos vales dos atuais rios Tamanduateí e Meninos. A grafia Tijucuçu é a que se afigura mais adequada frente ao significado da própria palavra (a sua última sílaba, na língua tupi, apresenta-se como um sufixo aumentativo, em convergência com o que tal palavra expressa) e em face das inúmeras variações que circundam o referido topônimo, como a em que ele aparece grafado com “ss” (Tijucussu), constante no registro ensejador desta nota e em outros citados nesta tese. A referência documental mais antiga a seu respeito data do século XVI. Bairro pertencente à Vila de São Paulo, em uma parcela de sua área, formou-se, a partir do século XVII, uma fazenda de propriedade da Ordem de São Bento que ficaria conhecida pela denominação de Fazenda de São Caetano, por ocasião da construção de uma capela em louvor ao mencionado santo, entre 1717 e 1720, no espaço dessa fazenda. Em 1730, tornar-se-ia produtora de materiais cerâmicos. Em 1877, a Fazenda de São Caetano fora vendida ao governo imperial, que a transformou em núcleo colonial. No dia 28 de julho daquele ano, chegava a esse núcleo o primeiro grupo de imigrantes italianos. A esse grupo pioneiro, sucederam outras levas nos anos de 1878, 1879, 1882, 1884, 1887, 1888, 1889 e 1890. Para mais

ao colosso de nossos dias. O papel decisivo do braço colonizador [...]”¹⁸⁰.

O título em questão sintetiza, com precisão, o teor do texto a ele correspondente, o qual ressalta o papel dos imigrantes italianos no processo de desenvolvimento local, a partir de um prisma triunfalista, que concebe a trajetória daqueles personagens como uma “épica jornada”. Isso explica o fato de, nas narrativas decorrentes de tal concepção, o heroísmo do imigrante ser central, fornecendo-lhes contornos míticos, nos quais emergem reportações ao elemento humano, em que figuram menções aos seus esforços e espírito perseverante frente às dificuldades, superadas pela via do trabalho árduo.

Sob esses arranjos teciturais, as narrativas triunfalistas atribuem ao imigrante italiano, o “bravo colonizador”, a responsabilidade pelo plantio dos germens do desenvolvimento auferido, anos depois, pelo município sul-são-caetanense, associando os seus patamares de poderio industrial e progresso econômico às tradições heroicas de luta, perseverança e trabalho construídas ao redor da presença italiana na cidade.

Nos textos publicados em edições que festejam a São Caetano aniversariante, tal associação é recorrente, unindo, de modo grandiloquente, o cenário vigente nos primeiros anos de sua vida municipal ao glorioso passado imigrante que fora construído para ela, como forma de legitimação da pujança que se punha em seu horizonte. Os apontamentos repetitivos feitos pelo periódico a esse respeito, ao longo daqueles anos iniciais do município, criaram condição para a cristalização da imagem na qual o imigrante italiano é representado como o grande responsável pela constituição dos alicerces da São Caetano pujante, “um dos baluartes do parque industrial brasileiro”¹⁸¹. Ao “esforço titânico” daquele imigrante deve-se o nascimento desta.

Só nossos pósteros poderão, com o correr dos anos, o quanto houve, exatamente de soberbo, de magnífico e de imperecível nesse esforço titânico dos italianos para dominar a natureza virgem e, em seu lugar, fazer rebentar nossa cidade.¹⁸²

Nos textos daquelas edições comemorativas e também nos de outros números que apresentam pautas alusivas à data de aniversário de São Caetano, uma imagem ufanista foi construída junto ao imigrante italiano. A essa imagem, representada,

informações sobre o processo de formação do antigo Tijuçu e acerca das histórias sociais que se sobrepuseram a ele, consultar: MARTINS, José de Souza. A formação do espaço regional do Tijuçu e de São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 5, p. 4-16, jul. 1991.

¹⁸⁰ *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano III, n. 54, primeira página e p. 14, 25 jul. 1948.

¹⁸¹ SÃO Caetano – monumento de progresso plantado pela tenacidade italiana no solo brasileiro. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano III, n. 54, primeira página e p. 14, 25 jul. 1948, primeira página.

¹⁸² HÁ 72 anos nascia a Cidade de S. Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IV, n. 90, primeira página, 30 jul. 1949.

repetidamente, por denominações como “bravos colonizadores”, “laboriosos filhos da Pátria de Dante, Marconi, Masini e Garibaldi”, “valentes desbravadores”, “inesquecíveis peninsulares”, entre outras, entrelaçam-se as referências feitas à cidade, em uma associação simbiótica. Nesta, elege-se, a partir de uma ligação direta e linear, a criação do núcleo colonial como marco fundante do progresso citadino, sublinhado em expressões cujos significados tornaram-se, naquele momento, representativos da própria São Caetano, como as seguintes: “monumento de progresso”, “baluarte do parque industrial brasileiro”, “célula mater do Brasil”, “célebre gleba de italianos”, “bendito pedaço de chão paulista e brasileiro”, “plagas magníficas”, “magnífica e industriosa cidade paulista”, “poderoso centro de trabalho e de cultura”, “poderoso centro industrial”, etc.

Inúmeras crônicas temos publicado a respeito da fundação de São Caetano do Sul. Entendemos por fundação a data da chegada dos bravos colonos italianos que fizeram desta cidade o que ela é hoje: um orgulho para São Paulo. [...] somente após o aparecimento da célebre gleba de italianos aqui chegados em 28 de Julho de 1877, conseguiu São Caetano atingir o progresso vertiginoso que em poucos anos todos sabiam reconhecer. [...]¹⁸³

São Caetano do Sul, a magnífica e industriosa cidade paulista, na história de nosso Estado ocupa papel proeminente, pois, no período de desbravamento das terras inóspitas pelos bravos colonizadores, aqui surgiu o núcleo que, mais tarde, ganhou pujança, criou corpo e transformou-se paulatinamente no poderoso centro de trabalho e de cultura que é hoje.¹⁸⁴

O poderoso centro industrial que o braço do imigrante ajudou a construir [...] que recebeu em 28 de julho de 1877, a primeira leva de imigrantes italianos, bravos chefes de famílias [...] aos quais se deve o trabalho duro de lançamento dos alicerces da atual São Caetano do Sul. Então veio o progresso e tudo se transformou: passados 76 anos sobre a data da chegada dos imigrantes italianos, São Caetano do Sul ocupa posição privilegiada na comunidade do Estado de São Paulo e da própria nação brasileira. [...] E de outros recordes expressivos é detentor o município de São Caetano. A maior arrecadação federal em um só dia, no país inteiro: 105 milhões de cruzeiros. Releve notar que em apenas um semestre do ano passado, a Coletoria Federal arrecadou em São Caetano do Sul, mais de 218 milhões de cruzeiros. O futuro de São Caetano do Sul não é mais uma esperança, porque já é a realidade de suas grandes fábricas, de sua produção gigantesca, de sua enorme contribuição para a economia do Estado de São Paulo. E pela herança

¹⁸³ DE um pedaço de terra acanhado, São Caetano transformou-se num dos maiores municípios industriais de São Paulo e do Brasil. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 140, primeira página, 29 jul. 1950.

¹⁸⁴ GUZZO, Ede, 76º. aniversário da fundação de São Caetano do Sul, última página.

de trabalho arraigada em sua fibra, a gente de São Caetano do Sul já se encontrou com o futuro.¹⁸⁵



Imagem 07 - Informe publicitário da antiga Light publicado pelo *Jornal de São Caetano* na edição que divulgara o último texto do bloco cuja transcrição iniciou-se na página anterior Crédito/*Jornal de São Caetano*, ano VII, n. 348, p. 3, 8 ago. 1953
Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul
Reprodução fotográfica/Ari Tonon (Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul)

Como parte do aludido informe publicitário, vê-se uma grande ilustração da cidade, na qual aparecem inúmeras chaminés, o brasão do município e o templo da Paróquia Sagrada Família, ocupando, praticamente, a página inteira do jornal. As referências contempladas em tal ilustração consistem em emblemas ou marcos identitários locais, visto que remetem a características eleitas para particularizar a cidade, como o trabalho nas fábricas, representado pelas chaminés, que podem ainda simbolizar o poderio econômico e o progresso sul-são-caetanenses, referenciados também em enunciados textuais difundidos pelo *Jornal de São Caetano* (como os destacados ao longo deste item) na conjuntura da criação do município de São Caetano. As outras referências, por outro lado, dizem respeito a um dos marcos culturais da localidade, símbolo da religiosidade e do patrimônio arquitetônico da urbe, o templo da

¹⁸⁵ JORNAL de São Caetano. São Caetano do Sul, ano VII, n. 348, p. 3, 8 ago. 1953.

Paróquia Sagrada Família (inaugurado, oficialmente, no dia 6 de junho de 1937)¹⁸⁶ e a um símbolo cívico¹⁸⁷, representativo da soberania municipal, o brasão de armas do município. Este fora instituído pela Lei de n. 72, de 10 de março de 1950. Confeccionado por Salvador Thaumaturgo, calígrafo e desenhista do Instituto Genealógico Brasileiro, apresenta, entre as tonalidades que o estampam, o vermelho e o verde, duas das cores presentes na bandeira da Itália. Em seu listel, encontra-se a inscrição de duas datas históricas: a da fundação do Núcleo Colonial de São Caetano, transformada na data de aniversário da cidade (28/07/1877), e a da realização do plebiscito que concedeu a São Caetano a autonomia político-administrativa (24/10/1948).

É importante também registrar que, nas edições em comemoração ao aniversário da cidade, o *Jornal de São Caetano* veiculava mensagens de felicitações de seus anunciantes, compostos, em sua maioria, por representantes dos setores comercial e fabril do município. O conteúdo dessas mensagens seguia na mesma linha do teor dos enunciados propagados pela equipe de redatores e colaboradores do periódico, reforçando a hegemonia da memória triunfalista, tão cristalizada no imaginário sul-são-caetanense. Abaixo, segue o texto encaminhado, em 1956, por dois dos principais anunciantes do jornal, a Dal'Mas S.A. Indústria Agro – Química Brasileira e a Empresa Cinematográfica Vitória Ltda., ambas pertencentes à família Dal'Mas, uma das mais importantes da elite local:

¹⁸⁶ À cerimônia de inauguração oficial do referido templo compareceu D. José Gaspar de Affonseca e Silva, então auxiliar do Arcebispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva. A igreja, contudo, já havia aberto as suas portas para celebrações um mês antes daquela cerimônia, mais precisamente em 9 de maio de 1937, ocasião na qual 350 crianças receberam a Primeira Comunhão das mãos do padre Jacyntho, visitador da Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo. CARVALHO, Cristina Toledo de. Igreja Matriz Sagrada Família: 70 anos de história e fé (Exposição fotográfica). São Caetano do Sul, 2007.

¹⁸⁷ Outro símbolo cívico do município de São Caetano do Sul consiste em seu hino oficial, instituído pela Lei Municipal de n. 549, de 23 de agosto de 1955. Antes, porém, de sua instituição, a municipalidade abriu concurso público a fim de que fosse procedida a escolha da letra e da música que integrariam o mencionado hino, nos termos da Lei n. 411, de 19 de janeiro de 1954. De acordo com a mesma, ao vencedor desse certame seria concedida premiação então estipulada no valor de dez mil cruzeiros. O concurso em questão teve como vencedores José de Almeida Filho (maestro da Corporação Musical Santa Cecília, uma das duas bandas em atividade na cidade, na ocasião) e Roberto Manzo, autores, respectivamente, da letra e da música do hino que se tornaria, a partir de 23 de agosto de 1955, o hino oficial do município. É interessante ressaltar que, em sua letra, encontram-se menções de enaltecimento ao desenvolvimento econômico local, as quais dialogam, por que não dizer, com os significados de expressões que compõem, nas páginas do *Jornal de São Caetano*, a imagem pujante da urbe. Assim, junto às estrofes do hino, destacam-se os seguintes trechos: “São Caetano pequeno gigante”, “És cidade, trabalho, és progresso”, “Mais e mais chaminés se levantam, apitos fazem-se ouvir”, “Do trabalho é tua glória.” Pela força dos sentidos que carregam, os quais exaltam paradigmas da pujança sul-são-caetanense, como o trabalho e o poderio de seu plantel industrial, tais trechos endossam as reflexões feitas neste item da tese, concedendo amplidão às discussões encaminhadas.

O homem, na História, não se imortaliza pela sua passagem, mas, principalmente, pela sua obra. O imigrante italiano não foi uma passagem, foi uma obra. Obra corpórea: a renúncia. Obra imaterial: a fé. Obra abstrata: o esforço. Obra intangível: a vontade. Vontade, esforço, fé e renúncia constituem heranças que não se veem, nem se tocam e, por isso, os inconformados, crentes nos olhos e no tacto, procuram, com ironia, a obra dos imigrantes-fundadores. A obra desses não está expressa na matéria, mas imperecível na consciência daqueles que reconhecem o valor e a grandeza das heranças do espírito.¹⁸⁸

Além dos dois empreendimentos dos Dal'Mas, outras unidades fabris (como também estabelecimentos comerciais e instituições bancárias e culturais da cidade) integraram o rol de anunciantes do jornal na edição de aniversário de São Caetano em 1956, tais como: Calçados Floreal S.A, Móveis Ideal, Móveis Duartex, Agência do Banco de São Paulo S.A, Posto Esso IV Centenário, Usina Colombina S.A, Cerâmica Itabasil S.A, Agência Banco Financeiro Novo Mundo, Casa Vincenzi, Contábil Giardullo, Auto Posto São Carlos, Banco Auxiliar de São Paulo S.A, Serralheria São Caetano, Indústria e Comércio de Bebidas São Caetano Ltda., Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul, Serraria de Mármore e Granito Santo André, Oficina de Pintura Afrodizio Gutierrez, Empresa de Cinemas S. Caetano do Sul S.A. Família Lorenzini, Sociedade Beneficente Príncipe de Nápoles, Auto Escola Relá, Metalquímica Glória S.A, Banco Artur Scatena S.A., Caldeiraria São Caetano S.A, Irmãos Del Rey e Cia. Ltda, entre outros.

Ao lado das narrativas produtoras de uma memória triunfalista italiana, já posta no imaginário sul-são-caetanense e apropriada pelo *Jornal de São Caetano*, colocaram-se outras narrativas memorialísticas, fazendo brotar novos personagens, marcos temporais e significados frente ao que seriam as raízes identitárias de São Caetano do Sul. Ora convergentes em suas intencionalidades e sentidos, ora conflitantes, essas outras memórias passaram a reivindicar espaços junto àquele imaginário.

Em que pese a hegemonia da memória italiana, não se pode ignorar a força das memórias emergentes, como a autonomista, no contexto do afã identitário que invadira São Caetano a partir de 1948. Em conformidade com o que apregoa Márcia D'Alessio, no que tange aos conflitos aflorados entre as chamadas memórias emergentes e as

¹⁸⁸ A verdadeira obra dos fundadores. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XI, n. 610, p. 7 (2º. Caderno), 28 jul. 1956.

memórias estabelecidas”¹⁸⁹, é plausível afirmar que as disputas memorialísticas observadas na cidade durante a década de 1950, como será visto ainda neste capítulo, apontam para a questão da correlação de forças e de poder que as atravessa, fazendo notar o quanto elas se configuram em disputas pela hegemonia interpretativa no campo das narrativas atinentes à invenção do passado sul-são-caetanense.

2.2 A construção da memória autonomista

Se as referências memorialísticas consistem em um dos substratos da invenção identitária sul-são-caetanense, compreensível que junto aos que exerciam, hegemonicamente, um poder de comando e influência na cidade, movidos pelo sentimento do querer a ela pertencer, intensificado durante os primeiros anos do município, o assunto relativo à busca pelas raízes da localidade tenha movimentado a proposição de ideias e iniciativas nos âmbitos da memória e da história. A esse respeito, assegurou Sandra Jatahy Pesavento que

As identidades, enquanto sensação de pertencimento, são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual. [...] Identidades fundamentam-se em dados reais e objetivos, recolhendo traços, hábitos, maneiras de ser e acontecimentos do passado, tal como lugares e momentos.¹⁹⁰

Em sua edição de 7 de julho de 1951, o *Jornal de São Caetano*, por meio de seu diretor, Mário Porfírio Rodrigues, expunha o interesse de fazer com que a história da localidade fosse “conhecida dos sancaetanenses”¹⁹¹. Foi assim que surgira a ideia da elaboração de um álbum, contendo ensaios históricos sobre a cidade, o qual teria a sua autoria a cargo do jornalista José Luiz Salvador Victor Marinaro, e a sua publicação às expensas do próprio jornal. Em razão da impossibilidade de concretizar tal projeto até a data dos festejos de aniversário da cidade, no dia 28 de julho daquele ano de 1951, o periódico sugeriu a divulgação semanal do trabalho em capítulos, a partir da edição

¹⁸⁹ D’ALESSIO, Márcia Mansor, art. cit., p. 277.

¹⁹⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. *Revista Mosaico*, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2008, p. 4. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/225>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

¹⁹¹ RODRIGUES, Mário Porfírio. Ensaios históricos sobre São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 189, p. 3, 7 jul. 1951.

comemorativa àquela efeméride¹⁹². No ensejo da divulgação da referida ideia, o jornal tratou de “dar mostras da bôa vontade”¹⁹³ com que vinha posicionando-se frente à pauta da memória local e de questões correspondentes ao passado histórico de São Caetano:

Jornal de S. Caetano teve, como uma das suas maiores preocupações, desde que foi fundado, divulgar fragmentos históricos sôbre este ex-sítio de Tijucussú [...] Posteriormente em todas as edições comemorativas da fundação de São Caetano [...], editadas nos dias 28 de Julho de 1947, 1948, 1949 e 1950, trouxemos a público fatos históricos que um dia, temos certeza, serão aproveitados ao se escrever uma história completa sôbre a fundação desta localidade. Esta é, aliás, uma tarefa que havíamos proposto a nós mesmos fazer, já em 1947. Motivos diversos, porém, nos impediram de levar avante esta difícil empreitada até o presente momento. Mas não desistimos. A idéia continua firme conosco [...]¹⁹⁴

Tal ideia encontrou, de uma certa maneira, amparo nos ensaios históricos de Marinaro, os quais, como já dito, tiveram a sua divulgação feita, parcialmente, pelo jornal sob o formato de capítulos, ao longo de dois meses, mais precisamente entre agosto e outubro de 1951. Esse projeto rendeu reconhecimento ao trabalho do jornalista, considerado pelo periódico “o melhor ensaio sôbre a fundação de São Caetano que já se fez até esta data”¹⁹⁵.

Sob esse espírito de busca pelo passado citadino, o periódico propusera, em 1953, uma outra iniciativa em tal segmento, endossando a sua postura em prol do assunto:

Desde a fundação do *Jornal de São Caetano* vimos dispensando o melhor de nossas atenções e de nossos esforços no sentido de tornar mais conhecida a historia de nossa Cidade. Estudos serios e de folego, crônicas diversas, colaborações e outros escritos tem aparecido em

¹⁹² Na edição comemorativa à efeméride do aniversário da cidade em 1951, o *Jornal de São Caetano* trouxe o texto que seria o capítulo inaugural do mencionado trabalho ensaístico sobre a história da localidade. Alusivo ao período situado entre 1500 e 1553, tal texto, fruto de uma pesquisa bibliográfica, faz, por meio de uma narrativa linear, de inspiração positivista, breve referência à chegada dos portugueses ao Brasil, como um introito para as abordagens sobre o início da colonização e a respeito da Vila de Santo André da Borda do Campo e da figura mítica de João Ramalho, temáticas apresentadas, exaustivamente, a partir da edição de 4 de agosto de 1951. Em sua edição de 20 de outubro daquele ano de 1951, o jornal publicava o último texto dessa série capitular das pesquisas do jornalista Marinaro. O seu trabalho seria publicado, na íntegra, somente no ano seguinte, no almanaque *Isto é São Caetano do Sul* (como ressaltado mais adiante), privilegiando, entre outras, informações sobre a Fazenda de São Caetano, constituída a partir de 1631.

¹⁹³ RODRIGUES, Mário Porfírio, *Ensaio histórico sobre São Caetano*, p. 3.

¹⁹⁴ *Ibidem*.

¹⁹⁵ *Ibidem*.

nossas páginas com o intuito de fazer com que a história de São Caetano seja conhecida.¹⁹⁶

Ao reconhecer as dificuldades encontradas para o levantamento de dados ou informações sobre São Caetano, cujas citações esparsas nos “compêndios manuseados” não seriam suficientes para o seu aproveitamento “na história da cidade”¹⁹⁷, o jornal apresentou a proposta de uma ideia mais audaciosa, no tocante à sua abrangência, uma vez que envolveria não só São Caetano do Sul, mas também os municípios de Santo André e São Bernardo do Campo.

Os três municípios, que até há poucos anos formavam um só, não encontram os subsídios necessários para escrever a [sua – grifos meus] verdadeira história [...]

Daí a necessidade que vemos de ser criado um instituto Histórico para o ABC ou a Trindade Cívica, como vêm sendo chamados ultimamente São Caetano do Sul, Santo André e São Bernardo do Campo. Este Instituto Histórico, reunindo elementos das três cidades, interessadas em conhecer melhor o verdadeiro histórico das três comunas, poderia apresentar um grande serviço indubitavelmente.¹⁹⁸

A aludida ideia abarca, por um lado, a questão da institucionalização da história da região (que, relativamente a São Caetano, começara a ser colocada em prática no final do decênio de 1950, com a criação do Museu Histórico Municipal)¹⁹⁹. Justificada pelo fato de seus então três municípios, “que até há poucos anos formavam um só”, possuírem, pretensamente, uma mesma origem identitária, tal ideia coloca em evidência o interesse explícito do jornal pela divulgação do passado local (e regional, a partir do momento em análise).

¹⁹⁶ INSTITUTO Histórico em S. Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 298, primeira página, 14 fev. 1953.

¹⁹⁷ *Ibidem*.

¹⁹⁸ *Ibidem*.

¹⁹⁹ O Museu Histórico Municipal foi criado pelo Decreto 716, de 30 de novembro de 1959. No dia 23 de julho de 1960, suas instalações foram inauguradas na Rua Baraldi, 929, esquina com a Rua Rio Grande do Sul, na região central de São Caetano. Seu primeiro diretor ou encarregado-conservador, designação dada ao cargo, na época, foi José de Souza Martins. Após mais de uma década inativo, foi reaberto no dia 16 de agosto de 1977, por meio de um evento que integrara a programação dos festejos do 1º Centenário da cidade. Com a denominação de Museu Histórico Municipal e da Imigração Italiana Oswaldo Samuel Massei, instalara-se em um espaço situado nas dependências do Bosque do Povo (Parque Municipal José Alves dos Reis), na Estrada das Lágrimas, onde permaneceu até o final da década de 1980, quando se transferiu para a sede atual, inaugurada no dia 29 de dezembro de 1988 no número 122 da Rua Maximiliano Lorenzini, no Bairro da Fundação. Desde 2005, essa instituição cultural, que hoje compõe a estrutura da Fundação Pró-Memória, atende pelo nome de Museu Histórico Municipal de São Caetano do Sul. CARVALHO, Cristina Toledo de. Memorial ao cinquentenário da inauguração do Museu Histórico Municipal (Exposição documental e de objetos). São Caetano do Sul, 2010; CARVALHO, Cristina Toledo de. Raimundo da Cunha Leite, “o embaixador dos baianos” em São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 55, p. 72-77, ago. 2017, p. 76.

A partir de 1949, em edições do final de outubro (mês em que ocorreria o plebiscito), o *Jornal de São Caetano* trataria, por meio de notícias e reportagens, de referenciar a conquista da autonomia política da cidade, dando vazão, em suas páginas, ao processo de construção da memória a ela correspondente. Produzida em consonância com ações promovidas nos bastidores decisórios do poder público municipal, a memória autonomista fez-se presente no jornal.

Em sua edição de 29 de outubro de 1949, tendo já completado um ano da realização do plebiscito que concedera a emancipação à cidade, o *Jornal de São Caetano* noticiava a aprovação unânime pela Câmara Municipal de moção de congratulações aos autonomistas, apresentada pelo vereador Concetto Constantino²⁰⁰.

Nos anos posteriores, as homenagens reservadas a eles adquiriram pompa e maior visibilidade, incorporando eventos maiores, não só junto ao legislativo sul-são-caetanense. Em 1951, o periódico registrou a organização de sessão solene na edilidade, para a qual foram convidados, além das autoridades locais, os parlamentares paulistas que se manifestaram, em 1948, pela criação do município de São Caetano do Sul²⁰¹.

Com o fim de comemorar o 24 de Outubro, dia em que se realizou o plebiscito em São Caetano, a Câmara Municipal preparou uma sessão solene com o recinto completamente enfeitado com flores, folhagens e os guardas civis em uniforme de cerimonia emprestando um ambiente agradável ao local.²⁰²

Nesse mesmo registro, o jornal divulgou ainda pormenores do evento festivo, ressaltando a narrativa veiculada pelo vereador Antônio Dardis Neto, que traçou o histórico do movimento autonomista e dos aspectos da campanha correspondente, a qual culminara com a criação do município sul-são-caetanense²⁰³.

Além das sessões solenes, organizadas a partir de outubro de 1951, registrou-se uma celebração em ação de graças na chamada Matriz Nova (atual Paróquia Sagrada Família), no dia 24 de outubro de 1952, por ocasião do transcurso do quarto aniversário do plebiscito. Na ocasião, a municipalidade endereçou convite ao “povo em geral” para participar de tal celebração²⁰⁴.

²⁰⁰ APROVOU a Câmara um voto de congratulações com os autonomistas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IV, n. 103, última página, 29 out. 1949.

²⁰¹ AO Povo. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 204, última página, 20 out. 1951.

²⁰² COMEMORADO o 24 de Outubro. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 205, última página, 27 out. 1951.

²⁰³ *Ibidem*.

²⁰⁴ CONVITE ao povo. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 266, p. 4, 22 out. 1952.

Teve lugar também no ano de 1952 uma outra iniciativa corroborativa da memória autonomista, então em processo de construção na cidade. Trata-se da promulgação da Lei Municipal 232, de 21 de maio. Por meio de tal lei, o trecho compreendido entre as ruas José Paolone e Lina (atual Avenida Dr. Augusto de Toledo), o qual desemboca na Rua Antônio Bento, passou a se denominar Rua dos Autonomistas²⁰⁵.

O fato foi noticiado pelo *Jornal de São Caetano* em sua edição de 24 de maio daquele ano de 1952. Segundo o texto a respeito, a via que recebera a mencionada denominação consistia na antiga Rua Particular, tendo sido o projeto de lei correspondente de autoria do vereador Jacob João Lorenzini, que, conforme lembrara o jornal, havia apresentado a propositura em questão há tempos na Câmara, com a qual quis “prestar uma significativa homenagem aos responsáveis pela emancipação político-administrativa de São Caetano do Sul”²⁰⁶.

Nota-se, nas iniciativas até aqui destacadas, todo um esforço do grupo detentor do poder político local (do qual faziam parte nomes que se engajaram na luta pela emancipação da cidade) em favor da produção e da perpetuação da memória autonomista, quer pela via celebrativa do 24 de outubro (marco temporal da referida memória), quer a partir da inscrição da nomenclatura “dos Autonomistas” para a designação de rua e de outros logradouros públicos da cidade, tal qual se observara junto ao viaduto inaugurado em 1954, como será tratado no próximo item deste capítulo.

A necessidade imperiosa da criação de memórias surge, como explica Pierre Nora, do sentimento de que não há memória espontânea, sendo preciso, assim, “manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres [...]”²⁰⁷, entre outras operações intencionais. É, neste sentido, que a memória, pela força dos interesses e demandas dos grupos aos quais se vincula, mostra-se suscetível a um leque de ingerências que a tornam “vulnerável a todos os usos e manipulações”, sujeita a longas latências e a repentinas revitalizações²⁰⁸.

²⁰⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Lei Municipal n. 232*. São Caetano do Sul, 21 mai. 1952. Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/12816.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2021.

²⁰⁶ RUA dos Autonomistas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 235, primeira página, 24 mai. 1952.

²⁰⁷ NORA, Pierre, art. cit., p. 13.

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 9.

Um fato que vai ao encontro de tal afirmativa procedeu-se em 1952, no contexto da disputa sucessória junto ao Executivo sul-são-caetanense. Na ocasião, tendo em vista as eleições municipais de 7 de dezembro daquele ano, Anacleto Campanella e Jacob João Lorenzini foram lançados como candidatos a prefeito e a vice-prefeito, respectivamente. No dia 24 de outubro, durante a comemoração do quarto aniversário da autonomia, a Coligação Democrática Autonomista promoveu um grande evento em sua sede social, na Avenida Conde Francisco Matarazzo, para marcar não só a celebração da data, como também para tributar o seu apoio às citadas candidaturas.

Por meio de uma reportagem extensa, o *Jornal de São Caetano* divulgou detalhes desse acontecimento festivo, enaltecendo o movimento autonomista a partir de uma narrativa que, pelo seu teor, muito se assemelha ao dos textos publicados em memória ao 28 de julho nas edições comemorativas ao aniversário da cidade, sobretudo no que tange aos adjetivos empregados, cujos sentidos enfatizam o heroísmo e a magnificência da luta emancipacionista.

O dia 24 de Outubro transato, data do 4º. aniversário da extinção do mandato santoandréense e dia histórico da Autonomia do município de São Caetano do Sul, conseguida pelo seu povo através de lutas titanicas e sacrifícios, não poderia deixar de repercutir nos meios sociais e politicos de nossa cidade. [...]

Assim a Coligação Democrática Autonomista, da qual faz parte os mais destacados elementos representativos de nossa sociedade que no saudoso ano de 1948 deram tudo que possuíam para a liberdade do município, resolveu promover comemoração a data magna por todos os motivos digna de ser lembrada [...]²⁰⁹

A reportagem em foco incumbiu-se também de relatar a articulação da dita coligação em torno das candidaturas de Campanella e Lorenzini (dois nomes que integraram a liderança do movimento pró-autonomia de São Caetano), vistas como imprescindíveis à manutenção dos ideais autonomistas na localidade. Isso porque do outro lado da disputa estaria o petebista Oswaldo Samuel Massei, que, no ensejo da campanha emancipacionista de 1948, colocou-se entre os contrários a ela. Daí ter sido tal fato bastante referenciado no endosso daquelas candidaturas, defensoras que eram daqueles “sagrados ideais.” Não por acaso que o lançamento de ambos os nomes à sucessão municipal deu-se, estrategicamente, no dia 24 de outubro, tendo sido os mesmos apresentados como “candidatos autonomistas”.

²⁰⁹ GUZZO, Ede. Renasce a autonomia em São Caetano do Sul. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 268, p. 3, 29 out. 1952.

Ede Guzzo, autor da reportagem, interpreta a comemoração verificada na ocasião como sendo o renascimento da causa autonomista, muito em razão do lançamento das referidas candidaturas, construindo uma atmosfera envolta de sentimentos de esperança e júbilo.

[...] A Autonomia renasceu, esse foi o grito de júbilo, triunfo e esperança que atravessou São Caetano inteira e fez bater com mais força o coração de todos os autonomistas deste rincão histórico, como nas vilas, bairros e demais setores sancaetanenses, pois não há canto de nossa terra em que não exista um filho de autonomista. A grande comunidade Autonomista [...] reuniu-se [...] para comemorar a data festiva do glorioso acontecimento.²¹⁰

Em sua concepção, as candidaturas de Anacleto Campanella e Jacob João Lorenzini encontravam-se permeadas por significados reportantes ao episódio da luta em prol da autonomia administrativa de São Caetano, instituindo uma memória heroica acerca dele, à guisa da conjuntura política vigente naquele momento na cidade.

[...] Findas as festividades na sede da Coligação Democrática Autonomista, teve início a grande passeata pelas ruas da cidade, vilas e bairros de São Caetano do Sul, tendo a frente Campanella e Lorenzini e os líderes Autonomistas, que foram levar ao povo de São Caetano do Sul a palavra de ordem e a confirmação de que os sagrados ideais da autonomia para um São Caetano livre e independente seriam defendidos por aqueles que no passado, a custo de tantas lutas e sacrifícios haviam conquistado a emancipação político-administrativa do jovem município que renascia para a glória e felicidade de seu povo. [...] a população local [...] dava vivas à Autonomia e aos nomes de Campanella e Lorenzini [...] que [...] marcham agora, para a vitória, procurando dar ao município um governo Autonomista e colaborar para o progresso e dinamismo da terra que tanto adoram [...].²¹¹

A memória (aqui entendida como sendo de natureza coletiva), com base no que foi trazido pelos excertos textuais acima, apresenta-se atrelada a um grupo, podendo tornar-se fator de coesão entre seus integrantes e “elemento constitutivo de lutas políticas do presente”²¹². É nessa relação estabelecida com um determinado grupo que a memória coletiva configura-se, diferencialmente, frente ao que Maurice Halbwachs

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ Ibidem.

²¹² D’ALESSIO, Márcia Mansor. Memória e historiografia: limites e possibilidades de uma aproximação. *História Oral*, n. 4, p. 55-71, 2001. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=35&path%5B%5D=29>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

chama de história escrita. Em suas reflexões sobre a memória coletiva, ele afirma ser na história vivida que a memória encontra apoio²¹³. Assim, é na história experienciada ou vivida por um grupo ou grupos, e não nos quadros esquemáticos e incompletos dos livros e narrativas da história escrita, que os membros daqueles grupos reencontram o seu passado²¹⁴.

Em convergência com as pontuações de Halbwachs, o pensamento de Pierre Nora afirma que “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos” e, por força disso, “sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções” deles provenientes ou por eles produzidas²¹⁵. Partindo daí, pode-se dizer que a diferença entre ela e a história reside, n’entre outros fatores, na exterioridade desta em relação aos indivíduos. Ou, como resume Nora, “desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história”²¹⁶.

A par de tais explanações teóricas, que incidem sobre a categoria memória, ajudando na problematização da abordagem aqui feita em relação às especificidades que cercam a construção da memória autonomista, cumpre salientar que a mesma observou-se na cidade juntamente com a sua instrumentalização política por parte do grupo que estava, no início da vida municipal de São Caetano, no poder. Vale destacar que esse grupo era formado, predominantemente, por nomes que estiveram na liderança da campanha emancipacionista de 1948. Para ratificar tal afirmação, basta citar que, dos 21 vereadores da Casa Legislativa sul-são-caetanense, durante a sua primeira legislatura (1949-1953), 11 deles foram líderes autonomistas²¹⁷. Isso sem falar do prefeito Ângelo Raphael Pellegrino, eleito por uma coligação de partidos que tinha no ideal da autonomia o seu ponto de apoio e de junção.

Parte dos embates travados por ocasião da campanha atinente ao pleito municipal de 1952 foi constituído pelo *Jornal de São Caetano*, palco de discussões ferrenhas e exaltadas em torno das candidaturas de Anacleto Campanella e de Oswaldo Massei. Com a publicação da coluna *Tribuna dos Líderes Autonomistas*, na edição de 4 de outubro daquele ano, as confrontações tiveram início. No texto inaugural de tal coluna, o então candidato a vereador, Theophilo de Souza Carvalho (um dos colaboradores mais contumazes do jornal, conhecido por seus artigos críticos a uma

²¹³ HALBWACHS, Maurice, op. cit., p. 60.

²¹⁴ Ibidem, p. 60 e 66.

²¹⁵ NORA, Pierre, art. cit., p. 9.

²¹⁶ Ibidem, p. 9.

²¹⁷ ASCENCIO, Yolanda. História dos líderes do movimento resgata passado. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 49-58, out. 1998.

série de questões a respeito da vida local, como será tratado, com mais vagar, no capítulo quatro) teceu argumentações acerca da impropriedade do discurso proferido pela campanha organizada pela candidatura Campanella. Em suas palavras, esta escondia-se sob a “ridícula e já muito surrada capa da autonomia”²¹⁸. Além de alegar que a mencionada campanha estivesse valendo-se de meios condenáveis, centrados na deflagração de intrigas e insinuações, a retórica construída pelo colunista permeia-se, do início ao fim, pela crítica ao uso descabido da bandeira autonomista por aquela campanha.

[...]

Apegaram-se [...] ao “slogan” da autonomia e de autonomistas como si isso fosse o melhor título para recomendar um candidato. [...] é de se supôr que ao eleitorado local não interesse saber si este ou aquele candidato andou fazendo discursos em pról da autonomia, si votou ou deixou de votar nesta ou naquela chapa do plebiscito, mas, unicamente, o povo quer saber si o futuro Prefeito está habilitado a cumprir um programa de realizações úteis e necessárias à vida da coletividade que constitue a população municipal.²¹⁹

Dando prosseguimento às suas considerações, Theophilo Carvalho promove a desconstrução da própria narrativa da memória autonomista, que, calcada no heroísmo, referencia a luta e o empenho de seus líderes em nome do progresso local.

Fui um dos que trabalhamos na campanha autonomista, até o seu termo vitorioso. Com outros autonomistas [...] andei [...] em busca de deputados amigos para garantir a votação da lei que permitia o plebiscito em São Caetano. Mas hoje entendo que tudo isso não passou de um méro acidente na vida política de todos quantos se integraram na campanha, não lhes assistindo direito algum de reivindicarem para si nem títulos de benemerência, nem glória de líderes porque, realmente, o movimento não foi deste e nem daqueles mas foi apenas de São Caetano do Sul.²²⁰

O progresso, aliás, enquanto finalidade precípua almejada pelo movimento defensor da emancipação de São Caetano, não havia se concretizado, até aquele momento, conforme sugerira.

[...] Depois de uma experiência dura que o povo fez com a autonomia municipal, que lhe está custando enormes sacrifícios de toda a especie; com impostos abusivamente aumentados, que elevaram

²¹⁸ CARVALHO, Theophilo de Souza. Tribuna dos Líderes Autonomistas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 261, última página, 4 out. 1952.

²¹⁹ Ibidem.

²²⁰ Ibidem.

grandemente o custo de vida; com falta de água para seus principais usos domésticos, enfim, com falta de tudo quanto é comodidade a que um público contribuinte tem direito [...] ²²¹

A resposta veio já na edição de 8 de outubro de 1952 do jornal, por meio de um texto atribuído ao pseudônimo *Um Vigilante Autonomista*. Nele, o ideal da autonomia é, enfaticamente, defendido a partir de uma narrativa que exalta a memória daqueles que estiveram à frente do movimento emancipacionista. A defesa de tal ideal aparece, assim, ao longo do texto, como justificativa à oposição dirigida à candidatura de Massei.

[...]

O povo de São Caetano do Sul ainda não esqueceu a luta pela autonomia e também se lembra perfeitamente que o sr. Osvaldo Massei se destacou em nossa terra contra essa luta [...] Agora que o município conquistou a sua autonomia como pode o sr. Massei aspirar o cargo de Prefeito? [...]

Estamos, portanto, diante de uma indecência, que nenhum autonomista convicto e honesto poderá aceitar sem considerar grave injúria àqueles que já se foram e aos que fielmente continuam na estacada.

[...]

É na praça pública, quando comemoramos o aniversário de nossa autonomia, que levantaremos a fé do povo pelo que já realizou e nesse dia os homens responsáveis por um movimento, procuram trazer à lembrança dos seus companheiros os traços marcantes de uma epopéia. ²²²

O texto apropria-se, politicamente, da memória autonomista para defender a eleição do líder emancipacionista de outrora, Anacleto Campanella, contra a candidatura de Osvaldo Samuel Massei. A imagem que o aludido texto ajuda a produzir deste último, enquanto anti-autonomista, é, consideravelmente, explorada de modo a incutir a importância de se defender a cidade e os próprios ideais da autonomia contra os seus inimigos do passado.

[...]

Jamais entregaremos a nossa cidadela aos inimigos de nossa autonomia e saberemos mobilizar a opinião pública no sentido de mais uma vez consolidarmos os ideais da autonomia.

[...]

Temos que manter o patrimônio conquistado: a autonomia e com ela, tendo a sua frente, um autonomista e não um anti-autonomista.

Assim confirmam todas as lutas idealistas. ²²³

²²¹ Ibidem.

²²² AUTONOMISTA, Um Vigilante. Em defesa da autonomia. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 262, p. 3, 8 out. 1952.

²²³ Ibidem.

Em edições posteriores à que publicara o texto de Theophilo de Souza Carvalho, outros nomes fizeram uso da *Tribuna dos Líderes Autonomistas*, como o do vereador Concetto Constantino, o de Miguel Baptista Gonçalves, o de Antônio Moreno Rodrigues e o de Walter Thomé, alimentando os embates com o defensor incógnito da candidatura de Campanella. Em um dos momentos mais tensos desses confrontos, Thomé, um dos fundadores do *Jornal de São Caetano* e um dos principais líderes da autonomia local, na qualidade de correligionário de Massei e de pleiteante à vereança naquela campanha eleitoral de 1952, assim se referiu ao *Vigilante Autonomista*:

Estou sendo alvo de ataques partidos de um mero e pusilânime escrevinhador anônimo. [...]
Esse político de socapa [...] tem razões profundas – pelo que pude apurar – para sonegar ao conhecimento público sua identidade.
[...]²²⁴

Na resposta endereçada a Walter Thomé, por meio de um texto publicado na edição de 15 de outubro daquele ano de 1952, *Um Vigilante Autonomista* manifestou-se nos seguintes termos, sem perder de vista a retórica da defesa do ideário autonomista, cerne dos argumentos que vinha proferindo no *Jornal de São Caetano*:

[...]
Depreende-se de tudo que alí escreveu a vã tentativa de ferir os brios de uma dignidade ultrajada e com isso, forçar “Um Vigilante Autonomista,” revelar-se, conforme declarou a um seu amigo. Fomos atingido duramente, mas somente a 7 de dezembro é que daremos ao conhecimento do povo quem é verdadeiramente “Um Vigilante Autonomista.” [...]
Imagine como o ilustre “tribuno” se colocou perante muita gente que conhece “Um Vigilante Autonomista” e qual o julgamento que estarão fazendo. Um a construir e consolidar os ideais da autonomia e outro a destruir, ameaçando, inclusive, fisicamente, o seu adversário. Tudo isso não nos impressiona, pois, o que está em jogo não é a honra de “Um Vigilante Autonomista” [...], mas sim, A HONRA DE S. CAETANO DO SUL, em não permitir que seja eleito e ocupe o Executivo, um homem que lutou contra a sua autonomia. Ainda possuímos autonomistas capazes de tão importante cargo.
[...]²²⁵

²²⁴ THOMÉ, Walter. *Tribuna dos Líderes Autonomistas*. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 263, última página, 11 out. 1952.

²²⁵ AUTONOMISTA, *Um Vigilante*. Em jogo a honra de São Caetano do Sul. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 264, primeira página, 15 out. 1952.

Em *Carta aberta a Walter Thomé*, publicada na edição de 18 de outubro de 1952, *Um Vigilante Autonomista* prossegue com sua defesa, propondo àquele:

[...]

Venha lutar ao lado daqueles que amam a autonomia e desejam dar a São Caetano do Sul, em 1953, um governo ainda autonomista, fruto das tuas lutas e de tantos outros.

Lembre-se que em 1877 aqui se plantou a estaca zero; em 1928 o sentido da independência se agigantou e em 1948, você, Walter Thomé, e muitos outros arrastaram o povo de São Caetano do Sul a mais sublime luta que culminou com a autonomia do Município.

[...] ²²⁶

As aparições de *Um Vigilante Autonomista* no jornal foram registradas até a edição de 5 de novembro de 1952. Ao contrário do que prometera, sua identidade manteve-se em sigilo. Para além de tais pormenores, é importante ressaltar que os confrontos que mantivera com articulistas da *Tribuna dos Líderes Autonomistas*, sob a conjuntura da luta eleitoral travada na cidade naquele ano de 1952 (vencida por Anacleto Campanella, que obtivera 8.293 votos contra os 7.326 recebidos por Massei)²²⁷, escoraram-se em uma retórica de exaltação e defesa à memória do movimento autonomista e à de seus líderes, evidenciando o utilitarismo de viés político ao qual narrativas memorialísticas estão sujeitas.

Os usos políticos da memória podem ser observados como um fator de coesão junto a grupos e forças sociais, como salientado anteriormente, mas também “como lugar de enfrentamento de facções adversárias”²²⁸. Em São Caetano, a memória autonomista serviu, politicamente, a essas duas situações. Fora utilizada como elemento de aglutinação entre os apoiadores da candidatura de Anacleto Campanella a prefeito, ensejando acerca dela a produção da imagem de defensora da autonomia e de garantidora da “continuação da luta inesquecível”²²⁹ disputada em 1948. Por outro lado, fora apropriada para rechaçar o seu adversário, Oswaldo Samuel Massei, cujo alinhamento ao bloco dos contrários à emancipação de São Caetano, durante a campanha plebiscitária daquele ano de 1948, rendera-lhe a representação de “inimigo da

²²⁶ Idem. Carta aberta a Walter Thomé. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 265, primeira página, 18 out. 1952.

²²⁷ CAMPANELLA eleito prefeito municipal. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 280, primeira página, 10 dez. 1952.

²²⁸ D’ALESSIO, Márcia Mansor, Memória e historiografia: limites e possibilidades de uma aproximação, p. 58.

²²⁹ CONTINUAÇÃO do movimento autonomista. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 267, p. 11, 25 out. 1952.

autonomia,” explorada e disseminada por parte de correligionários de Campanella em edições do jornal e nos próprios meios políticos locais.

Além de seu utilitarismo político, a memória autonomista apresentou uma serventia identitária para o então nascente município de São Caetano do Sul. Estando associada aos significados de luta, de esperança e de desenvolvimento, foi apropriada para simbolizar os anseios e ímpetos de progresso que cercavam a cidade naqueles seus primeiros anos de vida municipal. A inscrição do 24 de outubro de 1948, data representativa da referida memória, no brasão de armas do município (mencionado, com detalhes, no primeiro item deste capítulo) ratifica a relevância a ela atribuída, enquanto marco temporal eleito para credenciar, identitariamente, a cidade.

No listel que ajuda a compor o brasão, tal data aparece ao lado da de fundação do Núcleo Colonial de São Caetano, 28 de julho de 1877. Concebida, por meio de suas respectivas narrativas e enunciados imagéticos, como marco inicial ou ponto de partida do progresso desfrutado pela localidade, a data em foco foi apropriada ao longo dos anos, ocasionando a sua construção como referência memorialística hegemônica.

Com o advento da autonomia política local, a memória correspondente a ela constituiu-se com base em discursos que apresentam sentidos convergentes aos da memória alusiva ao imigrante italiano pioneiro na cidade. Balizadas por narrativas que prezam o heroísmo e o espírito de luta de seus respectivos personagens, ambas as memórias enquadravam-se no imaginário citadino de então, articulando-se aos seus referenciais de grandeza e de desenvolvimento, e simbolizando um ideal identitário que tinha na pujança a sua marca mais almejada.

O *Jornal de São Caetano*, em um texto publicado na edição de 30 de julho de 1949, por ocasião dos festejos da cidade, estabelece um paralelo entre os esforços empreendidos em prol da autonomia político-administrativa de São Caetano e os provenientes dos imigrantes pioneiros do núcleo colonial local.

A árdua luta cívica que travamos em 1948, em tantos pontos igual à 1877, foi sem dúvida a melhor paga que pudemos dar ao sacrifício civilizador dos fundadores de São Caetano do Sul. Soubemos mostrar que a têmpera que animava o trabalho rude da lavoura nos primórdios da nossa cidade, ainda subsiste, dominante. Será ela que, ainda uma vez, conduzirá nosso povo ao superlativo posto que lhe cabe no cenário dos municípios brasileiros.²³⁰

²³⁰ HÁ 72 anos nascia a Cidade de S. Caetano, *Jornal de São Caetano*, primeira página, 30 jul. 1949.

A relação de convergência mantida pela memória autonomista com a italiana atua no endosso e valorização desta última, que, assim, serviu de parâmetro para a própria construção daquela. Os enunciados discursivos a partir dos quais a memória da autonomia foi produzida apresentam conteúdos que não só se compatibilizam com a natureza triunfalista das narrativas constituidoras da memória italiana, como também a exaltam, por meio de alusões entusiásticas ao episódio da chegada dos primeiros imigrantes a São Caetano.

Um exemplo bastante esclarecedor, neste sentido, é o relato do líder autonomista Luiz Rodrigues Neves, em 1998, ano do cinquentenário da emancipação política da cidade. Embora tenha sido elaborado muitos anos depois do período correspondente ao das primeiras narrativas que vieram a instituir a memória da autonomia, tal relato apropria-se das referências marcantes que compuseram a citada memória, não deixando de enfatizar a memória condizente aos imigrantes italianos pioneiros.

São Caetano não vai ter a oportunidade de assistir de novo a um movimento cívico de tamanha envergadura, de tamanha empolgação, como foi o movimento autonomista [...] Foi uma das páginas mais brilhantes da história do Município, superada apenas pelo capítulo da fundação de São Caetano, que eu coloco em primeiro lugar [...] Todos esses fatos foram importantes para que ela se tornasse a cidade que é hoje, uma cidade praticamente sem problemas.²³¹

A força simbólica atribuída por este e pelos enunciados memorialísticos datados do final dos anos 1940 e do início da década de 1950 ao episódio da chegada de tais imigrantes era tamanha que, mesmo em face do advento das memórias concernentes à campanha autonomista (que pôs em tela um acontecimento sem o qual não existiria o município de São Caetano do Sul), aquele episódio continuava a ocupar grande espaço no imaginário da localidade, confirmando a hegemonia da memória italiana.

Esse fato, contudo, não impediu que a nascente memória autonomista reivindicasse e adquirisse o seu espaço junto àquele imaginário, em uma situação relacional de harmonia com a memória concernente ao imigrante italiano. Tal situação não se repetiria em 1953, quando das discussões, na Câmara Municipal, para a definição do nome do viaduto que estava sendo construído sobre os trilhos da estrada de ferro Santos-Jundiaí, o qual ligaria o Bairro da Fundação à região central da cidade.

²³¹ FUNDADOR do *Jornal de São Caetano* foi destaque no movimento emancipacionista, p. 70.

Na ocasião, a memória autonomista disputaria o seu primado com um referencial memorialístico que dizia respeito a um período longínquo do passado local, anterior ao da formação do núcleo colonial onde se estabelecera aquele imigrante, e, até então, pouco conhecido e divulgado.

2.3 Viaduto dos Autonomistas *versus* Viaduto Tijucuçu

A construção do mencionado viaduto foi responsável pelo estabelecimento, nos bastidores da edilidade local, de acirradas discussões acerca de sua denominação. Em conformidade com as expressões circulantes na cidade então, representativas de um ideário de pujança, tal viaduto, quando estava ainda em obra, já polarizava a atenção da sociedade local. A expectativa que vinha sendo projetada sobre ele traduzia os significados grandiosos que lhe eram atribuídos, os quais contribuíram para a sua transformação em um dos marcos mais expressivos do progresso local, como será discutido no terceiro capítulo.

Em um texto publicado no *Jornal de São Caetano*, no dia 31 de outubro de 1953, José Luiz Marinaro informa a respeito da movimentação na Câmara Municipal, que então se preparava para discutir o projeto de lei que propunha o nome “Tijucussu” ao viaduto em questão. Discordando da denominação que tal propositura encaminhava, Marinaro fez uma série de pontuações, de modo a justificar o porquê, no seu entender, de a concessão daquele nome ser inapropriada para um empreendimento da envergadura daquele viaduto.

[...]

Si o Bairro da Fundação deu ao nosso Município o marco histórico, constante no listel azul do Brazão de Armas, as datas que exprimem o nascimento 28-07-1877 e a emancipação político-administrativa, 24-10-1948, não é justo que batisemos êsse grande empreendimento com um nome que nada exprime às gerações futuras dos feitos que realmente os homens conquistaram graças ao espírito de perseverança e capacidade.

Teremos que dar um nome que há de lembrar uma luta pela conquista em pról de algo que realmente consolidou a vida do Município.

[...] ²³²

E o nome a que Marinaro se refere, nesse trecho final do excerto destacado, não seria “Tijucussu”, pelas razões que apontara. Tal designativo não condizia a uma

²³² MARINARO, José Luiz. Cultuemos o que é nosso. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 372, primeira página, 31 out. 1953.

memória grandiosa que pudesse ser perpetuada em uma obra que só pôde ser erguida em razão da autonomia de São Caetano. Em um outro momento de seu texto, José Luiz Marinaro reforça a inaptidão do nome ao falar da controvérsia existente então, que levantava dúvida sobre ter sido ou não o território do município sul-são-caetanense “a famosa área do Tijucussu”²³³.

Independente de a referida controvérsia proceder ou não (lembrando que informações apresentadas na nota de n. 179 dão conta de introduzir, nesta tese, dados elementares sobre a região do Tijucuçu e acerca também da grafia e dos significados deste vocábulo), o que deve ser considerado nas argumentações de Marinaro é o enaltecimento dirigido às memórias relativas ao imigrante italiano e à autonomia, as únicas capazes, em razão dos sentidos ufanistas e triunfais a elas atribuídos, de refletirem a grandeza identitária pretendida para São Caetano na época.

O nome Tijucuçu, pelo qual ficara conhecida, entre o final do século XVI e meados do século XVIII, uma parte da área sobre a qual se constituiu o território do município sul-são-caetanense, conforme exposto, com mais detalhes, naquela citada nota, reporta a uma memória da localidade cujo cenário pantanoso de um grande barreiro, formado junto às várzeas alagadiças dos rios Tamanduateí e dos Meninos, destoava do ideário de progresso em voga na cidade então. O passado ao qual esse termo de origem tupi aludia não dialogava com a conjuntura em curso na primeira metade da década de 1950 em São Caetano, firmada nos ideais de pujança e crescimento. Negá-lo como denominação de uma obra pública dotada de um potencial simbólico como o trazido pelo viaduto que estava em construção significava oficializar o repúdio àquele passado nele referenciado e abrir caminho para a exaltação de uma memória que se punha em produção e que representava o progresso do qual a urbe vinha usufruindo desde a obtenção de sua autonomia política.

[...]

É sem dúvida um grande erro aceitarmos o nome de Tijucussu para consagrarmos um dos maiores empreendimentos públicos que somente o foi possível com a AUTONOMIA.

Somos daqueles que acham acertado batizarmos essa obra com o nome de VIADUTO DOS AUTONOMISTAS.²³⁴

A ideia fornecida pelas narrativas em curso de que o 28 de julho fora o marco inicial do progresso local e o 24 de outubro a consolidação da cidade enquanto

²³³ Ibidem.

²³⁴ Ibidem.

localidade autônoma, condição conquistada por líderes que possuíam o mesmo espírito de luta dos italianos pioneiros, advogava em favor da proeminência de tais memórias no imaginário social sul-são-caetanense, colocando na marginalidade qualquer outra referência memorialística distinta delas.

As explicações de José Luiz Marinaro a respeito do assunto relativo à denominação do viaduto continuaram na edição de 7 de novembro de 1953 do *Jornal de São Caetano*.

Ainda estamos sôbre o reflexo da memoravel luta que possibilitou à São Caetano do Sul a autonomia político-administrativa.

Não posso compreender e toca ao que de mais íntimo existe no meu coração, pelo amôr que aprendemos ter às causas públicas desta magnífica terra, o fato de se pretender batizar o viaduto que será construído sôbre os trilhos lendários da Santos-Jundiaí, com o nome terrivelmente fêio e difícil de TIJUCUSSU.

Mais de uma vêz afirmamos que da coragem dos autonomistas e dos seus feitos, narramos às gerações futuras os episódios históricos suficiêntes para consolidar uma tradição e educar o espírito de civismo de nossa gente no sentido de cultivar o que de bêlo se possa conquistar.

[...] ²³⁵

No citado texto, Marinaro expôs também o quanto lhe causara espanto o fato de o autor do projeto de lei que denominava o viaduto com aquele designativo ter sido um dos líderes do movimento autonomista.

[...]

Não há quem não sinta o erro que se pretende cometer, cuja raiz nos causa espanto e admiração, tendo em vista que o autor do projeto de lei, hoje em transito no legislativo, foi um dos baluartes pela luta da autonomia Municipal.

[...] ²³⁶

Todo o empenho do jornalista José Luiz Marinaro em refutar a denominação que estava sendo proposta para a obra que se tornaria um dos símbolos da São Caetano pujante fez dele um defensor ferrenho da própria memória autonomista. Em um outro texto publicado no jornal, ele voltou a expressar a sua indignação e a salientar a importância de se preservar o ideal emancipacionista. A associação feita entre tal ideal e o progresso almejado para a cidade espraia, mais uma vez, na memória italiana, nela

²³⁵ Idem. Com a palavra os autonomistas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 374, primeira página, 7 nov. 1953.

²³⁶ Ibidem.

encontrando reflexo e legitimidade. Reportando-se aos vereadores da localidade, aos quais caberia a tarefa de definir o polêmico assunto, Marinaro escrevera:

[...]

Senhores Vereadores:

O ideal da autonomia é um facho luminoso que há de guiar o povo de São Caetano do Sul à vitória do progresso e da perfeição.

[...]

Tentar apagar êsse ideal e legá-lo ao esquecimento será o mesmo que destruir a vitalidade da nossa gente.

Qual outro ideal maior firmará tradição à nossa história, à fora a luta travada pelos imigrantes?

A história dirá que foi a luta pela autonomia e êsse ideal, avançará através o tempo [...] ²³⁷

Em sua edição de 21 de novembro de 1953, o jornal ainda se ocupava da pauta referente à denominação do viaduto.

Encontra-se na pauta da Ordem do Dia da Câmara [...] um projeto de lei que visa dar denominação ao viaduto que será construído até 28 de julho próximo [...]

Embora as opiniões se dividam, ficando parte dos vereadores com o autor do projeto, que deseja dar o nome de “Viaduto Tijucussú” a essa obra, há a outra parte dos membros do Legislativo, que parece formar a maioria, que pretende perpetuar nessa obra que ficará para os posteriores, o movimento que ainda vive na memória de todos os que, como nós, lutaram pela independência deste pedaço de terra. ²³⁸

Na sequência, o periódico apresenta o voto que fora exarado pelo vereador Jaime da Silva Reis na Comissão de Finanças, o qual revela justificativas que dialogam com o que vinha sendo posto pelo *Jornal de São Caetano* por meio dos textos de José Luiz Marinaro.

Visa o presente Projeto de Lei de autoria do nobre vereador Oswaldo Giampietro e outros, denominar de Tijucussú ao futuro viaduto sôbre os trilhos da E.F.S.J..

Considerando que a denominação proposta pelo autor, lembra somente o nome dado ao sítio que existia na época da fundação, do nosso Município;

Considerando que a denominação de “Viaduto dos Autonomistas” representa a vitória pela emancipação Político-Administrativa de nossa Cidade, essa Comissão endossa totalmente o Parecer no. 39, de 1953, da Comissão de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos. ²³⁹

²³⁷ Idem. Nossa tradição histórica. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 375, primeira página, 11 nov. 1953.

²³⁸ VIADUTO dos Autonomistas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 378, primeira página, 21 nov. 1953.

²³⁹ Ibidem.

Na sessão do dia 7 de dezembro daquele ano de 1953, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul aprovou a denominação “Viaduto dos Autonomistas” para o elevado que estava sendo erigido na cidade²⁴⁰, colocando termo à questão, nascida nos bastidores daquela Casa Legislativa e configurada pelo jornal. Responsável pelo desencadear de uma disputa memorialística, tal questão contribuíra para a ascensão da memória da autonomia, em detrimento de uma memória que não se coadunava com o ideal de pujança que fundamentava a identidade sul-são-caetanense e para o qual convergiam, além da própria memória autonomista, as narrativas memorialísticas alusivas ao imigrante italiano pioneiro e outros referenciais que vinham embasando a construção daquela identidade nos primeiros anos de vida municipal da localidade.

A mencionada disputa não fora a única reveladora de tensões no campo da produção das memórias locais. O sentimento identitário intensificado durante a conjuntura do nascimento do município de São Caetano do Sul e dos anos que vieram na sequência de tal episódio despertou um grande interesse pelos assuntos relacionados ao passado da localidade. Nessa esteira, surgiram trabalhos e pesquisas que produziram memórias e também histórias, chegando alguns deles a introduzir, por meio do *Jornal de São Caetano*, debates e discussões que abarcaram temas como os relativos aos marcos fundacionais da cidade, com os seus personagens e temporalidades.

2.4 Os debates em torno dos marcos fundacionais da cidade

Em 1952, o jornalista José Luiz Salvador Victor Marinaro, conforme já salientado, teve parte de sua pesquisa bibliográfica sobre o passado da cidade publicada, em capítulos, pelo *Jornal de São Caetano*. Esse seu ensaio histórico veio, posteriormente, a compor o almanaque *Isto é São Caetano do Sul*, lançado em julho daquele ano, na ocasião dos festejos de aniversário da localidade.

Apresentada como “documentário histórico ilustrativo”, a citada publicação fora, não por acaso, elaborada durante o início da vigência da cidade “como núcleo municipal

²⁴⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Lei Municipal n. 398*. São Caetano do Sul, 10 dez. 1953. Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/12348.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

constituído”, segundo as palavras de seu redator²⁴¹. As menções ao poderio industrial sul-são-caetanense são realizadas por ele de modo a classificar o advento de tal documentário como um coroamento ou consagração da promissora vida municipal de São Caetano, a espelhar sua grandeza.

[...]

Essa importância da terra sancaetanense, que se define em justo orgulho de sua laboriosa população, por razão dos fatores que a caracterizam como grandioso centro de trabalho, propulsor da grandeza da Pátria, teria de se registrar condignamente num documentário como o que ora se apresenta, para demonstrar aos pósteros e aos de hoje, tôda a pujança e real significado da grandiosidade desta febricitante oficina em que se forjam, se alimentam e se desenvolvem os alicêrces do progresso, numa contribuição altamente valiosa e decisiva à comunidade nacional.

[...] ²⁴²

Tendo como objetivo a divulgação sintetizada de “todos os setores desta ativa colmeia humana”²⁴³, que era São Caetano do Sul, o documentário em questão dedicou, de forma preambular, um espaço extenso aos resultados dos trabalhos de pesquisa de Marinaro, que, na oportunidade, foram publicados na íntegra.

O que chama atenção neste seu ensaio é o recorte temporal proposto, que tem como ponto de partida não o episódio da inauguração do Núcleo Colonial de São Caetano, em 1877, mas o período atinente aos primeiros anos da colonização portuguesa na então Capitania de São Vicente. Esse recuo vasto no tempo justifica-se enquanto um introito às abordagens vindas na sequência, entre as quais se destacam as referências feitas à antiga região do Tijucuçu e à fazenda beneditina que se formara em parte de tal região a partir do ano de 1631.

Ao apresentar o seu trabalho em *Isto é São Caetano do Sul*, José Luiz Marinaro faz considerações, a título introdutório, acerca da pesquisa propriamente dita, indicando os materiais que consultara e os assuntos sobre os quais discorrera.

O presente ensaio da histórica Fazenda de São Caetano exigiu do autor um sacrifício jamais calculado, dado às dificuldades com que se defrontou com as pesquisas de dados que o orientasse nessa tarefa [...] Diversas pessoas foram consultadas e infelizmente nada de interessante se obteve.

²⁴¹ ALMEIDA, Nelson Martins de. Apresentação. In: ALMEIDA, Nelson Martins de (Org.). *Isto é São Caetano do Sul: documentário histórico-ilustrativo do município*. São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul; São Paulo: Sociedade Brasileira de Expansão Comercial Ltda., 1952.

²⁴² *Ibidem*.

²⁴³ *Ibidem*.

Mas, apesar de tudo, lendo outros trabalhos, a História do Brasil, a vida dos Monges Beneditinos no Brasil, e alguns na Biblioteca Pública, obras de grandes autores, pôde compreender as raízes dessa formação e dividindo-a por períodos de datas, compondo o trabalho.
[...]²⁴⁴

Respaldadas em pesquisa bibliográfica e em fontes compiladas no *Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento*, as informações sobre a dita fazenda foram divulgadas com amplitude e detalhes nunca vistos, até então, em edições do *Jornal de São Caetano* comemorativas ao aniversário da cidade. Ressalvados os possíveis erros interpretativos apresentados a respeito, as abordagens em questão inserem na memória e no imaginário da localidade personagens e temporalidades que se distinguem das referências contempladas nas narrativas memorialísticas tradicionais, que têm como cerne a figura do imigrante italiano e como marco fundacional da cidade a data 28 de julho de 1877.

Na apresentação de sua pesquisa, Marinaro explicita sua intenção de nela render tributo aos beneditinos, propósito que viabilizaria a construção de uma memória mais embasada e atenta acerca deles.

[...]
Fixei à história a vida e obra dos fundadores da grande Fazenda de São Caetano, os frades beneditinos e a eles rendi as homenagens pelo que realizaram pelo Brasil.
[...]²⁴⁵

Em face da hegemonia da memória relativa aos imigrantes italianos pioneiros e da ascendente memória autonomista, a narrativa posta pelo trabalho de José Luiz Marinaro deixava-se mostrar, diplomaticamente e com menos displicência, em relação à participação dos monges de São Bento no processo de constituição do passado de São Caetano. O reconhecimento tributado aos esforços desses monges não arranha, porém, a importância que ele reserva ao imigrante, reforçando a hegemonia da memória a respeito de tal personagem no imaginário local, por meio de um aporte discursivo alinhado ao que era comumente proclamado sobre a sua presença na cidade.

[...]
A velha Itália, o berço da cultura, do Direito e da Civilização deu a São Caetano os braços de seus ilustres filhos que uma vez aqui radicados, [...], transformaram as terras brasileiras, em fonte de riqueza.

²⁴⁴ MARINARO, José Luiz. Preâmbulo. In: ALMEIDA, Nelson Martins de (Org.), op. cit.

²⁴⁵ Ibidem.

A êles, os valorosos colonos italianos, legamos a página de colonização [...] ²⁴⁶

Em 1952, registrou-se também o início de um intrincado debate na cidade, que atravessaria a década, ganhando maior visibilidade e estímulo em períodos alternados. Na edição de 2 de agosto daquele ano, o *Jornal de São Caetano*, como de costume, abriu espaço em suas páginas para falar acerca das comemorações do aniversário da cidade, ocorridas, dias antes, no dia 28 de julho. No texto correspondente, o jornal enfatizou o caráter grandioso e especial de tais festejos:

São Caetano do Sul viveu domingo último um dos maiores dias de sua existência. Após muitas dezenas de anos, tivemos finalmente um dia 28 de Julho com festividades à altura da data. E nem poderia ser de outra forma, já que foi festejado domingo não um aniversário comum, mas o Jubileu de Diamante da Cidade. [...] ²⁴⁷

Na sequência, o texto em tela faz menção aos discursos dos oradores do evento, como Walter Thomé, “que falou em nome dos bravos colonizadores italianos”, e Anacleto Campanella, “que enalteceu os trabalhos” de tais colonizadores, instalados, em 1877, em São Caetano ²⁴⁸. O destaque, contudo, ficara por conta da fala de Ítalo Dal’Mas, referenciada pela reportagem nos seguintes termos: “O jovem acadêmico Ítalo Dal’Mas, em magnífico improviso reclamou para os italianos a gloria de ‘fundadores de São Caetano’ que [...] alguns historiadores pretendem tirar aos velhos peninsulares” ²⁴⁹.

Com esse pronunciamento, o sul-são-caetanense Ítalo Dal’Mas (que já contabilizava, em sua jornada na cidade, a participação na liderança do movimento autonomista, ao lado de seus irmãos João, Ettore e Mário) iniciara a polêmica em torno da questão da fundação da cidade, tornando-se o maior e mais entusiástico defensor dos imigrantes italianos, para os quais reivindicava a qualidade de fundadores. A defesa de tal causa voltaria a ganhar espaço no *Jornal de São Caetano* no dia 17 de setembro de 1952. No texto assinado nessa ocasião, Ítalo Dal’Mas valera-se de um artigo publicado no periódico paulistano *A Gazeta* para construir as suas argumentações no endosso de seu ponto de vista. Intitulado *São Caetano*, o referido artigo é de autoria do dentista José Homem de Bittencourt, líder emancipacionista que, ao apoiar José Luiz Fláquer

²⁴⁶ Ibidem.

²⁴⁷ PRESENTE o povo nas comemorações de domingo. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 245, última página, 2 ago. 1952.

²⁴⁸ Ibidem.

²⁴⁹ Ibidem.

Neto na campanha das primeiras eleições municipais, em 1949, romperá com a ala autonomista (que sustentara a candidatura de Ângelo Raphael Pellegrino).

Com a passionalidade que vinha caracterizando as suas narrativas a respeito do assunto, Dal'Mas questiona o posicionamento de Bittencourt, tecendo-lhe críticas:

O ilustre membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, Dr. José Homem de Bittencourt, ao publicar, na Gazeta, seu artigo intitulado 'São Caetano', mostrou, contra nossa vontade, já não ter mais certeza de quem, realmente, fundou a cidade de São Caetano do Sul. [...]

A insistência fundamental, apresentada em seu artigo, consiste em julgar o imigrante italiano, que se localizou no Sítio de Tijucussu, verdadeiro colonizador e, de modo algum fundador. Entretanto, ao nosso ver, nessa afirmação, posto que esteja baseado em documentos oficiais, houve um equívoco de propriedade. [...] ²⁵⁰

A partir de uma longa explanação, Ítalo Dal'Mas faz minuciosas considerações acerca das categorias de colono e imigrante, diferenciando-as com o propósito de esmorecer a tese de José Homem de Bittencourt e reforçar a sua, segundo a qual o italiano instalado, em 1877, na localidade foi o seu fundador.

[...] Os imigrantes localizados no Sítio de Tijucussu, formaram, em verdade, uma coletividade e não uma colônia [...]

A palavra colono [...] passou, em São Paulo, desde 1847, a significar todo trabalhador agrícola, assalariado em geral. Nem mesmo, nesse sentido, os italianos localizados na Velha Fazenda o foram, pois haviam obedecido a um sistema completamente diferente: o de agrupamento em pequenas propriedades de subsistência, tornando-se proprietários das terras e formando núcleos de pequenos proprietários [...], e não núcleos coloniais. [...] ²⁵¹

É interessante ressaltar que, embora tenha havido por parte de Dal'Mas um esforço de concessão de embasamento teórico às ideias que defendia, a narrativa delas proveniente convergia na direção dos enunciados memorialísticos propagados pelo *Jornal de São Caetano*, principalmente na oportunidade dos festejos da cidade, os quais, mesmo não sendo dotados de uma sofisticação conceitual (uma vez que se pautavam mais pela força da tradição), cumpriam a sua finalidade: a da exaltação do imigrante italiano como o fundador da localidade, em prejuízo de outras memórias, concernentes a uma história processada anteriormente à configurada a partir de 28 de julho de 1877.

²⁵⁰ DAL'MAS, Ítalo. Nega-se com ironia que os italianos foram fundadores de S. Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 256, primeira página e p. 2, 17 set. 1952, primeira página.

²⁵¹ Ibidem, primeira página.

[...]

Ademais, em face do Direito de Propriedade, os fundadores de São Caetano do Sul, não podiam, de maneira alguma, denominar-se colonos, pois a relação que tinham com o solo, definia-os como proprietários e o valor social-econômico que, de futuro, dariam a essa região, já em ruínas, viria qualificá-los com justiça, coerência e mérito, verdadeiros fundadores. Fundadores da cidade. [...]²⁵²

Fincado no que se convencionou chamar de discurso fundador, constructo enunciativo que cria uma tradição com novos sentidos que desautorizam orientações e diretrizes antigas²⁵³, o debate desenvolvido em torno de tal questão ganharia mais um participante, já conhecido na cena local da constituição de memórias: José Luiz Marinaro. Este, no artigo publicado por aquele jornal em 16 de junho de 1954, veio a reforçar a ideia de que aos imigrantes italianos devia-se atribuir a qualidade de fundadores da cidade.

O fato de ter vindo a público sugere que, dois anos depois do início do mencionado debate, as discussões então fomentadas continuavam a ecoar nas páginas do *Jornal de São Caetano*, agregando narrativas e ideias. A sua intenção era a de refutar o ponto de vista que não concebia aqueles imigrantes como fundadores, posição esta que tinha em José Homem de Bittencourt um defensor.

Tomando como base o seu trabalho ensaístico sobre o passado local, publicado, parcialmente, no *Jornal de São Caetano*, e, depois, na íntegra, em *Isto é São Caetano do Sul*, como já dito, Marinaro formulou os seus argumentos em prol da hegemonia da memória italiana. Para defendê-la, recuperou questões que tinham norteado aquele seu trabalho, como as que seguem:

[...]

1º.) – De onde procede a área do Tijucussu? 2º.) – Foram os Beneditinos ou os italianos os fundadores da Cidade de São Caetano?; 3º.) – Quando chegaram os beneditinos e os italianos?; 4º.) – Quando os beneditinos abandonaram a Fazenda?; 5º.) – A Côroa Imperial comprou a Fazenda ou a Cidade?²⁵⁴

²⁵² Ibidem, p. 2.

²⁵³ ORLANDI, Eni (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, 1993, p. 13.

²⁵⁴ MARINARO, José Luiz. Sobre a história de São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 432, primeira página e p. 3, 16 jun. 1954, primeira página.

Em seguida, procede o esmiuçamento da última questão, de modo a salientar que a glória da fundação não caberia a nenhum outro personagem que não fosse o imigrante italiano.

Para êsse último tópico, aparentemente faccioso, é que chamamos a atenção dos estudiosos e dos que afirmam que foram fundadores da cidade os frades beneditinos. Com êle procuramos destruir essa afirmação.

Nêsse tópico há motivos exuberantes de ordem histórica, moral e jurídica para se concluir que êsses senhores estão errados.

Para nós, citando documentos e procedências, no ‘Ensaio’ acima referido, damos as seguintes conclusões: [...] Os Beneditinos fundaram a Fazenda de São Caetano e os italianos a Cidade; [...] A Côroa Imperial comprou a Fazenda em cuja área fixaram-se os italianos para fundarem, mais tarde, a Cidade: [...] si a Corôa dividiu essa área em lotes e distribui-os aos italianos, em 1877, a êles é que cabe a glória de serem os fundadores da cidade.

Como fundar cidade é fixar no sólo, construir, abrir ruas e avenidas qual a dúvida...²⁵⁵

No fragmento final do texto, acha-se implícita a ideia de progresso, aí atrelada ao imigrante italiano, que, ao fundar a localidade, permitiu o seu desenvolvimento, nela construindo, abrindo ruas e avenidas. Enquanto fundador de São Caetano, foi ele o portador da semente que fecundaria o progresso vindouro da cidade. Daí as representações pujantes acerca dela sincronizarem-se com as narrativas que faziam memória ao imigrante italiano, enquanto herói e fundador de São Caetano.

Do diálogo entre tais representações e narrativas, advém um discurso que, de acordo com Stuart Hall, produz sentidos,

com os quais podemos nos identificar [...] Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação [ou sobre a cidade, neste caso – grifos meus], memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas.²⁵⁶

Em 1957, depois de uma pequena vacância de tempo, o debate sobre as origens da cidade foi retomado, adquirindo contornos mais efusivos e inflamados. À publicação do livro *São Caetano do Sul em IV séculos de história* deve ser atribuída a responsabilidade pelo reavivamento das discussões sobre os marcos fundacionais de São Caetano.

²⁵⁵ Ibidem, primeira página e p. 3.

²⁵⁶ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 50-51.

De autoria de José de Souza Martins (então um jovem estudante sul-são-caetanense de 18 anos, oriundo de uma família humilde de trabalhadores)²⁵⁷, o referido livro teve a sua publicação patrocinada pelo Rotary Club local, em coedição com a prefeitura, quando dos primeiros meses da terceira gestão municipal de São Caetano do Sul, a cargo do prefeito Oswaldo Samuel Massei. O trabalho gráfico de tal publicação ficou sob a responsabilidade da Editora Saraiva.

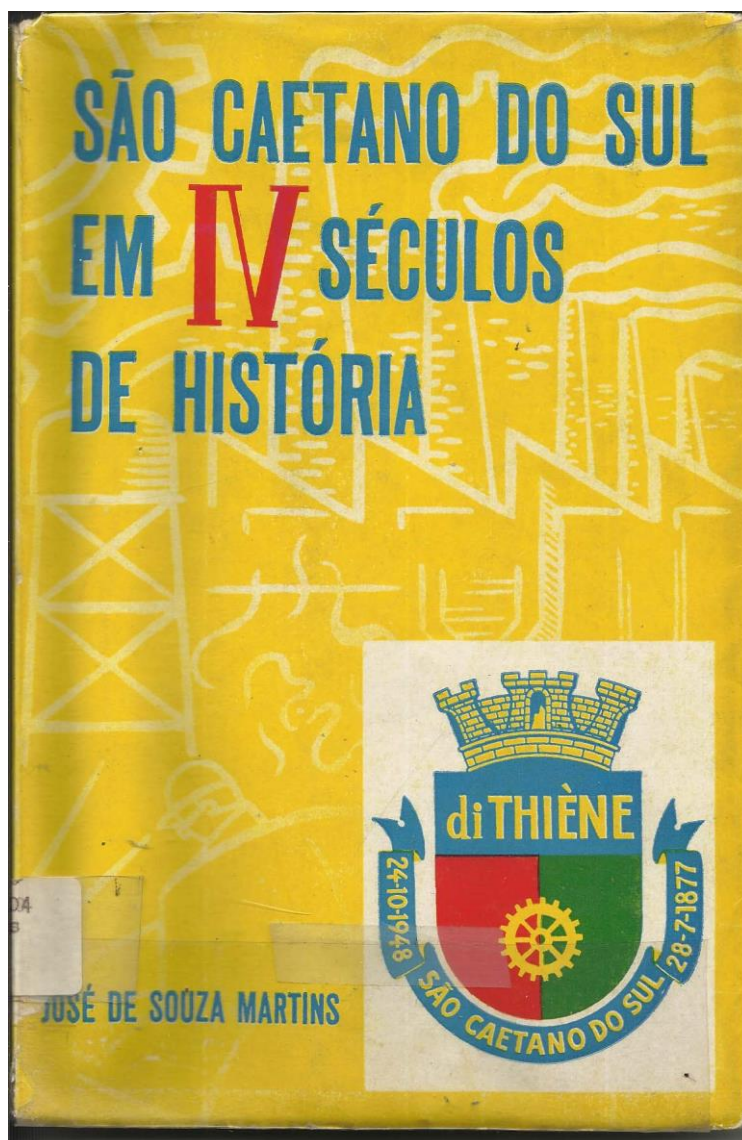


Imagem 08 - Reprodução da capa do livro *São Caetano do Sul em IV séculos de história*, de José de Souza Martins. Destaque para o brasão de armas, uma das credenciais da identidade municipal sul-são-caetanense

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

O seu lançamento deu-se no dia 28 de julho daquele ano de 1957, em plena comemoração do aniversário da cidade. Em 2017, José de Souza Martins relatou, por

²⁵⁷ Para informações a respeito, consultar: MARTINS, José de Souza. *Moleque de fábrica: uma arqueologia da memória social*. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

meio do texto intitulado *Há 60 anos, em São Caetano*, publicado na edição 56 de *Raízes*, suas lembranças a respeito do episódio, ressaltando as motivações que o levaram a pesquisar o passado local, dado então ao conhecimento com “notórias lacunas e invisibilidades”²⁵⁸, conforme apontara.

Com uns 14 anos de idade, eu decidira fazer uma pesquisa sobre a história local. Em 1952, no 75º aniversário da fundação do Núcleo Colonial de São Caetano, houve uma significativa movimentação em torno de sua história. Várias lojas do centro, como a Papelaria Carioca e a Casa Weigand, exibiram em suas vitrinas objetos e fotografias antigos, preservados por várias famílias. Havia, portanto, uma história um pouco diferente das versões de divulgação, simplificadas, que apareciam nos jornais. Elas pendiam para as tendências gerais do processo histórico, mas não cuidavam da riqueza dos detalhes e da diversidade das ocorrências, de que aquelas exposições davam indicações. [...] ²⁵⁹

Dando prosseguimento ao seu relato, Martins fala sobre o desafio que o norteou na empreitada de pesquisar o passado da cidade, para além do marco que fora eleito como sendo a data de sua fundação, o 28 de julho, que, na verdade, representava apenas uma fração do complexo processo histórico local e, por conseguinte, uma memória fragmentária, relativa à chegada dos imigrantes italianos no então Núcleo Colonial de São Caetano.

Tomei como um desafio ir atrás da história esquecida de São Caetano. Isso pedia pesquisa séria, voltada para o conjunto da história, não só para a data de 28 de julho. Para mim, imaturo e leigo, pesquisa séria queria dizer ir atrás de documentos, que contassem o que as próprias pessoas não conheciam ou não sabiam contar. [...] Nas fotografias, os trajes dos colonos, homens e mulheres, falavam de pobreza e de trabalho na roça. [...] Tudo contrariava o tom épico [das narrativas que circulavam na ocasião – grifos meus] [...] Minha curiosidade de adolescente que lia livros e se fazia perguntas, me dizia que as coisas não se encaixavam. Aquela exposição distribuída pelas vitrinas de lojas dizia o não dito. ²⁶⁰

Em 1991, também a partir de um texto publicado na Revista *Raízes*, José de Souza Martins apresenta a sua crítica acerca da predominância de uma concepção épica e triunfal nas narrativas sobre o passado local. No seu entender,

²⁵⁸ MARTINS, José de Souza. Há 60 anos, em São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 56, p. 104-107, dez. 2017, p. 104.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 104.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 104.

Os primeiros anos da história do núcleo colonial de S. Caetano são os que mais facilmente estão sujeitos às deformações de uma memória histórica fantasiosa. [...] a história local constitui um caso fascinante de deformação. Quase todos os fatos que conhecemos hoje em dia, a respeito da história do núcleo colonial, são produto de uma seleção ideológica que teve por finalidade construir uma interpretação triunfalista da imigração italiana. [...] Isso não quer dizer que não seja uma história verdadeira. Ela é verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Verdadeira na medida em que os fatos que a compõem, e são divulgados, são fatos geralmente verdadeiros, embora progressivamente diluídos numa interpretação que é cada vez mais memória de terceiros e cada vez menos História. Falsa, na medida em que inúmeros fatos, historicamente relevantes, acontecimentos do cotidiano pobre e difícil, são omitidos deliberadamente. Nessa concepção, são desqualificados tanto a memória quanto o cotidiano, isto é, a história vivida. [...] ²⁶¹

As argumentações apresentadas, além de apontarem questões que costuram as sempre densas intersecções entre memória e história (que, no trecho acima, revelam-se em suas especificidades e nuances conceituais, já trabalhadas neste capítulo, à luz dos postulados teóricos de estudiosos como Maurice Halbwachs e Pierre Nora), ensejam reflexões contundentes a respeito propriamente das narrativas produtoras do passado local.

Tais reflexões seriam, por sua vez, retomadas por Martins em 2003, no livro *O imaginário na imigração italiana*, ajudando no refinamento da interpretação do episódio da presença do imigrante italiano em São Caetano a partir de 1877. As aludidas reflexões abrem, hoje, uma possibilidade de leitura crítica a respeito do modo como a história daquela presença era narrada e a memória subjacente a ela, construída.

Transformado em marco instituidor da história e da memória da localidade, o episódio da chegada dos primeiros imigrantes italianos é concebido pelas narrativas triunfalistas de modo a sustentar a teoria de que a história de São Caetano tem início apenas no dia 28 de julho de 1877, data daquela chegada. A esse respeito, argumenta José de Souza Martins:

A lógica da página em branco [...] implica numa leitura seletiva da documentação e das referências históricas [de modo que – grifos meus] o que cada documento menciona do passado, do tempo e da realidade anteriores à chegada do imigrante, ganha sentido ou não a partir do destaque da concepção do herói fundador, representado pelo imigrante, a partir do privilegiamento das idéias de começo e coragem.

²⁶¹ Idem, O tempo da pobreza e do trabalho na memória histórica de S. Caetano, p. 18.

[...] a lógica da página em branco impõe a necessidade de negar como História tudo que antecede o advento do herói fundador.²⁶²

Em 1957, quando do lançamento de *São Caetano do Sul em IV séculos de história*, a visão que José de Souza Martins tinha sobre o passado local era também imbuída de uma hermenêutica que o compreendia na esteira do chamado discurso fundador. Como reconhecido por ele, sua imaturidade na seara da pesquisa explica a maneira como a enxergava e a conduzira, bem como os intentos a ela atribuídos. Sua intenção era a de revelar, por meio de uma documentação, o que estava encoberto pelas narrativas hegemônicas, apelando, para tanto, “às testemunhas invisíveis da história”²⁶³.

Na edição do dia 27 de julho de 1957, o *Jornal de São Caetano*, a partir de uma reportagem assinada pelo jornalista Oto Diringer, abria espaço para divulgar aquele livro. No seu entendimento, o referido trabalho do jovem Martins era um aceno de esperança para o futuro da juventude e “um exemplo edificante” ante a modernização²⁶⁴. O reconhecimento não parou aí. Adentrando o interior da obra, Diringer expôs a importância da mesma, prognosticando a polêmica que geraria, em razão da confrontação promovida frente a datas e marcos já postos do passado local.

[...]

José de Souza Martins, [...], mergulhou num dos mais arduos setores da literatura, buscando a confirmação de certos fatos ligados à vida passada de São Caetano do Sul. Dois anos passou o jovem estudante vasculhando obras, desentocando a confirmação ou a negação de detalhes históricos. Assim nasceu um livro que, por certo, irá provocar polemica, já que os tradicionalistas procurarão defender os fatos como eles se lhes afiguram. Contudo, mesmo sabendo que escrevendo tal livro, iria provocar controversias, ao indicar as datas do passado histórico desta cidade, José de Souza Martins prosseguiu na busca, enfrentando todos os percalços [...]²⁶⁵

Na conversa que manteve com Oto Diringer, na ocasião da preparação da reportagem em análise, José de Souza Martins assim se pronunciou, revelando o seu posicionamento no tocante à discutível e controvertida questão da fundação da cidade: “Não se pode negar que aos italianos coube o mérito de colonizar o velhusco sitio do Tijucussu, mas não se diga que eles foram os fundadores de São Caetano do Sul”²⁶⁶.

²⁶² Idem, *O imaginário na imigração italiana*, p. 72-73.

²⁶³ Idem, *Há 60 anos*, em São Caetano, p. 104.

²⁶⁴ DIRINGER, Oto. São Caetano em quatro séculos. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XII, n. 662, p. 6, 1º. caderno, 27 jul. 1957.

²⁶⁵ Ibidem, p. 6.

²⁶⁶ Ibidem, p. 6.

Este seu ponto de vista voltaria a ser divulgado e reforçado pelo *Jornal de São Caetano*, que, assim, seguiria colaborando para a visibilidade do livro e da própria interpretação concedida por Martins a respeito daquela polêmica questão:

[...]

Ano após ano, comemoramos a fundação de São Caetano do Sul, a 28 de julho, exaltando sempre a memória dos colonos italianos aqui arribados em 1877. Entretanto, um lapso lastimável envolve este emaranhado histórico. Atribuímos, erroneamente, a eles a glória da fundação de nossa terra, sepultando no esquecimento ou na ignorância os nomes daqueles que os antecederam nestas plagas.

Até hoje temos dado larga à imaginação e à tradição, doravante, porém, deve prevalecer a verdade, através dos incontestáveis documentos existentes em nossos arquivos históricos.

[...] ²⁶⁷

Logo no parágrafo inicial do texto em que registrara suas primeiras palavras sobre *São Caetano do Sul em IV séculos de história*, José de Souza Martins pontua a sua preocupação e compromisso com o que viera antes da data de 28 de julho. O que as narrativas procederam, na consideração da mencionada data como ponto de partida da história e do progresso locais, criou nele a motivação para propor a desconstrução julgada necessária, por meio de uma pesquisa que tivera como base a documentação atinente a São Caetano presente nos arquivos beneditinos.

Há dois anos atrás, aproximadamente, numa tarde ensolarada e gostosa, líamos a história de uma cidade paulista. Lembramo-nos de São Caetano do Sul. O seu histórico não podia resumir-se numa rápida síntese como o era, pois, alguma cousa devia ter existido aqui antes do 28 de julho de 1877. ²⁶⁸

Para ele, naquele momento, a incorporação dos monges da comunidade beneditina de São Paulo, proprietários da Fazenda de São Caetano por 246 anos (1631-1877), e de outros personagens, como o espanhol Diogo Sanches ²⁶⁹, de um período bastante longínquo, remontante ao Tijucuçu do século XVI, consistiu em um dos

²⁶⁷ MARTINS, José de Souza. Do Tijucuçu quinhentista ao São Caetano do século XX. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XII, n. 662, primeira página e p. 10, 27 jul. 1957.

²⁶⁸ Idem. *São Caetano do Sul em IV séculos de história*. São Paulo: Saraiva, 1957, p. 13.

²⁶⁹ Segundo a interpretação proposta então por José de Souza Martins, o espanhol Diogo Sanches deve ser considerado “o patriarca dos sulsancaetanenses”. Isso porque o citado personagem fora, ao lado de sua esposa, Isabel Félix, o primeiro habitante dos “campos de Tijucuçu,” de acordo com os documentos, como faz questão de frisar. Procedente de Castela, exercia o ofício de alfaiate. Sua chegada à região teria ocorrido antes de 1595. Para recuperar informações sobre Diogo Sanches, bem como a respeito de sua esposa e da própria região, Martins valeu-se do testamento deixado por Isabel Félix e do inventário de Sanches, datados de 1596 e de 1598, respectivamente. *Ibidem*, p. 34-42.

maiores desafios da pesquisa. Atento a essa proposta, o jovem pesquisador, em um movimento retrospectivo, deu a conhecer uma temporalidade mais alargada da história da localidade, partindo do marco representado pela data de 28 de julho de 1877. Valorizou, assim, sobremaneira, o que, no seu entender, não podia ficar oculto ou longe do que julgava ser a verdade.

[...]

Podemos dizer com segurança que São Caetano do Sul foi semeada nos primórdios da capitania de São Vicente, e esteve a germinar pelos tempos até fins do século passado, época em que aflorou nas proximidades da paulicéia como núcleo colonial.

Nêste singelo ensaio descrevemos a história sulsancaetanense como a encontramos nos arquivos paulistas. É nosso propósito tão somente revelar a verdade e laurear a memória daqueles que realmente o merecem. Não pretendemos de modo algum lançar a confusão entre os estudiosos e sim elucidar documentadamente a pitoresca história de São Caetano do Sul. [...]

São nossos votos, que o prezado leitor encontre neste trabalho não simplesmente um passatempo num instante de lazer, mas ensinamentos preciosos de uma verdade que não pode ser escondida.²⁷⁰

Embora referências a um período anterior ao do episódio da chegada dos primeiros imigrantes à localidade, naquela data de 28 de julho de 1877, tenham sido observadas em trabalhos de cunho bibliográfico, como o de José Luiz Marinaro, de 1952, o diferencial do ensaio de José de Souza Martins reside na pesquisa documental que realizara para recuperar o que ele entendia ser a história desconhecida de São Caetano, correspondente, então, a “três séculos incógnitos”, envoltos em uma “bruma compacta do passado”²⁷¹.

A despeito da observância de tal diferencial, esse trabalho pioneiro de Martins sinaliza para uma concepção então corrente em outros ensaios e textos sobre o passado da cidade, a qual, lendo a história ao revés, privilegia o mito das origens locais, segundo uma narrativa que vislumbra linearmente o tempo presente enquanto destino inevitável do passado. No início do excerto textual destacado acima, isso se evidencia, mostrando que a São Caetano do Sul apresenta-se como porvir de um território que fora semeado em tempos distantes, “nos primórdios da capitania de São Vicente”.

Sobre o acesso que tivera ao conjunto documental pertencente à Ordem de São Bento, Martins relatou, em 2017:

²⁷⁰ Ibidem, p. 17-18.

²⁷¹ Ibidem, p. 17.

Fui ao Rio de Janeiro, à procura de Dom Clemente da Silva-Nigra, o arquivista-mor da Ordem de São Bento no Brasil [...]

Dom Clemente estava de viagem. Esperei por ele vários dias. Quando nos encontramos, ficou alarmado com fato de que um menino quisesse ler os documentos monásticos, em São Paulo. Conversamos e consegui convencê-lo de que, apesar da idade, eu tinha conhecimento e maturidade para fazer o que estava fazendo e o que queria fazer. Deu-me uma carta de recomendação para Dom Mauro Haag, o arquivista em São Paulo, que me permitisse ler os documentos, “sob sua diletta vigilância.” Foi meu primeiro e emocionado acesso aos arquivos beneditinos, que guardavam 246 anos da história de São Caetano.²⁷²

Ao expor, na introdução do livro, a sua preocupação com o modo como o seu trabalho pudesse ser recebido, enfatizando não querer “lançar a confusão entre os estudiosos”²⁷³, o jovem Martins, talvez, prenunciasse a repercussão que o dito livro alcançaria naquele final da década de 1950 na cidade. Obra de seu tempo, com fortes marcas inspiradas em uma historiografia que tinha em nomes filiados ao Arquivo Histórico Municipal de São Paulo e ao seu Instituto Histórico e Geográfico importantes referências, tais como Nuto Santana (que prefaciara o referido livro) e Afonso d’Escragnolle Taunay, respectivamente, *São Caetano do Sul em IV séculos de história* não passaria imaculado pelo crivo passional de defensores da memória triunfalista italiana. Seis décadas após o seu lançamento, José de Souza Martins afirmou:

[...] em São Caetano havia forte resistência à publicação de um livro como o meu. Quando o livro foi lançado, pessoas da cidade foram ao Mosteiro de São Bento para obter provas de que eu não havia feito pesquisas ali. [...]²⁷⁴

No contexto das disputas memorialísticas locais, o livro de Martins, mesmo em face de toda a repercussão e discussão provocadas, não lograria senão a posição de contraponto ou de veiculador de uma memória dissidente frente à hegemonia das narrativas centradas no imigrante italiano. Encontrando em Ítalo Dal’Mas o seu principal defensor e divulgador, a memória produzida por essas narrativas era a que melhor refletia a grandeza identitária do “Príncipe dos Municípios”. Por meio das falas e textos do sul-são-caetanense Dal’Mas, que construíra uma respeitada trajetória

²⁷² Idem, Há 60 anos, em São Caetano, p. 106.

²⁷³ Idem, *São Caetano do Sul em IV séculos de história*, p. 17.

²⁷⁴ Idem, Há 60 anos, em São Caetano, p. 107.

profissional e intelectual na cidade²⁷⁵, a referida memória adquiriu um nível maior de articulação, distinguindo-se, nesse aspecto, do teor vulgarizado e de senso comum dos registros do *Jornal de São Caetano*, presentes em edições comemorativas ao 28 de julho.

Em dezembro de 1957, alguns meses depois do lançamento do livro de José de Souza Martins, era publicado o esboço histórico *São Caetano do Sul e seus fundadores*. No próprio título do livro, o seu autor, Ítalo Dal'Mas, antecipa, sublinha e sintetiza a teoria que o propulsionara a escrevê-lo, e em torno da qual vinha expondo, publicamente, o seu ponto de vista, firmado na defesa da ideia de que aos imigrantes italianos instalados em São Caetano no dia 28 de julho de 1877 coube a fundação da cidade (e não do núcleo colonial, como seria mais plausível considerar).

Em *Nota do Autor*, breve texto que inaugura o citado esboço, Dal'Mas aponta secamente, sem fornecer explicações detalhadas a respeito, os motivos que o levaram a publicá-lo:

Representa este esboço histórico apenas o delineamento de um tema.

[...]

Temos consciência de sua imperfeição e imaturidade. Sem embargo sai a público e por dois motivos: entusiasmo e ímpeto de justiça.²⁷⁶

Ítalo Dal'Mas, intencionando, talvez, afastar quaisquer dúvidas ou conjecturas que pudessem pairar sobre o que expusera em tal nota, destaca, na sequência dela, a razão que o levara, de fato, a produzir o citado esboço. Conforme descrevera, esta deveu-se ao relato de um amigo, colhido nos bastidores de uma audiência ocorrida no fórum da cidade. Baseado em informação veiculada por um morador local, tal relato dizia respeito à possível instalação fortuita dos imigrantes italianos no núcleo colonial local, em virtude de um desajustamento da locomotiva que os transportava, obrigando-os, assim, a ali descer. No ensejo, Dal'Mas aproveitou para lançar a sua advertência a respeito, ressaltando:

Relato deveras curioso, porque, entre a mordacidade irreverente de sua forma, tentava, no fundo, mostrar uma justificativa casual, a interpretar o ato da fundação de São Caetano do Sul. E foi em virtude desse relato que surgiu o presente esboço.²⁷⁷

²⁷⁵ Para informações a respeito, consultar: MUNARI, Rodrigo Marzano. Ítalo Dal'Mas: advogado e cronista dos “fundadores” de São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 57, p. 91-96, jul. 2018.

²⁷⁶ DAL'MAS, Ítalo. *São Caetano do Sul e seus fundadores*. São Paulo: Gráfica-Editora Michalany Ltda., 1957, p. 5.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 7.

Sem ignorar as considerações feitas advertidamente por Dal'Mas, é possível afirmar que o debate que vinha sendo desenrolado, desde 1952, ao redor da questão atinente às origens ou aos marcos fundacionais da cidade tenha também estimulado a publicação de seu livro. Com o lançamento, em 1957, de *São Caetano do Sul em IV séculos de história*, de José de Souza Martins, o mencionado debate obtivera o seu auge, podendo ter contribuído para o surgimento do “ímpeto de justiça” ao qual Dal'Mas se referira, quando da exposição das razões que o levaram a elaborar o seu trabalho, não por acaso, lançado naquele mesmo ano.

Embora Ítalo Dal'Mas não faça nenhuma referência explícita, neste sentido, é possível supor que este seu trabalho, além das razões expressamente divulgadas, tenha surgido como uma espécie de resposta ao livro de Martins, propagador de uma linha de interpretação contrária à sua concepção *mater* acerca do passado local e à memória triunfalista italiana que com ela se coaduna e dialoga.

Com um repertório discursivo e imagético mais condizente com os anseios de progresso vigentes na época na cidade, a memória produzida pelas narrativas centradas no imigrante italiano era a que melhor refletia a pujança identitária sul-são-caetanense, plasmando-se, por meio de um senso de continuidade, em um presente cujas elites locais, constituídas, predominantemente, por proprietários industriais e comerciais, apresentavam, entre os seus componentes, nomes que provinham de famílias italianas. Na liderança do movimento autonomista mesmo, registrou-se a participação de descendentes dessas famílias, algumas das quais integrantes do grupo pioneiro de imigrantes do Núcleo Colonial de São Caetano, aí instalado no dia 28 de julho de 1877, como a Garbelotto, a Martorelli, a Moretti, a Thomé e a D'Agostini.

Nesta perspectiva, faz-se necessário ressaltar que empresas pertencentes a alguns dos membros de tais elites estiveram entre o rol de anunciantes do *Jornal de São Caetano*, publicação na qual as narrativas memorialísticas proclamadoras da italianidade encontravam um espaço consistente de produção e difusão. Os elogios que compunham as suas significações eram o reconhecimento que o periódico devotava ao esforço empenhado pelos imigrantes italianos no lançamento das bases do que viria a ser, no seu entendimento, o progresso usufruído pela cidade naquele momento. O elo entre aquela geração pioneira de italianos e as que dela descenderam era mantido vivo nas páginas do jornal.

Coadjuvadas pela ascendente (e também triunfante) memória autonomista, aquelas narrativas, cristalizadoras de marcos e de uma periodização, impuseram-se como hegemônicas junto ao imaginário local, que, além de se apoiar nas memórias que fervilhavam na conjuntura dos primeiros anos da vida municipal sul-são-caetanense, era forjado por outros constructos, produtores também da identidade de São Caetano do Sul.

Entre esses constructos ou referenciais identitários, sobressaíram-se os relativos a algumas obras edificadas na cidade durante a primeira metade da década de 1950. Divulgadas amplamente por matérias e reportagens do *Jornal de São Caetano*, tais obras adquiriram grande visibilidade no cenário urbano de São Caetano do Sul e junto à população, passando a representar, material e simbolicamente, o ideal de progresso vislumbrado no horizonte citadino local e a própria identidade pujante da localidade, como será discutido no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III

LUGARES SIMBÓLICOS DO NOVATO MUNICÍPIO: MARCOS DA IDENTIDADE E DO PROGRESSO SUL-SÃO-CAETANENSES

3.1 Cartões-postais da urbe

Enquanto elementos constitutivos do imaginário coletivo sul-são-caetanense, forjadores daquilo que se pode considerar como sendo a identidade do então novato município de São Caetano do Sul, os enunciados textuais e imagéticos enaltecendores da urbe e as narrativas memorialísticas de teor triunfalista encontram em determinadas construções da cenografia urbana local um ponto de convergência. Isso porque, para além de sua materialidade, tais edificações carregam significados simbólicos, representativos do ideal de progresso almejado pela cidade nos primeiros anos de sua vida municipal e das imagens enaltecedoras construídas a seu respeito.

Essa aderência entre o material e o simbólico, que consiste no que se pode denominar de compleição identitária sul-são-caetanense, configura uma teia cujas tecituras são costuradas pelas narrativas triunfalistas da memória local, de modo a compor uma cenografia peculiar, identificativa da cidade enquanto *paisagem urbana*. As imagens que a integram e marcam

são dependentes de construções tanto no aspecto físico, quanto no simbólico, dentro das dimensões espaciais. Os marcos erguidos ao longo do tempo, que irão definir tal paisagem, constituem, antes de tudo, sua memória.²⁷⁸

Segundo Déa Ribeiro Fenelon, essas imagens estão “sempre impregnadas de memórias e de significações que se constroem mas também se modificam pelas experiências e vivências sociais posteriores, exprimindo diferentes temporalidades”²⁷⁹. As memórias que atravessam a paisagem de uma cidade revelam a hermética gama de sentidos presentes em seus marcos edificadas e imateriais. Como elucida Luciane Viana Barros, tais marcos configuram, respectivamente, o que se entende conceitualmente por

²⁷⁸ LOFEGO, Silvio Luiz, *IV Centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*, p. 23.

²⁷⁹ FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.), op. cit., p. 6.

“*cidade real* (espaço edificado) e *cidade análoga* (plano invisível de memórias personalizadas do passado, fruto da experiência urbana)”²⁸⁰.

Em São Caetano do Sul, na década de 1950, alguns marcos destacaram-se e ganharam projeção nas páginas do *Jornal de São Caetano*. Se a participação do periódico fora decisiva, simbolicamente, para a produção e disseminação de uma imagem pujante da cidade, em relação ao seu conjunto de obras e edificações, a sua posição não foi diferente.

Em sua edição de 19 de janeiro de 1955, o jornal elegeu os lugares que melhor simbolizavam a imagem que ele próprio vinha construindo e difundindo acerca de São Caetano, a de uma cidade pujante, desenvolvida e moderna. Marcos do progresso, das memórias e da identidade da localidade, pelos significados que reuniam e movimentavam junto às tramas configuradoras do imaginário sul-são-caetanense, tais lugares foram concebidos como cartões-postais da urbe, o que a cidade possuía de mais atrativo para ser mostrado aos que vinham visitá-la.

Em verdade nada, absolutamente nada possuíamos para mostrar aos visitantes. [...]

Hoje a situação modificou-se radicalmente. O jardim 1º. de Maio, o Viaduto dos Autonomistas, o edifício do Grupo Escolar “Bartolomeu Bueno da Silva” e seu respectivo painel,²⁸¹ diversos outros grupos escolares, o Estádio da AA. São Bento, o edifício Vitoria, a nossa Igreja Matriz Nova, o prédio do Hospital Beneficente São Caetano, o viveiro de plantas, os postos de puericultura, além de diversos outros próprios aqui existentes, permitem aos fotografos a elaboração de algumas dezenas de vistas interessantes a serem adquiridas pelos que visitam São Caetano do Sul.²⁸²

Interessante registrar que a preocupação com uma estética urbana que pudesse representar as concepções de progresso que habitavam o imaginário local já se fazia notar no jornal antes da inauguração de boa parte dos lugares citados acima. O texto que segue abaixo é bastante elucidativo, neste sentido, além de aventar uma questão que poderá ser nevrálgica para as reflexões concernentes ao que viria a ser o moderno e a

²⁸⁰ BARROS, Luciane Viana. Quatro vezes cidade. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, p. 199-204, jun. 1996, p. 202.

²⁸¹ O painel em questão, composto por azulejos, é de autoria de Jayme da Costa Patrão. Caracterizado pela imponência, por conta de suas dimensões expressivas, tal painel é representativo da figura do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, patrono da escola mencionada no texto. Para mais informações, consultar: XAVIER, Sônia Maria Franco. O passado de uma escola guarda a história de 70 anos de lutas contínuas. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 16, p. 11-14, dez. 1997.

²⁸² CARTÕES postais de São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 490, primeira página, 19 jan. 1955.

modernidade frente aos referenciais identitários sul-são-caetanenses e aos ideais de desenvolvimento e progresso que se articulavam a eles.

[...] Mas aquele coretinho que se levantou ali no meio da praça Cardeal Arcoverde – tenha a santa paciência o seu autor – é uma autêntica perpetuação do passado!

Uma praça, pequena como aquela, deveria conter no seu centro quando muito um obelisco de granito com inscrições históricas referentes à fundação da cidade ou do município [...] Entretanto, o coretinho que ali se construiu - é verdade que em bom estilo e com material de fazer nome à nossa cerâmica – veio dar à praça em questão um ar dessas cidadezinhas do interior, sem vida, sem estética, que têm uma praça com um jardimzinho de grama e no meio o infalível corêto, onde pelas tardes domingueiras a bandinha de música local vai tocar uns dobrados e algumas valsas tipo “Saudades do Matão...”

[...]

Uma verdade, porém, é preciso que fique escrita: a praça Cardeal Arcoverde é digna de uma decoração mais moderna, que possa denunciar os nossos anseios de progresso e de povo que não dorme de botina...²⁸³

Os argumentos apresentados nesse texto salientam aspectos que remetem à questão da identidade local e aos impasses concernentes ao seu processo de constituição. No início da vida municipal de São Caetano, o clamor identitário era notório, pois, na qualidade de novato município, a cidade necessitava de insígnias e referenciais que pudessem identificá-la e projetá-la. Assim, discussões e opiniões a respeito de tal assunto não faltavam, ecoando no *Jornal de São Caetano*, como atesta o texto ora focalizado.

Nele, percebe-se que a concepção de progresso de seu autor mostra-se atrelada à ideia de identidade e modernidade. Marcelo de Araújo Rehfeld Cedro, em seu trabalho sobre os deslocamentos das centralidades urbanas na cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, expõe que, nela,

importantes processos de reconstrução do espaço urbano foram influenciados pela concepção de que a modernidade corresponde a: progresso, requinte, sofisticação, praticidade, difusão e consolidação de práticas culturais arrojadas.²⁸⁴

Cedro, em suas reflexões, toma como objeto de análise três áreas belo-horizontinas, cujas características dialogam com diferentes paradigmas simbólicos do

²⁸³ CARVALHO, Theophilo de Souza. Programa da saudade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 306, última página, 14 mar. 1953.

²⁸⁴ CEDRO, Marcelo de Araújo Rehfeld, op. cit., p. 22.

que se pode considerar modernidade: a Praça Sete, a Pampulha e a Savassi. Como ele informa,

Tais centralidades são espaços emblemáticos, na trajetória de uma urbe que desde sua construção busca se afirmar como moderna, construindo monumentos e configurações simbólicas que incorporam importantes expressões da modernidade tais como inovação estética e dinamismo urbano.²⁸⁵

Antônio Herculano Lopes, em sua análise a respeito do processo de invenção do carioca, verificado nos primeiros anos do século passado, fornece elementos que incidem sobre as problemáticas que envolvem a cultura urbana e a modernização de uma cidade, apontando as suas interfaces com a questão da construção identitária. Enquanto “caldo de cultura de processos que só iriam amadurecer e tornar-se mais visíveis em décadas posteriores”²⁸⁶, a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, firma-se como “vitrine de um País que pretendia vir a integrar o ‘rol das nações civilizadas’”²⁸⁷.

Partindo desses postulados teóricos, pode-se afirmar que a modernização observada em São Caetano do Sul, no período inicial de sua trajetória como município, seguiu o ímpeto de progresso e civilidade do qual estava imbuída a própria ideia de modernidade, tão bem representada, material e simbolicamente, por um conjunto de referenciais nos grandes centros urbanos. Os “cartões-postais” sul-são-caetanenses, assim chamadas algumas obras edificadas durante a primeira metade dos anos 1950, foram transformados em símbolos da modernidade local, por força das peculiaridades, inserções, finalidades e sentidos que lhes foram atribuídos. Todas essas significações, portadoras de um ideal de grandeza e desenvolvimento, contribuíram para que esses lugares figurassem entre as referências produtoras da identidade de São Caetano do Sul.

3.2 Viaduto dos Autonomistas: “obra de vulto” de São Caetano

Entre os marcos elencados pelo *Jornal de São Caetano*, conforme exposto no item anterior, um, em especial, ganhara considerável destaque, apresentando-se como o

²⁸⁵ Ibidem, p. 19.

²⁸⁶ LOPES, Antônio Herculano. A título de abertura. O teatro de revista e a identidade carioca. In: LOPES, Antônio Herculano (Org.), op. cit., p. 30.

²⁸⁷ Ibidem, p. 29.

que melhor representava as aspirações então em curso no novato município de São Caetano do Sul: o Viaduto dos Autonomistas²⁸⁸. Com uma nomenclatura que faz memória àqueles que lutaram pela autonomia política da cidade, o aludido viaduto foi transformado em um dos principais símbolos (quicá no principal) da São Caetano emancipada, pujante e moderna, forjada por narrativas e enunciados imagéticos disseminados pelo jornal em questão.

Entre o final da década de 1940 e o início dos anos de 1950, o aumento do tráfego na região central da cidade trouxe à baila o problema relativo à ligação do Bairro da Fundação com aquela região. Dificultada, sobretudo nas imediações da estrada de ferro, pela lentidão no funcionamento das já obsoletas porteiros que controlavam o fluxo de trens, pedestres e veículos junto aos trilhos, a conexão entre ambas as áreas tornou-se causa de alguns transtornos, em face de um acelerado ritmo que se impunha, cada vez mais, ao cotidiano local.

Toda [...] série de aborrecimentos era causada devido ao fato de as porteiros se fecharem no instante em que um trem transitava na linha ferroviária, provocando grandes filas e vários congestionamentos no trânsito rodoviário, o que com certeza trazia problemas para várias pessoas [...]²⁸⁹

Assim, tendo em vista solucionar tal questão, o assunto envolvendo as porteiros passou a ocupar a agenda do poder público municipal, firmando-se como objeto de discussões e debates a partir de 1949, no alvorecer do município sul-são-caetanense.

[...] nos primeiros seis meses de legislatura, foram apresentadas indicações e projetos, em número de cinco, subscritos por Lauriston Garcia, Oswaldo S. Massei, Jordano P. S. Vincenzi, Angelo Cianfarani e Jacob João Lorenzini, objetivando a construção de uma passagem de nível ou passagem inferior.²⁹⁰

Além de tais indicações, outras ideias circularam nos bastidores decisórios da municipalidade na época, como as alusivas à construção de um viaduto entre as ruas Pernambuco e Rio Branco e à de um outro elevado, que se encarregaria da ligação das

²⁸⁸ As informações atinentes ao Viaduto dos Autonomistas foram publicadas, originalmente, em: CARVALHO, Cristina Toledo de. Viaduto dos Autonomistas: referência simbólica na cenografia urbana de São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 60, p. 25-30, dez. 2019. Saliente-se que as mesmas tiveram, nesta tese, a sua abordagem ampliada, a cargo do refinamento das reflexões que as cercam.

²⁸⁹ VINCENZI, Jordano P. S. As porteiros da estrada de ferro e os 40 anos do viaduto. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 11, p. 40-41, jul. 1994, p. 41.

²⁹⁰ Idem. *Discurso proferido durante o lançamento da pedra fundamental do Viaduto dos Autonomistas*, São Caetano do Sul, 1953.

ruas Amazonas e Heloísa Pamplona²⁹¹. Fruto da precisão técnica da engenharia, a edificação de um viaduto era a obra que melhor atenderia aos anseios de desenvolvimento e progresso em curso no novíssimo município de São Caetano do Sul. O retrato de uma cidade que se pretendia moderna e pujante, sob o afã de seu poderio econômico, advindo, em grande parte, do respeitável parque fabril que conseguira constituir ao longo de quase um século, e de sua condição política autônoma, responsável pela intensificação do sentimento identitário no imaginário local.

Entre as sugestões encaminhadas na ocasião, uma, em especial, ganhou corpo, transformando-se em projeto de lei. De autoria do vereador Jordano Pedro Segundo Vincenzi (integrante do grupo que liderara o movimento autonomista), o referido projeto abarcou um minucioso estudo feito por Giorgio Cappelli, desenhista de São Caetano que integrava a equipe de funcionários do escritório de engenharia de Paulo Ferreira Lopes, situado em São Paulo. No dia 28 de setembro de 1949, o projeto de lei deu entrada na Câmara Municipal. Pouco tempo depois, mais precisamente no dia 7 de dezembro daquele ano, a Lei Municipal de n. 61 autorizava abertura de concorrência pública para a apresentação de propostas e orçamentos para a construção do viaduto e de uma estação rodoviária em sua parte inferior, saindo vencedora a empresa Pontes e Grandes Estruturas Ltda., “que orçou a obra em Cr\$11.193.000,00 para ser entregue em 210 dias”²⁹². Edificado sobre o leito da estrada de ferro, partindo da Rua Manoel Coelho até a Rua Conselheiro Rodrigues Alves, o elevado, por força da Lei Municipal de n. 398 de 10 de dezembro de 1953, recebeu a denominação de Viaduto dos Autonomistas²⁹³, após amplas discussões observadas nos bastidores da Câmara Municipal, conforme abordado no segundo capítulo.

No dia 28 de julho daquele ano, durante os festejos do 76º aniversário da cidade, foi lançada a sua pedra fundamental. Na ocasião, Jordano Vincenzi, autor do projeto de lei da construção do viaduto, proferiu detalhado discurso, apresentando um panorama dos trâmites que englobaram a sua concepção e feitura. Ao explanar acerca de como aparecera a ideia de construí-lo, o ex-vereador pontuou:

²⁹¹ Idem, As porteiças da estrada de ferro e os 40 anos do viaduto, p. 41.

²⁹² SERÁ inaugurado em 28 de Julho o Viaduto. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 382, primeira página, 5 dez. 1953.

²⁹³ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL, *Lei Municipal n. 398*, 10 dez. 1953.

A idéia surgiu no regresso de uma visita à Represa do Rudge, quando se cogitava do aproveitamento de suas águas para o abastecimento²⁹⁴ da nossa cidade, em palestra que mantivemos com os engenheiros que nos acompanhavam nessa visita e que nos falavam do Viaduto em forma de “U”, na Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Acudiu-nos logo a idéia de construir um Viaduto em forma de cotovelo, para contornar as dificuldades do local que tínhamos em mira e que outro não era senão este mesmo onde nos encontramos, neste instante.²⁹⁵

Um ano depois, no dia 28 de julho de 1954, no decorrer do primeiro mandato do prefeito Anacleto Campanella (1953-1957)²⁹⁶, o Viaduto dos Autonomistas foi inaugurado (tendo sido também construído durante a referida gestão) com pompa, em cerimônia na qual estiveram presentes várias autoridades políticas, como o então governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez. A obra foi entregue com 254 metros, apresentando 15 de largura e altura livre máxima sobre os dormentes da linha férrea de 7,05m²⁹⁷.

As narrativas que cercam o Viaduto dos Autonomistas, desde o período em que sua existência restringia-se ao plano das ideias, em termos de projetos, estudos e plantas (segundo uma razão ordenadora, como expõe Ángel Rama)²⁹⁸, até a sua concretização, evidenciam a sua importância para o dia a dia da cidade, além de serem repletas de significados que denotam, simbolicamente, a sua expressividade frente às pretensões locais de afirmação identitária. Em suma, tudo o que dizia respeito ao viaduto era concebido ou tratado de maneira grandiosa, em conformidade com o esplendor que ele representava, enquanto maior “obra de vulto” de São Caetano, “ponto de partida para

²⁹⁴ O abastecimento de água era uma das principais pautas da agenda pública municipal, em 1949, no início da caminhada de São Caetano do Sul como município autônomo. Na época, a ideia era a de dotar a cidade com uma rede própria, o que livraria a localidade, neste quesito, da incômoda situação de dependência em relação a Santo André, município ao qual esteve politicamente atrelada até 1948. Para tanto, apresentou-se como solução para a questão a possibilidade de captação de água da Represa Rudge Ramos (São Bernardo do Campo), que “dispunha de volume suficiente”, segundo o engenheiro Plínio de Queiroz, autor de vasto estudo sobre a temática da distribuição de água na região e nome então cogitado, nos corredores da prefeitura, para empreender as análises destinadas à instalação de uma rede própria para o fornecimento do líquido em território sul-são-caetanense. TRABALHA-SE para resolver o importante problema da água. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IV, n. 90, última página, 30 jul. 1949.

²⁹⁵ VINCENZI, Jordano P. S. *Discurso proferido durante o lançamento da pedra fundamental do Viaduto dos Autonomistas*, São Caetano do Sul, 1953.

²⁹⁶ O período entre 1953 e 1957 corresponde ao da segunda gestão da vida municipal de São Caetano do Sul, a qual teve em seu comando Anacleto Campanella, sucessor de Ângelo Raphael Pellegrino, primeiro prefeito da cidade. Em 4 de abril de 1961, Campanella assumiu novamente a prefeitura sul-são-caetanense, ficando no posto até o dia 3 de abril de 1965. Para mais informações sobre a trajetória política de Anacleto Campanella, consultar: GALLO, Márcia. Anacleto Campanella, prefeito e deputado. A presença política de São Caetano do Sul no Estado e no país. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 60, p. 12-21, dez. 2019.

²⁹⁷ MEDICI, Ademir, op. cit., p. 222.

²⁹⁸ RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 25-26.

uma nova era de progresso para o Príncipe dos Municípios Paulistas”²⁹⁹, como queria o *Jornal de São Caetano*.

Essa constatação encontra clara ressonância em uma das, pelo menos, três matérias sobre a sua inauguração, localizadas junto a tal periódico. Nela, o jornal, dois meses antes da realização do evento que inauguraria o Viaduto dos Autonomistas, traz minuciosa prévia do que vinha sendo programado para essa inauguração, que, no seu entender, seria “apoteótica”. Informou também, na ocasião, que, durante o evento, passaria pelo viaduto, “essa magnífica ponte de concreto”, um “desfile monumental de agremiações, populares em geral, carros alegóricos, veículos particulares e de aluguel, frota de carros das indústrias etc”³⁰⁰.

A imagem reproduzida a seguir, que destaca a cerimônia que marcara esse evento de inauguração, também confere visibilidade a um cenário no qual inúmeras chaminés atestam o progresso industrial da cidade.



Imagem 09 - Inauguração do Viaduto dos Autonomistas, no dia 28 de julho de 1954. Além de contar com a presença de autoridades políticas, o evento foi marcado por um extenso desfile, o que lhe concedeu solenidade e pompa. Uma inauguração “apoteótica”, nas palavras do *Jornal de São Caetano*, fazendo jus ao significado grandioso atribuído à obra
Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

²⁹⁹ GUZZO, Ede. A inauguração do Viaduto dos Autonomistas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 433, primeira página e p. 3, 19 jun. 1954, primeira página.

³⁰⁰ APOTEÓTICA inauguração do Viaduto dos Autonomistas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 425, primeira página e p. 2, 22 mai. 1954, p. 2.

Em franco processo de expansão urbana, no início de sua vida como município, São Caetano do Sul via-se às voltas com problemas tidos como recorrentes em grandes centros citadinos, como os condizentes ao tráfego moroso de veículos em suas principais vias. Dessa forma, a construção do viaduto foi empreendida para sanar tal questão e “resolver o velho e angustiante problema da passagem sobre os trilhos da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, [...], antes feita através das porteiras daquela Estrada, então única via de ligação”³⁰¹.

Para além de tais finalidades práticas e de seu utilitarismo material, o Viaduto dos Autonomistas foi alçado à qualidade de marco do desenvolvimento local, uma referência simbólica na cenografia urbana sul-são-caetanense frente à conjuntura do processo de estruturação do município. Os significados que lhe foram atribuídos por um conjunto de enunciados discursivos e imagéticos, veiculados, entre 1949 e 1957, pelo *Jornal de São Caetano* e por outras fontes (como a Revista *São Caetano do Sul, 1953-1957: 48 meses de administração do prefeito Anacleto Campanella*, lançada para divulgar as principais realizações de sua gestão), apontam para a magnitude da obra, segundo uma perspectiva de tempo que extrapola os limites daquele momento histórico, de compreensível euforia na urbe.

Considerado “[...] o primeiro grande elevado a se construir no ABC por sobre os trilhos da estrada de ferro”³⁰², o Viaduto dos Autonomistas era concebido como um empreendimento que fora projetado “para um futuro distante [...]”³⁰³, conforme a interpretação da própria municipalidade. Ou, ainda, como um “patrimônio seguro que [seria – grifos meus] transferido as gerações futuras como fruto de uma consciência coletiva [...] para um porvir melhor”³⁰⁴. Esperava-se, por fim, que a sua construção representasse “acima de tudo [...] um símbolo de união indissolúvel das famílias e do povo de São Caetano do Sul”³⁰⁵.

Em face das considerações expostas, pode-se asseverar que, sob tal quadro conjuntural, o Viaduto dos Autonomistas emergiu como marca não só de uma gestão municipal, mas, principalmente, de um município, que, dando os seus primeiros passos,

³⁰¹ MARINARO, José Luiz S. V. *São Caetano do Sul, 1953-1957: 48 meses de administração do prefeito Anacleto Campanella*. São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1957.

³⁰² MEDICI, Ademir, op. cit., p. 222.

³⁰³ MARINARO, José Luiz S. V., op. cit.

³⁰⁴ Idem. Novas estacas de progresso fincadas em solo sancaetanense. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 401, primeira página, 20 fev. 1954.

³⁰⁵ VINCENZI, Jordano P. S. *Discurso proferido durante o lançamento da pedra fundamental do Viaduto dos Autonomistas*, São Caetano do Sul, 1953.

buscava recuperar e/ou eleger referenciais simbólicos que pudessem representar o seu crescimento e forjar a sua identidade histórica.

Foi hegemônico, neste sentido, o papel desempenhado pelo *Jornal de São Caetano*, que despontara como um dos principais articuladores da vida da localidade, em suas diferentes esferas. Conforme já sublinhado nesta tese, o periódico esteve à frente de importantes iniciativas em prol dos interesses da cidade, como as relativas às campanhas para a construção de um hospital e para a emancipação política. Além disso, assumiu a responsabilidade pela recuperação e difusão da memória local, que, nas edições comemorativas ao aniversário da cidade, ganhava grande espaço, firmando-se como uma das pautas mais expressivas do jornal. Cabe, mais uma vez, lembrar que, a partir desse contexto, narrativas memorialísticas a respeito do passado da localidade foram apropriadas, produzidas e difundidas, em diálogo, muitas vezes, com um material discursivo e ilustrativo de enaltecimento ao quadro econômico promissor do município, o que criou condição para a construção de uma imagem pujante e grandiosa da urbe.

Essa imagem da São Caetano da pujança e do progresso necessitava, no entanto, de uma projeção nos âmbitos simbólico e das representações para se legitimar. Para tal intento, alguns marcos foram eleitos, entre discursos, ações, instituições e lugares. O Viaduto dos Autonomistas, figurando junto a esses marcos, passa a simbolizar a conjuntura vigente na localidade, naqueles meados da década de 1950, e a espelhar o júbilo reinante no município sul-são-caetanense. Os adjetivos que lhe são concedidos pelo *Jornal de São Caetano* atestam o entusiástico estado de ânimo então presente na cidade, conforme pode-se notar em algumas de suas edições, publicadas entre 1954 e 1956, e das quais foram extraídos os seguintes trechos:

Os vereadores [...], pelo seu Presidente, vem ao povo, ao ensejo do aniversário de nossa cidade, comungar na alegria e na satisfação desta gente, este ano engalanada com uma série de inaugurações, onde sobressae o colossal viaduto, que bem atesta a pujança deste querido torrão, calado na admiração de todo o Brasil, como município soberbo.³⁰⁶

[...] outra obra grandiosa [...] é esse monstro de cimento armado que liga as duas partes da cidade, tornando transponível a barreira que representam os trilhos da EFSJ.³⁰⁷

³⁰⁶ DUARTE, Adriano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 443, p. 9, 1º. Caderno, 28 jul. 1954.

³⁰⁷ JORNAL DE SÃO CAETANO. São Caetano do Sul, ano IX, n. 488, primeira página, 12 jan. 1955.

Obra gigantesca a assinalar o dinamismo do jovem município que cresce extraordinariamente para o progresso de nossa Pátria.³⁰⁸

O Viaduto dos Autonomistas [...], uma das mais arrojadas obras da atual administração, ligando o Bairro da Fundação à parte nova da Cidade, é bem o símbolo do período de progresso da gestão do sr. Anacleto Campanella e do seu incontido desejo de elevar o nome da Cidade que lhe serviu de berço entre os mais progressistas do País.³⁰⁹

Um dos mais antigos problemas do Município era, sem duvida, a ligação entre o Bairro da Fundação e a parte alta da cidade, separados pelos trilhos da Estrada de Ferro Santos a Jundiáí cujas porteiras constituíam um pesadelo semelhante ao causado pelas porteiras do Brás. O monumental Viaduto dos Autonomistas veio resolver o problema.³¹⁰



Imagem 10 - Viaduto dos Autonomistas já aberto ao tráfego. A abertura ocorreu no dia 13 de novembro de 1954. À direita, aspecto parcial da Estação Rodoviária Presidente Vargas, construída em conjunto com o viaduto
Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

³⁰⁸ JORNAL DE SÃO CAETANO. São Caetano do Sul, ano IX, n. 492, primeira página, 26 jan. 1955.

³⁰⁹ JORNAL DE SÃO CAETANO. São Caetano do Sul, ano XI, n. 610, primeira página, 2º. Caderno, 28 jul. 1956.

³¹⁰ NO último período de administração do prefeito Anacleto Campanella comemora São Caetano do Sul seu 79º aniversário de fundação. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XI, n. 610, primeira página, 28 jul. 1956.

Consolidado na cidade como referência material e simbólica da São Caetano da pujança e do desenvolvimento, o Viaduto dos Autonomistas, “monstro de cimento armado”, teve os significados que cercam a sua imagem apropriados por periódicos conhecidos na cena da imprensa nacional, como a Revista *O Cruzeiro*. Em sua edição de 24 de setembro de 1955, tal revista publicou uma foto do viaduto, em razão da participação de São Caetano do Sul no concurso *Municípios de Maior Progresso*, organizado, em maio daquele ano, pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), com a colaboração da referida revista. Na ocasião, a cidade ficou entre os dez municípios do país melhores classificados no certame³¹¹, recebendo uma menção honrosa. Na legenda da foto em questão, a revista afirmou: “Este é o famoso Viaduto dos Autonomistas, feito para resolver o problema do tráfego entre o Bairro da Fundação e a parte alta da cidade. Obra notável”³¹².

O Viaduto dos Autonomistas impôs-se, de forma notória, na cenografia de São Caetano do Sul, destacando-se junto a outras referências que vinham concedendo ares de modernidade à localidade e nela despontando também como marcos físicos e simbólicos. O Jardim Público Primeiro de Maio e o Edifício Vitória, que serão tratados, respectivamente, nos dois próximos itens deste capítulo, constituem algumas dessas referências.

Os registros apresentados ao longo de boa parte do presente item dão conta de ressaltar a importância do Viaduto dos Autonomistas para o cotidiano de São Caetano, revelando ainda a sua carga simbólica³¹³. Esta, ao fomentar o imaginário local, articula-

³¹¹ A despeito da classificação obtida pelo município no certame, o *Jornal de São Caetano* publicou declarações do então prefeito Anacleto Campanella, que apresentara algumas justificativas para o fato de a cidade não ter ficado entre as cinco finalistas. “Não foi sem um choque emotivo que recebemos a desclassificação do nosso Município dentre os cinco de maior Progresso. Isso porque sabíamos de antemão que todos juntos (os 9 restantes) não se comparavam, absolutamente, em arrecadação, com a nossa cidade. Profundamente chocados, fomos, aos poucos, tendo ciência, pelos membros do Conselho Diretor, dos motivos que determinaram a nossa desclassificação. E aqui vão eles: 1º.- São Caetano do Sul, sozinho, tem o seu progresso como consequência da sua vizinhança com a Capital do Estado; 2º.- São Caetano do Sul, sozinho, tem uma receita superior a do Estado do Maranhão ou a do Estado do Piauí e, como tal, constitui um caso especial. [...]” SOBRE o concurso dos municípios brasileiros de maior progresso. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano X, n. 550, primeira página, 27 ago. 1955.

³¹² Apud RAÍZES, São Caetano do Sul, n. 13, jul. 1995, p. 83.

³¹³ A carga simbólica do Viaduto dos Autonomistas, além dos registros divulgados neste item, é perceptível em outras fontes e documentos pesquisados. Entre estes, destacam-se, por exemplo, as informações atinentes a um concurso de fotografia instituído pela municipalidade, por meio da Lei n. 535, de 24 de junho de 1955. Nos termos desta, os candidatos deveriam apresentar 20 fotografias representativas de diversos aspectos da cidade. O julgamento dos trabalhos ficaria sob a responsabilidade de uma comissão composta por artistas do Museu de Arte de São Paulo. Das fotografias premiadas e que receberam menções honrosas, três tiveram como foco o Viaduto dos Autonomistas, mostrando o quanto esse marco já se encontrava enraizado no imaginário dos moradores locais: “Vista do Viaduto,” de Santos

se a uma trama labiríntica de representações constitutivas daquilo que se pode chamar de identidade sul-são-caetanense.

3.3 Jardim Público Primeiro de Maio: o pioneiro do gênero na localidade

Como discutido no item anterior, o Viaduto dos Autonomistas, por força dos significados a ele conferidos, tornou-se símbolo da São Caetano da pujança, impondo-se como a obra que melhor espelhava a imagem de uma cidade em processo de expansão e desenvolvimento.

Mas não era somente o progresso econômico que se ressaltava frente ao ideal de cidade almejado então. Com o surgimento do município, muitos desafios vieram à tona, incumbindo as primeiras gestões da estruturação da localidade, principalmente no que tangia à promoção de serviços básicos em áreas como as de saneamento básico, saúde e educação. Para uma localidade como São Caetano do Sul, “onde quase tudo estava ainda por fazer”³¹⁴, durante os anos iniciais de sua caminhada municipal, uma das questões que se fizeram prementes na agenda da municipalidade foi a da promoção da salubridade.

Surgido no contexto de uma série de iniciativas em favor do saneamento, da higienização e do embelezamento da cidade, o Jardim Público Primeiro de Maio foi festivamente inaugurado no dia 25 de julho de 1954. Sob o modelo de praça ajardinada (bastante usual junto aos logradouros públicos na ocasião, como se verá mais adiante), reunia princípios tidos como basilares de um ideário citadino, como os relacionados a uma estética bucólica aprazível, ao asseio e ao salubre. Finalidades tão caras para a urbe sul-são-caetanense naquela primeira metade do decênio de 1950, período de preponderância de um quadro de insalubridade e de escassez de higiene em seu cenário urbano.

Parra (2º. lugar); “Viaduto” e “Arcadas do Viaduto,” de René Schoeps (menção honrosa). MARINARO, José Luiz S. V., op. cit..

³¹⁴ CARVALHO, Theophilo de Souza. Em defesa da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 165, última página, 20 jan. 1951.



Imagem 11 - Jardim Público Primeiro de Maio em imagem panorâmica de 1955. Foi o pioneiro do gênero na localidade.
Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Em razão das condições higiênicas precárias, agravadas pela incipiente rede de esgoto e serviços deficitários de coleta de lixo e limpeza das vias públicas, São Caetano tornou-se foco potencial de epidemias e moléstias. Diante desse prognóstico nada lisonjeiro, uma série de medidas em prol do sanitarismo público foi adotada na cidade, de modo mais amplo e incisivo a partir de 1953.

Relativamente à rede de esgoto, um relatório emitido, em 1954, pela Diretoria de Obras da prefeitura detalha os processos de ligação e expansão de tal serviço, apresentando dados comparativos entre as ações verificadas no setor durante os quatro primeiros anos do município (1949-1952) e no período correspondente à sua segunda gestão, iniciada, em 1953, com o mandato do prefeito Anacleto Campanella.

O Serviço de Esgoto de capital importância para limpeza da Cidade, foi abordado com especial cuidado tendo sido obtido resultados satisfatórios. É bastante observar que no exercício de 1953 foi feito maior número de ligações que nos anos de 1949 a 1952, reunidos, e, feita extensão quase igual à dos quatro anos também reunidos. Em 1953, foram feitas 1.076 ligações de esgoto, enquanto que nos quatro

anos anteriores se realizaram apenas 550. Quanto à extensão de rede, foram realizados no ano de 1953, 10.135 metros, enquanto que nos quatros anos reunidos, foram feitos 11.152 metros.³¹⁵

De acordo ainda com o mencionado relatório, em 1954, a extensão da rede de esgoto na cidade foi de 10.985 metros, enquanto 1.533 ligações foram registradas³¹⁶. Na ocasião da divulgação de tais números, outras informações a respeito da oferta de serviços de saneamento básico foram apresentadas, fornecendo um panorama da situação sanitária em São Caetano no ano de 1953, conforme segue:

É interessante relembrar a situação cruciente em que se encontrava São Caetano do Sul em 1953 no tocante ao problema da Rêde de Esgôto em tôdo centro da Cidade [...] A Rua Conde Francisco Matarazzo, João Pessoa, Baraldi e outras, o esgôto não existia, o que levavam os proprietários a fazerem o despejo na propria rua, oferecendo um cheiro insuportável. A rua Municipal por exemplo, era um caso calamitoso. A propria rua Manoel Coelho no trecho que compreende Av. Conde F. Matarazzo e Rua Conselheiro Antonio Prado, mesmo servida de esgoto, apresentava um aspecto desolador pelo intopimento constante da rêde [...]³¹⁷

Embora se perceba o esforço da prefeitura em favor da resolução do problema da rede de esgoto, evidenciado, por meio de um tom entusiástico e otimista, nos registros oficiais, como os destacados acima, a questão ainda estava longe de ser sanada integralmente na localidade. Em fevereiro de 1954, o *Jornal de São Caetano* publicara um texto de João Relá, um de seus colaboradores mais assíduos, a partir do qual se noticiou o encaminhamento de um requerimento à prefeitura, tendo em vista a higienização do município. De autoria do vereador Nestor Borges, tal requerimento dizia, especificamente, a respeito da aquisição, por parte da municipalidade, de um carro tanque para a limpeza das fossas sépticas e poços negros existentes na cidade, em face de um ainda incompleto e ineficaz serviço de saneamento básico. Relá, além de ter exposto o quadro no qual se encontrava São Caetano em matéria de canalização de esgoto, procedera também, na oportunidade, alguns outros encaminhamentos, posicionando-se frente ao assunto:

[...]

Como sabemos a rêde de esgotos que já conta com alguns anos de existencia, limita-se apenas a algumas vias do centro da cidade e

³¹⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CATANO DO SUL. *Relatório* (Processo n. 1567/54). São Caetano do Sul, 1954 apud MARINARO, José Luiz S. V., op. cit..

³¹⁶ Ibidem.

³¹⁷ Ibidem.

acredito que por se encontrar ainda em sua fase inicial, é que até agora não se cogitou da construção de uma estação de tratamento das materias fécaes [...]

Si não bastasse [...] temos tambem diversos bairros já populosos, alguns distanciados do centro, que não serão tão logo beneficiados com a rêde de esgotos. [...]

Devemos acrescentar que a medida pleiteada pelo vereador, não é uma nova descoberta, porque na Argentina, Chile, Uruguay, Italia e França, países considerados adiantados, esse serviço é feito sob o controle das prefeituras, mediante o pagamento de uma taxa modica [...]

Existe em São Paulo uma ou mais empresas que se encarregam de limpesas de foças, porém a taxa exigida é exorbitante, variando de 500 a 800 cruzeiros [...]

Estamos habilitados a acreditar que o Sr. Prefeito, conserva ainda em seu poder o referido processo [atinento ao requerimento do vereador Nestor Borges – grifos meus], prosseguindo nos seus estudos. Entretanto já é tempo de S.S. dar uma solução, resolvendo, mandar por em execução essa medida, que vem beneficiar, pelo menos parte da nossa população [...] podendo até exigir dos proprietarios obrigatoriedade para evitar o despejo de aguas sujas nas ruas, e com estas tambem desaparecerá essa nuvem de pernalongos daninhos e infeciosos que impiedosamente invadem os nossos lares, teimosos em conservar o seu quartel general em São Caetano [...] ³¹⁸

A infestação de insetos pela cidade, em decorrência das condições ruins de higiene, era, aliás, um problema a ser enfrentado naquele início dos anos 1950. Para tanto, a administração pública municipal instalou, em agosto de 1953, o Serviço de Dedetização Domiciliar, com o propósito de proceder a eliminação de pragas urbanas nocivas à saúde dos munícipes. Segundo dados constantes na prestação de contas divulgada pelo prefeito Anacleto Campanella no final de seu mandato, em 1957, as atividades do referido serviço foram, assim, resumidas:

Funcionando com uma pequena turma de operários o Serviço de B.H.C. apresentou os seguintes resultados:

No ano de 1953, 400 cômodos foram dedetizados; em 1954 alcançamos o número de 216.000 cômodos habitados por homens e animais; em 1955 tivemos 50.000 cômodos dedetizados. ³¹⁹

Em 1953, ano do início das atividades do Serviço de Dedetização Domiciliar, registrou-se, em São Caetano, mais uma ação higienista junto a residências, em uma demonstração da hegemonia dos preceitos e normas médico-sanitaristas frente aos modos de viver e morar na cidade. Sob a espora de tais parâmetros, que deixavam transparecer uma racionalidade científica deflagradora de códigos de conduta e de

³¹⁸ RELA, João. Higienização da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 400, primeira página, 17 fev. 1954.

³¹⁹ MARINARO, José Luiz S. V., op. cit..

orientações de controle e enquadramento, foram instituídos os “comandos sanitários”, com o fito de vistoriar estabelecimentos e residências locais para a averiguação de suas respectivas “condições higiênicas”³²⁰.

Estão em ação os comandos sanitários. Trata-se de uma iniciativa da Comissão de Higiene que há meses entrou em contato com o Medico-Chefe do Centro de Saude local [...] Os membros da Comissão de Higiene, vereadores Jaime Reis, Moreno Rodrigues e João Cambaúva, integrariam os “comandos” juntamente com o medico e fiscais do centro de Saude local.

Dando inicio à serie de visitas que farão os “Comandos” [...] estiveram no bairro da fundação onde vistoriaram diversas residências, encontrando grande numero de irregularidades.

[...]

Em todos esses prédios vistoriados pelos “Comandos Sanitarios” foram feitas as necessarias intimações para que seus proprietários procurem sanar as irregularidades existentes.

As visitas dos “Comandos” continuarão devendo ser vistoriados o Centro e os demais bairros, onde serão tomadas as mesmas providencias. Procura-se com isto fazer de São Caetano do Sul uma cidade limpa, em boas condições de higiene, tal como exige a sua denominação de “príncipe dos novos municípios paulistas.”³²¹

O atrelamento do conceito de higienismo à condição de desenvolvimento material ou econômico reflete um exemplar de cidade descortinado no texto destacado acima (em especial, em suas três últimas linhas) e em outros registros contemporâneos a este, provenientes da imprensa local e de outros setores. Retomando o assunto relativo aos trabalhos de instalação da rede de esgoto na localidade, cabe ressaltar o fragmento no qual a administração pública municipal manifestou-se a respeito, evidenciando, em sua argumentação, aspectos daquele ideal de cidade, denunciadores de uma concepção na qual uma urbe saneada e com um bom padrão higiênico, conforme prescrevem os princípios sanitários, constitui, necessariamente, uma localidade desenvolvida nos níveis econômico e de civilidade: “Nesse ano, 1953, a Administração atacou rigorosamente o centro da cidade e foi graças a êsse trabalho, que o máu-cheiro e o aspecto pouco recomendável a uma Cidade civilizada teve solução”³²².

Essa ideia marca também presença em um artigo publicado no *Jornal de São Caetano* em sua edição de 14 de fevereiro de 1953. Nele, há um apelo em favor da manutenção da limpeza nas ruas da cidade, sugerindo, inclusive, à edilidade sul-são-

³²⁰ ESTÃO agindo os Comandos Sanitários. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 357, p. 3, 9 set. 1953.

³²¹ *Ibidem*.

³²² MARINARO, José Luiz S. V., op. cit..

caetanense o encaminhamento de lei que pudesse obrigar os munícipes “a manterem limpos os seus passeios”. Ao discorrer sobre a temática da higiene pública, o autor de tal artigo recorre ao binômio “cidade limpa, cidade civilizada” para sustentar o seu ponto de vista.

[...]

Mas, bem refletindo, chegamos à conclusão de que aqui em nossa cidade de nada adiantariam os recipientes de papeis e de lixos postados em diversos pontos da cidade porque a nossa população está muito mal habituada em materia de limpeza pública.

Haja vista, por exemplo, o lamentavel estado em que vivem as ruas centrais, as quais, mesmo após a passagem do carro coletor de lixo, continuam ainda cheia de papeis de restos de mercadorias dos vendedores ambulantes e mesmo de detritos que os proprios moradores atiram impunemente à rua.

[...]

Ora, si quisesse o Rotary local fazer uma bonita figura, como fez o da Capital, doando uma porção de recipientes à nossa Prefeitura, deveria antes fazer uma doação desse vasilhame a cada habitante local, com um apêlo sincero: “Ajude a manter a cidade limpa. Cidade limpa, cidade civilizada.”

Ou, então, elaborasse a edilidade uma lei obrigando a todos os moradores da cidade a manterem limpos os seus passeios, sob determinada pena, como vimos numa cidade do interior, por sinal que muito limpa e assejada.

[...] ³²³

Em 1954, a temática concernente à cooperação dos munícipes na manutenção da limpeza das ruas da cidade ainda rendia intensas discussões junto a editorias do citado periódico. Em sua edição de 27 de março, um artigo, em face da postura de diversas casas comerciais, que, segundo informado, vinham atirando nas calçadas “toda a sorte de lixo e detritos alimentares”, tratou de encaminhar um apelo à população. Percebe-se que o teor desse apelo possui como base argumentativa a ideia sustentada no texto ressaltado acima, a qual atrela o estado de limpeza de uma localidade ao nível de educação de seus moradores. Abaixo, segue o trecho do citado artigo em que tal ideia aparece melhor ressaltada:

“Cidade limpa é cidade civilizada” – diz lá o “slogan.” Correto. A limpeza da cidade reflete a educação do seu povo, o seu respeito à higiene material, sintoma inequívoco de higiene mental. Se felizmente, grande parcela da população compreende e pratica os bons costumes, nestes e noutros setores, sem necessitar de “campanhas” e mesmo de posturas municipais regularizadoras, infelizmente a outra

³²³ CARVALHO, Theophilo de Souza. Os grandes problemas da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 298, primeira página, 14 fev. 1953.

parte tanto não faz, não obstante as leis, que infringem conscientemente...
[...]³²⁴

Cumprir registrar que o apelo encaminhado pelo jornal não fora o único na ocasião. Um outro já havia sido publicado na edição imediatamente anterior, denunciando também algumas casas comerciais locais pelo lixo jogado em vias públicas. Atitude que, nas palavras do *Jornal de São Caetano*, consistia em “verdadeiro acinte aos foros de civilização da cidade que mais cresce entre os novos municípios paulistas”³²⁵.

Não era apenas a limpeza das ruas que estava na ordem de discussão na localidade naquele momento. A preocupação com a poluição do ar fez-se também notar, colocando em relevo os danos ocasionados pela intensa atividade industrial (segundo o censo de 1950, São Caetano era o sexto município brasileiro com o maior índice de produção nesse ramo)³²⁶. Em ritmo crescente, tal atividade passou a revelar os seus reveses, em virtude de não sofrer, na ocasião, controle eficaz por parte, por exemplo, de uma política que pudesse gerir os efeitos nocivos decorrentes de sua produção, resguardando a salubridade local.

Sem deixar de reconhecer a importância da industrialização para o desenvolvimento econômico de São Caetano do Sul, enfatizando, aliás, com ânimo, os seus benefícios, João Rela, no texto intitulado *Cresce vertiginosamente S. Caetano*, teceu ponderações sobre a questão dos malefícios da expansão industrial desordenada para a saúde pública sul-são-caetanense, apontando alguns pontos controversos do progresso atingido pela localidade. Ao dissertar acerca da referida temática, Rela elucida os impasses, dilemas e contradições que perfazem a vida urbana. Esta, em razão do dinamismo que lhe é imanente, “passou a se colocar como questão e foi assumida como um desafio a ser enfrentado pelo historiador”³²⁷. Na qualidade de uma “das primeiras vias a delinear a cidade enquanto questão”³²⁸, o aspecto higiênico-sanitarista engendra as reflexões ensejadas por aquele texto. Abaixo, seguem alguns de seus

³²⁴ AJUDEM a manter limpa a cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 410, primeira página, 27 mar. 1954.

³²⁵ DEVE o povo cooperar com a limpeza da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 409, última página, 24 mar. 1954.

³²⁶ MARINARO, José Luiz S. V., op. cit..

³²⁷ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*, p. 33.

³²⁸ *Ibidem*, p. 33.

trechos, que, pela relevância frente à discussão que ora se encaminha, merecem ser apresentados:

Não vai neste comentario nenhum desejo de apontar responsavel ou responsaveis pelas inconveniencias que estão causando atualmente as industrias localizadas no perímetro central da nossa cidade, e que pelo produto da sua fabricação, exalam mau cheiro, quando não o fazem despejando nas ruas residuos considerados contaminosos e nocivos à saude publica, partindo daí, as constantes reclamações da população, dirigidas aos poderes, que se veem impossibilitados de tomar qualquer providencia, diante da situação delicada que os casos oferecem.

Sabemos perfeitamente que São Caetano do Sul é hoje considerado um dos centros de maior importancia entre os demais municípios, quer seja pelo grande comercio, quer seja pelo seu volumoso parque industrial [...]

Quem, do alto da colina de Heliopolis, no Ipiranga, lançar suas vistas para São Caetano, terá ocasião de contemplar o espetaculo maravilhoso que oferece filas interminaveis de chaminés em plena evolução, [...], dando uma impressão nítida de trabalho, progresso e grandeza.

Não haverá quem deixe de contemplar sem admiração, pelas ruas da nossa dinamica cidade, nas horas de saida das fabricas, aquela massa humana de operários, pioneiros do progresso [...]

Assim é hoje a nossa progressista cidade, mas quando iniciava São Caetano, na conquista de sua invejavel situação [...], eram os seus governantes que disputavam entre si a primazia de atrair o maior numero possivel de industrias [...]

Havia ofertas vantajosas e facilidades, dando-lhes até isenção de impostos [...]

[...] assim procederam os homens daqueles tempos, [...], permitiram instalações de algumas industrias no centro da cidade.

Acontece porem que entre estas, [...], muitas despejam pelas ruas residuos, julgados prejudiciais à saude do povo, e outras há que fazem os despejos nos rios, transformando estes em verdadeiros condutores de esgotos.

[...]

Procurar obrigar a transferencia das atuais industrias, para locais distantes, manda a verdade que se diga, é impraticavel, porém nada impede que tomemos desde já providencias acauteladoras para o futuro, não permitindo mais novas instalações de industrias, no centro da cidade, assim como embaraçar quanto possivel, ampliamento das atuais, que reconhecidamente inflingem as leis Municipais e Sanitarias em prejuizo da saude da população.

[...] ³²⁹

Em face da situação desenhada nesse texto, a alternativa encontrada pela administração pública municipal foi a do plantio de árvores pela cidade. Por tal via, as autoridades políticas locais não colocariam em xeque os seus interesses e os dos

³²⁹ RELA, João. Cresce vertiginosamente S. Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 383, p. 5, 12 dez. 1953.

industriais, o que poderia ser bem diferente caso a prefeitura optasse pela adoção de medidas mais severas ou radicais frente à questão, como as sugeridas por Rela. Assim, teve início, em 1953, o serviço de arborização em São Caetano, após uma primeira tentativa não exitosa logo depois de sua autonomia política, período em que “poucas árvores vingaram”³³⁰, conforme noticiado, em novembro daquele ano, pelo *Jornal de São Caetano*.

Respaldado, a partir de julho de 1954, por um viveiro e um pequeno horto mantidos pela municipalidade (os quais iniciaram suas atividades com o cultivo de 60 mudas)³³¹, o plantio de árvores na cidade objetivava purificar a sua “atmosfera saturada de gases desprendidos das inúmeras indústrias”³³². Segundo os números apresentados em 1957, no final da administração do prefeito Campanella, 3.100 árvores foram adquiridas, e 80 ruas do município receberam o benefício da arborização³³³. De acordo ainda com a municipalidade, 297 reposições foram procedidas, além da conclusão dos serviços de arborização junto aos jardins de grupos escolares, postos de puericultura e do Hospital São Caetano³³⁴.

Quando do início do plantio arbóreo local, em 1953, o *Jornal de São Caetano* apelava à população que cuidasse das árvores “com carinho e desvelo”, publicando notas sob o título *Cuide da sua árvore*. O conteúdo das mesmas salienta não só os benefícios que o plantio traria para a atmosfera da localidade, mas também os aspectos estéticos concernentes à arborização, que promoveria, assim, o embelezamento urbano.

A atual administração elaborou um plano para a arborização da cidade. Muitas mudas foram plantadas. Tenras plantinhas, viçosas, prometem embelezar nossa cidade. Dentro de pouco tempo teremos árvores copadas emprestando magnífico aspecto às nossas ruas. Todos se beneficiarão de sua sombra e da atmosfera purificada. Para que isso aconteça, para que a arborização de São Caetano do Sul seja uma realidade é necessário que o povo colabore. Há uma planta em frente sua casa. Essa planta é sua. Cuide de sua árvore.³³⁵

³³⁰ ARBORIZAÇÃO das ruas da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 376, primeira página, 14 nov. 1953.

³³¹ MARINARO, José Luiz S. V., op. cit..

³³² ARBORIZAÇÃO das ruas da cidade, primeira página.

³³³ MARINARO, José Luiz S. V., op. cit.

³³⁴ *Ibidem*.

³³⁵ CUIDE da sua árvore. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 377, última página, 21 nov. 1953.

A junção entre embelezamento e salubridade não foi, porém, uma exclusividade observada frente aos planos de arborização adotados pela gestão municipal. O melhoramento da estética urbana, aliado à questão da higiene pública, acompanharia também, na qualidade de fim precípua, os projetos atinentes à construção de praças, jardins e canteiros na cidade. Ao lado de outras iniciativas relacionadas à promoção da urbanização local, a edificação de logradouros públicos passou a figurar junto às pautas e metas privilegiadas na agenda da municipalidade.

A aludida orientação tornou-se mais evidente e sistemática no decorrer da segunda administração da vida municipal de São Caetano (1953-1957), quando foi inaugurado um número significativo de praças e jardins, destacando-se entre eles: Praça Maria Pia Matarazzo (Bairro da Fundação), inaugurada em maio de 1954; Praça Vila Lucinda (Bairro da Fundação), inaugurada em janeiro de 1955; Jardim de Vila Palmeiras (Bairro Boa Vista), localizado na confluência das ruas João Ramalho e Santos Dumont, inaugurado em 28 de julho de 1956; e Praça situada no entroncamento das ruas Herculano de Freitas e Dr. Rodrigues Alves (Bairro da Fundação)³³⁶. A diferença observada frente, por exemplo, ao número existente de praças em 1952 (total de cinco)³³⁷ e em 1957 (19, no total)³³⁸, no município, respalda tal constatação.

Ações de melhoria, como iluminação, arborização, ajardinamento e instalação de equipamentos, em espaços congêneres, foram também verificadas na cidade nesse período de sua segunda gestão municipal, referente à administração do prefeito Anacleto Campanella³³⁹.

³³⁶ MARINARO, José Luiz S. V., op. cit..

³³⁷ ALMEIDA, Nelson Martins de (Org.), op. cit., p. 79.

³³⁸ MARINARO, José Luiz S. V., op. cit..

³³⁹ Vale mencionar que, no final da administração do prefeito Anacleto Campanella (então em seu primeiro mandato), iniciaram-se as obras de construção do prédio que abrigaria o então Ginásio do Estado “Coronel Bonifácio de Carvalho,” em terreno compreendido entre as avenidas Goiás e Dr. Augusto de Toledo e as ruas Antônio Bento e Américo Brasiliense. Composto o complexo desse ginásio, do qual faria parte ainda o edifício onde ficariam sediados o Auditório e a Biblioteca Municipais, encontra-se a Praça do Professor, cujo projeto, de autoria de Rodney Guaraldo, anunciava o seu ajardinamento e a construção de uma fonte luminosa. A previsão de edificação de uma praça em tal área é, contudo, mais antiga do que o projeto das instalações daquele ginásio, remetendo ao ano de 1936, quando o município de São Bernardo, ao qual São Caetano pertencia na qualidade de distrito, adquirira um terreno situado na aludida área, com o fim de nele proceder a construção de um jardim público. Desde então, esse terreno servira para inúmeras finalidades, exceto para aquela relativa à feitura do jardim. Segundo consta, nos primeiros anos de vida do município de São Caetano do Sul, até uma cocheira fora ali instalada, desativada, depois, o que ensejou as discussões sobre aquela proposta pioneira de construção do jardim. Embora ratificada pela Lei de n. 281, de 21 de outubro de 1952, que o denominara como Praça 24 de Dezembro, a proposta em questão não conseguiu concretizar-se. Somente alguns anos depois, com a execução do projeto do edifício do Ginásio do Estado, a mencionada área ganharia, enfim, o seu logradouro, batizado de Jardim do Professor pelo Decreto Municipal de n. 241, de 15 de outubro de 1956. Esse decreto concedeu ainda a nomenclatura Santos Dumont ao edifício do Auditório e da Biblioteca

Se, durante os anos pioneiros da trajetória do município sul-são-caetanense, os números eram tímidos no quesito praças e jardins, no período anterior ao da obtenção de sua autonomia política, uma situação de defasagem vigorava em relação ao quadro local de logradouros públicos. Uma nota curiosa, publicada na edição de 12 de fevereiro de 1928 do *São Caetano Jornal*, chama atenção para o fato de não existir nenhuma praça na localidade naquela época, deixando transparecer um certo sentimento de reprovação e assombro diante de tal episódio:

[...] E tanto isso é verdade... que ocupando esta vila, atualmente, uma área aproximada de cerca de três milhões de metros quadrados, por onde se estende o seu casario de todos os feitios, apresenta o único fenômeno talvez existente em São Paulo, mesmo no Brasil e quiçá do mundo inteiro, de ser a única cidade que não possui uma praça.³⁴⁰

De acordo com Ademir Medici, essa situação só seria revertida no final da década de 1930, quando da desapropriação, pela Prefeitura de Santo André, de vários terrenos defronte ao templo da então Matriz Nova (atual Paróquia Sagrada Família) para a formação da Praça Cardeal Arcoverde³⁴¹. Esta, com o surgimento do município de São Caetano do Sul, começa a ser objeto de indicações e proposições da edilidade local já em sua primeira legislatura (1949-1953), como as alusivas à instalação de um coreto e à desapropriação de terrenos situados nas imediações para o seu alargamento³⁴².

Durante o primeiro mandato do prefeito Anacleto Campanella (que voltaria à chefia do Executivo municipal em 1961, conforme indicado na nota 296), a Praça Cardeal Arcoverde fora palco de obras, sendo, na ocasião, ajardinada, iluminada e arborizada, o que lhe ofereceu novo aspecto, segundo o entendimento da própria municipalidade³⁴³. Esse apanhado de realizações serviu não só para modificar a fisionomia de tal espaço, como também para colocar na vitrine do urbanismo local características de um conceito de logradouro público bastante em voga, até meados da década de 1950, nas cidades brasileiras: a praça-jardim.

Municipais, o qual integrava o projeto de construção do ginásio estadual, conforme ressaltado. MARINARO, José Luiz S. V., op. cit..

³⁴⁰ Apud MEDICI, Ademir, op. cit., p. 218.

³⁴¹ Ibidem, p. 218-219.

³⁴² ALMEIDA, Nelson Martins de (Org.), op. cit., p. 65-87. Vale lembrar que, no período atinente ao encaminhamento das indicações e proposições citadas no texto, foi promulgada também a Lei Municipal de n. 19, de 24 de junho de 1949, que dispunha sobre a colocação de bancos, a cargo de indústrias e estabelecimentos comerciais locais, na Praça Cardeal Arcoverde. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Lei Municipal n. 19*. São Caetano do Sul, 24 jun. 1949. Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/14296.pdf>>. Acesso em: abr. 2020.

³⁴³ MARINARO, José Luiz S. V., op. cit..

Como aponta Júnia Marques Caldeira, as praças adquiriram diferentes usos e sentidos ao longo das diversas conjunturas históricas³⁴⁴. Com o advento do Brasil republicano, esses espaços deixam de ser “o palco da vida mundana e religiosa, civil e militar da cidade”, tornando-se “um belo cenário ajardinado destinado às atividades de recreação e voltado para o lazer contemplativo, a convivência da população e o passeio”³⁴⁵.

Elemento de composição estética, a praça ajardinada, no século XX, também se firmou como espaço salubre na cenografia da urbe, destinado a nela disseminar o verde, em atenção ao que preceituavam as normas higiênico-sanitaristas. Em sua análise sobre os jardins públicos, que, em território brasileiro, ganharam projeção nesse contexto de práticas higienistas e de embelezamento de logradouros urbanos, Murilo Marx esclarece que:

[...]

Bem depois da criação dos primeiros jardins públicos, e coincidindo com a sua difusão pelas povoações de porte menor e interioranas, começaram os cuidados em arborizar e em ajardinar os logradouros existentes ou os que iam surgindo. As ruas mais importantes e, especialmente, as praças foram enfeitadas com árvores e canteiros de plantas ornamentais. E o sucesso dessa transformação foi tal, que logo se perdeu a noção das peculiaridades diferentes de uma praça e de um jardim.³⁴⁶

Instituído como prática urbana, o ajardinamento higiênico-decorativo ganhou visibilidade em São Caetano, principalmente a partir da segunda gestão municipal, iniciada em 1953. Na medida em que passara a se apresentar como solução para o problema dos terrenos baldios³⁴⁷ na cidade, o estabelecimento de logradouros públicos,

³⁴⁴ CALDEIRA, Júnia Marques. *A Praça Brasileira. Trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade*. 2007. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, p. 134-137.

³⁴⁵ ROBBIA, Fábio; MACEDO, S. S. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p. 28 apud CALDEIRA, Júnia Marques, op. cit., p. 137.

³⁴⁶ MARX, Murilo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1980, p. 67 apud CALDEIRA, Júnia Marques, op. cit., p. 134.

³⁴⁷ Com a colocação de guias e sarjetas nas vias públicas, a prefeitura sul-são-caetanense, sob respaldo legal, definira um plano de delineamento para as ruas da cidade, de modo que foi possível exigir dos proprietários de terrenos situados em áreas dotadas daqueles melhoramentos urbanos a construção de muros e calçadas. Uma nota publicada no *Jornal de São Caetano* encarregou-se de lembrar os munícipes de tal obrigação, por meio de um tom imperativo: “Os terrenos baldios [...] dão mau aspecto aos logradouros e constituem um flagrante desrespeito à lei, quando situados em vias públicas dotadas de guias, ou outro melhoramento urbano. Os proprietários [...] deverão construir muros e calçadas na frente de seus imóveis mantendo-os em bom estado de conservação. Coopere na urbanização de São Caetano do Sul fechando e fazendo fechar os terrenos baldios por meio de muros e calçadas, de acordo com a lei.” CONSTRUAM muros e calçadas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 358, p. 3, 12 set. 1953.

segundo o modelo de praça ajardinada, tornou-se uma orientação administrativa recorrente frente àqueles espaços vazios e ociosos.

Conforme observa o jornalista-memorialista Ademir Medici, o processo de ocupação da área da localidade deu-se de maneira horizontal, “esparramando-se pelo território, deixando espaços”³⁴⁸. Assim, anotou-se a existência de muitos terrenos vazios na cidade, sobretudo em sua região central, alvo da expansão urbana então verificada em São Caetano, já desde a primeira metade do século passado. Como elucidada, “atrás da igreja Sagrada Família, por exemplo, em ruas como a Niterói e Goiás, existiam quadras inteiras sem construções”³⁴⁹.

Foi em face desse cenário que o Jardim Público Primeiro de Maio surgira em São Caetano. Com a configuração de praça-jardim, sua instalação representou, urbanisticamente, a ampliação do eixo central da cidade, então em processo crescente de ocupação, colocando-se ao lado de outros marcos dessa ocupação (já citados nesta tese), como o templo da Paróquia Sagrada Família e a Praça Cardeal Arcoverde.

Embora construído e inaugurado durante a gestão de Anacleto Campanella, o Jardim Primeiro de Maio teve o seu processo de concepção iniciado em dezembro de 1949, durante o primeiro ano de vida do município de São Caetano do Sul. Por meio da Lei de n. 60, o então prefeito Ângelo Raphael Pellegrino declarou de utilidade pública imóveis localizados no centro da cidade, mais precisamente em uma área que totalizava 8.911 m² entre a Avenida Goiás e as ruas Manoel Coelho e Rio Grande do Sul. Na referida lei, previa-se a construção de logradouro público, que viria a ser o Jardim Primeiro de Maio, e também do Paço Municipal³⁵⁰.

Conforme consta, em 1950, a partir da Lei 94 A, de 3 de julho, Pellegrino abria crédito especial para a desapropriação dos mencionados imóveis. Acontece que, dentre o que fora previsto, apenas o jardim teve a sua construção concretizada, pelo menos em um primeiro momento. A edificação do Paço³⁵¹ retardaria, entretanto, alguns anos. A sua inauguração ocorreria somente em março de 1961, no final da terceira gestão do município, correspondente ao período de mandato do prefeito Oswaldo Samuel Massei

³⁴⁸ MEDICI, Ademir, op. cit., p. 218.

³⁴⁹ Ibidem, p. 218.

³⁵⁰ Ibidem, p. 251-252.

³⁵¹ Para informações sobre a edificação do Paço Municipal de São Caetano do Sul (situado na Avenida Goiás, 600), bem como acerca das principais características arquitetônicas de seu projeto, assinado por Zenon Lotufo, consultar: CARAM, André Luís Balsante. O antigo Paço e o Estádio Anacleto Campanella: arquitetura moderna presente em São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 26, p. 45-51, dez. 2002.

(1957-1961). Em tal prédio, a prefeitura sul-são-caetanense permaneceu instalada até 1992³⁵².

Pela soma vultosa de investimento financeiro que a construção de um empreendimento do porte da obra vislumbrada exigiria, a proposta relativa ao erguimento do Paço Municipal em São Caetano, naquele momento de seus primeiros anos de caminhada político-administrativa autônoma, mostrou-se inviável. Críticas não faltaram a respeito da pretensão da municipalidade de levar a cabo o projeto em questão, como a transcrita abaixo. Trata-se ela de um artigo publicado no *Jornal de São Caetano* em janeiro de 1951, por meio do qual o projeto do Paço sul-são-caetanense é concebido como um empreendimento não prioritário frente às necessidades prementes da cidade na ocasião, como as concernentes, por exemplo, aos serviços de água e esgoto.

[...] há certos melhoramentos que estão na pauta da urgência para serem atacados. Isto sem falar na rede de água e esgotos, no calçamento da cidade, no aumento da iluminação pública [...]
É verdade que já se tem tomado certas medidas que o bom senso teria achado prematuras, uma delas, por exemplo, o fabuloso dinheiro empregado na compra do terreno para o futuro Paço Municipal. [...]
Parece que uma boa diretriz administrativa não admitiria nenhuma outra empresa pública no município, antes de estarmos com o serviço de água e esgotos terminado e em franco funcionamento. Os outros empreendimentos deveriam ser sequência dêsse. Todavia, não está sendo feito assim [...]³⁵³

Em um outro texto, o *Jornal de São Caetano* expôs a inconveniência da obra, que, no seu entender, apresentava-se como “um assunto desinteressante, [naquele – grifos meus] momento”³⁵⁴, endossando também a necessidade urgente da resolução de problemas elementares. Por outro lado, o texto em questão defende a proposta relativa à construção do jardim público na área então reservada à edificação do Paço Municipal, conforme previsto originariamente. O primeiro jardim do gênero na localidade, segundo tal artigo, que ainda ponderou a respeito desse logradouro nos seguintes termos: “todas

³⁵² Em 1992, mais precisamente no dia 29 de agosto, inaugurou-se, na área antes ocupada por um campo de futebol, na Rua Eduardo Prado, nas proximidades do Centro de Lazer, Esportes e Recreação Senador José Ermírio de Moraes (mais conhecido como Espaço Verde Chico Mendes), o Palácio da Cerâmica, sede atual do governo municipal. Para mais informações sobre este e os demais prédios que serviram de sede para a prefeitura de São Caetano do Sul, desde o início de sua vida municipal autônoma, consultar: SANTARNECCHI, Domingos Glenir. A história dos Paços Municipais revela fatos importantes da cidade. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 16, p. 42-44, dez. 1997.

³⁵³ CARVALHO, Theophilo de Souza, Em defesa da cidade, última página.

³⁵⁴ A construção do primeiro Jardim Público. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 374, primeira página, 7 nov. 1953.

as cidades, com excessão de algumas, já os possuem convenientemente, aproveitando as áreas livres, junto aos principais centros urbanos onde são mais necessários”³⁵⁵.

Acreditava-se que o jardim público viria para modificar o cenário urbano local, concedendo “um aspecto interessante, dando um ar de graça ao ‘Príncipe’”³⁵⁶. É preciso que se diga que essa visão encontrava-se articulada ao pensamento de que os jardins públicos eram símbolos do grau de civilidade desfrutado por uma urbe. Vigente desde a aparição deles na cena social urbana (que, no Brasil, ganha projeção com a profusão do modelo de praça ajardinada, no século passado), tal pensamento pode ser sintetizado pelas palavras de Roberto Burle Marx na matéria publicada³⁵⁷ em 22 de maio de 1935, pelo periódico da imprensa recifense, *Diário da Manhã*. Na ocasião, Burle Marx, enquanto chefe do Setor de Parques e Jardins da Diretoria de Arquitetura e Construção (DAC) do Estado de Pernambuco, relatara suas experiências à frente do projeto paisagístico do Jardim da Casa Forte, conforme segue:

O jardim em todos os tempos, entre todos os povos, surgiu nos momentos de suas respectivas civilizações. Não houve povo que evoluindo não se congregasse em cidade. Não houve cidade que evoluindo não contivesse jardins. De onde se conclue que o jardim é antes uma necessidade consciente do que simplesmente uma criação accidental de luxo superfluo na nossa civilização. [...] O jardim moderno não poderia fugir a essa sucessão logica. É assim que elle comporta varios objectivos: hygiene, educação e arte.

Sob o ponto de vista higienico, o jardim moderno representa nas grandes cidades um verdadeiro pulmão colectivo. É nelle que o habitante urbano vem respirar um pouco de ar puro, cansado da luta diaria nos escriptorios acanhados, nas ruas asphaltadas e nos ambientes fabris. É nelle que as crianças moradoras de apartamentos empoleirados, casas de quintaes reduzidos, ou habitações coletivas, poderão encontrar um meio amplo pra séus brinquedos, recebendo para suas trocas organicas, um ar desprovido de contaminação. Nos climas tropicaes, para esse fim, torna-se indispensavel o plantio de arvores capazes de fornecer grandes sombras.

[...] ³⁵⁸

³⁵⁵ Ibidem, primeira página.

³⁵⁶ Ibidem, primeira página.

³⁵⁷ A importância de tal matéria reside não só no fato de conter ideias e concepções do famoso paisagista brasileiro, contribuindo, assim, para a preservação de sua memória, mas também em virtude de integrar uma fonte rara. Segundo consta, a edição de 22 de maio de 1935 do *Diário da Manhã*, na qual a referida matéria encontra-se publicada, possui apenas dois exemplares, em precário estado de conservação: um localizado na Fundação Biblioteca Nacional e o outro no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, em Recife. FERREIRA, Alda de Azevedo; ONO, Fernando Pedro de Carvalho; SILVA, Joelmir Marques da. O Recife da década de 1930, Roberto Burle Marx e a gênese dos jardins públicos modernos. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, vol. 5, n. 9, p. 247-257, jul. 2013, p. 250.

³⁵⁸ MARX, Roberto Burle. O Jardim da Casa Forte. *Diário da Manhã*, Recife, s/n., p. 1 e p. 12, 22 mai. 1935, p. 1 apud FERREIRA, Alda de Azevedo; ONO, Fernando Pedro de Carvalho; SILVA, Joelmir Marques da., art. cit., p. 251-252.

Pelo o que foi exposto, a partir das palavras de Burle Marx, conclui-se que o jardim público reunia os fundamentos de um ideário de cidade, segundo o qual esta deveria ser bela, higiênica e pitoresca³⁵⁹. Daí ter se revestido de importância e sentido a construção do Jardim Primeiro de Maio em São Caetano, em um momento de afirmação da urbe sul-são-caetanense como município. O desejo dos moradores no tocante à edificação de um jardim público na cidade era, porém, algo antigo, remontando ao período de subordinação de São Caetano ao município de Santo André.

Em 1º de setembro de 1946, o *Jornal de São Caetano*, então em seu terceiro número, organizou uma pesquisa popular com o intuito de averiguar as principais demandas da localidade. De acordo com Mário Porfírio Rodrigues, um dos fundadores e responsáveis pelo jornal, o jardim público apareceria, no cômputo de tal pesquisa, entre os anseios apontados como prioritários pelos entrevistados, na ocasião.

Na pesquisa feita, tomamos o depoimento de várias pessoas, como do sr. Accacio Novais, chefe de seção pessoal da Rayon do Grupo Matarazzo: “São Caetano é uma cidade dinâmica, disse-nos, e o seu progresso, especialmente, no setor industrial, ultrapassou as mais otimistas expectativas. Devo, porém, lamentar, aqui, a falta de esgoto, ruas sem calçamento e também a falta de um jardim público.”³⁶⁰

O médico Ângelo Antenor Zambom foi outra pessoa ouvida pelo jornal, na oportunidade, conforme lembra Mário Porfírio. Entre as necessidades elencadas por Zambom, aparecia também o jardim: “São Caetano precisa, principalmente, de uma rede de esgoto. Precisamos também de um hospital, um centro de saúde bem montado, centro de puericultura, um jardim e um ginásio”³⁶¹.

As duas falas destacadas acima atestam a importância atribuída ao jardim público, que nelas figura em nível de igualdade com itens tidos como imprescindíveis em qualquer agenda comprometida com a promoção de serviços básicos de infraestrutura urbana, como redes de água e esgoto, hospitais e escolas. Embora isso fique claro, o relato mais contundente acerca do assunto proveio de Oscar Garbelotto. Em suas lembranças sobre a realidade local antes da obtenção da emancipação política, Garbelotto foi veemente: “Afim, São Caetano, nem jardim possuía! Isso era de indignar qualquer garoto da minha idade. Não ter jardim na cidade era motivo de

³⁵⁹ NOBRE, Paulo José Lisboa. Jardins históricos em Natal: desafios para a pesquisa. In: 11º ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL. Mato Grosso do Sul, 2012.

³⁶⁰ RODRIGUES, Mário Porfírio, op. cit., p. 56.

³⁶¹ Apud RODRIGUES, Mário Porfírio, op. cit., p. 56-57.

atraso, de vergonha até. Era um fato que eu escondia dos colegas de escola paulistanos”³⁶².

O teor de tal narrativa dialoga com a ideia de que um jardim público, por força de seus significados e fins junto ao conjunto da vida cidadina, conforme bem esmiuçado por Burle Marx no fragmento textual apresentado anteriormente, constitui um dos símbolos de um ideal urbano. A fala de Garbelotto ajuda ainda a justificar e a dimensionar a relevância concedida ao logradouro que viria a ser considerado o primeiro jardim público da cidade, já no momento de seus primeiros anos de vida como urbe emancipada: o Jardim Primeiro de Maio.

Em uma solenidade ocorrida no dia 25 de julho de 1953, a administração municipal formalizou, simbolicamente, o início da construção do referido jardim, que ficaria a cargo da Diretoria de Obras e Serviços Municipais da prefeitura³⁶³. Na oportunidade, o prefeito Anacleto Campanella “relembrou a promessa feita durante a campanha eleitoral de que dotaria a cidade de jardim publico [...]”³⁶⁴.

No mês de abril de 1954, com sua edificação em estágio adiantado, o Jardim Primeiro de Maio teve alguns aspectos que viriam a compor a sua configuração divulgados pelo *Jornal de São Caetano*, que assim os descrevera:

Entre as características desse melhoramento, destacam-se as seguintes: lago com ilha central (que pode servir de coreto), coberta com pergola de concreto armado, com area de 150 m²; instalações sanitarias subterrâneas para o publico; pavimentação a ladrilhos sulcados e ladrilhos portugueses; iluminação fluorescente na pergola e interna no lago; utilização de agua filtrada exclusivamente de drenagens da propria praça, não sendo utilizada agua do reservatorio da cidade.³⁶⁵

³⁶² GARBELOTTO, Oscar, art. cit., p. 91.

³⁶³ DIVERSAS obras realizadas em um ano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 413, primeira página e p. 3, 7 abr. 1954, primeira página.

³⁶⁴ AS solenidades de sábado. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 345, primeira página, 29 jul. 1953.

³⁶⁵ DIVERSAS obras realizadas em um ano, primeira página.



Imagem 12 - Em destaque, umas das principais instalações do Jardim Primeiro de Maio: a sua ilha central (que podia servir de coreto, segundo descrição apresentada na página anterior), sob a cobertura de uma pérgola de concreto armado
Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Alguns meses depois, mais precisamente no dia 25 de julho de 1954, o tão esperado logradouro foi inaugurado, por meio de um evento que contara com a presença de populares e de autoridades municipais. Dessa data em diante, não faltariam registros de enaltecimento a esse logradouro. Entre tais registros, destaca-se uma publicação de 1958 sobre os municípios do país, a partir da qual o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao referir-se a São Caetano do Sul, ressaltara a presença do Jardim Primeiro de Maio junto à paisagem da cidade, então “dominada pelas chaminés”. Conforme apontado na mencionada publicação, tal jardim sobressaía-se entre os logradouros públicos sul-são-caetanenses³⁶⁶.

Bastante expressivas são também as menções feitas pela municipalidade ao Jardim Primeiro de Maio. Na seção dedicada ao tema dos jardins públicos, praças e parques infantis, componente da publicação lançada em 1957, por ocasião do encerramento do primeiro mandato do prefeito Campanella, o logradouro é reverenciado de modo a endossar o quanto a sua instalação servira de chancela ao desenvolvimento da cidade, principalmente em tópicos que diziam respeito à sua estética e embelezamento. Ademais, o conteúdo do texto ora em questão articula-se à concepção segundo a qual um jardim público constitui expressão de civilidade,

³⁶⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Vol. XXX. Rio de Janeiro, 1958, p. 162 apud GALLO, Márcia, art. cit., p. 15.

educação e higiene de uma sociedade, conforme já discutido. As principais características do espaço são, por fim, também descritas no texto, enfatizando a homenagem prestada ao Conde Francisco Matarazzo e a Roberto Simonsen, representantes de duas das mais importantes indústrias do parque fabril de São Caetano: as Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo e a Cerâmica São Caetano. O Jardim Primeiro de Maio, assim, além de se apresentar como um espaço representativo de uma localidade saneada e desenvolvida, impunha-se como um lugar que fazia memória a um dos principais referenciais identitários sul-são-caetanenses: o trabalho fabril.

Um jardim público sempre constituiu um índice de bom gosto de uma população, algo assim como uma jóia que se cria com carinho e se mostra para admiração dos visitantes – sala de visitas de uma cidade. E São Caetano do Sul não possuía um único jardim público o que constituía um complexo aos seus habitantes. De longa data, talvez mesmo dos primórdios da sua fundação, vinha êsse desejo, êsse anseio do sancaetanense – dotar São Caetano do Sul de um jardim público. Em 1954 foi inaugurado o Jardim 1º. de Maio homenagem ao Trabalhador – amplos canteiros bem distribuídos, uma moderna pérgola cercada por um tanque e com instalações sanitárias subterrâneas. Enseja êsse magnífico jardim uma homenagem a dois grandes capitães da indústria: Conde Francisco Matarazzo e Senador Roberto Simonsen, cujas hermas ladeiam o obelisco-homenagem ao trabalhador. Custo da obra: aproximadamente Cr\$ 2.500.000, 00. No jardim 1º. de Maio foi montado moderníssimo Parque Infantil.³⁶⁷

O fato de ter sido uma das referências da conjuntura relativa à afirmação municipal sul-são-caetanense ratifica a relevância com que é tratado nos registros pesquisados. Na visão do *Jornal de São Caetano*, por exemplo, o Jardim Primeiro de Maio insere-se em um momento da história local no qual a cidade se apresentava “recuperadamente bela, com realizações imponentes”³⁶⁸. As alusões a tal logradouro público, em edições do citado jornal, não ficam, aliás, atrás, qualitativa e quantitativamente, de menções feitas a outras obras encabeçadas pelo poder público municipal naquele contexto, das quais o Viaduto dos Autonomistas é o grande destaque, como já problematizado neste terceiro capítulo.

Em uma crônica publicada três meses antes da inauguração do Jardim Primeiro de Maio, cumpre notar que o viaduto em questão aparece como a realização principal da municipalidade frente à série de empreendimentos que esta vinha encetando. De forma descontraída e bem-humorada, tal crônica, no entanto, vislumbra o protagonismo a ser

³⁶⁷ MARINARO, José Luiz S. V., op. cit..

³⁶⁸ DEVE o povo cooperar com a limpeza da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 409, última página, 24 mar. 1954.

usufruído por aquele jardim frente a um ambiente insalubre como o de São Caetano, então atingido por um “raid aéreo de mil e um ácidos”. Mesmo com peculiaridades como as da irreverência e da ironia, que se sobressaem ao longo da narrativa, a crônica ora em destaque não deixa de merecer crédito enquanto fonte. Concedendo uma amostragem da situação vigente na ocasião, ela ressalta a importância do jardim, em consonância com os sentidos de outros textos aqui apresentados.

O nosso bom dia de hoje, pacientísimos leitores, ainda com as narinas causticadas pelos mil e um ácidos que fazem o “raid” aéreo nos céus sulsancaetanenses, só poderia ser para você, meu amigo futuro Jardim de São Caetano, cuja construção bastante adiantada, já nos dá uma idéia de como ficará grandioso ali pela esquina da Goiás com a Manoel Coelho! Você já vem e já vem tarde, meu caro, uma vez que já é mesmo tempo de se respirar um arzinho mais puro, isto é, menos impuro nesta abençoada terra! São Caetano [...] terá afinal, o seu jardim, seu “boulevard” brasileiro, bem iluminado, com água, repuxo, peixes [...] São Caetano atravessa, realmente, fase de grande desenvolvimento, agora com você, meu caro, com seu viaduto ali por sobre os trilhos da Santos-Jundiaí, cujas linhas aéreo-dinâmicas já delineamos e imaginamos sua grandiosidade...

Mas nossa conversa de hoje não é com você, seu viaduto intrometido que já está e vai continuar sempre por cima, até mesmo da Santo-Jundiaí!... Nossa conversa [...] de hoje é com você, meu amigo Jardim de São Caetano, recanto que irá abrigar a alegria das crianças, da infância sãocaetanense, o sorriso romântico dos casaizinhos de namorados, em eterno idílio, não mais perfumado a formicida ou a ácido sulfúrico, mas a jasmim [...], na fragrância de seus perfumes... embriagadores... [...]³⁶⁹

Por força de seus significados, o Jardim Primeiro de Maio firmou-se como um dos marcos de São Caetano do Sul. Lugar simbólico da São Caetano salubre, higiênica e bela, sua instalação na cidade representou a ruptura com a São Caetano herdada do período de vinculação política a Santo André, impressa em um cenário urbano pouco atrativo em termos estéticos, então caracterizado pela insalubridade, pela precariedade dos serviços de limpeza pública, pela atmosfera repleta de poluentes e pela ausência de logradouros bucólicos e ajardinados.

³⁶⁹ LEAL, Fausto da Camara. Bom dia para você, Jardim de São Caetano!... *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 417, primeira página e p. 4, 24 abr. 1954.



Imagem 13 - Aspecto parcial do Jardim Público Primeiro de Maio, em foto da segunda metade da década de 1950. À direita, a Avenida Goiás (ainda com pista única), e, ao fundo, a Rua Manoel Coelho. Sob o conceito de praça-jardim, firmou-se como símbolo de uma São Caetano voltada para a promoção de uma estética cidadina que tinha no bucolismo e na salubridade as suas molas mestras

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

3.4 Edifício Vitória: “cartão-de-visita” da cidade

A construção e a afirmação de lugares simbólicos na cidade não se restringiram apenas às obras empreendidas pelo poder público municipal, como o Viaduto dos Autonomistas e o Jardim Primeiro de Maio, recaindo também sobre as provenientes da iniciativa privada. Destas, a que mais se destacara foi o Edifício Vitória, conforme confirmado por edições do *Jornal de São Caetano*. Os qualificativos de exaltação a esse edifício, encontrados nas citadas edições, atestam a intenção de lhe conferir uma magnitude e grandeza, tal como fora observado junto àquele viaduto, empreendimento contemporâneo a ele. Assim, tudo que lhe dizia respeito era também grandioso, arrojado

e inovador. Características que se enquadravam muito bem naquele momento em que a urbe sul-são-caetanense buscava sua projeção e consolidação como município.

Com uma denominação que faz alusão a Victorio Dal’Mas, responsável, ao lado de seus filhos, pela idealização do empreendimento, o Edifício Vitória, além dos significados que dialogam com a conjuntura da São Caetano emancipada e com a imagem de cidade pujante então em construção, simboliza a narrativa mítica e elitista do imigrante italiano que venceu em terras brasileiras. Uma narrativa que, se saliente, está presente na interpretação triunfalista produzida acerca da história local. Interpretação esta que criou “uma história de triunfo e riqueza”³⁷⁰, como argumenta José de Souza Martins. Segundo ele,

Em grande parte, o triunfalismo na história local encontrou um ambiente favorável no triunfo real de uma parte dos imigrantes sobre as condições de vida extremamente adversas que encontrou, no triunfo do trabalho e do trabalhador.³⁷¹

A história concebida pela perspectiva triunfalista “só como exceção foi uma história de ascensão social”³⁷², assevera Martins. A trajetória de Victorio Dal’Mas, em São Caetano, pode ser interpretada como sendo parte da exceção a que alude José Souza Martins, acoplando-se bem ao que vem a ser o mito da ascensão social do imigrante italiano no Brasil. O excerto transcrito abaixo é bastante elucidativo neste sentido, evidenciando elementos que aparecem comumente nas narrativas míticas a respeito do imigrante no Brasil, a saber: adversidades, superação pela via do trabalho e prosperidade econômica. Com aspectos que se articulam ao roteiro da caminhada de um imigrante bem-sucedido, a biografia de Victorio Dal’Mas encarna, nitidamente, aquele mito da ascensão social imigrantista:

[...] um garotinho pobre, órfão de mãe aos 3 anos de idade e abandonado pelo pai, que chegou a São Caetano com 15 anos, praticamente sozinho, sem local para dormir e sem ter o que comer. Quatro décadas depois inaugurava sua própria indústria e tornava-se um dos, ou talvez, o homem mais rico da cidade que o acolheu e que aprendeu a amar.³⁷³

³⁷⁰ MARTINS, José de Souza, O tempo da pobreza e do trabalho na memória histórica de S. Caetano, p. 19.

³⁷¹ Ibidem, p. 19.

³⁷² Idem, *O imaginário na imigração italiana*, p. 90.

³⁷³ RODRIGUES, Mário Porfírio. O jovem empreendedor que se tornou industrial. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 47, p. 76-80, jul. 2013, p. 76.

No entender de Mário Porfírio Rodrigues, o Edifício Vitória foi o legado deixado por Dal'Mas a São Caetano. Pelo tamanho da obra, muitos, na época, julgaram-na como uma insanidade, “alegando que a cidade não comportaria um empreendimento desse porte”³⁷⁴. E, de fato, o edifício, localizado na esquina das ruas Baraldi e Santo Antônio, no centro citadino, apresentava dimensões que ultrapassavam os padrões das construções locais, que, em 1952, eram constituídas por, aproximadamente, um número superior a sete mil prédios³⁷⁵. Estes, na sua maioria, eram representados por residências, que, junto aos 88.904,06 metros quadrados de área construída na localidade, ocupavam um espaço de 40.863,40 metros quadrados³⁷⁶.

Contando com uma extensão territorial exígua, o município via-se diante de um problema. A expansão urbana, que vinha célere durante os primeiros anos da década de 1950, ameaçava ocupar todas as áreas do território sul-são-caetanense, levando o poder público municipal a tomar providências no sentido de conduzi-la segundo alguns critérios. Entre estes, encontra-se o incentivo por parte da prefeitura ao crescimento vertical, respaldado pela construção de prédios de vários andares.

Constituindo-se o município de São Caetano do Sul de uma diminuta área de tão somente 13 quilômetros quadrados, está ele fadado a se completar inteiramente dentro de breves anos, dado o surto surpreendente de construções que se leva a efeito, sendo portanto, preocupação dos Poderes Públicos a construção de prédios de vários pavimentos, ou seja, construção no sentido vertical, com a promulgação de leis concedendo isenção de impostos a hotéis construídos dentro do referido plano.³⁷⁷

Em face de tal contexto de incentivo à verticalização de construções, foi erigido o Edifício Vitória. Mesmo diante dessa política de incentivo, obras com características semelhantes às apresentadas por esse edifício não existiam em São Caetano na época, o que ajuda a explicar a tamanha repercussão que o seu erguimento ocasionara então. O grau de seu impacto na cidade pode ser avaliado pelas editoriais do *Jornal de São Caetano*, que sempre abordavam as informações a respeito dele com entusiasmo e ufanismo. O texto apresentado na sequência integra o rol daquelas editoriais. Fora publicado em julho de 1952, sob a euforia da expectativa em relação à conclusão das obras do edifício. Pela referida razão, é rico em detalhes, tecendo uma precisa descrição das principais marcas e qualidades do prédio, visto como um empreendimento que

³⁷⁴ Ibidem, p. 80.

³⁷⁵ ALMEIDA, Nelson Martins de (Org.), op. cit., p. 79.

³⁷⁶ Ibidem, p. 47.

³⁷⁷ Ibidem, p. 47.

deixaria sua contribuição para o progresso de São Caetano. Contando com 12 mil metros quadrados de construção, dois elevadores, quatro andares e uma sala de cinema em seu espaço térreo, o Edifício Vitória foi assim apresentado pelo texto em questão:

Na entrada de São Caetano do Sul, como se fosse destinado a constituir um cartão de visita para nossa Cidade, está em sua fase final de construção, o prédio do cine Vitória [...]

O prédio, por si só não é uma construção comum, como poderá parecer a alguns ante a simples enunciação de que mais um cinema está sendo construído em nosso Município. Mas o caso é outro. Trata-se de um prédio de quatro andares onde, além do cine Vitória, instalar-se-ão a Camara Municipal, o Clube Comercial e, [...], a nossa Prefeitura Municipal. Será o edifício dotado de dois rápidos elevadores e em todas as salas haverá ponto para ligação de telefone e ponto para ligação de água. Além de ser o prédio construído de acordo com as normas técnicas da Engenharia, para que haja insolação adequada e iluminação racional, serão colocadas persianas em todas as salas, que com uma pintura devidamente estudada, poderá ter sua claridade perfeitamente controlada por quem for se utilizar das salas. Outra particularidade interessante é o suprimento de água. No edifício Vitória, terá água suficiente, pois, mesmo que a Municipalidade não possua água em determinados dias, o prédio terá poços e bombas necessárias para suprir um reservatório de emergência de 60.000 litros que abastecerá satisfatoriamente todo o prédio. Estas inovações todas se referem à parte comercial do prédio, o qual aliás compreende uma área de 12.000 metros quadrados de construção, inclusive naturalmente o cinema. [...]³⁷⁸

Ressalte-se que, no texto, as peculiaridades do edifício recebem grande destaque, de modo que pudessem ser vistas como o que havia de mais moderno no âmbito da construção civil. Dessa maneira, observa-se um cuidado especial na ênfase dada às inovações que seriam oferecidas pelo prédio, como as tocantes ao seu sistema de distribuição de água, possuidor de um conjunto de poços e bombas que seria capaz de abastecer o seu reservatório de emergência nos dias de falta de água na cidade, problema com o qual o novato município sul-são-caetanense debatia-se recorrentemente no início dos anos de 1950.

Os enunciados textuais construídos em torno da figura do Edifício Vitória, ao clarificarem os sentidos e significados que o cercam, por meio da evidenciação de suas principais características, acabam por fazer dele um símbolo da inovação e dos novos tempos anunciados a São Caetano, naqueles anos iniciais do decênio de 1950. Em virtude de suas proclamadas qualidades inovadoras e de todo um empenho em favor de

³⁷⁸ EDIFÍCIO e Cine Vitória. Contribuição para o Progresso de São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 244, p. 4, 26 jul. 1952.

sua valorização, conforme se percebe pela depuração do texto acima apresentado, o edifício firmou-se como o lugar simbólico do que se pode interpretar como sendo a modernidade em terras sul-são-caetanenses.

A categoria modernidade, mesmo apresentando uma grande volatilidade conceitual e um espectro amplo de significados, é utilizada, muitas vezes, para classificar projetos, propostas, valores e ações de cunho inovador ou emergente, distinguindo-os daquilo que integra uma tradição dentro dos processos de constituição do social³⁷⁹.

Os significados simbólicos do Edifício Vitória adequam-se às diretrizes teórico-conceituais do que se propõe como modernidade. O seu caráter vanguardista, ante a conjuntura dos primeiros anos da vida municipal de São Caetano do Sul, permite considerá-lo como um distintivo da modernidade na cidade, com os seus correspondentes corolários representativos do progresso, da pujança e do desenvolvimento.

Naquela matéria de julho de 1952, discutida anteriormente, o *Jornal de São Caetano*, além de ter concedido grande espaço para discorrer acerca das funcionalidades e características mais marcantes do Edifício Vitória, reservara longas linhas para tratar, com igual riqueza de pormenores, do cinema que ajudaria a compor o conjunto do prédio. Nota-se que o elemento inovador pautou também a sua descrição, sendo a tônica das peculiaridades tecnológicas dessa sala de projeção, diferenciando-a das demais da cidade³⁸⁰ e equiparando-a às principais da capital paulista e do mundo.

O cinema terá em volta uma galeria que será pública, para conforto dos sancaetanenses, que alí poderão se abrigar tendo 6 metros de largura por 80 metros de comprimento e que abrigará aproximadamente 1.000 pessoas. Todas as poltronas da platéia serão

³⁷⁹ CARVALHO, Cristina Toledo de, A criação da Fundação das Artes e a modernidade em São Caetano, p. 8.

³⁸⁰ As demais salas de projeção da cidade, na época da inauguração do Cine Vitória, eram formadas pelos seguintes cinemas: Max, Primax, Urca (pertencentes ao circuito da Empresa de Cinemas de São Caetano do Sul S/A, dos irmãos Lorenzini), Copacabana (comandado por Francisco Matarazzo Sobrinho, popularmente conhecido como Ciccillo, e Bartholomeu Ângelo Ferrero. No decênio de 1960, passou a chamar-se Alvorada, após ter sido adquirido pela família Dal'Mas, proprietária do Cine Vitória) e Éden (construído pela Empresa Tornincasa Ltda., constituída por Eunice Tornincasa e Riccione Piotto. Em 1954, Enzo Santarelli, filho de Atílio Santarelli, um dos pioneiros do ramo de cinema na cidade, tornou-se proprietário da sala em questão, transformando-a no Cine Átila, ainda na década de 1950). Essa década marcou a disseminação das salas de exibição em São Caetano do Sul. O cinema, opção de lazer que já vinha ocupando importante espaço entre as principais práticas de sociabilidade na localidade, desde as primeiras décadas do século passado, atraía um número cada vez maior de apreciadores no município. CARVALHO, Cristina Toledo de. Luz, câmera, ação: a sétima arte em São Caetano do Sul. In: FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL. *Agenda Histórica 2009*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2009.

estofadas, da conhecida marca “Cimo” e terão debaixo delas um dispositivo para saída do ar, que é substituído tecnicamente [...] Serão colocadas na sala de espetáculos 3.000 poltronas. A tela do cinema apresentará uma particularidade importante. Trata-se da “Glascrenn,” ou como a própria tradução exprime: “Tela de Vidro.” Em lugar dessas telas existentes na grande maioria dos cinemas, existirá êsse melhoramento que é um tecido cujos fios se compõem de milhões de fibras microscópicas de vidro. A “Tela de Vidro” dará para os assistentes uma imagem mais brilhante e mais perfeita, possibilitando ainda uma distribuição de som muito melhor, [...], mais natural uma vez que o tecido de vidro prevê a passagem de som, com melhor qualidade.

O aparelho de projeção será marca “Simplex” XL, equipado com Lanternas “Peerless”, com objetiva “Super Snaplite F/1.9” que oferece o máximo de brilho e nitidez. De acôrdo com recente publicação estes aparelhos [...] existem nos cines Ipiranga, Metro e Marrocos de São Paulo, e nos circuitos dos EE. UU. [...] ³⁸¹

O texto prossegue com suas detalhadas e empolgadas explanações acerca do cinema, focalizando, em seguida, a questão da acústica arquitetural da sala. Segundo explicitado, tal questão fora entregue

ao Eng. Cajone, da Escola de Engenharia Mackenzie e que já se encarregou de semelhante trabalho nos estudos da TV-Televisão Paulista e na Cinematografica Maristela, tendo tomado parte ativa nos problemas de som que surgiram durante a filmagem da “Presença de Anita.” ³⁸²

Seguindo a orientação de contratar os serviços de profissionais gabaritados em suas respectivas áreas de atuação, a família Dal’Mas, responsável pela construção do Edifício Vitória, recorreu aos préstimos de Aldo Calvo, grande cenarista e artista famoso, nas palavras do *Jornal de São Caetano*, responsável por “dezenas de cenários e decorações que vemos nos principais teatros da Capital” ³⁸³.

Os informes sobre o Edifício Vitória, desvelados pelo *Jornal de São Caetano*, colocam em foco uma questão que pode ser interpretada como premissa do processo de instauração da chamada modernidade na localidade. Fincada em um emaranhado de ideários, em que se destacam “revoluções estéticas, arrojadas intervenções espaciais, integração das reformas urbanas a atividades econômicas rentáveis e valorização da perspectiva de progresso” ³⁸⁴, a modernidade deixara as suas marcas em São Caetano segundo os paradigmas que a conduziram nos grandes centros citadinos brasileiros.

³⁸¹ EDIFÍCIO e Cine Vitória. Contribuição para o Progresso de São Caetano, p. 4.

³⁸² Ibidem, p. 4.

³⁸³ Ibidem, p. 4.

³⁸⁴ CEDRO, Marcelo de Araújo Rehfeld, op. cit., p. 21.

Tendo-os como modelo, a modernidade na urbe sul-são-caetanense validou-se sob as sonâncias e dissonâncias de sua dinâmica periférica.

As reflexões que margeiam esse apontamento desembocam, por sua vez, na ideia segundo a qual as regiões situadas nas redondezas daqueles grandes centros urbanos são inconcebíveis como lugar da originalidade. Ou, como melhor argumenta José de Souza Martins, “o subúrbio está proposto, entre nós, como o lugar da reprodução e não como lugar da produção; como lugar da repetição e não da criação [...]”³⁸⁵.

O enaltecimento das qualidades do edifício era canalizado, predominantemente, para o cinema, que acabou se firmando como uma espécie de carro-chefe do empreendimento. T tamanha era a importância conferida a ele que aquele periódico sempre o retratava em paralelo com as condições ou características apresentadas pelas salas de São Paulo, de modo a ressaltar os seus significados para o progresso de São Caetano e a legitimar a sua inserção na cena cotidiana da cidade. Nesta perspectiva, salientava também fatos que, em razão da “maravilhosa impressão” que o Cine Vitória tinha o poder de ocasionar, atestavam o seu pioneirismo diante, até mesmo, dos principais cinemas paulistanos. Fora o caso, por exemplo, do sucedido com a exibição do filme *Destino em Apuros*, durante evento beneficente organizado pelo Rotary Club local, em plena inauguração do cinema, ocorrida em 29 de setembro de 1953.

Continua despertando vivo interesse a “avant-première” que o Rotary Club local está organizando para marcar a estréia do majestoso Cine Vitória. Como se sabe, a renda desse festival será aplicada na construção de um Posto de Puericultura que será entregue à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Desamparada de São Caetano do Sul.

[...]

Podemos hoje dar uma noticia verdadeiramente sensacional. Trata-se do fato de ter o gerente geral da Empresa Serrador visitado o Cine Vitória e ter achado tão grandiosa a obra dos Dal’Mas que deliberou fazer uma concessão toda especial, ou seja, concordar com a “avant-première” do primeiro filme colorido rodado no Brasil. Teremos assim no dia 29 a exibição do maravilhoso filme “Destino em Apuros,” produzido pela Multifilmes, em seus studios localizados aqui em São Paulo [...]

Cumpré assinalar que “Destino em Apuros” será exibido na “avant-première” do dia 29 deste mês, aqui no Cine Vitória e depois só será passada em outra tela no dia 7 de Outubro, nos grandes cinemas de São Paulo.

³⁸⁵ MARTINS, José de Souza, *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*, p. 15.

Esta concessão especial do gerente geral da poderosa Empresa Serrador deve-se à maravilhosa impressão que lhe causou esta obra prima de nossa cidade que é o Cine Vitória.³⁸⁶

Constatou-se que o filme previsto para ser exibido durante o mencionado evento beneficente organizado pelo Rotary Club local, conforme amplamente anunciado, não pôde ser projetado por motivos de ordem técnica. Em seu lugar, fora apresentada a película colorida *Falcão Dourado*. Mesmo com a mudança observada frente ao que havia sido programado, o evento em questão “revestiu-se do mais completo êxito”³⁸⁷, de acordo com o *Jornal de São Caetano*, que, mais uma vez, não poupou adjetivos para enaltecer o empreendimento da família Dal’Mas. Com a presença de nomes consagrados do cinema nacional, como os dos artistas Hélio Souto, Liana Duval, Orlando Vilar, Angelica Hauff, Waldemar Seyssel, Maria Cidar, Luigi Pick, Aracy Cardoso e Carlos Alberto de Oliveira, além dos diretores Ademar Gonzaga e José Carlos Burle, “o magnífico cine Vitória estava com a sua plateia completamente lotada”³⁸⁸. Na ocasião, os artistas “elogiaram entusiasticamente a obra dos [...] Dal’Mas representada por esse magnífico cinema que faz frente aos mais luxuosos que existe no centro da Capital paulistana”³⁸⁹.

Pode-se afirmar que o leque extenso de qualificativos de exaltação ao Edifício e ao Cine Vitória, encontrado junto a edições do *Jornal de São Caetano*, refletia um desejo de grandeza e progresso circulante na cidade no princípio da década de 1950. Potencializado pela autonomia política da urbe sul-são-caetanense, tal desejo plasmou-se em um elenco de obras e iniciativas, como as apresentadas neste capítulo, que se converteram, material e simbolicamente, em lugares representativos da pujança e da modernidade sul-são-caetanenses. O texto que segue abaixo, publicado em 25 de julho de 1953, na edição de aniversário da cidade, traduz, com considerável nitidez, o poder que empreendimentos como o Vitória possuíam de capturar sentimentos e anseios ufanistas, como os que eram alimentados pelas forças sociais hegemônicas da localidade, durante o seu engatinhar como município autônomo. Em diálogo com os sentidos produzidos pelas demais narrativas sobre a sala de projeção da família Dal’Mas, o aludido texto fornece a descrição mais completa encontrada a respeito dessa

³⁸⁶ SERÁ exibido em São Caetano o primeiro filme colorido nacional. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 358, primeira página e p. 3, 12 set. 1953.

³⁸⁷ COMPLETO êxito da “Avant-première.” *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 364, primeira página, 3 out. 1953.

³⁸⁸ Ibidem, primeira página.

³⁸⁹ Ibidem, primeira página.

sala, frisando, entre outras informações, os diferenciais que seus respectivos sistemas de segurança e de renovação de ar apresentavam. Posto em comparação, em determinados pontos, com os avançados recursos de conhecidos cinemas de São Paulo, o Cine Vitória, no texto ora em tela, traz para o debate, mais uma vez, aspectos da lógica de um processo de modernização verificado nas regiões adjacentes ou suburbanas, como São Caetano, segundo os ditames modernizantes dos grandes centros urbanos.

[...] É dia de aniversário, portanto nada mais justo que se reservasse para hoje aquilo que consideramos a mais auspiciosa notícia: a reportagem sobre o Cine Vitória. Embora viessemos remoendo semanas à fio a vontade de falar aos leitores sobre aquela maravilhosa estrutura da rua Baraldi, nos contivemos para que pudéssemos nesta data apresentar uma reportagem condigna.

Aconteceu numa tarde deste fim de semana. Transpusemos os humbrais da parte terrea do que chamamos “Rockfeller Center” de São Caetano [...] Daí por diante, [...], começamos a percorrer parte por parte as instalações, colhendo uma impressão objetiva do que será o grande cinema de São Caetano. [...]

Entramos na sala de projeção, É magnífica. Seu pé direito de 16 metros a rivaliza com a dos maiores cinemas da capital. A platéia comporta 1.500 poltronas. O balcão, 1.000. O espaçamento entre as fileiras é de 90 cm. (o normal é 80) para a maior comodidade dos assistentes. Quatro portas largas constituem as saídas de emergência. Duas portas servem de entrada. Todas elas foram construídas à prova de qualquer ruído externo. As paredes são revestidas com celotex acústico, calculado especialmente, de cor branca. No forro dominam as cores: “bordeaux” e cinza. As poltronas são verdes e estarão dispostas de modo a se conseguir visibilidade perfeita em qualquer ponto da sala. A concha do palco é de granilite verde. Um belo cortinado dominará toda a boca de cena dispensando a sanefa. A tela receptora das imagens é de tecido plástico metalizado com alumínio. É própria para receber imagens do sistema 3D (três dimensões). Seu quadro é de 64 metros quadrados. Seis alto-falantes de fidelidade, apenas iguais aos dos cinemas Marrocos, Ipiranga, Marabá e Metro, se responsabilizarão pela perfeita reprodução dos sons. O palco, dominado por uma boca de cena de 14x13,5 mt. Foi construído de modo a satisfazer às exigências do teatro moderno, oferecendo facilidades para a rápida remoção dos cenários [...] Um enorme painel, com dezenas de chaves elétricas, comanda a iluminação fria e indireta do cinema. [...] O sistema de proteção contra incêndio é constituído por uma rede de encanamentos, alimentada por caixas d'água com capacidade para 13 mil litros. [...] Estivemos examinando a estrutura do telhado, e ali notamos que além das peças normais das tesouras haviam tirantes de ferro. [...] Assim, mesmo cortadas as peças que trabalham a tração, o teto não cairá.

O sistema de renovação de ar do ambiente é perfeito. É provido de dois exaustores e dois insufladores de grande capacidade. O ar novo a

ser introduzido passa através de dois filtros: um constituído de tela metálica e outro por um feltro embebido em água. [...] ³⁹⁰

O Edifício Vitória, além de seu badalado cinema, transformado pelos discursos aqui problematizados na grande credencial do empreendimento, abrigou instituições que contribuíram, igualmente, para o incremento das práticas de sociabilidade em São Caetano. Entre tais instituições, destaque para o Clube Comercial, agremiação recreativa tradicional da cidade, cujas origens remontam ao longínquo ano de 1922³⁹¹, e para a Associação Cultural e Artística de São Caetano do Sul (Acascs), entidade criada em 24 de janeiro de 1957 com o propósito de promover, concomitantemente, a difusão de diferentes linguagens artísticas junto à população local³⁹².

Inaugurada no dia 31 de janeiro de 1953, a sede do Clube Comercial instalou-se no quarto andar do edifício, referenciado, na ocasião da cerimônia de inauguração da dita sede, como uma “brilhante e meritória iniciativa [...] que empresta à cidade um indiscutível traço de progresso urbanístico”³⁹³.

O prédio dos Dal’Mas serviria ainda de endereço para os três poderes municipais, representados pela Prefeitura, Câmara de Vereadores e Fórum. O primeiro

³⁹⁰ SANTOS, Urames P. O Cine Vitória. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 344, p. 7 (1º Caderno), 25 jul. 1953.

³⁹¹ Em 1922, mais precisamente no dia 11 de janeiro, foi fundado o Grêmio Instrutivo Recreativo Ideal, que, em meados da década de 1940, teria a sua denominação modificada para Clube Comercial. O Grêmio Ideal teve no teatro amador a sua principal atividade. Com atores conhecidos da cena dramática local, como Matheus Constantino e Octavio Tegão, o grupo da agremiação projetou-se não só em São Caetano, mas também em regiões do interior do Estado. Segundo consta, em 1925, apresentou-se na cidade paulista de Itu, a convite de suas autoridades. *Deus e a Natureza* fora a peça interpretada na ocasião, ganhando o reconhecimento de um integrante da famosa Cia. de Carrara (grupo profissional que atuava em São Paulo). Em 1932, o grupo cênico do Grêmio Instrutivo Recreativo Ideal foi premiado como o melhor da cidade, no concurso então promovido para incentivar a arte teatral na urbe. CARVALHO, Cristina Toledo de. Trajetória do teatro amador de São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 32, p. 5-13, dez. 2005, p. 6.

³⁹² A população local foi, inicialmente, brindada com as promoções da Acascs na área musical. Com a expansão de suas atividades, a partir do início da década de 1960, quando passaram a ser organizadas em departamentos específicos, de acordo com a natureza da linguagem artística da qual faziam parte, o público sul-são-caetanense pôde contar com uma variedade maior de opções junto às iniciativas da instituição, que, assim, diversificaram-se. Por ter surgido em um contexto de afirmação dos alicerces do município de São Caetano do Sul, o contributo legado pela associação à cidade, no segmento cultural, não deve ser ignorado, sobretudo pelo caráter pioneiro de suas propostas. Em sintonia com práticas, tendências e concepções próprias de um padrão letrado, propalado nos grandes centros urbanos, a Acascs tratou de organizar ações que pudessem difundir na urbe manifestações de arte consideradas importantes expressões daquele padrão, alinhado a um estilo de vida tipicamente cidadão. Dessa forma, foi responsável, simultaneamente, pela disseminação da música, da dança e das artes visuais e cênicas, antecipando-se, em uma década, a uma outra instituição que marcaria época também no âmbito cultural da localidade: a Fundação das Artes (1968). Para mais informações sobre a trajetória da Acascs, consultar: CARVALHO, Cristina Toledo de. Acascs: marco da cultura musical em São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 50, p. 6-14, dez. 2014.

³⁹³ AUCHMAN, Josef H. Inaugurado o novo salão do Clube Comercial. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 295, primeira página e p. 2, 4 fev. 1953, primeira página.

deles a se instalar foi a Câmara, episódio oficializado por um evento ocorrido no dia 21 de fevereiro de 1953, o qual contou com a presença de autoridades políticas, como a de Marcio Ribeiro Porto, que, na ocasião, representara o então governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez. No discurso proferido pelo prefeito Ângelo Raphael Pellegrino, na oportunidade, o Edifício Vitória foi aclamado como uma obra referencial para a cidade, “que pela sua grandiosidade e localização, já se convencionou denomina-lo ‘cartão de visita’ de São Caetano do Sul”³⁹⁴.

Além das palavras de Pellegrino, a solenidade de inauguração das instalações da Câmara sul-são-caetanense no Edifício Vitória ensejou o pronunciamento do então presidente da edilidade local, Antônio Dardis Neto. Em sua fala, merecem relevo as considerações ao empenho da família Dal’Mas na edificação do empreendimento, sublinhado como marca resultante da luta pelo progresso, o qual só fora possível alcançar, de acordo com ele, após a conquista da autonomia política de São Caetano. A associação feita por Dardis Neto entre os méritos dos Dal’Mas, “uma família itálica”, o desenvolvimento da cidade e a obtenção de sua emancipação reforça a retórica condizente à imagem da São Caetano pujante, articulando-se a ela, conforme pode ser verificado:

Desde que São Caetano tornou-se Município, o seu progresso tem surpreendido ao próprio Poder Público [...]

Com êste surto de progresso, surge êsse magestoso edifício, fruto da luta harmoniosa e progressista de uma família itálica que aquí se radicou e plantou o marco inicial de sua luta e que formou uma nova geração que engrandece com o seu talento com as suas iniciativas o desenvolvimento titânico que observamos.

[...] os esforços e o amor que a família Dal’Mas devota por esta terra e que apresenta aos olhos do povo êste monumento de arte, [...] que representa, sem dúvida alguma, a maior construção entre nós e que é o fruto da luta pelo progresso, só possível de verificar-se com a autonomia desta cidade. [...]³⁹⁵

A importância atribuída, naquele momento, ao edifício foi decisiva para que a Câmara Municipal nele se instalasse. Por se destacar frente a outras construções locais, quer por suas dimensões e funcionalidades técnicas, quer por seu glamour, em razão, sobretudo, do cinema que vinha sendo ali construído e do fato de já abrigar um dos principais clubes da sociedade sul-são-caetanense, o Edifício Vitória concederia à Casa

³⁹⁴ INAUGURADAS as novas instalações da Câmara. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 301, primeira página e p. 3, 25 fev. 1953, primeira página.

³⁹⁵ *Ibidem*, p. 3.

Legislativa da cidade o *status* de nele se localizar. Até porque, conforme pôde ser averiguado, a Câmara encontrava-se bem estabelecida em seu endereço anterior, “em prédio condigno e com todos os requisitos de conforto”³⁹⁶, situado na Rua João Pessoa, no centro de São Caetano.

A prefeitura, por outro lado, não usufruía de igual situação. Sediada em um prédio acanhado e com “dependências anti-higiênicas”³⁹⁷, na esquina das ruas Rio Grande do Sul e Baraldi, sua transferência para o Edifício Vitória tornou-se tema de debates acalorados por parte da edilidade, acirrando junto a ela as disputas políticas. Alegava-se, entre outras coisas, ser a dita transferência “inconveniente, anti-económica e nociva aos interesses públicos municipais”³⁹⁸, em virtude das altas despesas que a municipalidade passaria a ter com o pagamento dos aluguéis advindos da instalação naquele edifício. Após várias polêmicas e justificativas conflitantes, a mudança do Executivo local para o Edifício Vitória foi, enfim, aprovada. A inauguração de suas novas instalações em tal prédio integrou a programação dos festejos de aniversário da cidade, dentro da chamada “Semana da Fundação”, prevista para acontecer entre os dias 22 e 28 de julho de 1953³⁹⁹,

O *Jornal de São Caetano*, no contexto das discussões a respeito da mudança da prefeitura, assim se posicionou, emitindo a seguinte opinião sobre o assunto, quando este dera entrada na Câmara, no dia 20 de maio de 1953:

[...]

A ida do executivo para um edifício como o Vitória, colocaria a Prefeitura em instalações adequadas e condizentes com o progresso do nosso município, já que o novo prédio obedece aos mais modernos métodos de engenharia. Existe, além disso, a conveniência de serem abrigados num mesmo local, Prefeitura e Câmara Municipal, o que se verifica em quasi todas as cidades do interior. Localizados no mesmo prédio, os dois poderes locais, independentes mas harmonicos entre si, encontram a facilidade e a rapidez de manusearem os processos de interesse comum.

[...] ⁴⁰⁰

³⁹⁶ PESSIMAS as instalações da Prefeitura. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 324, primeira página e p. 3, 16 mai. 1953, primeira página.

³⁹⁷ DIVERSOS serviços para beneficiar o povo. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 326, primeira página e p. 3, 23 mai. 1953, primeira página.

³⁹⁸ Ibidem, primeira página.

³⁹⁹ SEMANA comemorativa da fundação da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 341, p. 3, 15 jul. 1953.

⁴⁰⁰ MUDANÇA da Prefeitura. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 325, primeira página, 20 mai. 1953.

O texto acima, a exemplo de outros tratados neste item, tem na questão do progresso de São Caetano o mote para o engrandecimento do edifício. Nesta perspectiva, as características imponentes deste constituíam reflexo ou inferência da realidade de progresso e desenvolvimento na qual as narrativas diziam estar inserido o município. No bojo dessa associação, o Edifício Vitória emergiu como um dos lugares simbólicos da São Caetano pujante, um dos marcos do progresso local.

À sua presença na cenografia urbana da cidade soma-se o fato de ter se firmado como o centro da vida política e sociocultural de São Caetano, uma vez que nele tiveram acolhida os três poderes da municipalidade e instituições recreativas e culturais, como o Clube Comercial e a Acascs, que ficaram bastante conhecidas na localidade por conta de suas concorridas programações, como os famosos bailes⁴⁰¹. Isso sem falar do Cine Vitória, que se impôs como a grande referência do edifício.



Imagem 14 - Edifício Vitória, empreendimento da família Dal'Mas. Inaugurado em 1953, foi transformado em um dos símbolos do progresso sul-são-caetanense, sobressaindo-se entre os prédios de modestas dimensões que então compunham a paisagem urbana da localidade. Além de uma sala de cinema, abrigou instituições conhecidas da cena sociocultural da cidade. Antes da inauguração do Paço Municipal da Avenida Goiás, n. 600, ocorrida em março de 1961, servira de sede para os três poderes municipais. No pavilhão superior de sua fachada, destaca-se o brasão do município

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

⁴⁰¹ Para informações sobre a temática dos bailes organizados na cidade, consultar: CARVALHO, Cristina Toledo de. Embalos de uma época: panorama dos bailes que agitaram São Caetano até a década de 1970. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 36, p. 5-13, dez. 2007.

Com o Edifício Vitória, o Viaduto dos Autonomistas e o Jardim Público Primeiro de Maio, São Caetano do Sul mostrava-se cravada nas hastes do progresso. Os significados atribuídos a cada um desses marcos, como os de arrojo, modernização, magnitude, civilidade, salubridade, entre outros, ajudaram a compor a imagem de uma cidade desenvolvida, moderna e bela. Tais traços, contudo, não seriam os únicos caracterizadores da face da urbe. Descortinado sob um viés que trazia à tona seus problemas, imperfeições e questões, o “Príncipe dos Municípios” mostraria o seu lado esfarrapado e maltrapilho, destoante da grandeza que lhe era atribuída enquanto característica hegemônica de sua identidade.

CAPÍTULO IV

“PRÍNCIPE ESFARRAPADO”: A OUTRA FACE DA SÃO CAETANO PUJANTE E SUAS PRINCIPAIS QUESTÕES, PERSONAGENS E DISCURSOS

4.1 Príncipe descalço e esfarrapado

No decorrer das duas primeiras gestões que marcaram o início do percurso municipal da urbe sul-são-caetanense, o *Jornal de São Caetano* desvelou questões e personagens que não demoraram para se firmar entre os assuntos recorrentes e mais debatidos do periódico. Em razão de revelarem pontos de tensão frente aos referenciais representativos da imagem da cidade da pujança e do desenvolvimento, tais questões e personagens tornaram-se objeto de discussões que descortinaram um conjunto de discursos que se pôs em consonância com os ditames da identidade pujante da localidade construída pelo próprio jornal. Os mencionados discursos, em virtude de seu teor higienista, disciplinador e moralista, esquadriharam a outra face da São Caetano pujante, realçando normas e padrões de conduta tidos como condizentes a um ideal de cidade desenvolvida e civilizada.

Se, por um lado, o *Jornal de São Caetano* propalou a grandeza do então recém-constituído município, por meio de uma listagem de narrativas e representações que se colocou em diálogo com uma memória triunfalista e com lugares eleitos para refletir, material e simbolicamente, a referida grandeza, por outro, tratou de sugerir o enquadramento de questões e personagens que dela destoavam (entre estes, estavam grupos de marginalizados, integrantes das camadas pobres da sociedade local)⁴⁰², a

⁴⁰² Frente a essa intenção de enquadramento de questões e personagens caracterizadores de uma realidade social que não se coadunava com o ideal de cidade difundido pelas forças hegemônicas locais, torna-se imperativo lembrar de pesquisas que concentraram a sua atenção na abordagem do tema da pobreza nos grandes centros urbanos. Desses trabalhos, o de Carlos José Ferreira dos Santos é o que se alinha, de forma mais evidente, às discussões realizadas neste capítulo. Embora voltado para uma periodização distinta da abordada pela presente tese, o trabalho em questão mostra-se como um interlocutor pertinente, principalmente nos pontos em que ressalta a invisibilidade e as concepções preconceituosas que rondam a população nacional pobre da São Paulo do final do século XIX e do início do século passado, marcada, claramente, pela valorização da presença estrangeira, sobretudo italiana, em seus segmentos social, cultural e econômico. O que se vislumbrava para a Pauliceia, naquela época, era a sua europeização, de modo que tudo que estivesse em desacordo com tal pretensão deveria ser ocultado ou suprimido. Ou, como argumenta Ferreira dos Santos, “o que e quem não pertencessem [...] e nem possuísem características européias, confundidas com a modernidade, [...], representava, aliás, um obstáculo e por isso deveria ser removido.” SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, 1998, p. 74.

partir de enunciados discursivos disciplinadores e autoritários que enfatizavam comportamentos, práticas e soluções desejáveis em face do nível de desenvolvimento alcançado por São Caetano do Sul.

Esses enunciados, por sua vez, foram veiculados por artigos e reportagens cujas pautas privilegiavam temas relacionados, principalmente, à violência urbana (abordada por notícias e reportagens sobre casos de assaltos e homicídios)⁴⁰³, à incipiência estrutural do município no que concernia à promoção de serviços primordiais, às suas precárias condições de higiene e salubridade e a problemas sociais. Estes, mesmo diante de uma diversidade de ocorrências, convergiam para o mesmo ponto: o da observância das desigualdades sociais e da pobreza, segregando os favorecidos pelas benesses e partilhas apregoadas pela política desenvolvimentista brasileira daqueles que ficaram à margem dela.

Nesse grupo, estavam personagens como crianças pedintes, mendigos, migrantes nordestinos, engraxates e vendedores ambulantes. Ao contrário do que fora verificado junto aos imigrantes italianos, “relevados no empreendedorismo da formação da sociedade sul-sancaetanense”⁴⁰⁴, representantes por excelência da imagem grandiosa produzida ao redor da urbe, e, por isso, dignos dos mais eloquentes adjetivos, em torno daqueles personagens foi edificada uma memória pejorativa e preconceituosa, alicerçada por representações que os colocavam na condição de párias do “Príncipe dos Municípios”. Doentes, ignorantes, pobres, famintos, flagelados e vagabundos foram alguns dos qualificativos atribuídos a eles pelo jornal, articuladamente às referências e características configuradoras de uma localidade marcada por uma rede de problemas.

Cumprе sublinhar que os textos anunciadores dessa outra face da São Caetano pujante aparecem, muitas vezes, na primeira página do jornal, ao lado de editorias que subsidiaram o enaltecimento da localidade, tão caro ao forjamento da imagem de progresso que se cristalizou, hegemonicamente, junto à cidade. Os cenários subjacentes

⁴⁰³ Os casos de assaltos e homicídios na cidade colocaram o aparato coercitivo sul-são-caetanense no centro das atenções, na medida em que ações efetivas contra o avanço da criminalidade passaram a ser cobradas pela sociedade. Assim, o sistema policial local apareceu na linha de frente das discussões, conforme o seguinte fragmento textual extraído de uma reportagem do *Jornal de São Caetano*, publicada em 1957, sobre a questão da violência na urbe: “Os assaltos à mão armada crescem de tal forma, que a Câmara Municipal culminou por adotar uma série de providências, visando coibir a repetição de ocorrências que degradam o sistema policial vigente, pela total ineficiência dos órgãos locais, os quais alegam não possuir o elemento humano necessário para realizar um policiamento mais efetivo.” SOLICITADO o policiamento da radiopatrulha para acabar com a onda de roubos. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XII, n. 668, primeira página, 7 set. 1957.

⁴⁰⁴ PERAZZO, Priscila Ferreira. Vidas vividas em deslocamento: narrativa de Angelita migrante para o ABC. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 39, p. 49-52, jul. 2009, p. 50.

a tais enunciados díspares tensionavam-se e se contradiziam, fazendo *jus* à proposição de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, segundo a qual a cidade é artefato⁴⁰⁵. Assim, para cada representação ensejadora da imagem da São Caetano da pujaça, havia uma realidade dela destoante, propalada por colaboradores que constituíam, no interior do periódico, as falas díssonas daquela imagem.

Theophilo de Souza Carvalho firmou-se como uma dessas falas. Professor e jornalista, com um histórico de ocupação de “diversos cargos na imprensa interiorana, inclusive o de diretor de jornal”⁴⁰⁶, fora também suplente de vereador em São Caetano, durante a primeira legislatura municipal (1949-1953). Com uma grande quantidade de artigos sobre variadas questões que afligiam a cidade no início de sua vida autônoma, sua colaboração já era bastante assídua nos primeiros anos da década de 1950. Pela diversidade das temáticas abordadas e pela contundência de seu posicionamento frente a assuntos-chave da agenda da municipalidade, os textos de sua autoria dialogam com algumas problemáticas propostas pela presente tese, promovendo pertinentes reflexões, de modo que são referenciados não só neste capítulo, mas também em outras partes deste trabalho doutoral.

O tema relativo à salubridade local e às suas condições de higiene não passou despercebido por seu crivo. Pela recorrência com que era mencionada em edições do jornal, podendo ser considerada uma das questões mais recalcitrantes e perturbadoras da cidade no início da década de 1950, a temática da salubridade foi discutida por Theophilo Carvalho em um artigo que tinha como cerne a situação anti-higiênica averiguada junto a quintais de residências da localidade.

[...]

Infelizmente a parte de salubridade e higiene locais está um pouco descurada em nossa cidade. Haja vista o número considerável de chiqueiros constatados dentro do perímetro urbano [...]

Seria interessante que os fiscais do posto de saúde local fizessem visitas periódicas aos quintais de tôdas as casas do perímetro urbano e isto viria melhorar cem por cento a salubridade local, uma vez que há [...] falta de higiene por parte de certos moradores, notadamente onde há habitações coletivas.

⁴⁰⁵ Enquanto tal, a cidade é “coisa complexa, fabricada, historicamente produzida. O artefato é um segmento da natureza socialmente apropriado, ao qual se impôs forma e/ou função e/ou sentido. Espaços, estruturas, objetos, equipamentos, arranjos gerais [...] foram produzidos por forças que não é possível excluir do entendimento: forças econômicas, territoriais, especulativas, políticas, sociais, culturais, em tensão constante num jogo de variáveis [...] Em última instância, o artefato é sempre produto e vetor desse campo de forças nas suas configurações dominantes e nas práticas que ele pressupõe.” MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista da USP*, São Paulo, n. 30, p. 142-155, 1996, p. 147.

⁴⁰⁶ JORNAL DE SÃO CAETANO, São Caetano do Sul, ano VI, n. 214, p. 2, 29 dez. 1951.

Num município de área pequena como o de São Caetano, mas que tem uma população muito densa e aglomerada, faz-se necessária uma vigilância sanitária para evitar que irrompa a qualquer momento uma epidemia insidiosa. [...] ⁴⁰⁷

Ao denunciar o comprometimento das condições de salubridade e higiene da cidade, o articulista sugere visitas periódicas dos fiscais do posto de saúde a todas as casas do perímetro urbano, o que, no seu entender, melhoraria integralmente a salubridade local. Neste sentido, coloca, no centro de sua denúncia, as habitações coletivas (cortiços). Para ele, onde havia a presença de tal tipo de moradia, a falta de higiene por parte de certos moradores verificava-se notadamente. Em seguida, alerta que, em um município de área pequena como o de São Caetano do Sul, com uma população densa e aglomerada, a vigilância sanitária faz-se necessária para evitar uma epidemia insidiosa. Tal alerta, por seu turno, já havia sido feito, meses antes, em um outro texto publicado pelo jornal, reforçando alguns pontos abordados por Theophilo de Souza Carvalho em seu artigo, como o da necessidade de fiscalização sanitária junto a quintais de munícipes, que estavam servindo como locais de criação de suínos. Apresentando um tom mais afiado do que o da explanação proferida por aquele articulista, o texto chega a sugerir a aplicação de “multas pesadas” aos infratores das leis sanitárias.

[...]

Não seria de todo mau, que os poderes constituídos municipais e sanitários, procurassem desenvolver uma campanha mais severa, na limpeza da nossa cidade, estabelecendo um comando composto de fiscais, operários, caminhões, etc. para percorrer os nossos quintais, procurando remover o que encontrasse em desacordo com as leis sanitárias, aplicando multas pesadas aos infratores, se assim julgar conveniente, porque nos disseram, [...], que em São Caetano do Sul, há muitas famílias fazendo criação de suínos nos seus quintais, o que é um abuso inqualificável, que vem ferir em cheio as leis do Serviço Sanitário Municipal.

[...] ⁴⁰⁸

Disseminadas nas páginas do *Jornal de São Caetano*, as questões relativas à salubridade precária da urbe, condensadas em uma imagem sugestiva de um quadro calamitoso, foram também dissecadas em uma reportagem a respeito do assunto da

⁴⁰⁷ CARVALHO, Theophilo de Souza. A salubridade do município. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 538, primeira página, 13 jul. 1955.

⁴⁰⁸ RELA, João. Pernilongos e criação de suínos. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 492, primeira página, 26 jan. 1955.

higiene pública em locais como a então Vila Barcelona e o Mercado Inca⁴⁰⁹, segundo a qual as condições higiênicas e de preço mereciam “melhor carinho”. Naquele bairro, a vulnerabilidade das casas, que, em tempos de chuva, ficavam até “com meio metro de água nas paredes”, integrava um cenário propício ao alastramento de epidemias. O autor da mencionada reportagem, Lydio C. Moura, constatou tal estado de coisas quando de sua visita, ao lado de alguns vereadores, aos locais citados.

[...]

Depois, rumamos para Vila Barcelona, baixada, onde em tempo de chuva, casas ficam até com meio metro de água nas paredes e cujos despejos na frente das casas, confirmam o odor peculiar que sentimos na cidade. Mais ainda: um córrego que passa por muitos terrenos [...] serve de repositório de déritos, e como constatei, carnes deterioradas, animais mortos, são jogadas no riacho.

Ora, um pequeno curso de água de quarenta centímetros de altura em época de chuva pode ser [...] um foco de epidemia.

[...] ⁴¹⁰

A menção feita ao “odor peculiar” que se sentia na cidade vai ao encontro de outros registros, que apontaram também esse problema. “Zé Caetano”, principal personagem das charges de Jayme da Costa Patrão, não ignorou a questão, entre tantas outras que mereceram a sua crítica mordaz, desde a época da campanha em favor da autonomia política da localidade. Sob o título *Pobre cidade rica*, tal charge se apropria, ironicamente, do discurso de enaltecimento ao poderio econômico de São Caetano como mote para o encaminhamento do deboche frente ao tema das condições higiênicas locais.

⁴⁰⁹ O Mercado Inca foi inaugurado no dia 16 de dezembro de 1950. Constituiu-se em um dos empreendimentos erguidos na cidade pela Urbs – Sociedade Imobiliária Ltda. (antiga Empresa Imobiliária Inca), com sede em São Paulo. Tal empresa iniciou os seus projetos em São Caetano em 1948, antes da consolidação da autonomia política da localidade. Na ocasião, um plano de venda de casas a preços populares e a prazos longos foi posto em prática, sendo seguido por outros que contribuíram também para o processo de urbanização local. Segundo o *Jornal de São Caetano*, a empresa moveu realizações significativas na então Vila Paula, que recebera um total de 129 prédios, “compostos de conjuntos harmoniosos,” entre os quais se destacaram casas comerciais como farmácia, bares, açougue e armazéns de secos e molhados. ALTAS autoridades virão a São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 160, última página e p. 2, 16 dez. 1950, última página.

⁴¹⁰ MOURA, Lydio C. Foco de epidemia em Vila Barcelona. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 168, última página, 10 fev. 1951.

POBRE CIDADE RICA

Campeão em arrecadação nosso Município. Entrou na Coletoria de S. Caetano do Sul, num só dia, 106 milhões de cruzeiros.



ZÉ CAETANO: — Esta terra meu caro, é campeã em tudo! Até na falta de higiene. Duvido que haja terra mais suja e mal cheirosa que a nossa!...

Imagem 15 - Crédito/*Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 237, primeira página, 7 jun. 1952

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Reprodução fotográfica/Ari Tonon (Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul)

No texto intitulado *S. Caetano é um príncipe esfarrapado*, a questão do mau cheiro é mencionada também. Em tal texto, a crítica vem estampada por meio de uma narrativa cercada por metáforas que pretendem denunciar “os demagogos” e “políticos interesseiros”, a par da vultosa contribuição da cidade junto aos cofres públicos e da negligência dos poderes constituídos frente aos problemas locais, como o da insalubridade. Nele, a urbe sul-são-caetanense é representada como a “terra do mau cheiro”, como o “príncipe engeitado que, caído pela sarjeta, estende a mão em clemência [...]”⁴¹¹.

⁴¹¹ GONÇALVES, Miguel Batista. *S. Caetano é um príncipe esfarrapado*. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 192, p. 12 (1º. Caderno), 28 jul. 1951.

A temática da salubridade da cidade traz para o debate a abordagem de uma infinidade de questões. Entre estas, encontram-se as alusivas à importância concedida à vigilância sanitária no controle da higiene pública e na prevenção de epidemias e ao problema das habitações coletivas enquanto focos potenciais de doenças, pela falta de higiene que nelas se fazia notar, conforme expressamente indicado no artigo *A salubridade do município*, destacado anteriormente, de autoria de Theophilo de Souza Carvalho.

O saber médico, visto como portador da verdade⁴¹², era o norteador dos serviços de fiscalização sanitária, tendo em vista a identificação de situações que pudessem colocar em risco a saúde pública. Buscava-se, assim, por meio das orientações médico-sanitaristas, controlar condutas e comportamentos tidos como desviantes dos padrões higiênicos considerados desejáveis.

Em razão de suas características, tais como aglomeração de pequenas casas contíguas com sanitários de uso comum e grande número de moradores, os cortiços da localidade eram alvos latentes daqueles serviços. Concebidas como uma ameaça à manutenção da salubridade pelo olhar médico-sanitário, tais habitações contrastavam ainda, de acordo com Raquel Rolnik, com uma forma de morar “familiar, isolada, internamente dividida em cômodos com funções e habitantes segregados”⁴¹³. Para ela, por força de determinadas peculiaridades, como “a intensidade de uma vida em grupo não-familiar e a densidade dos contatos no dia-a-dia [...]”, a habitação coletiva era identificada com a imagem de marginalidade⁴¹⁴.

No contexto da intensificação dos processos de industrialização e urbanização de São Caetano, as habitações coletivas impuseram-se como uma marca do cenário citadino local. Opção de moradia para a população trabalhadora, foram resultantes da especialização do espaço urbano. Esta, promovida pela especulação imobiliária,

⁴¹² A visão segundo a qual o saber médico consistia no portador da verdade remonta a um quadro conjuntural que tinha na educação das massas uma das propostas mais relevantes da política brasileira concernente à saúde pública, levada a cabo durante as três primeiras décadas do século passado. A Seção de Propaganda e Educação Sanitária (SPES) constitui um dos baluartes de tal política. Criada em 1938 junto ao Departamento de Saúde Pública do Estado de São Paulo, objetivava “incutir na população paulista preceitos de higiene, que lhes ensinassem hábitos corretos e a prevenir doenças. Desse modo, percebe-se que a Seção propunha intervir nas culturas populares e tinha como projeto modificar hábitos, ideias e comportamentos.” FLÓRIO, Marcelo. História, memória e saúde: a atuação higienista da SPES em São Paulo (1938-1950). In: AVELINO, Yvone Dias; MATOS, Maria Izilda Santos de; MONTEIRO, Arlete Assumpção (Orgs.). *Tecituras das cidades: história, memória e saúde*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017, p. 114.

⁴¹³ ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro), 16 set. 1989, sem paginação. Disponível em: <<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territe3b3rios-negros.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

⁴¹⁴ *Ibidem*, sem paginação.

acarretou uma gradativa elitização do acesso ao uso do solo da cidade, ocasionando, por sua vez, a expulsão dos trabalhadores de baixa renda e o seu consequente encortamento⁴¹⁵.

O quadro em que estava impressa essa outra face de São Caetano, o qual estampava o quanto a cidade precisava ainda caminhar rumo à estruturação de setores ofertantes de serviços básicos, como o que se encarregava da promoção da salubridade e higiene públicas, confrontava a imagem de uma urbe pujante, que, em princípio dos anos de 1950, vinha ganhando bastante projeção nas páginas do *Jornal de São Caetano*. A promulgação da Lei Municipal de n. 204, de 5 de dezembro de 1951, foi o estopim para o aguçamento das discussões observadas no periódico a respeito das questões prementes da localidade.

Uma dessas discussões foi a aventada pela crítica feita por Theophilo de Souza Carvalho em seu artigo intitulado *São Caetano, o Príncipe descalço*. O texto que encampa a referida crítica coloca no centro de sua argumentação a instituição da já então consagrada expressão “Príncipe dos Municípios” como designativo oficial da cidade ou “lema de propaganda do Município”, nos termos da citada lei. Derivada de projeto⁴¹⁶ de autoria do vereador Jordano Pedro Segundo Vincenzi, tal lei foi objeto das seguintes ponderações e comentários de Theophilo Carvalho, no texto ora em foco, que traz um panorama dos problemas e desafios que jaziam sob as fímbrias da São Caetano do desenvolvimento e do progresso:

⁴¹⁵ MORAES, João Carlos de. A formação de São Caetano no contexto da região metropolitana de São Paulo. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 20, p. 27-34, dez. 1999, p. 32.

⁴¹⁶ O projeto em questão foi alvo da discordância do vereador Antônio Dardis Neto, que, durante uma sessão de agosto de 1951 da Câmara Municipal, assim se pronunciou a respeito dele, apontando alguns entraves que, segundo ele, evidenciavam a ineficiência do Poder Público Municipal: “É de autoria do nobre vereador Jordano P. S. Vincenzi um Projeto de Lei, ora circulando pelas Comissões que visa a tornar obrigatório o emprego nos papéis oficiais de ‘slogan’, cantando as gírias de São Caetano do Sul. A idéia é evidentemente condensar numa palavra síntese, ou em várias, o valor de nosso município. [...] em seu Projeto, recomenda algumas frases, dentre as quais poderia se fazer a escolha do ‘slogan’ de nossa terra. Nós, entretanto, preferimos discordar dos ‘slogans’ sugeridos. Pedimos licença para sugerir um outro, cem por cento condizente [...] com a realidade do nosso município. Propomos esta frase-padrão: ‘São Caetano do Sul, terra esquecida pelo Poder Público Municipal.’ Pedimos aos nobres pares que não se escandalizem diante dessa idéia, que pode parecer pitoresca, jocosa – mas não é [...] Para nos capacitarmos de sua exatidão, basta lançarmos os olhos sobre nossas vias públicas, onde se amontoam os atestados de inépcia da Diretoria de Obras. Basta atentar-se para a decisão desta Casa, refugando as contas do Executivo referentes a 1949 e 1950, por não aceitar como completa a documentação enviada pela Diretoria da Fazenda. Basta pesquisar vestígios de uma inexistente organização de trabalho na Prefeitura. Bastam apenas essas simples atividades de observação para concluir-se da propriedade do ‘slogan’ que estamos alvitrando [...]” SÃO Caetano terra esquecida pelo Poder Público Municipal. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 195, p. 3, 18 ago. 1951.

Francamente, somos dos que não gostaram da Lei Municipal n. 204, de 5 de dezembro de 1951, que instituiu para lêmã de propaganda de São Caetano do Sul a legenda ‘Príncipe dos Municípios.’

E sabem os leitores por que razão?

É que a frase não foi inspirada na verdadeira situação das coisas [...]

A denominação de ‘Príncipe dos Municípios’ para São Caetano do Sul é ainda uma expressão algo temerária e arrogante. Estamos ainda nos albôres de nossa vida de município independente, com tudo que é melhoramento público para realizar. A cidade não tem as suas ruas calçadas, não possui ainda o seu manancial de água potável, não completou sequer o seu serviço de esgotos. Isto só no domínio das obras públicas. No terreno da assistência social não conta o município com uma obra sequer dêsse gênero, a não ser as de cunho estritamente particular. [...]⁴¹⁷

Como salientou Theophilo de Souza Carvalho, São Caetano, no início da década de 1950, estava principiando a sua trajetória como município independente, tendo, em razão disso, muito “melhoramento público para realizar”, de acordo com suas palavras. Nesse período, as dificuldades encontradas pela municipalidade frente à gestão das demandas, que, simultaneamente, provinham de todos os segmentos da sociedade, foram registradas pelo referido colaborador do *Jornal de São Caetano* no texto acima destacado e também em outros de sua autoria, o que fez dele, conforme já dito, uma voz crítica em meio aos inúmeros enunciados de exaltação à urbe, produzidos e disseminados pelo periódico em questão.

Com base no que fora trazido pelo texto ora em discussão e ainda por outros assinados por seu autor, é possível afirmar que era nítida, durante as primeiras administrações municipais, a existência de uma cadeia de melhoramentos públicos a ser promovida na cidade, sobretudo nas áreas de obras e serviços urbanos.

O assunto referente à assistência social, que já havia sido destacado em tal texto, voltaria a ser objeto da atenção de Theophilo Carvalho em uma outra ocasião. Valendo-se de um episódio envolvendo o então prefeito Ângelo Raphael Pellegrino, encaminhara suas críticas por meio de um artigo que objetivava ressaltar a carência de serviços da municipalidade na esfera assistencial.

Fato inédito em quase tôdas as municipalidades é o que se dá com a Câmara Municipal de São Caetano do Sul que, em nenhum dos seus orçamentos, ainda se lembrou de consignar uma verba para auxílio à indigência e à pobreza, iniciativa essa que deveria ser comesinho princípio de solidariedade cristã numa cidade onde nada existe organizado [...]

⁴¹⁷ CARVALHO, Theophilo de Souza. São Caetano, o Príncipe descalço. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 213, primeira página e p. 13, 22 dez. 1951.

Não há muito, assistimos, na Prefeitura local, a um ato edificante [...] Um cidadão, naturalmente necessitado, recorreu ao Sr. Prefeito pedindo-lhe um auxílio para custear determinada cura e o nosso estimado chefe do executivo, para não apresentar uma recusa, meteu a mão no bolso e atendeu ao pedido com dinheiro de sua bolsa particular, porque da Prefeitura nada podia dar, por não existir verba. Enquanto tais coisas acontecem, os nossos vereadores votam auxílios para clubes de futebol e festas escolares, cerimônias que bem podem prescindir de tais ajudas em benefício dos pobres do município.⁴¹⁸

Até a criação da Diretoria de Saúde e Assistência Social, por força da Lei Municipal de n. 487, de 4 de outubro de 1954, os assuntos condizentes a tais setores ficaram a cargo do Serviço de Assistência Social, sob a direção de Américo Cavallini. Apoiado em uma estrutura acanhada e deficitária (vulnerabilizada pela falta de verba, conforme indicado no texto acima, e da qual já fazia parte o Pronto-Socorro Municipal, alvo constante de críticas e denúncias provenientes da Câmara Municipal, população e imprensa)⁴¹⁹, o mencionado serviço foi tema da entrevista concedida por Pellegrino ao *Jornal de São Caetano*, em fevereiro de 1953, no final de seu mandato à frente do Executivo sul-são-caetanense. Na ocasião, o prefeito, além de apontar as principais iniciativas realizadas pelo Serviço de Assistência Social, discorreu acerca das dificuldades encontradas para a implementação eficaz de suas finalidades e atribuições.

Um dos setores que mais chamou a atenção do meu governo foi o relacionado com a assistência social. Não é preciso dizer [...] que nada havia a respeito em nossa cidade. O mesmo sucedia, aliás, em quase todos os ramos da administração. [...] Tentamos, mais de uma vez, criar a Seção de Assistência. Debalde, porém, em virtude da oposição encontrada. [...]

É preciso considerar que muita coisa deixou de ser feita por não haver repartição diretamente responsável pela assistência social na cidade.
[...]⁴²⁰

⁴¹⁸ CARVALHO, Theophilo de Souza. Expressões da caridade pura em São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 166, última página e p. 2, 27 jan. 1951, última página.

⁴¹⁹ O Pronto-Socorro Municipal, no início da vida autônoma de São Caetano do Sul, tornou-se alvo constante de críticas provenientes da Câmara Municipal, população e imprensa. As advindas da Câmara eram motivadas, na maioria das vezes, por denúncias de omissão e negligência envolvendo médicos e outros funcionários da referida unidade de saúde, situação que, inevitavelmente, ecoava nas páginas do *Jornal de São Caetano*. O Pronto-Socorro Municipal tornou-se uma espécie de válvula de escape, com nítidos contornos políticos, dentro da agenda sul-são-caetanense da saúde, ora merecendo elogios e votos de louvor, ora sendo alvo das mais severas críticas. Embora problemas sérios também existissem nas outras instituições prestadoras de serviços médicos na localidade, nenhuma delas mereceu tanto destaque por parte daquele periódico como o pronto-socorro. CARVALHO, Cristina Toledo de. A gestão da saúde em São Caetano do Sul na década de 1950. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 53, p. 6-15, jul. 2016, p. 13-14.

⁴²⁰ IMPÔE-SE a criação da Diretoria de Assistência Social. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 300, primeira página, 21 fev. 1953.

Fica evidente na fala de Ângelo Pellegrino a exiguidade verificada no setor assistencial do município, “por não haver repartição diretamente responsável”, revelando a situação problemática na qual a assistência social sul-são-caetanense encontrava-se, e endossando as críticas registradas por Theophilo de Souza Carvalho em seu artigo, que mencionara o pedido de auxílio dirigido àquele por um cidadão “naturalmente necessitado”, tendo em vista “custear determinada cura”.

Embora a cidade contasse com um serviço que se encarregava burocraticamente da questão assistencial, a grande quantidade de demandas tornava um imperativo a criação de uma seção (ou, na melhor das hipóteses, de uma diretoria, fato que se concretizaria somente em 1954) capaz de reunir, organizar e promover, eficientemente, as atividades próprias da área. Enquanto tal criação não se verificou, iniciativas provenientes de alguns vereadores foram importantes no sentido da amenização das limitações do Serviço de Assistência Social da prefeitura e do delineamento das atribuições e atividades que, posteriormente, seriam inseridas no plano de gestão⁴²¹ da então Diretoria de Saúde e Assistência Social.

Entre tais propostas, destaca-se a de autoria de Moysés Chapaval, vereador durante a primeira legislatura municipal (1949-1953). Tinha como teor a distribuição gratuita de medicamentos aos pobres, conforme as justificativas e os termos descritos abaixo, apresentados pelo edil durante sessão da Câmara Municipal em janeiro de 1953:

É notória a precariedade de recursos empregados na assistência aos menos afortunados da sorte. A aparelhagem existente em nossa cidade não atende efetivamente as necessidades assistenciais no que concerne à hospitalização e medicação dos doentes desprovidos de meios. Haja vista a situação presente: O Executivo procede a consultas e as respectivas receitas, mas os pobres não podem comprar os remédios, cujos preços são astronômicos; [...] O resultado aí está: os paupérrimos ficam conhecendo seus incômodos, porém não contam com facilidades e possibilidades para debelá-los. É preciso que algo mais se faça em favor dos desafortunados [...]⁴²²

O discurso do vereador Chapaval vai ao encontro do emitido pelo prefeito Ângelo Raphael Pellegrino no ponto concernente ao da falta de estrutura da

⁴²¹ O plano de gestão da então Diretoria de Saúde e Assistência Social foi fruto de uma proposta de planificação de assuntos concernentes à área, compreendendo, entre outras ações, a realização de visitas a bairros da cidade para a detecção dos problemas existentes em cada um deles. Na ocasião, concluiu-se que a promoção da saúde passaria, necessariamente, por uma política de assistência social e pela resolução das questões atinentes a saneamento básico. CARVALHO, Cristina Toledo de, *A gestão da saúde em São Caetano do Sul na década de 1950*, p. 14.

⁴²² CHAPAVAL, Moysés. *Projeto de Lei* apud *Jornal de São Caetano*. Medicamentos grátis para os pobres. São Caetano do Sul, ano VII, n. 292, p. 5, 24 jan. 1953.

municipalidade para o provimento de uma política que fosse capaz de atender efetivamente às necessidades assistenciais, como as que condiziam, por exemplo, à “hospitalização e medicação dos doentes desprovidos de meios”, como destacara o citado vereador. Sua argumentação frisou ainda que, mesmo diante do fato de o Executivo arcar com consultas médicas, a situação continuava desfavorável aos pobres que, sem condição de adquirir os medicamentos que lhes eram prescritos durante aquelas consultas, em razão de seus preços astronômicos, viam-se impossibilitados de debelar seus incômodos. Daí, o apelo do vereador, na parte final de sua fala: “É preciso que algo mais se faça em favor dos desafortunados”.

A questão da assistência social na cidade, diante das limitações da municipalidade para geri-la, encontrou acolhida no âmbito da filantropia. Não à toa que, frente a tal conjuntura, entidades filantrópicas e beneficentes surgiram e se projetaram no contexto citadino de São Caetano ao longo do decênio de 1950, assumindo posicionamentos decisivos no que tangia a iniciativas consideradas de grande monta para o bom andamento da política assistencial local, como as referentes à instalação de hospitais e de outras unidades de saúde. Basta citar o papel desempenhado pela Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano, criada após intensa campanha organizada pelo *Jornal de São Caetano* (conforme relatado no primeiro capítulo desta tese), tendo em vista a construção de um hospital na cidade. Isso sem falar de outras instituições assistenciais, entre as quais a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância (Apami). Criada em 1953, essa entidade colocou-se como condutora dos postos de puericultura do município, cujo pioneiro fora o Posto Aracy Torres Campanella, inaugurado em 28 de julho de 1954, em terreno que se localizava na esquina da Avenida Goiás com a então Rua Lina (hoje, Avenida Dr. Augusto de Toledo)⁴²³.

Se a infância carente da localidade mostrou-se como destinatária de ações assistenciais provenientes de instituições como a Apami, colocando em relevo o interesse por assuntos que diziam respeito à criança, tal também se observara em um outro artigo escrito por Theophilo de Souza Carvalho. Por meio dele, o articulista encaminha às autoridades municipais sugestão relativa à criação de escolas maternas na cidade, sem deixar de reconhecer que a administração já vinha tomando “providências no sentido de dotar a infância e a juventude local de todo o amparo a que elas têm

⁴²³ CARVALHO, Cristina Toledo de, A gestão da saúde em São Caetano do Sul na década de 1950, p. 9.

direito [...]”⁴²⁴. O artigo aponta ainda os objetivos que aquelas escolas deveriam preconizar, além de elucidar a estrutura ideal para o êxito das mencionadas instituições.

4.2 Doentes, pobres e flagelados: crianças pedintes, a infância carente e os migrantes nordestinos em São Caetano

Postos de puericultura, escolas maternais, entre outras entidades condizentes à infância transformaram-se em assuntos debatidos, na década de 1950, pelo *Jornal de São Caetano*, possibilitando discussões que colocavam em destaque preceitos e orientações integrantes de uma concepção que tinha na educação, na saúde e no higienismo as molas propulsoras de uma política de valorização e proteção da infância⁴²⁵. No Brasil, essa política encontrou acolhida, vindo a consolidar-se, quando da criação do Departamento Nacional da Criança, em 1940, junto ao então Ministério da Educação e Saúde⁴²⁶.

Em sua interface com o mercado consumidor, a temática da infância foi apropriada pela propaganda, que, valendo-se das dimensões da saúde e da higiene (dois dos principais aspectos configuradores da assistência infantil), construíra imagens da infância, “presentes nos mais diferentes produtos: eletrodomésticos, móveis, remédios, alimentos, iluminação, etc”⁴²⁷, conforme explica a historiadora Olga Brites.

⁴²⁴ CARVALHO, Theophilo de Souza. Uma grande falha na assistência infantil. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 465, última página, 13 out. 1954.

⁴²⁵ A política de valorização e proteção da infância teve na puericultura um de seus mais importantes braços. Institucionalizada durante a primeira metade do século XX, a puericultura assistiu à ampliação de seus significados quando da observância de seu avanço político, “deixando de se ocupar apenas da prevenção contra as doenças e contra a mortalidade infantil e passando a oferecer um desenvolvimento saudável em todos os aspectos, inclusive os psicológicos.” OLIVEIRA, Vilma da Silva Mesquita. Os discursos sobre a educação e higienização das crianças nos jornais impressos do Piauí (1930-1960). *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 3, p. 93-110, 2015, p. 95. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1160/438>>. Acesso em: 26 jun. 2020. Em São Caetano, a puericultura foi impulsionada, passando a compor a agenda da municipalidade, com a criação da Apami, em 1953. No ano seguinte, a cidade ganhava o seu primeiro posto do gênero, conforme registrado neste capítulo. Afinado com o que se verificava, em âmbito nacional, em termos de práticas e concepções alusivas à infância, em tal posto foram realizados concursos de robustez infantil, iniciativa bastante aclamada e recorrente, que tinha como foco a valorização e a adoção de princípios consagrados do higienismo no trato da criança. Voltados para a maternidade e a infância carentes, os mencionados concursos contavam com a participação abalizada de médicos, que, seguindo critérios como os condizentes à saúde, vigor e beleza, emitiam suas avaliações acerca das crianças participantes. As vencedoras recebiam diferentes prêmios. ORTEGA, Cristina. Um show de criança. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 45, p. 32-35, jul. 2012, p. 34-35.

⁴²⁶ OLIVEIRA, Vilma da Silva Mesquita, art. cit., p. 97.

⁴²⁷ BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 249-278, 2000, p. 249. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2989.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

Os inúmeros enunciados propagandísticos, que tinham como cerne a puerícia, criaram condição para que se perpetuassem referenciais imagéticos da criança ideal.

Ao elaborar a imagem do futuro cidadão como saudável, forte e robusto, tentava-se romper com um presente vivido principalmente pelas crianças pobres, em especial o da fragilidade e da ausência de higiene e sucesso, destruindo uma imagem que não se queria cristalizar como memória.⁴²⁸

Longe da imagem da criança ideal, sedimentada em uma variedade de anúncios publicitários, estava a infância pobre da cidade. Em uma reportagem publicada em 15 de janeiro de 1955, o *Jornal de São Caetano* identificava o problema relativo à mortalidade infantil na localidade, que, no seu entender, fora agravado pelo crescimento populacional observado em razão do “progresso experimentado por São Caetano do Sul, graças à sua autonomia [...]”. Tal episódio, segundo o jornal, ocasionou “a vinda de [...] milhares de pessoas do norte do país e do interior do Estado [...]”⁴²⁹.

Em face de tal conjuntura, foi instalado, em 1954, o primeiro posto de puericultura na cidade. Acontece que, mesmo apresentando um espaço capaz de comportar uma quantidade significativa de pessoas, não conseguia, de acordo com a referida reportagem, preencher sua finalidade, uma vez que muitas senhoras que para lá se dirigiam diariamente, não recebiam atendimento, devido ao número insuficiente de funcionários. “Com mais um médico e mais duas auxiliares de dietética, o panorama se modificaria e todas as senhoras poderiam ser atendidas”⁴³⁰, concluía o texto.

A respeito de tal questão veiculada pelo jornal, manifestou-se o prefeito Anacleto Campanella. Conforme noticiado pelo próprio periódico, dias depois da reportagem que fizera, o chefe do Executivo sul-são-caetanense encaminhou para a apreciação da Câmara Municipal projeto de lei que propunha a concessão de autorização à municipalidade para dispender, “a título precário, até a importância de Cr\$500.000,00 com o ‘Posto Aracy Torres Campanella’ [...]”. Na mensagem que acompanhou o aludido projeto, o prefeito apresentara os seguintes argumentos, tendo em vista justificar as razões que afetavam o funcionamento do posto e, conseqüentemente, a importância da aprovação daquela sua proposta por parte da edilidade. No núcleo da questão da ineficácia de tal unidade de puericultura, segundo

⁴²⁸ Ibidem, p. 254-255.

⁴²⁹ FALTA pessoal no posto de puericultura. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 489, primeira página, 15 jan. 1955.

⁴³⁰ Ibidem, primeira página.

ele, estavam os problemas relacionados à escassez de funcionários, medicamentos e leite.

De há muito ressentia-se São Caetano do Sul de um Posto de Puericultura para atender a uma população, cujo crescimento evoluía dia a dia, chegando hoje a êsse assombroso coeficiente demográfico que coloca nossa Cidade em primeiro lugar no Estado.

Esse crescimento deve-se em grande parte às levas de imigrantes do norte do país e de outras vindas do interior do Estado.

Gente trabalhadora, porem falta de recursos e sobretudo, ignorante no trato das gestantes e dos recém-nascidos. Daí o impressionante índice de mortalidade infantil.

Em julho do ano p. findo foi inaugurado o Posto de Puericultura “Aracy Torres Campanella,” estando a cargo do Govêrno Estadual o seu equipamento e lotação do pessoal.

Mas, embora mantivessemos contacto constante com o Departamento Estadual da Criança e com o próprio Governador, o Posto de Puericultura permanecia fechado para desespêro de inumeras mãezinhas que necessitavam de assistência. [...] pusemos, a título precário, um Médico da Municipalidade à disposição daquele Posto, enquanto a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Caetano do Sul contratou os serviços de duas atendedoras.

Um mês após, mais ou menos, isto é, em dezembro último, foi transferida para o referido Posto de Puericultura a Dra. Josette Noronha Melis, lotada no Departamento Estadual da Criança.

Entretanto, persiste a falta de funcionários suficientes e carência de medicamentos, principalmente do leite, alimento indispensavel dos recém-nascidos.

Um médico e duas funcionárias não atendem, absolutamente, as necessidades e não alcançam o objetivo para que foi criado o Posto de Puericultura, pois dois terços dos interessados não são atendidos. E o número dos que se apresentam diariamente àquele Posto é enorme, relativo, aliás, com a população do Município.

[...] ⁴³¹

Em suas justificativas, o prefeito Anacleto Campanella associa o aumento do índice de mortalidade infantil na cidade ao crescimento populacional aí registrado, com a chegada de “levas de imigrantes do norte do país e de outras vindas do interior do Estado”. Atribui, veladamente, a esses migrantes, enquanto “gente ignorante no trato das gestantes e dos recém-nascidos”, a responsabilidade pelo crescimento daquele índice. Sua concepção acerca deles apresenta-se em concordância com a visão preconceituosa que se tinha a respeito das próprias camadas pobres da população. Tendo os seus costumes e hábitos desqualificados por um modo de pensar norteado pelo conhecimento científico, essas camadas populacionais deveriam ter os seus

⁴³¹ NÃO alcança seu objetivo o Posto de Puericultura. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 493, primeira página, 29 jan. 1955.

comportamentos mediados por saberes confiáveis e legítimos, fundamentados por normas provenientes do mundo das ciências, do qual a classe médica era parte integrante. Ressalte-se que a valorização da orientação advinda dos profissionais da saúde não se observava apenas nas situações condizentes ao trato dos recém-nascidos. Ela se impôs também frente a outras circunstâncias que envolviam os segmentos pobres da população da localidade, como, por exemplo, em relação aos seus modos de moradia. Sobre estes, representados por habitações coletivas ou cortiços, incidiam preceitos sanitários que preconizavam o controle de condutas incompatíveis com os hábitos higiênicos propalados por tais preceitos, como revelado no primeiro item do presente capítulo por textos extraídos do *Jornal de São Caetano*.

A temática da infância pobre não era abordada no jornal apenas pelo prisma da mortalidade infantil. O desamparo material que a envolvia era também mensurado por reportagens e textos que divulgavam, por exemplo, a presença diária de crianças pedintes nas imediações da estação ferroviária local em 1952. Protagonistas de “cenas tão degradantes”, tais crianças tinham a sua situação narrada pelo periódico com tamanha dramaticidade, apelo e minúcia (requisitos semelhantes aos da imprensa sensacionalista) que é possível concluir que se intencionava provocar níveis altos de comoção e perturbação junto aos leitores.

[...] a infância é a voz que mais lastima, que mais reclama, que mais implora pela proteção dos governantes
É de amargar o coração o quadro desolador que milhares e milhares de pessoas vêm presenciando nas proximidades da estação ferroviária local. Família inteira, na mais esqualida miséria alguns dos quais completamente despidos, [...], famintos, doentes, a ponto de sucumbirem pela fome, pelo frio, se providencias urgentes [...] não forem tomadas com tempo. Não fossem o gesto filantropico de muitos e muitos passageiros em atenderem ao grito de misericórdia dado por aquela criancinha: **“Dá um dinheiro p’ra minha mãe comprá leite p’ro meu irmãozinho que está doente,”** as infelizes crianças teriam a desventura de permanecerem ali, naquele pequenino espaço da estação, à mercê da fôrme e do frio, mormente nestes dias invernosos que atravessamos.⁴³²

Na sequência, o texto sublinha a solidariedade dos que quase nada possuíam, que se privavam dos “poucos niqueis em benefício daquelas pobres criancinhas [...]”, atitude que, segundo o mencionado texto, faltava “naqueles que com menos sacrifícios”

⁴³² GUZZO, E. O drama da infância desamparada em São Caetano do Sul. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 233, p. 7, 10 mai. 1952.

poderiam cooperar, evitando as “cenas tão degradantes” vivenciadas no centro da cidade pelas crianças desamparadas⁴³³.

O texto evidencia ainda que tal grupo de crianças pedintes era proveniente de fora, ressaltando que as boas condições da cidade eram um chamariz para aqueles que, em vão, almejavam encontrar dias melhores na localidade. No excerto abaixo, evidencia-se a inserção de representações que remetem a um referencial de progresso. Embora o assunto veiculado discorra sobre uma questão que se põe em confronto com o ideal de desenvolvimento construído para São Caetano do Sul, a imagem da urbe pujante infiltra-se, mostrando o seu alcance, dimensão e força.

Enquanto isso, aqueles coitados, nossos irmãos por excelência, que aqui aportam em condições de molambos humanos, continuam a afluir a êste rico... poderoso “Príncipe,” hipnotizados pela justa e humana esperança de encontrarem dias melhores. Mas, logo se dissipa este sonho ao tomarem contato com o nosso asfalto duro e impassível de uma cidade que cresce... cresce vertiginosamente.⁴³⁴

Descritos como famintos, doentes e molambos, o grupo focalizado pela reportagem não era constituído apenas por crianças, mas sim por uma família inteira, como deixa claro em uma das passagens de seu texto. Em uma situação de “esquálida miséria”, àquele grupo restava contar com a caridade dos transeuntes e passageiros que afluíam rumo à estação de trem local.

A partir dos qualificativos expostos acima, a reportagem em foco produziu representações destinadas a realçar as misérias que circundavam as crianças pedintes e suas famílias. Ao construir tais representações, cujos significados denotam um leque de mazelas que lhes furtava a dignidade humana, transformando-as em “molambos”, a reportagem em questão ratifica a condição marginal do grupo, ressaltando as diferenças sociais entre ele e aqueles que, mesmo não possuindo boas condições econômicas, doavam o pouco de seus níqueis aos pedintes.

A narrativa impressa a esse episódio sugere o delineamento das fronteiras sociais realizado pelo texto frente aos marginalizados e aos que estavam inseridos na sociedade urbano-industrial da localidade, sobressaltando os papéis de cada um desses segmentos,

⁴³³ Ibidem, p. 7.

⁴³⁴ Ibidem, p. 7.

enquanto receptores e autores de gestos caritativos e filantrópicos, respectivamente, e legitimando exclusões sociais⁴³⁵.

Cumprе anotar que, nessa conjuntura de exclusão social desvelada pelo jornal, observam-se diferenças em relação ao nível de articulação e projeção de tais gestos para com a infância carente da cidade e as crianças pedintes, que vinham de fora, como fizera questão de destacar o periódico na reportagem analisada. Ao contrário destas últimas, as crianças desamparadas da localidade colocavam-se como beneficiárias de iniciativas filantrópicas institucionalizadas, como a do porte da Campanha do Natal da Criança Pobre de São Caetano do Sul, amplamente divulgada nas páginas do *Jornal de São Caetano*. Embora realizada desde 1945, sob o comando da unidade local da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e de senhoras da sociedade, que recebiam, para levá-la a efeito, apoio dos segmentos industrial e comercial da localidade, além de doações provenientes de particulares, tal campanha passou a usufruir de uma maior visibilidade em 1949, quando fora assinalada, pela primeira vez, a participação da prefeitura sul-são-caetanense na empreitada. No ano seguinte, o respaldo advindo da municipalidade tornou-se mais marcante com a entrada em vigor das leis municipais de números 113 e 115, de 23 e 27 de outubro de 1950, respectivamente, as quais instituíram oficialmente a campanha⁴³⁶.

Em 1953, a prefeitura destinou-lhe 160 mil cruzeiros, selando, em definitivo, a autonomia do projeto em relação à iniciativa privada, embora as contribuições advindas de empresas locais tenham continuado⁴³⁷. Além da presença do poder público municipal e de segmentos da esfera privada, o Natal da Criança Pobre mobilizou o apoio de instituições que se encontravam na vitrine do associativismo de cunho filantrópico na cidade, como o Rotary Club, a Apami e a Sociedade Beneficente Brasil Unido⁴³⁸.

⁴³⁵ A respeito da legitimação de exclusões sociais promovida pela imprensa sensacionalista paulistana, a partir das representações criadas sobre as camadas populares, consultar: ROMERO, Mariza. *Inúteis e perigosos: o Diário da Noite e a representação das classes populares – São Paulo (1950 – 1970)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2008, p. 19. Conforme explica a referida historiadora, o povo aparece, nas páginas desse jornal, “ora como ingênuo, ora como vítima, ora como ignorante ou perigoso; e mais raramente como cidadão.” Em vista disso, o *Diário da Noite* contribuiu para a administração das fronteiras da participação dessas camadas frente às engrenagens da sociedade urbano-industrial, “estabelecendo os nexos entre as representações por ele produzidas e a manutenção da ordem social”.

⁴³⁶ CARVALHO, Cristina Toledo de, *Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)*, p. 115.

⁴³⁷ CREPALDI, Lilian. Natal solidário: ações para inclusão social em São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 38, p. 11-16, dez. 2008, p. 14.

⁴³⁸ CARVALHO, Cristina Toledo de, *Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)*, p. 117.

Cabe ressaltar que a observância de iniciativas filantrópicas e beneficentes na São Caetano dos anos 1950 aponta para questões que evidenciam um ambiente de desigualdades sociais, pobreza, exclusão e marginalidade. Tais iniciativas, além de indicarem a existência desse quadro de problemas, trazem à baila, concomitantemente, dois mundos díspares: o dos doadores, constituído por aqueles que usufruem de projeção socioeconômica; e o dos destinatários ou receptores, formado por uma população carente e à margem da sociedade.

Das relações entre esses dois mundos, emerge, segundo Pierre Bourdieu, um capital simbólico, que, no contexto de um mercado voltado para ações simbólicas, diz respeito ao reconhecimento auferido pelos autores de doações⁴³⁹. Seguindo na mesma linha de raciocínio, Edward P. Thompson esclarece que os atos de doar envolvem “prestígio, subordinação, obrigação e controle social”⁴⁴⁰.

Essas ponderações teóricas clarificam as questões que permeiam a filantropia, ao mesmo tempo que ajudam a explicar o quão interessante é a sua promoção em termos de ganhos simbólicos por parte daqueles que a praticam. Na medida em que criam condição para o controle social, as iniciativas filantrópicas também operam no sentido da manutenção de uma ordem, permanecendo o seu “receptor na condição de dependente do doador”⁴⁴¹.

Como citado mais acima, a Sociedade Beneficente Brasil Unido apresentou-se entre as instituições colaboradoras do Natal da Criança Pobre. Fundada no dia 2 de julho de 1950, em São Caetano do Sul, com o propósito de prestar assistência⁴⁴² a migrantes nordestinos que chegavam à cidade, tornou-se, desde então, presença constante em edições do *Jornal de São Caetano*, que, entre outros assuntos, divulgavam notícias relacionadas ao expediente da instituição, como datas de reuniões e a realização de eventos e de eleições para a composição de sua diretoria.

⁴³⁹ BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996, p. 175.

⁴⁴⁰ THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 245.

⁴⁴¹ GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Introdução e Capítulo 1 apud VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 117-136, jan./jun. 2008, p. 128. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi16/topoi16a5.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2020.

⁴⁴² A assistência prestada pela Sociedade Beneficente Brasil Unido a migrantes nordestinos instalados em São Caetano estava firmada em uma política de amparo que compreendia ações de natureza mutualista e filantrópica. Para mais informações sobre as atividades dessa entidade e a respeito de outros aspectos que marcaram a sua história na cidade, pesquisar: CARVALHO, Cristina Toledo de, *Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)*.

A sua criação, fruto das articulações de um grupo de 13 nordestinos⁴⁴³ bem posicionados na sociedade local e com uma boa situação socioeconômica, ratifica a existência de uma listagem de problemas com a qual os migrantes originários da região Nordeste se depararam em seu processo de instalação e em suas outras múltiplas experiências em São Caetano do Sul. Entre as principais questões enfrentadas por eles em seu novo contexto de vivências, estavam as referentes à moradia, à inexistência de documentos necessários à sua inserção no mercado de trabalho e a um conjunto outro de carências, quer pela falta de condições materiais (que precarizavam, consideravelmente, sua situação de saúde), quer pelo baixo (para não dizer ausente) grau de escolaridade. Conforme endossa Raimundo da Cunha Leite, um dos fundadores da Brasil Unido e seu presidente na gestão 1954-1955, os nordestinos instalados na cidade

[...] defrontaram-se com situações constrangedoras. Falta de moradia e dificuldades na obtenção de emprego foram alguns dos problemas, [...] pela baixa qualificação [...] Tudo isso levava aquela [...] gente a um verdadeiro estado de miserabilidade [...]⁴⁴⁴

A observância desse círculo de problemas tendia a adquirir contornos ainda mais graves em face do cenário conjuntural da localidade, que, no início da década de 1950, período correspondente ao engatinhar de sua caminhada como município, apresentava um nível de estruturação incipiente, o que conferiu sentido e importância à promoção da filantropia na urbe, enquanto prática institucionalizada e organizada em volta de entidades como a Brasil Unido, como já discutido. Se, por um lado, a atuação desta mostrava-se como um meio possível de supressão de lacunas resultantes da ausência ou da presença pouco significativa do poder público municipal em áreas prioritárias, por outro, fazia aflorar os mecanismos de poder dinamizadores de suas ações filantrópicas, deflagrando relações verticalizadas que enfatizavam as diferenças entre os promotores de tais ações e o grupo ao qual elas se destinavam.

⁴⁴³ Os 13 nordestinos que constituíram o grupo em questão foram: Jorge de Souza Muniz Ferreira, Humberto Fernando Forte, Oséas Fialho, Arthur Estrella de Souza, Francisco Afonso Carvalho, Orlando Souza, Antônio Pereira Pontes, Aprígio Bernardino de Salles, Pedro Hermenegildo, Bernardino Borges de Salles, José Bernardino Cunha, Everaldino Alves de Carvalho e Caio Estrella de Souza. Esse grupo foi responsável pelo lançamento do chamado “movimento de confraternização de nortistas,” expressão nascida para designar o esforço inicial daqueles 13 homens no sentido de levar a efeito proposta de promoção de amparo junto a migrantes nordestinos estabelecidos em São Caetano do Sul. Na reunião realizada no dia 2 de julho de 1950, convocada pelo grupo para a discussão da aludida proposta, foi criada a Sociedade Beneficente Brasil Unido. *Ibidem*, p. 34.

⁴⁴⁴ CUNHA LEITE, Raimundo da. Dois de julho de 1950: nascia a Sociedade Brasil Unido. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 22, p. 68-71, dez. 2000, p. 68.

Um artigo de autoria do médico Manoel Gutierrez Durán⁴⁴⁵, integrante do rol de articulistas colaboradores do *Jornal de São Caetano*, ao discorrer acerca das demandas de atendimento dirigidas ao Pronto-Socorro Municipal, ressalta que boa parte delas provinha de nordestinos, o que atesta a sua presença maciça na cidade.

Si São Paulo é a “cidade que mais cresce no mundo,” S. Caetano do Sul é o município de maior aumento vegetativo no Continente. Poucas cidades haverá, talvez, no Universo, que apresentem um crescimento demográfico de tal forma impressionante; não devido ao crescimento normal de sua população estável mas, e principalmente, às levas imensas, de retirantes que, dia-a-dia, chegam ao “Príncipe dos Municípios.” [...] não há nada como um Pronto Socorro para se medir a intensidade dos movimentos sociais especialmente das camadas menos favorecidas. Em 3 meses de serviço: atendemos a mais de 1.800 consultas. Pois bem: cerca de 75% era gente do Nordeste. [...] O Pronto Socorro, algumas manhãs, nem parece uma repartição de S. Caetano do Sul – Estado de São Paulo – parece um Pronto Socorro de Garanhuns, Caruarú, [...] ou Palmeira dos Índios.⁴⁴⁶

No citado texto, o médico Gutierrez Durán salienta também alguns dos problemas enfrentados pelos migrantes já em seu longo percurso em direção a São Paulo, o que, segundo ele, comprometia o estado de saúde dos mesmos. Com a chegada a São Caetano, as más condições de vida às quais eram submetidos agravavam ainda mais a situação, expõe.

Essa gente bôa e simples que, fugindo à calamidade da sêca, vem para o Sul cair em outra calamidade maior: a do desemprego e da desambientação. [...]

Procuramos tender a todos com desvelo. E as queixas que ouvimos são sempre as mesmas. Dez, doze, quinze dias de viagem, sem comida suficiente, sem dormir, sem nada. São depois largados à sua propria sorte, enfrentando costumes diferentes, comidas diferentes, e com as mesmas dificuldades de trabalho, criando problemas difíceis para a propria administração municipal.⁴⁴⁷

⁴⁴⁵ Manoel Gutierrez Durán nasceu em Sevilha, na Espanha, em 18 de junho de 1912. Chegou ao Brasil quando contava apenas com um ano. Gradou-se em 1936 pela Faculdade de Medicina e Cirurgia da Universidade de São Paulo. Em território sul-são-caetanense, exerceu a profissão durante uma boa parte de sua vida, clinicando na Rua Pará, 205, e, posteriormente, na Rua Manoel Coelho, 500. Era rotariano, chegando a ocupar diferentes funções, como as de governador de distrito e de conselheiro do Rotary Internacional. Foi ainda médico de uma das indústrias mais antigas da cidade, a PAN (Produtos Alimentícios Nacionais), além de diretor de Saúde da prefeitura local. Faleceu em São Caetano do Sul em 1991. XAVIER, Sônia Maria Franco. Manoel Gutierrez Durán. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 5, p. 83-84, jul. 1991.

⁴⁴⁶ DURÁN, Manoel Gutierrez. Beliscos e piparotes. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 483, primeira página, 18 dez. 1954.

⁴⁴⁷ *Ibidem*, primeira página.

É interessante registrar que a ponderação feita em relação aos problemas criados ao poder público municipal pela presença dos migrantes ressalta a ideia de que a prática filantrópica impunha-se como necessária diante da realidade conjuntural da incipiência daquele poder, justificando a institucionalização de ações beneficentes como as empreendidas pela Brasil Unido. Esta, frente a tal quadro, projetou-se na sociedade local, usufruindo de ganhos simbólicos, como os representados por situações de prestígio, reconhecimento ou notoriedade⁴⁴⁸.

A fala do médico Manoel Gutierrez Durán, veiculada pelo texto ora em análise, traz ainda para a discussão o assunto relativo às concepções acerca do migrante nordestino. Representado como “gente boa e simples” em tal texto, o migrante aí aparece como vítima da “calamidade da seca”. Essa visão dialoga com as representações difundidas por outros textos publicados pelo *Jornal de São Caetano*, como o que divulgara a participação daquela instituição na campanha lançada, no início de 1953, pelo então governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, para a arrecadação de donativos em prol dos moradores do Nordeste. Campanha esta que, segundo o próprio título da notícia, tratava-se de uma iniciativa eficiente “para angariar fundos para os flagelados”⁴⁴⁹.

Ao conceber os nordestinos como “flagelados,” o *Jornal de São Caetano* colocava-se em consonância com um discurso de amplitude nacional, cujo teor assentava-se na imagem do nordestino enquanto um ser vitimado pela pobreza e pelas condições naturais adversas de sua região de origem. De acordo com Odair da Cruz

⁴⁴⁸ Os ganhos simbólicos usufruídos pela Sociedade Beneficente Brasil Unido, representados por situações de prestígio, reconhecimento e notoriedade, podem ser avaliados pelo fato de alguns de seus fundadores e membros de sua cúpula administrativa terem se enveredado pela vida pública, trilhando um caminho de engajamento político-partidário na cidade. Entre esse grupo, estavam: Orlando Souza, vereador em duas legislaturas municipais: 1953-1957 e 1957-1961; Humberto Fernando Forte, presidente do Diretório Municipal do Partido Social Progressista (PSP), no início da década de 1950; Bernardino Borges de Salles, um dos fundadores e conselheiro do Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), legenda pela qual foi suplente de vereador durante a segunda legislatura municipal (1953-1957), além de ter militado em outros partidos políticos da época, como Partido Republicano Trabalhista (PRT), Partido Trabalhista Nacional (PTN) e Movimento Trabalhista Renovador (MTR); Luiz Dias da Silva, vereador na segunda legislatura do município, pelo PSP; e Raimundo da Cunha Leite, um dos fundadores do Diretório do PTB em São Caetano e presidente do Diretório Municipal do PTN, a partir de meados dos anos 1950. Foi também vereador em duas legislaturas municipais pelo PTN: 1961-1965 e 1965-1969. Elegeu-se ainda prefeito pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em novembro de 1976, para um mandato que se iniciaria em 1º de fevereiro de 1977. Ao falar de sua carreira política, Raimundo da Cunha Leite reconhece: “a Brasil Unido [...] serviu como alavancamento fortíssimo na minha vida pública [...]” CUNHA LEITE, Raimundo da. Memórias – Raimundo da Cunha Leite (1923-1993). São Paulo; São Caetano do Sul: Alendaarte, 2002, p. 55 apud CARVALHO, Cristina Toledo de, *Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)*, p. 42.

⁴⁴⁹ AUXILIA a S.B.B.U os Nordestinos: eficiente campanha destinada a angariar fundos para os flagelados. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 304, primeira página, 7 mar. 1953.

Paiva, essa imagem ganhou visibilidade a partir da década de 1930, sendo construída para respaldar interesses não só das elites nordestinas, mas também de grupos agrários e industriais paulistas. Tal imagem, representativa de um Nordeste do atraso, “[...] não se constrói apenas a partir do Nordeste, assegura ele, estrutura-se também fora dele: no sul do país”⁴⁵⁰. Nesta perspectiva, as condições naturais da região foram apropriadas para conceder explicação a questões e problemas sociais que afligiam sua população. A seca, assim,

passa a ser o mote explicativo e privilegiado para a pobreza e o flagelo daquelas populações

[...]

Assim, a recorrência de longos períodos de seca não só explicava as agruras da população nordestina, mas deslocava para a natureza problemas sociais não criados, ao menos não prioritariamente, por ela, mas pelos próprios sujeitos sociais.

A força da criação desse Nordeste natural, principalmente a partir dos anos 30, se deu pela funcionalidade que ele possuía para a dinâmica de acumulação capitalista no Centro-Sul, por um projeto modernizador-autoritário implantado pelo Estado Vargasista e pela própria dinâmica da economia nordestina.⁴⁵¹

Cumprido destacar que essa imagem do atraso que se construía em torno do Nordeste e de seu povo, reverberada, de forma mais contundente, junto aos migrantes que se dirigiam a São Paulo, teve suas representações, entre expressões e designativos mais comumente utilizados, apropriadas pela cúpula diretiva da Brasil Unido. Desta feita, não só a imprensa, por meio do *Jornal de São Caetano*, reproduzia, na cidade, os preconceitos e estereótipos constituidores de narrativas e discursos representativos de grupos de migrantes nordestinos. Uma análise cuidadosa da documentação produzida pela instituição permite o acesso a enunciados que compõem, em diálogo com aquela imagem do Nordeste do atraso, a visão da instituição sobre os amparados por suas iniciativas beneficentes.

Nos registros que integram o seu Livro de Beneficências, por exemplo, a descrição de uma prática filantrópica era normalmente acompanhada por termos destinados a expor a situação de miserabilidade material na qual o migrante receptor

⁴⁵⁰ PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil Moderno (1930-1950)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 200.

⁴⁵¹ *Ibidem*, p. 200-202.

encontrava-se inserido⁴⁵². Dos referidos registros, emergem, repetidamente, expressões como “estado de necessidade”, “situação aflitiva” e “extrema penúria”⁴⁵³.

À imagem do nordestino miserável e flagelado pela seca acoplaram-se outras⁴⁵⁴, que, em razão de seus sentidos igualmente pejorativos e repulsivos, ajudaram a reforçar os preconceitos e estereótipos concernentes ao Nordeste e à sua gente⁴⁵⁵. Entre tais imagens, encontra-se a que representa o nordestino como portador e transmissor de doenças. Destas, recebeu bastante atenção junto aos meios da saúde pública e da imprensa a esquistossomose, que, embora tenha chegado, provavelmente, ao Estado de São Paulo ainda na primeira metade do século XIX, durante o auge da economia cafeeira, a sua visibilidade somente adquiriu latos contornos entre os anos 1940 e 1950, por ocasião, dentre outras questões, do interesse do segmento médico brasileiro em relação ao estudo da patologia⁴⁵⁶.

Passou-se a atribuir à migração a causa pelo aparecimento de casos da doença no Estado, “[...] sobretudo por conta da chegada dos nordestinos”⁴⁵⁷. Em 1953, um levantamento publicado pelo Instituto Adolfo Lutz apontava a questão migratória como a grande responsável pelo problema da esquistossomose em São Paulo.

É do conhecimento geral a intensidade do movimento imigratório originário de estados pertencentes às zonas geográficas Nordeste e Leste do país e que tem como meta o estado de São Paulo [...] Através da corrente imigratória, foi a esquistossomose introduzida [...] em

⁴⁵² CARVALHO, Cristina Toledo de, *Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)*, p. 147.

⁴⁵³ *Ibidem*, p. 147.

⁴⁵⁴ À imagem do nordestino miserável e flagelado pela seca acoplaram-se outras, como, por exemplo, a que o representava como um ser violento. Mariza Romero, em sua tese de Doutorado, dedica espaço às discussões sobre o modo como o *Diário da Noite* contribuiu para a construção imagética do nordestino violento e irracional. De acordo com ela, tal jornal, além da veiculação das representações do nordestino indigente, mendigo, molambo e farrapo, produziu uma outra representação: a do nordestino criminoso. Essa imagem, conforme esclarece a historiadora, foi meticulosamente construída a partir da repetição, quase que diária, de notícias que privilegiavam textos curtos e uma linguagem incisiva, delas emergindo o nordestino homicida. Além disso, segundo ela, o *Diário da Noite*, em seus relatos de crimes, só destacava a procedência do criminoso quando este era de origem nordestina, “sendo os crimes cometidos por eles, invariavelmente, os mais graves: os de homicídio.” ROMERO, Mariza, *op. cit.*, p. 207-210.

⁴⁵⁵ Para o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, os preconceitos e estereótipos concernentes ao Nordeste e à sua gente não constituem “produto de um desvio de olhar ou fala, de um desvio no funcionamento do sistema de poder, mas [são – grifos meus] inerentes a este sistema de forças e dele constitutivos. O próprio Nordeste e os nordestinos são invenções destas determinadas relações de poder e do saber [...] Tentar superar este discurso, estes estereótipos imagéticos e discursivos acerca do Nordeste, passa pela procura das relações de poder e de saber que produziram estas imagens e estes enunciados clichês, que inventaram este Nordeste e estes nordestinos”. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de, *op. cit.*, p. 31.

⁴⁵⁶ MOTA, André. A cidade como artefato: os nordestinos e a esquistossomose na cidade de São Paulo, 1940-1970. In: AVELINO, Yvone Dias; MATOS, Maria Izilda Santos de; MONTEIRO, Arlete Assumpção (Orgs.), *op. cit.*, p. 28.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, p. 28.

nosso estado, [...] O perigo potencial que a referida imigração representa tem sido objeto de repetidas advertências de nossos pesquisadores [...]”⁴⁵⁸

O assunto, pela proporção adquirida e pelos debates alimentados, os quais não hesitavam em imputar aos nordestinos a responsabilidade pelo avanço da doença em São Paulo, repercutiu em território sul-são-caetanense, motivando, aliás, a elaboração da tese apresentada pelo então vereador de São Caetano do Sul, Orlando Souza, no V Congresso Nacional de Municípios, realizado em Recife (PE), entre os dias 1º e 8 de dezembro de 1959. Integrante do grupo que lançara a proposta de congregação e amparo junto a migrantes nordestinos instalados na cidade, a qual acarretaria a criação da Sociedade Beneficente Brasil Unido, Orlando Souza teve sua tese rejeitada pelas comissões técnicas do evento por ter sido considerada “afrontosa ao Nordeste”. Preconizava ela, na esteira das discussões alusivas à proliferação da esquistossomose na capital e em outras cidades do Estado de São Paulo, o selecionamento de migrantes com destino à região.

[...] A tese foi debatida na terceira comissão, foi rejeitada, unanimemente, por mais de dez congressistas, inclusive, por um representante de São Paulo que afirmou [...] que [os nordestinos – grifos meus] têm merecido o título de “os melhores operários do mundo” por parte da Usina Salto Grande [...]

Diversos oradores que se ocuparam do trabalho do vereador de São Caetano propuseram a rejeição dessa matéria, alegando que era afrontosa ao Nordeste, principalmente quando solicita exames rigorosos de saúde, para os emigrantes de Caruaru e Garanhuns, considerando pelo edil, como “causas da expansão da esquistossomose e outras epidemias.”⁴⁵⁹

4.3 Mendigos, engraxates e vendedores ambulantes “infestam” as ruas centrais da cidade

Na década de 1950, a região central de São Caetano, sobretudo a área situada nas proximidades da estação ferroviária, foi tema de inúmeras discussões no *Jornal de São Caetano*, que noticiava e debatia questões como as relacionadas ao trânsito moroso

⁴⁵⁸ CORRÊA. *Revista do Instituto Adolfo Lutz*, v. 13, n. 1-2, p. 91, 1953 apud MOTA, André. A cidade como artefato: os nordestinos e a esquistossomose na cidade de São Paulo, 1940-1970. In: AVELINO, Yvone Dias; MATOS, Maria Izilda Santos de; MONTEIRO, Arlete Assumpção (Orgs.), op. cit., p. 28-29.

⁴⁵⁹ Texto extraído de jornal não identificado (1959), cuja reprodução faz parte do acervo pessoal de Maria Evani de Souza, filha de Orlando Souza.

e às estreitas calçadas das ruas de tal região. A presença de mendigos, engraxates e vendedores ambulantes nas principais vias do centro da cidade foi outro assunto sobre o qual o periódico se debruçou com afinco, ao abordar os problemas que assolavam essa região da urbe. Nos materiais que publicava a respeito, ressaltava a nocividade da presença daqueles sujeitos, atribuindo-lhes a responsabilidade pela emergência, no cotidiano de São Caetano, de uma cidade atravancada. Sua “infeliz população”, no caminho rumo ao trabalho, precisava, conforme relatara o articulista Theophilo de Souza Carvalho, “dar pulos de macaco para conseguir se pôr a salvo dos impecilhos plantados à sua passagem”⁴⁶⁰.

Segundo ele, entre os “empecilhos” que dificultavam a circulação de pedestres no centro sul-são-caetanense estavam desde caixas de engraxates e bancas de jornal até carrinhos de pipoca e sorvete.



Imagem 16 - Nesta imagem da Avenida Conde Francisco Matarazzo, aparecem dois vendedores ambulantes. Em segundo plano, a banca de jornal de Cesário Migliani. Destaque para os impressos comercializados, que aparecem expostos, provisoriamente, no gradil
Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

⁴⁶⁰ CARVALHO, Theophilo de Souza. Drama cotidiano numa cidade atravancada. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 171, última página e p. 2, 3 fev. 1951, p 2.

Além dos engraxates, bastante frisados pelo articulista, outros grupos, como o dos cobradores de ônibus e de “alguns indivíduos sem serviço”, foram mencionados como responsáveis pela aglomeração verificada no centro da cidade. A Avenida Conde Francisco Matarazzo, uma das principais vias da área central da urbe, enquanto palco de toda a movimentação reclamada, não escapara das críticas encaminhadas por Theophilo Carvalho, que alegava: “A avenida Conde F. Matarazzo, no trecho da esquina da rua João Pessoa até a Heloisa Pamplona, já deixou de ser um caso de trânsito atravancado para ser um verdadeiro caso de polícia [...]”⁴⁶¹.



Imagem 17 - Avenida Conde Francisco Matarazzo, em uma parte do trecho destacado por Theophilo Carvalho em seu texto. Destaque para as antigas cancelas da Estação Ferroviária de São Caetano. Foto de 1956, aproximadamente
Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

O seu discurso, nesse item, sugere uma pretensão de controle frente àqueles grupos destacados, criando condição para a produção e o endosso de concepções preconceituosas acerca deles, como as tendentes a vê-los como perigosos e ameaçadores da ordem, estopim para a instauração de sua chamada criminalização simbólica. Como esclarece Teresa Pires do Rio Caldeira, esta se mostra como “um processo social

⁴⁶¹ Ibidem, última página.

dominante e tão difundido que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo, ainda que ambigualmente”⁴⁶².

Campo fértil para a legitimação de ações coercitivas e de enquadramento, a criminalização simbólica de grupos de marginalizados desencadeia também um ambiente propício para a propagação de ideias e iniciativas de ocultamento de sua presença indesejável na cena urbana. Tal se evidencia na proposta que Theophilo de Souza Carvalho divulga em tom de questionamento em um outro trecho de seu artigo, conforme segue:

Não seria o caso de se fazer uma limpêsa em regra naquelas vias, mudando até a direção do movimento de veículos, para facilitar o trânsito?
Estão com a palavra a Prefeitura, a Polícia e os incomodados.
[...]⁴⁶³

De caráter higienista, a mencionada proposta conclama um posicionamento a respeito do assunto não só da administração municipal, mas também do poder policial, enfatizando a coerção e a coibição frente ao que se desejava apagar ou esconder na região central da cidade: a aglomeração de sujeitos que se afinavam com uma São Caetano caótica e atravancada por engraxates, vendedores ambulantes, indivíduos sem serviço e pedintes. Uma cidade “kafkiana”. Utilizado por José de Souza Martins para enfatizar a condição da cidade de “lugar das coisas inexplicáveis”⁴⁶⁴, tal adjetivo é aqui apropriado com o intuito de realçar outros atributos citadinos, que se coadunam com as demais possibilidades de sentido que a palavra comporta e com o cenário da região central sul-são-caetanense descrito acima. Um cenário que fez da urbe de São Caetano, no início dos anos 1950, o lugar do caos, do imponderável e do absurdo. Uma “cidade atravancada”. Uma cidade “kafkiana”.

No que concerne aos pedintes, o texto em tela reservou-lhes, em parágrafo exclusivo, uma referência, denotando, tacitamente, o quanto a sua presença era também incômoda: “Si continuarem as coisas como vão, bem cedo a feira-livre também se

⁴⁶² CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000, p. 10.

⁴⁶³ CARVALHO, Theophilo de Souza, *Drama cotidiano numa cidade atravancada*, p.2.

⁴⁶⁴ Essa particularidade, segundo José de Souza Martins, opõe a cultura urbana típica à cultura caipira, onde “tudo está ordenado e explicado.” MARTINS, José de Souza, *Moleque de fábrica: uma arqueologia da memória social*, p. 182.

localizará no ponto incriminado. Ali já temos de tudo o que há nas feiras: até os pedintes de esmolas!”⁴⁶⁵.

A mendicância é um dos temas que se apresentam entre as pautas de reportagens e artigos do *Jornal de São Caetano* anunciadores da outra face da imagem pujante construída em torno da urbe. Abordada ora de forma complacente e piedosa, ora de modo crítico e denunciador, a questão da mendicância firmou-se dicotomicamente nas páginas do periódico. Este, assim, tratava de distinguir os falsos mendigos daqueles cujas mazelas causavam um misto de horror, repugnância e pena.

O mendigo que despertava tais sentimentos é o que aparece referenciado na reportagem assinada por Edmundo Guzzo, a qual versa sobre “os absurdos” verificados no centro da cidade, dialogando com o texto analisado acima, de autoria de Theophilo Carvalho, em termos das discussões aventadas acerca do trânsito dificultoso nas ruas daquela região, em razão, sobretudo, da presença numerosa de marginalizados e de “bancas-comerciais”. Entre o grupo de marginalizados, o destaque maior, na reportagem de Guzzo, é concedido aos mendicantes.

[...]

Nossas ruas já por natureza são demasiadamente estreitas, notadamente as calçadas do centro da cidade, de modo que com o progresso crescente de nosso “príncipe,” não satisfazem mais para o descongestionamento do trânsito e do livre desembarço dos pedestres. Estes, dessa maneira são obrigados a transitarem pelas ruas, pois os passeios são ocupados por várias bancas-comerciais e engraxates que se estendem por todo o trecho da [...] Av. Conde Matarazzo. Depois os pobres mendigos dando asas aos seus sofrimentos sentados ao chão, pernas nuas, estirados ao largo das calçadas, expondo suas misérias físicas e morais. [...]⁴⁶⁶

Nesse texto, a descrição reservada aos “pobres mendigos” destoa, drasticamente, da veiculada por uma reportagem que denunciou a falsa mendicância em São Caetano. Intitulada *Ação contra os vagabundos*, tal reportagem mostra, de maneira explícita, o falso mendigo enquanto um caso a ser tratado pela polícia, passível de repressão e ajustamento, segundo os termos do que era prescrito como vadiagem ou vagabundagem.

Em visita que casualmente fez a reportagem do “Jornal de São Caetano” ao Pronto Socorro Municipal de nossa cidade, tivemos oportunidade de presenciar um fato lamentável. Uma senhora de cor

⁴⁶⁵ CARVALHO, Theophilo de Souza, *Drama cotidiano numa cidade atravancada*, p. 2.

⁴⁶⁶ GUZZO, Edmundo. Urge a remoção de absurdos que a cidade possui. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 243, última página, 19 jul. 1952.

que é vista pedindo esmolas nas ruas centrais, encontrava-se em uma das dependências dessa unidade sanitária completamente embriagada, recebendo injeções e outros medicamentos a fim de voltar a si. O jornalista evidentemente extranhou o fato, pois, essa senhora embriagada estava – vamos empregar o termo – estava roubando o lugar de um doente que tem necessidade de ser medicado.

Posteriormente indagando diversas pessoas ficamos sabendo que casos como esse sucedem pelo menos uma vez por semana. A pessoa que nem sequer reside em São Caetano do Sul toma uma condução e vem para cá pedir esmolas. Consegue algum dinheiro que consome em pinga [...]

Atitude completamente oposta e que é a exata em nosso entender, vem tomando a cidade de Campinas, onde se desencadeia uma forte ação contra a vagabundagem. Lá o Delegado de Polícia iniciou há poucos dias uma severa campanha de repressão à vadiagem e aos indivíduos mal educados que deliberadamente provocam e perturbam os transeuntes.

As duas notícias estão aí, compiladas nesta nossa ‘nota’, a fim de que as autoridades verifiquem o que fazemos em São Caetano do Sul e o que está fazendo Campinas. Não seria o caso de imitarmos a bela cidade campineira e acabar de uma vez com esses falsos mendigos que não passam de vagabundos, aos quais só cabe a cadeia? Esperamos que as autoridades locais estudem com carinho este assunto.⁴⁶⁷

O texto apresenta elementos que permitem o esboço da figura do falso mendigo, cujas principais características pairam sobre questões que, entre outros pontos, revelam o preconceito atinente à cor da pele: “uma senhora de cor”. A esta informação, seguem-se outras, que corroboram também a composição e a estigmatização do perfil daqueles que praticavam a falsa mendicância, enquadrados como vagabundos, aos quais só cabia a cadeia, como expôs a reportagem. Entre tais informações, estão as que apontam para o mau emprego das esmolas recebidas, destinadas à compra de bebida alcoólica (pinga), a consequente embriaguez e a procedência do falso mendigo, que se apresenta como um forasteiro, uma “pessoa que nem sequer reside em São Caetano do Sul”.

A proposta de se promover a repressão da falsa mendicância coercitivamente mostra o quanto questões sociais eram tratadas como casos de polícia, sendo enquadradas, de forma genérica, como vadiagem, por fugirem dos parâmetros comportamentais tidos como desejáveis, segundo as prescrições contempladas em um aparato de normas, leis e costumes. Assim, não só os falsos mendigos deveriam receber tratamento policial, de acordo com o texto em análise, mas todos “os indivíduos mal educados que deliberadamente provocam e perturbam os transeuntes”.

⁴⁶⁷ AÇÃO contra os vagabundos. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 504, primeira página, 12 mar. 1955.

Todos que destoassem da ordem estabelecida ou dos padrões da vida moderna deveriam ser afastados do convívio social, como discute Maria Helena Capelato em seu estudo sobre a imprensa paulista da primeira metade do século passado. Conforme elucidada, as propostas voltadas para grupos de marginalizados, como a de internação de mendigos em asilos ou cadeias,

visavam isolar da sociedade a parte considerada doente. A presença dos marginais nas ruas oferecia a todos um espetáculo de pobreza que representava a negação da imagem social projetada pelos dominantes: de equilíbrio e paz.⁴⁶⁸

A dualidade que abrangia a mendicância não impedia que a finalidade do isolamento social, almejada por iniciativas de coibição a ela, fosse dirigida para as duas categorias de mendigo, embora de maneiras distintas. Aos falsos mendigos ou “profissionais”⁴⁶⁹ do esmolar reservava-se a cadeia; e aos verdadeiramente necessitados, a reclusão em asilos.

Durante a primeira legislatura do município de São Caetano do Sul, ocorrida entre 1949 e 1953, a questão da falsa mendicância já estava em debate no plenário da Câmara local, como pode ser atestado pela solicitação encaminhada pelo vereador Armindo Ortega Martins no sentido da adoção de providências que pudessem “coibir o abuso de falsos mendigos na cidade”⁴⁷⁰.

Se, em relação ao assunto da falsa mendicância, a utilização de mecanismos jurídico-coercitivos para reprimi-la mostrou-se apenas como uma possibilidade (visto que, em 1955, medidas policiais frente a tal questão eram ainda cobradas das autoridades da localidade), no que tange aos engraxates, a situação foi conduzida de outra forma. A promulgação da Lei Municipal de n. 211, de 26 de dezembro de 1951, não deixa mentir.

Com o propósito de controlar a presença deles nas ruas centrais e em outras vias da cidade, a aludida lei determinou, em seu artigo 1º, que “a profissão de engraxate ambulante” só poderia ser exercida mediante prévia licença e nas condições estipuladas

⁴⁶⁸ CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 133.

⁴⁶⁹ Por meio de tal designação, o *Diário da Noite* referia-se aos falsos mendigos, àqueles “que encontraram uma maneira fácil de ganhar dinheiro, explorando os sentimentos alheios”. O tema da mendicância foi abordado pelo jornal ao longo da década de 1950, tendo como eixo de sua argumentação “a clássica oposição entre o verdadeiro e o falso mendigo [...]”. A despeito dessa dicotomia, denunciou, sistematicamente, a questão da mendicância, principalmente como fraude. ROMERO, Mariza, op. cit., p. 184-186.

⁴⁷⁰ ALMEIDA, Nelson Martins de (Org.), op. cit., sem paginação.

por ela⁴⁷¹. Em seu artigo 3º, estabelecia uma taxa anual no valor de Cr\$100,00 para a emissão de licenças relativas ao exercício das atividades do ofício na região central de São Caetano. Para as zonas urbana, suburbana e rural⁴⁷², os valores prescritos eram, respectivamente, Cr\$80,00 e Cr\$50,00. Quando o solicitante era menor de 18 anos, esses valores sofriam uma redução de 50%, esclarecia a lei⁴⁷³. Esta, nos termos de seu artigo 4º, proibia o exercício das atividades de engraxate aos menores de 14 anos. Estes, em nenhuma hipótese, seriam licenciados, dizia o mencionado artigo⁴⁷⁴.

Na qualidade de região mais movimentada da urbe (o que explica o valor mais elevado da taxa de licenciamento alusivo a ela), o centro sul-são-caetanense teve algumas de suas ruas contempladas pela lei em questão. Nelas, seria, portanto, permitida a presença de “engraxates ambulantes”. Estas foram as vias públicas da área central da cidade onde eles podiam circular e praticar o ofício, de acordo com o artigo 5º da lei⁴⁷⁵:

- 1) Travessa São José - lado direito da rua, junto à cerca da Estrada de Ferro Santos a Jundiáí;
- 2) Rua Conselheiro Antônio Prado – lado direito da rua;
- 3) Rua Manoel Coelho – lado direito da rua, junto à parede da linha de transmissão da Light and Power;
- 4) Praça Cardeal Arcoverde – lado direito da praça;
- 5) Rua Dr. Rodrigues Alves – lado esquerdo, junto à esquina da Rua Perrella.

Com o intuito de proteger os interesses das engraxatarias⁴⁷⁶ estabelecidas na cidade, a Lei n. 211 vetou aos engraxates ambulantes o exercício de suas atividades a

⁴⁷¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Lei Municipal n. 211*. São Caetano do Sul, 26 dez. 1951. Disponível em: <<http://administracaoeb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/12622.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2020.

⁴⁷² Embora a Lei de n. 211 tenha proposto a cobrança de taxas para a emissão de licenças aos engraxates, cujos valores variavam de acordo com as zonas territoriais nas quais atuariam (central, urbana, suburbana e rural), o assunto relativo ao zoneamento da cidade seria regulamentado, em caráter oficial, apenas em 1954, quando da promulgação da Lei de n. 485, de 4 de outubro. Por força das disposições de seu artigo 1º, o município de São Caetano do Sul passaria a dividir-se em três zonas, a saber: residencial, comercial e industrial e rural. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Lei Municipal n. 485*. São Caetano do Sul, 4 out. 1954. Disponível em: <<http://administracaoeb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/12392.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

⁴⁷³ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL, *Lei Municipal n. 211*, 26 dez. 1951.

⁴⁷⁴ *Ibidem*.

⁴⁷⁵ *Ibidem*.

⁴⁷⁶ Na relação de estabelecimentos comerciais em atividade na cidade, em 1952, apresentada pelo almanaque *Isto é São Caetano do Sul*, não constam engraxatarias. Todavia, Narciso Ferrari, em seu texto

menos de 50 metros daqueles estabelecimentos, como previa o parágrafo segundo de seu artigo 5º. Além de tal restrição, a lei impedira também que eles exercessem o ofício em um ponto distinto do referente à área para a qual estavam licenciados, sob pena de multa no valor de Cr\$100,00 a Cr\$200,00. Na hipótese de reincidência na infração dessa determinação, o engraxate ambulante deveria arcar com um valor elevado ao dobro daqueles estipulados, de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 6º da dita lei.

A repressão prevista não parou por aí. O artigo 7º previa a apreensão do material do engraxate que não estivesse licenciado. O artigo 8º, por outro lado, prescrevia multa de Cr\$30,00 a Cr\$60,00 àqueles que não mantivessem “em condições de higiene e limpeza” os locais de trabalho.

Para viabilizar e tornar mais efetivo o controle do poder público municipal sobre eles, a lei, em seu artigo 9º, exigia a fixação de placas de metal numeradas nas suas respectivas caixas de trabalho e junto ao seu peito, de modo que fosse possível identificá-los enquanto engraxates ambulantes licenciados pela prefeitura. Aos que não estivessem portando tal identificação era determinada a cobrança de uma multa no valor de Cr\$50,00 a Cr\$200,00, “elevada ao dobro na reincidência”, preceituava o parágrafo único daquele artigo.

A relação dos engraxates licenciados era encaminhada pela administração municipal à Delegacia de Polícia local, informa o artigo 11 da referida lei, a qual também assegurava à prefeitura a prerrogativa da realização de exame de sanidade, sempre que se renovava a licença dos engraxates ambulantes.

A série de restrições, penas e determinações que previa a Lei Municipal 211 atesta o quão rígido pretendia ser o controle do poder público municipal sul-são-caetanense frente a tal grupo. A tentativa de enquadrá-lo em situações que estavam em conformidade com modelos ou padrões comportamentais considerados aceitáveis pela cúpula política local sugere o quão indesejável era a presença dele na cena cotidiana da urbe.

memorialístico sobre a região central da localidade nos anos 1940, faz menção à engraxataria de Vítor Astolfi, à qual os jovens recorriam às vésperas dos programas dominicais, como parte dos preparativos para os mesmos. Tais programas, segundo ele, compreendiam “os cinemas, os bailes e o *footing*”. Ferrari, em sua narrativa, desvela um centro de São Caetano romântico e glamoroso, em flagrante contraste com o modo como aparece representado em reportagens publicadas pelo *Jornal de São Caetano* no decênio de 1950. “Quando finalmente chegava a tarde do domingo, o movimento se intensificava, as calçadas ficavam lotadas de jovens, as lojas deixavam suas vitrines expostas, os bares com seus *habitués* e o Cine Max, principal atrativo da cidade, apresentava disputadas sessões às 18h30 e às 21 horas.” Um dos palcos principais da área central sul-são-caetanense, a Avenida Conde Francisco Matarazzo ganha grande relevo nas lembranças de Narciso Ferrari, aparecendo ao longo de seu texto. FERRARI, Narciso. Centro de São Caetano na década de 1940. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 19, p. 59-60, jul. 1999, p. 59.

O incômodo que os engraxates ocasionavam já era perceptível antes mesmo da autonomia político-administrativa de São Caetano. Em um texto de julho de 1948, o jornal *O Município* deixa claro esse fato, na medida em que se propôs a apontar algumas inconveniências decorrentes da circulação deles junto às ruas da região central da cidade.

As ruas centrais de S. Caetano são acanhadas e insuficientes para o rápido escoamento do trânsito e do intenso movimento dos pedestres [...] Esses defeitos são tão antigos que podemos classificá-los como “naturais.”

Apontadas essas falhas “naturais,” passemos a outras que facilmente serão sanadas, bastando apenas um pouco de boa vontade, e, para isso, apelamos para a Sociedade dos Amigos de S. Caetano. Trata-se de engraxates [...] que se espraíam pelas calçadas das nossas ruas centrais. [...] com suas caixas [...] dificultam o livre trânsito dos pedestres que são obrigados a transitar pelas ruas, ameaçados de atropelamento, além de constituírem um espetáculo pouco agradável ao que nos visitam. De quando em vez surge um fiscal da Prefeitura e por alguns dias tudo fica em ordem. Mas a fiscalização deveria ser permanente para ser mais eficiente.⁴⁷⁷

Cabe lembrar que *O Município* era um jornal que se encontrava alinhado à prefeitura de Santo André na época da campanha autonomista. O modo como o texto aborda os problemas que afligiam a localidade, tratados como “naturais”, como os concernentes ao acanhamento de suas ruas centrais, isenta de responsabilidade o poder público andreense. Este, contudo, mesmo em face de questões que não são naturalizadas pelo periódico no artigo em foco, não recebe, diretamente, nenhum tipo de cobrança. Esta, recai, por sua vez, sobre a Sociedade dos Amigos de São Caetano, entidade surgida em 1947 com o propósito de atuar na defesa dos interesses locais.

Tendo em vista a resolução de “falhas”, como a da presença de engraxates nas calçadas das ruas centrais da cidade, o jornal apelara à mencionada entidade. Conforme expôs, tais engraxates, “com suas caixas”, dificultavam o livre trânsito dos pedestres, que, “obrigados a transitar pelas ruas”, eram “ameaçados de atropelamento”. Sob a alegação de que os mesmos promoviam “um espetáculo pouco agradável” aos que visitavam a urbe, sugeriu que uma fiscalização permanente fosse feita junto a eles.

O assunto alusivo aos engraxates tornou-se, ao longo da primeira metade da década de 1950, pauta recorrente em edições do *Jornal de São Caetano*. Na maioria dos textos acerca do tema, a opinião veiculada era a de que esse grupo constituía-se em uma

⁴⁷⁷ ASPECTOS de São Caetano. *O Município*, São Caetano, ano II, n. 56, p. 7, 31 jul. 1948.

presença incômoda e indesejada junto às vias do centro da localidade. Daí ter sido essa questão, de caráter social, abordada pela maioria dos artigos a respeito pela perspectiva da coerção e do enquadramento. A ideia segundo a qual a rua, enquanto palco de atuação dos engraxates, seria uma “escola de maus costumes” ou de “tendência para o crime”⁴⁷⁸ permeia as discussões aventadas, servindo de justificativa para a defesa de posicionamentos truculentos e de controle severo frente a eles.



Imagem 18 - Engraxates na Avenida Conde Francisco Matarazzo, uma das vias principais da região central de São Caetano
Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Theophilo de Souza Carvalho, em um dos dois textos de sua autoria aqui apresentados sobre a temática, encaminha argumentos que se dirigem ao encontro da concepção de que o mundo da rua consiste em um convite para o enveredamento rumo aos “mais escabrosos caminhos”. Embora se coloque contrariamente a medidas de

⁴⁷⁸ ZUNTINI, Ivo. O problema dos engraxates. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 520, primeira página, 11 mai. 1955.

repressão contra os garotos engraxates, a sua narrativa não é branda, vindo a ressaltar, detalhada e veementemente, os “vícios” e “maus costumes” a que estavam submetidos.

Resulta dêsse trabalho, a princípio julgado inocente, que a maioria desses pequenos engraxates já tem uma escolaridade viciosa que nem mesmo os próprios progenitores conhecem e julgam. É exatamente daí que tais meninos seguem para os mais escabrosos caminhos, pervertendo-se pelos máus hábitos, tornando-se malcriados, insolentes e até agressivos. Quem ceder ao trabalho de observar de perto uma turma de garotos engraxates há-de ficar horrorizado diante do que eles sabem de pornografia, de vícios e de máus costumes, além de se tornarem briguentos, audaciosos e maledicentes.⁴⁷⁹

Na sequência de seu texto, Theophilo Carvalho reclama da inexistência de uma “lei disciplinadora do trabalho [...] desses menores” (a Lei de n. 211, encarregada do assunto em apreço, fora promulgada sete meses depois da veiculação deste seu artigo) que pudesse refreá-los quando se enveredassem “pelo caminho ruim”. Neste sentido, insere, em suas ponderações, as autoridades, valendo-se das seguintes considerações:

E si ao menos as autoridades responsáveis por esse estado de coisas não se fizessem surdas aos reclamos daqueles que, como nós, pedem sempre não uma repressão violenta mas uma providência educativa e acauteladora do futuro dessas crianças, que poderão ser ótimos cidadãos mas que também poderão ser perversos indivíduos como muitos que hoje enfeitam a galeria policial dos criminosos célebres.⁴⁸⁰

Em seu outro texto sobre o tema dos engraxates, Theophilo de Souza Carvalho dissertou em prol daquela lei, a qual previa, conforme já visto, um conjunto de condições ao exercício das atividades atinentes ao ofício de “engraxate ambulante”. Publicado em 12 de janeiro de 1952, alguns dias depois da promulgação da aludida lei, tal texto endossa o que fora apresentado em seu artigo anterior, sobretudo no que tange ao ponto de vista que considera o trabalho nas ruas como um meio potencial de cultivo de vícios e de conseqüente inserção no universo da criminalidade. Assim, manifestou-se favoravelmente à referida lei, concebida por ele como uma “excelente medida disciplinadora dos pequenos engraxates”.

Não resta a menor dúvida de que a edilidade lavrou um tento ao disciplinar as atividades desses pequenos trabalhadores. Era preciso. Do contrário, estaríamos incentivando uma porção de meninos aproveitáveis a que se conduzissem aos máus caminhos do vício e do

⁴⁷⁹ CARVALHO, Theophilo de Souza. O problema social dos menores. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 182, primeira página e p. 2, 19 mai. 1951, p. 2.

⁴⁸⁰ *Ibidem*, p. 2.

aviltamento. Naturalmente que alguém pode extranhar esta nossa maneira de ver as coisas. No entanto, ninguém ignora que uma criança com dinheiro pode cometer muito destino, iniciando-se no vício de fumar – no que a maioria já está bem adiantada – no jogo e na compra de guloseimas prejudiciais à própria saúde. Estes são os inconvenientes mais comuns e menos prejudiciais. Há outros ainda piores e mais perigosos.⁴⁸¹

Com base no exposto, pode-se dizer que a promulgação da Lei de n. 211 era tratada como uma medida preventiva ante o quadro descrito por Theophilo de Souza Carvalho. Daí a sua assertividade ao afirmar que a edilidade sul-são-caetanense “lavrou um tento”, ou seja, teve um cuidado especial, quando da propositura de disciplinamento das atividades dos engraxates ambulantes. A maioria destes, como apontou ele, era constituída por menores de 14 anos, o que explica as suas considerações quanto ao papel da municipalidade frente a tal assunto.

Ocorre, assim, ao município o dever de cooperar com as autoridades encarregadas da orientação da nossa infância, seja legislando como no caso em questão, seja criando instituições que, ao lado da escola, possam oferecer recursos para diversão e instrução.⁴⁸²

Theophilo Carvalho justifica a posição que adotara no tratamento do tema fazendo referência à sua profissão de professor, o que, segundo ele, explicaria o seu zelo frente às questões relacionadas à infância.

Como velho professor, tenho pela infância verdadeiro zelo, especialmente quando vejo que ela está se empenhando numa prática de que não lhe resulta benefícios para a sua formação moral. E esta formação é tudo na vida da criança. [...]⁴⁸³

A sua narrativa, pelo que pôde ser analisado junto aos seus dois artigos, centra-se, fortemente, no aspecto da disciplina dos menores engraxates, enquanto meio preventivo da criminalidade e dos “maus caminhos do vício”. Articulada a essa narrativa, estava a ideia de que, com o respaldo do disciplinamento, tal qual o proposto pela Lei de n. 211, e de ações educativas ensejadoras de códigos morais de conduta, formar-se-iam “ótimos cidadãos”, a partir dessa “porção de meninos aproveitáveis”.

Ressalte-se que o termo “aproveitáveis” aparece na fala de Theophilo de Souza Carvalho como um qualificativo que se vincula à lógica de um pensamento que via nas

⁴⁸¹ Idem. Uma providência que já tardava. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 216, última página, 12 jan. 1952.

⁴⁸² Ibidem.

⁴⁸³ Ibidem.

atividades econômicas informais, como as praticadas pelos engraxates ambulantes da região central de São Caetano, uma afronta à filosofia do livre mercado, preconizadora de um trabalho sistemático, homogêneo e integrador. Neste sentido, o utilitarismo que impregna o significado do referido qualificativo contrapõe-se à concepção de Zygmunt Bauman acerca da cidade enquanto um depósito de gente considerada supérflua e inútil (em termos de suas faculdades produtivas), cuja emergência deve-se às engrenagens da própria modernidade⁴⁸⁴.

Essa filosofia utilitarista, que tem no livre mercado a sua forma de expressão, colocar-se-á em diálogo com o discurso criminológico, como expõe a historiadora Mariza Romero. Tal discurso, ao ampliar o espectro de significados do conceito de delinquência, à luz de congressos, publicações e resoluções, que, entre o final do século XIX e os anos 1960, ganharam visibilidade na Europa e nos Estados Unidos, incidirá sobre “o mundo do trabalho e sobre aqueles que, como marginais, estavam fora dele”⁴⁸⁵.

O discurso criminológico harmonizava-se com a ideia predominante nos anos 50, do triunfo do capitalismo como representante do máximo de desenvolvimento social, e de que qualquer falha como a pobreza, seria antes de indivíduos anormais, nunca do sistema, considerado exemplar, pautado pelo valor do trabalho.⁴⁸⁶

A pretensão de ajustá-los aos parâmetros comportamentais que se apresentavam alinhados a esse pensamento encontrou ressonância nas prescrições da lei, transformada, assim, em um importante dispositivo de controle social. Isso explica, por exemplo, as argumentações enfáticas de Theophilo de Souza Carvalho, no texto analisado acima, em defesa do cumprimento integral da Lei de n. 211, classificada por ele, conforme salientado anteriormente, como “uma excelente medida disciplinadora” do grupo de engraxates. Embora reconhecesse as dificuldades que seriam encontradas para a sua total efetividade e as discussões que suas determinações acarretariam, como as concernentes ao limite de idade para o exercício das atividades de engraxate, ele não deixara de ressaltar acerca da necessidade de aplicação da dita lei.

O caso desses menores engraxates vai dar muito o que fazer, em face da lei n. 211 [...]
Sim, porque há ali dispositivos [...] que esses meninos dificilmente poderão acatar, dado que já estão muito mal habituados [...] E não é

⁴⁸⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009 apud ROMERO, Mariza, op. cit., p. 195.

⁴⁸⁵ ROMERO, Mariza, op. cit., p. 205.

⁴⁸⁶ Ibidem, p. 205.

só. Nenhum deles tem até agora permissão ou licença, de sorte que, para legalizar tudo isso, especialmente na parte referente à idade, [...], vai haver muito barulho...

[...]

Oxalá, entretanto, que ela tenha aplicação como está estatuída. [...] ⁴⁸⁷

Raimundo da Cunha Leite, membro da Sociedade Beneficente Brasil Unido, foi outro colaborador do *Jornal de São Caetano* que discorrera sobre a questão dos engraxates. Mesmo fazendo uso de argumentos que se mostravam em convergência com os proferidos por Theophilo Carvalho, Cunha Leite não se eximiu de registrar suas críticas em relação ao *modus operandi* da municipalidade frente àqueles. No texto dedicado à abordagem do assunto, publicado em 2 de maio de 1953, Cunha Leite informa, com detalhes, como os funcionários da prefeitura agiam junto a eles, realizando, truculentamente, apreensões de seus materiais de trabalho.

Os funcionários encarregados de fazer a “cata” aos meninos que engraxam sapatos nas ruas da Cidade, não sabemos se orientados para tanto ou não, vêm agindo de maneira reprovável. [...]

Uma nova e vistosa “Carrocinha para cachorros,” anda a rodar o dia inteiro por nossas ruas e quem a vir, pensa que ela está à cata dos muitos cães vadios que vivem soltos pela nossa Cidade. Mas, nada disso, meus senhores! Ainda outro dia, quando ví a tal “carrocinha,” tive a curiosidade de vê quantos animais se achavam engaiolados. Qual não foi o meu espanto, ao vê que, ao contrário de cães, estava a tal viatura superlotada de cadeiras e caixas de engraxates. Por aí se vê que, não só são recolhidas as caixinhas, mas também, as cadeiras que a criançada “controla” de seus pobres pais, para o seu modesto “ganha pão.” ⁴⁸⁸

O fato de ter marcado presença em sua fala a ideia de que o trabalho nas ruas representaria para os garotos engraxates “o caminho para a perdição”, o que, no seu entender, justificaria a proibição de suas atividades, não lhe impedira, todavia, de apontar os males que poderiam resultar da repressão desmedida contra aqueles garotos. Ao questioná-la, Cunha Leite encaminha seu parecer acerca da temática, em um momento em que a mesma já reverberava como pauta polêmica nas páginas do *Jornal de São Caetano*.

Que juízo farão estas crianças dos que lhes querem ajudar, se lhes tratam com o maior desrespeito, buscando-lhes nas ruas como se fossem perigosos meliantes?

⁴⁸⁷ CARVALHO, Theophilo de Souza, Uma providência que já tardava, última página.

⁴⁸⁸ CUNHA LEITE, Raimundo da. Engraxates no centro da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano II, n. 320, primeira página, 2 mai. 1953.

[...]

Domingo último, tivemos a oportunidade de assistir ao espetáculo chocante de “péga” aos engraxates. Não chegamos a crêr, como é que os funcionários de tal serviço, têm tanta facilidade e indiferença em ferir o amôr próprio daquela infeliz criança. Ademais, como poderemos combater um mal, se para isso praticamos outro? Como é que podemos lutar pelo salvamento de uma juventude destinada à ruína se, ao lado disso, ferímo-lhes profundamente a sua sensibilidade de criança? Ao invés de termos uma juventude sã, socialmente falando, teremos homens humilhados, incompreendidos e revoltados com esta falsa e nojenta sociedade. Aqui fica, pois, uma crítica pelo modo com que vem sendo encetada esta campanha de recuperação aos nossos garotos SEM ESCOLAS E SEM AMPARO SOCIAL, e o nosso apêlo aos funcionários encarregados de tal “serviço” que, procurem agir no desempenho de suas funções, com mais ponderação e humanidade, para com aqueles que são única e exclusivamente, vítimas de desajustamentos sociais no meio em que vivemos.⁴⁸⁹

As ações repressivas contra os engraxates voltaram a ganhar destaque no jornal por meio de uma carta remetida à sua redação por Waldomiro de Azevedo, proprietário de uma farmácia que se localizava na Rua Visconde de Inhaúma. Publicada pelo periódico no dia 7 de agosto de 1954, a referida carta descreve uma daquelas ações, a qual fora presenciada pelo missivista citado. Ao explanar o ocorrido, ele se posiciona contrariamente à repressão dirigida pela prefeitura aos meninos engraxates, a partir de uma narrativa emotiva, reveladora de sua comoção frente ao episódio.

Como brasileiro, paulista vi hoje, em frente a minha farmacia na rua Visconde de Inhauma, um espetaculo para o qual não encontro explicação.

Era domingo, dia de feira em nosso bairro. Caminhões e carros transitavam de um lado para outro. Ia movimentado o ambiente; homens, mulheres, crianças e velhos, quais formigas carregando da feira para suas casas o que haviam comprado. O movimento era intenso, as ruas e calçadas, estavam jincadas de transeuntes.

Os pequenos engraxates na sua garrule algazarra, limpavam os sapatos domingueiros dos que mourejaram a semana inteira e agora queriam apresentar-se decentemente, com seus sapatos lustrosos.

Tudo era tão bonito, tão vivo em nossa cidade menina, no nosso bairro tão populoso, ordeira e de gente trabalhadora.⁴⁹⁰

Após essas informações preambulares, narradas de modo a registrar a movimentação rotineira em seu bairro, típica de um dia de domingo, Waldomiro de Azevedo altera o tom de sua explanação ao iniciar o relato sobre a ação de apreensão

⁴⁸⁹ Ibidem.

⁴⁹⁰ COMPLEXO o problema dos engraxates. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 446, primeira página, 7 ago. 1954.

dos apetrechos dos engraxates por parte de funcionários da municipalidade. A chegada destes à Rua Visconde de Inhaúma representou, conforme sugere o texto, uma ruptura com a cena harmoniosa descrita inicialmente por ele – “Tudo era tão bonito, tão vivo em nossa cidade menina [...]” – sendo instaurado, então, “um espetáculo deprimente”.

Eis, senão quando, Snr. redator, aparece, de um momento para outro uma caminhonete da Prefeitura. Que espetáculo deprimente!... Os pobres menininhos correram com suas cadeiras, com suas caixas, os que puderam.

Outros não tiveram tempo e viram suas caixas feitas de tábuas velhas atiradas para dentro da caminhonete, suas latas de graxa, seus vidros de tinta estatelarem-se na rua.

La se foi toda a alegria daqueles meninos. Uns choravam, outros suplicavam mas, não houve nada que demovesse os fiscais de cumprirem as ordens recebidas.⁴⁹¹

Na parte final de sua carta, Waldomiro de Azevedo lança a seguinte indagação:

Snr. redator não sei por que mas, não compreendo em que poderia a Prefeitura ser prejudicada, no trabalho dos meninos. A minha cosinheira viúva, vive de seu trabalho e vale-se do pouco que seus filhos ganham nos dias de festa.⁴⁹²

Na contramão do discurso que apregoava a ideia de que a presença dos meninos engraxates nas ruas de São Caetano seria a porta de entrada para a inserção deles na delinquência, a sua narrativa valia-se de uma argumentação que condenava a perseguição sofrida por eles, exaltando o seu trabalho como uma maneira honesta de ganho de vida. Segundo o texto que se ocupou do assunto, Waldomiro de Azevedo tecera “uma serie de comentarios, sobre a conveniencia de se permitir que os engraxates ganhem a vida honestamente em lugar de se tornarem delinquentes em face dessa perseguição”⁴⁹³.

O ingresso nesse tipo de atividade era uma iniciativa bastante recorrente entre os meninos pertencentes às camadas pobres da cidade, tal como ocorrera com José de Souza Martins e seu irmão, provenientes de uma família de trabalhadores. A entrada de ambos no ofício deu-se a cargo de uma situação de incerteza, ditada pelo retorno de sua família ao município, após um período em Guaianases.

A mudança era um complicado amontoado de incógnitas e incertezas. Logo que chegamos de Guaianases, minha mãe foi à carpintaria de

⁴⁹¹ Ibidem.

⁴⁹² Ibidem.

⁴⁹³ Ibidem.

meus tios, primos de meu pai, perto de casa, e pediu a eles que fizessem duas caixas de engraxate para que pudéssemos trabalhar.⁴⁹⁴

A partir de uma narrativa repleta de detalhes, a contrapelo do discurso hegemônico acerca de tal grupo, Martins relata as experiências que tiveram como garotos engraxates no centro local, enfatizando as dificuldades e transtornos ocasionados pela concorrência que havia entre os próprios engraxates e pela postura nada amigável de elementos da clientela.

Íamos ambos para o centro [...] Achar um lugar para colocar a caixa era um problema. Os outros moleques não queriam concorrentes. Tínhamos que ficar nas calçadas distantes dos pontos mais interessantes e ficar gritando aos passantes: “Vai graxa?” [...] Às vezes havia resmungos e xingamentos de clientes. Um caso muito sério ocorreu com meu irmão. Estávamos engraxando na porta de um bar do centro. Havia um sujeito jovem, metido a grãfino, que às vezes aparecia para engraxar os sapatos. Ficava devendo, dizia que ia pagar depois, demorava para acertar a conta e nem sempre o fazia. [...] Um sábado, ele apareceu bem arrumado e mandou que meu irmão lhe engraxasse os sapatos. Terminada a engraxada, foi informado do preço. Ele retrucou dando um ponta-pé de sola no peito de meu irmão, jogando-o violentamente de costas no chão. Ficamos assustados com a violência. Várias pessoas viram o que aconteceu e ninguém falou nada. [...] ⁴⁹⁵

As lembranças de José de Souza Martins não ficaram impassíveis frente à questão da má-fé de alguns fiscais municipais, que almejavam auferir dinheiro, em detrimento de uma ação que pudesse orientar os engraxates em assuntos como o da obtenção de licença para o exercício da atividade.

[...] Num dia de semana, apareceu um homem que todos sabíamos ser o fiscal da prefeitura. [...] Chegou até nós e perguntou se tínhamos licença da Prefeitura para engraxar sapatos na rua. Dissemos que não, que não sabíamos que a licença era necessária. Estávamos ainda no começo de nosso trabalho. Ele não quis saber de histórias. Confiscou as duas caixas e mandou que o dono do bar que mais frequentava as guardasse até que fossem liberadas.

Fomos para casa. Era dia de semana e num período em que nosso padrasto estava sem trabalho. Ele quis saber a razão de estarmos em casa naquela hora. Contamos. Ele mandou que fôssemos com ele e mostrássemos qual era o bar e quem era o fiscal. Já entrou bufando. O fiscal [...] quis dar uma de valente, mas se aterrorizou com a fúria de nosso padrasto. Mandou que as caixas fossem devolvidas e ainda deu algumas moedas como compensação pelos sapatos não engraxados em virtude do confisco. Nunca mais se meteu conosco ou com os outros

⁴⁹⁴ MARTINS, José de Souza, *Moleque de fábrica: uma arqueologia da memória social*, p. 277.

⁴⁹⁵ *Ibidem*, p. 277-278.

engraxates. Queria mesmo era dinheiro. Não estava ali para cumprir a lei, se é que lei havia, mas para descumpri-la, achacando crianças. Em nenhum momento nos disse o que era preciso fazer para obter a licença da prefeitura e era essa a melhor indicação de sua má-fé. [...]⁴⁹⁶

Na resposta dada ao missivista Waldomiro de Azevedo, cuja carta em defesa dos garotos engraxates aparece referenciada anteriormente, o *Jornal de São Caetano* apresentou as seguintes argumentações em prol das ações da municipalidade:

Em que pese as razões apresentadas pelo nosso leitor, devemos salientar que o caso dos engraxates tem sido objeto de inúmeras discussões em nossa Câmara Municipal, desde o início das atividades do Poder Legislativo em São Caetano do Sul. A nossa edilidade aprovou, inclusive, um projeto de lei regulamentando a matéria, o qual porém não vem sendo executado integralmente por ser quase inexecutável. Há a salientar outras facetas do importante assunto, não abordadas pelo nosso missivista, que obriga a municipalidade a tomar medidas drásticas como a apontada na carta em tela. O conglomerado dessas crianças, por exemplo, dão motivo a que façam coisas condenáveis [...] Houve casos de brigas entre engraxates em que surgiram até facas. Ainda exemplificando, citamos acontecimentos desagradáveis de ofensas a transeuntes, motivadas unicamente pelo ajuntamento dessas crianças que unidas sentem-se fortes para práticas condenáveis. [...] Estes exemplos são por nós mencionados apenas para demonstrar ao nosso estimado missivista os motivos que levaram os poderes locais a determinar aquelas medidas condenadas. [...]⁴⁹⁷

Em 1955, quase um ano depois da publicação da carta de Waldomiro de Azevedo, a questão dos engraxates ainda suscitava discussões e o encaminhamento de opiniões e propostas, sendo algumas delas divulgadas pelo *Jornal de São Caetano*, como ocorrera com um artigo de autoria de João Relá.

No mencionado artigo, Relá expõe o “embaraço” que “os pequenos engraxates” ocasionavam ao trânsito de pedestres, provocando um sentimento de revolta entre o povo de São Caetano do Sul, no seu entender. As suas considerações, nesta perspectiva, vão ao encontro das que vinham sendo, predominantemente, proferidas acerca do grupo dos menores engraxates da localidade, ajudando a compor, no interior do periódico, o que se pode considerar como a narrativa memorialística hegemônica sobre tais personagens históricos.

Está novamente a cidade de São Caetano do Sul, com o seu povo revoltado e com muitas razões reclamando do grande número de

⁴⁹⁶ Ibidem, p. 278-279.

⁴⁹⁷ COMPLEXO o problema dos engraxates, primeira página.

pequenos engraxates, infestando as ruas e passeios da cidade, tal qual a nuvem de pernilongos que nos atacam em dias de imenso calor. Postados de preferencia nas ruas de maior movimento do centro, amontoados, causando embaraço ao transito de pedestres, vivendo aos empurrões entre si, não faltando para completar a desordem que praticam, constituem uma fonte inesgotavel a soltar palavrões obscenos atentatorios à moralidade publica.⁴⁹⁸

Os apontamentos de João Relá deflagram a construção de representações pejorativas a respeito desses engraxates, fixando, em torno deles, a imagem de garotos desordeiros e mal educados, e ampliando o repertório de falas depreciativas constitutivas de sua memória. Uma memória produzida à revelia deles e no silenciamento que lhes fora imputado, inviabilizando que se apresentassem como sujeitos de suas próprias memórias.

Essa situação é indicativa de uma prática que se observa, de modo geral, junto a integrantes dos segmentos sociais menos favorecidos. E, assim, apresenta-se como uma questão desafiadora para a esfera da historiografia, no sentido de que esta proponha a inserção dos que perderam não só o poder, mas a visibilidade de suas ações, resistências e projetos, possibilitando que as experiências silenciadas, ocultadas ou suprimidas desses grupos “se reencontrem com a dimensão histórica”⁴⁹⁹.

Para Heloísa de Faria Cruz, trata-se de criar condição para o

encaminhamento de perspectivas e pretensões que buscam escrever outras histórias sobre o progresso e a modernidade [as quais contemplam, em seu campo de debate, entre outras possibilidades temáticas, discussões sobre as diversas formas do viver urbano – grifos meus], propondo a visibilidade e a efetividade pública de histórias e memórias alternativas àquelas costuradas pelo elogio e quase deslumbramento da trajetória dos vencedores.⁵⁰⁰

Vistos como os responsáveis pela desordem nas ruas centrais de São Caetano, deveriam os engraxates, segundo João Relá, ser alvos de “acertadas providências”, “de caráter definitivo”, para além de ações de amedrontamento, como as alusivas às apreensões de seus materiais por parte da prefeitura. Neste sentido, propõe a esta a organização do trabalho desses menores, de acordo com alguns critérios e exigências.

⁴⁹⁸ RELÁ, João. Infestam a cidade os engraxates. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 523, primeira página, 21 mai. 1955.

⁴⁹⁹ PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, p. 25-28, 1992, p. 27.

⁵⁰⁰ CRUZ, Heloísa de Faria. Cultura, trabalhadores e viver urbano. *Projeto História*, São Paulo, n. 18, p. 301-307, mai. 1999, p. 304.

[...] não pretendo e não é mesmo cabível que se proíba o exercício dessa profissão por parte dos menores, apenas sou pela ordem e respeito.

Já tive ocasião de tratar [desse – grifos meus] assunto em edições passadas e como nunca é demais lembrar, aconselho a necessidade de se organizar na Prefeitura um fichário dos interessados em exercer essa profissão, mediante autorização dos pais ou tutores, fornecer-lhe uma chapinha que deverão traze-la visível ao público, determinando locais apropriados, determinando horários, independente de pagamento de qualquer imposto ou taxas, e sempre que fôr preciso submete-los a uma sabatina de instrução como devem se comportar perante o público. [...] ⁵⁰¹

Tais propostas retomam alguns pontos apregoados pela Lei n. 211, atinente, como já abordado, à regulamentação do trabalho dos chamados engraxates ambulantes. Em vista disso, supõe-se que a aludida lei não vinha mostrando-se eficaz frente ao fim para que fora criada.

O intento de se promover o ajustamento de marginalizados a parâmetros tidos como aceitáveis ou em consonância com os padrões citadinos condizentes ao ideário da pujança sul-são-são-caetanense ratifica o quão perturbadora era a sua presença na urbe. Integrando o rol dos marginais e párias da São Caetano do progresso, tem-se também a figura dos vendedores ambulantes. Esparramados pelos passeios, protagonizavam, ao lado dos engraxates e de bancas-comerciais, o que Edmundo Guzzo, colaborador do *Jornal de São Caetano*, chamara de “alguns absurdos que a nossa cidade apresenta” ⁵⁰². Mais do que isso, a presença deles apresentou-se como mais um componente nas disputas pelo domínio de espaços nas vias centrais da cidade ⁵⁰³.

⁵⁰¹ RELA, João, Infestam a cidade os engraxates, primeira página.

⁵⁰² GUZZO, Edmundo, Urge a remoção de absurdos que a cidade possui, última página.

⁵⁰³ Participavam também dessas disputas pelo domínio de espaços nas vias centrais da cidade os comerciantes devidamente estabelecidos, como sugerira um texto de Theophilo de Souza Carvalho publicado pelo *Jornal de São Caetano*. Em tal texto, o autor refere-se à indignação de Arthemio Lorenzini, em razão da aglomeração ocasionada por engraxates, vendedores de jornais, entre outros, em frente à sua casa comercial, “ocupando toda a calçada fronteira ao prédio e impedindo o trânsito de pedestres pelo passeio e, até mesmo, de entrarem no estabelecimento.” CARVALHO, Theophilo de Souza, Drama cotidiano numa cidade atravancada, última página.



Imagem 19 - Ambulante sentado junto à sua pequena banca na Avenida Conde Francisco Matarazzo, em foto da década de 1950. Na imagem, ressaltou-se a movimentação de pedestres
Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Em 1956, o jornal publicou uma extensa reportagem de Oto Diringer a respeito da circulação de vendedores ambulantes pelas ruas locais. Tratados pela reportagem em questão como “comerciantes de mentira”, a mesma, por meio da desconstrução que realiza junto àqueles vendedores, procura desqualificá-los e deslegitimar suas ações, estratégias e investidas no comércio de São Caetano.

Apinhava-se a multidão, curiosa de ouvir a torrente de palavras que jorrava da boca do caboclo bem falante, comodamente instalado em pleno centro da cidade. [...]

Só o camelô parecia não sentir o peso do tempo: em discurso vibrante, como se estivesse convidando o povo para uma revolução redentora, apregoava suas mercancias – facões ervas milagrosas, tira-manchas infalíveis, pequenas engenhocas para uso doméstico – e falavam com tanto gosto e numa tal riqueza de retórica, que pareciam mais interessados na oratória que no comércio.

Aliás, os “marreteiros” autênticos comerciantes de mentira, criaram tamanhas raízes em São Caetano ao ponto de se instalarem com verdadeiras lojas ambulantes, sem serem molestados pela fiscalização do comércio.⁵⁰⁴

⁵⁰⁴ DIRINGER, Oto. Marreteiros: comércio de mentira nas ruas de S. Caetano do Sul. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XI, n. 611, primeira página e p. 6, 4 ago. 1956, primeira página.

Na sequência, Diringer passa a criticar a qualidade ínfima dos produtos comercializados pelos ambulantes ou “marreteiros”, ressaltando a “procedência quase sempre duvidosa” de tais mercadorias. De acordo com ele, esse grupo representa “o comércio torpe”, além de burlar “descaradamente o fisco”. Descritos como pessoas hábeis, sempre prontas para “sumir da ‘praça’ ao depararem com a presença de eventual perigo”, os ambulantes aparecem também em sua narrativa como a representação do “bon vivant”.

A muito custo conseguiu a reportagem aproximar-se do caboclo bem falante. Esportivamente vestido, o homem tinha o aspecto de um “bon vivant:”

- Mais um aqui para esse cavalheiro da direita. Artigo realmente excepcional. Facões para uso domestico à preço de banana. Quinze cruzeiros, apenas. Podem se aproximar, é barato mesmo.

Falava de boca cheia, e particulas de saliva lhe escapavam por entre os labios umidos e lustrosos. Era o “bôa vida” em ação. E o publico, credulo, dominado pelo palavrorio quedava absorto, acabando por comprar o “melhor” produto da praça.⁵⁰⁵

Em tom irônico, Oto Diringer relata, em seguida, a cena que envolvia outros dois ambulantes: o vendedor de laranjas e o de fumo em corda.

[...] aproximamo-nos de outros camelôs instalados cinco metros além. O aspecto diferia do anterior. O vendedor de laranjas e o vendedor de fumo em corda, aboletas sobre tijolos, mantinham-se alheios a que se passava ao derredor. Um violão fazia-lhes companhia. A “freguesia” ingrata passou-os para trás; a labia do vendedor da faca parecia insuperavel. Vem daí, nada mais justo do que procurar consolo na viola desafinada. E uma cachacinha de quando em quando para “limpar o peito,” tambem servia para ajudar a passar o tempo.⁵⁰⁶

Não escapara também de sua observação o que ele chama, no texto, de “o clássico vendedor de bonecas”, mais uma figura representativa do grupo de vendedores ambulantes que circulavam na região central da urbe sul-são-caetanense, na década de 1950.

Para melhor ilustrar estas considerações não falta sequer o classico vendedor de bonecas. É um senhor idoso. Fala com sotaque italico e tem um ar bonachão. Vez ou outra alguém se aproxima e indaga do custo. A resposta varia de acordo com a cara do freguês: 5, 10 ou 15

⁵⁰⁵ Ibidem, primeira página e p. 6.

⁵⁰⁶ Ibidem, p. 6.

cruzeiros. Não paga impostos e faz ‘ponto’ na Conde Francisco Matarazzo.⁵⁰⁷

O fato de não pagarem impostos fazia dos ambulantes concorrentes dos proprietários de estabelecimentos comerciais. Com valores mais flutuantes e acessíveis, suas mercadorias acabavam atraindo o público. Isso sem considerar as suas respectivas posturas performáticas, manifestadas por gestuais e discursos eloquentes, que também ajudavam a despertar o interesse de um número significativo de potenciais consumidores. Tais fatores transformavam os “marreteiros” ou “camelôs” em expressões da economia informal ou clandestina, cuja presença nas ruas centrais e de grande movimento da localidade era atentatória aos interesses dos comerciantes formalmente estabelecidos.

É evidente que a ação dos “marretas” é prejudicial não só ao povo, mas, principalmente, ao comércio estabelecido, que paga impostos, e se vê esbulhado pela concorrência de negociantes de mentira. Uma olhadela vez ou outra, por parte da fiscalização, sanaria o aspecto da cidade e faria duplo benefício em favor dos munícipes.⁵⁰⁸

Ao lado de outros marginalizados, como mendigos, crianças pedintes, migrantes nordestinos e engraxates, constituíam a camada dos párias do “Príncipe dos Municípios”. Sujeitos históricos mais afinados com uma cidade repleta de questões, foram, depreciativamente, representados em narrativas veiculadas pelo *Jornal de São Caetano*. Tais narrativas, por seu turno, fixaram uma memória pejorativa a respeito desses grupos, legitimadora de preconceitos e de ações repressivas e higienistas contra eles. Por destoarem, drasticamente, em seus modos de ser e viver, dos paradigmas que imbuíam a identidade pujante sul-são-caetanense, ocasionaram sentimentos de repulsa naqueles que constituíam as forças sociais hegemônicas da localidade.

Daí sua presença nas vias citadinas, sobretudo nas da área central, ter sido tão questionada e debatida nos anos 1950, da qual a urbe de São Caetano do Sul, em processo de afirmação municipal e identitária, deveria se sanar, conforme bem elucidada a fala final de Oto Diringer, no texto de sua reportagem. A referida fala, embora se refira especificamente aos vendedores ambulantes, traduz os anseios de controle, repressão e ocultamento frente também aos demais grupos marginais que perambulavam pela localidade, desfigurando a fisionomia do “Príncipe”: “Uma olhadela, vez ou outra, por

⁵⁰⁷ Ibidem, p. 6.

⁵⁰⁸ Ibidem, p. 6.

parte da fiscalização, sanaria o aspecto da cidade e faria duplo beneficio em favor dos munícipes”⁵⁰⁹.

⁵⁰⁹ Ibidem, p. 6.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem pretender pôr termo ao tema proposto nesta tese, visto a possibilidade sempre latente de encaminhamento de novas perspectivas de análise e de interpretação ante o caráter dinâmico do conhecimento histórico, a pesquisa propiciou, ao longo dos quatro capítulos em torno dos quais se encontra estruturada, reflexões acerca do processo de construção da identidade de São Caetano do Sul.

Tendo iniciado no contexto do movimento autonomista e adquirido impulso no limiar da vida municipal da cidade, muito em razão do forte apelo a tudo que pudesse criar um sentimento de pertencimento condizente com a conjuntura da criação do município sul-são-caetanense, tal processo apoiou-se em alguns referenciais que foram cruciais para a invenção da pujança identitária local. Observou-se, assim, que a imagem de uma São Caetano do desenvolvimento e do progresso, emblemática de uma identidade que se queria pujante, foi constituída por um repertório de representações enaltecidas da localidade e por alguns lugares eleitos junto à sua cenografia urbana.

Em diálogo com narrativas memorialísticas, que, num duplo movimento de produção de visibilidade e ocultamento, tinham no triunfalismo o elemento tonificador de seus enunciados, esses referenciais encontraram nelas um ponto importante de confluência e legitimação. Tais narrativas, nas tramas da invenção da identidade da cidade, atuavam como um “grande monumento a referenciar um presente imponente”⁵¹⁰.

Na qualidade de um dos principais articuladores do pulsar citadino, o *Jornal de São Caetano* apresentou-se não só como a fonte principal deste trabalho, mas também como um personagem relevante da cidade e uma de suas forças mais atuantes, o que lhe rendeu, no cômputo da tese, uma condição dupla: a de *corpus* documental e a de objeto passível de análises e reflexões.

Mostrou-se como um espaço importante de conjunção dos grupos que tinham seus projetos econômicos consolidados na localidade. Constituídos, predominantemente, por industriais e comerciantes, as “pessoas de destaque” da sociedade de São Caetano, tais grupos formavam a ala dos principais anunciantes do periódico. Ao aderirem à causa emancipacionista, firmando-se como a sua base decisiva de apoio, esses setores tornaram-se também politicamente influentes, chegando ao

⁵¹⁰ LOFEGO, Sílvio Luiz, *IV Centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*, p. 27.

comando do poder político desenhado nos primeiros anos do município sul-são-caetanense.

Tendo o seu protagonismo desvelado em cada discussão encaminhada pelos capítulos mostrados aqui, o *Jornal de São Caetano*, conduzido pelos interesses e concepções daqueles grupos dominantes, foi o grande inventor do “Príncipe dos Municípios” e da identidade pujante que lhe é correspondente, (re)produzindo, difundindo e elegendo os lugares, as representações e as memórias que respaldaram o ideário da grandeza sul-são-caetanense.

A outra face menos visível dessa grandeza também foi construída pelo periódico, que, a partir de alguns colaboradores, cujos textos destoavam da aluição hegemônica de discursos e imagens de exaltação à cidade, apontara críticas e revelara um cenário urbano insalubre e repleto de mazelas, cujos protagonistas eram os grupos de marginalizados formados por mendigos, crianças pedintes, engraxates, migrantes nordestinos e vendedores ambulantes. Párias do “Príncipe dos Municípios”, esses personagens tiveram a sua imagem produzida por reportagens e artigos do *Jornal de São Caetano* que transitavam, preconceituosamente, entre concepções que ora os colocavam na posição de vítimas e ora na de vilões, tecendo, em ambas as situações, uma memória desqualificadora acerca deles.

Ciente das paixões, interesses, ímpetos ou quaisquer que sejam as forças que cercam os sujeitos que vivenciam histórias, a historiografia deve valer-se de questões e hipóteses que nortearão, teórica e metodologicamente, a produção de um conhecimento histórico crítico e embasado, sabedor da imanência daqueles fatores configuradores das experiências humanas em suas múltiplas nuances e contingências.

Em que pesem as seduções dos maniqueísmos e juízos de valor, a pesquisa que instituiu esta tese procurou proceder segundo as diretrizes apontadas acima, veiculando reflexões que pudessem problematizar a temática proposta, de modo a possibilitar a compreensão das complexidades e nervuras que a engendram, sem o intento de heroicizar ou vilanizar este ou aquele segmento social abordado. No centro das discussões promovidas, impôs-se o processo histórico da invenção da identidade da cidade, em um momento em que em seu nascente horizonte municipal cintilava, com intensidade, o sentimento do querer a ela pertencer.

Pode-se afirmar que, em torno do episódio da criação do município sul-são-caetanense em 1948, gravitara uma expectativa em relação ao possível sepultamento da marginalidade na qual a localidade encontrava-se até então. Com a autonomia política, a

possibilidade do usufruto de uma condição de centralidade encheu de ânimo o novato município. Daí tudo que lhe dizia respeito ter se revestido de uma monumentalidade, enquanto tentativa de superação do vazio de sentido e da sensação de inferioridade provenientes daquela situação marginal.

O subúrbio de outrora deveria ceder lugar ao “Príncipe dos Municípios”, cuja identidade pujante representa, de forma irretocável, o afã de magnitude que invadira o imaginário local, impregnando o pequeno universo citadino sul-são-caetanense dos significados do épico e do monumental. Os indícios de grandiosidade deveriam estar em todas as partes da cidade: em suas representações, edificações, memórias e identidade.

A historiografia de São Caetano do Sul, que se ressentia de temáticas e discussões voltadas para o período inaugurado em 1948, com a autonomia político-administrativa da cidade, encontra, nesta tese, uma precedência na análise de questões que se mostram nucleares para o entendimento da São Caetano dos dias atuais, projetada como um município modelar e desenvolvido.

Acumulando, desde a década de 1990, prêmios e honrarias provenientes de instituições nacionais e internacionais, o município sul-são-caetanense ingressou no século XXI sob um novo perfil econômico (mais voltado para os segmentos comercial e de prestação de serviços) e sustentando o título de cidade brasileira com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo a Organização das Nações Unidas (ONU)⁵¹¹. No decorrer dos anos 2000, manteria os indicadores sociais que lhe conferiram essa posição, ratificando e concedendo visibilidade ao uso de expressões como “cidade de primeiro mundo” e “cidade mais desenvolvida do país”.

Representações como estas, que focalizam, simbolicamente, a São Caetano do Sul de hoje, encontram nos referenciais identitários construídos na conjuntura delineada na cidade a partir de sua confirmação como município em 1948 e nos anos iniciais de sua trajetória enquanto tal um ponto de flexão e diálogo.

Como registrado naquela conjuntura histórica, as narrativas veiculadas na atualidade apoiam-se também em referências que sublinham a identidade pujante do município, elegendo alguns marcos para simbolizá-la e projetá-la. Tais narrativas atribuem a esses marcos significados que repercutem na questão identitária, uma vez que são concebidos como elementos que despertam e/ou reforçam sentimentos de pertença e de orgulho junto à população do município.

⁵¹¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Inclusão social em São Caetano do Sul*, São Caetano do Sul, p. 4, 2002.

A Avenida Presidente Kennedy é o lugar, hoje, do município que melhor expressa essas significações. Transformada no principal símbolo “da cidade com o maior IDH do Brasil”, a mencionada avenida vem sendo palco, mais regularmente desde a década de 1990, de obras e intervenções de reurbanização⁵¹². As ações estruturantes nela realizadas recentemente colocaram-na no estágio de uma via renovada, justificando o apelido de “Nova Kennedy”, atribuído a ela pelo poder público municipal.

Símbolo da qualidade de vida da cidade com o maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil, a Avenida Presidente Kennedy está renovada. A agora Nova Kennedy surge como marco sustentável e cartão-postal de São Caetano do Sul. Um espaço para toda a família, que reforça o sentimento de pertencimento e o orgulho de viver no município.
[...]⁵¹³

Em diálogo com enunciados textuais produzidos durante o início do município sul-são-caetanense, como os que definiram as obras e lugares (também tratados como “cartões-postais”) representativos do progresso que nascia com a vida municipal, destacando-se entre eles o Viaduto dos Autonomistas, a narrativa acima apresentada contribui para a cristalização de uma imagem reverenciadora dos níveis de desenvolvimento obtidos pelo município, criando uma identidade homogênea para a São Caetano dos dias atuais, a qual se enxerga naquela projetada nos contextos da campanha autonomista de 1948 e dos anos iniciais da caminhada municipal da localidade.

Essa identidade única, por sua vez, oculta questões, aspectos, dilemas e sujeitos que sinalizam para uma cidade que não se reconhece nas referências e representações hegemônicas difundidas a respeito dela pela imprensa e pelas publicações oficiais, como revistas e materiais elaborados pela municipalidade.

⁵¹² Entre essas obras e intervenções, encontram-se as que foram empreendidas durante a gestão do prefeito Antônio José Dall’Anese (1993-1996). Além do embelezamento promovido, a partir da implementação de um corredor de desenvolvimento ao longo da via, que recebera flores ornamentais, fontes artificiais e iluminação com lâmpadas a vapor de sódio, tais obras compreenderam ações destinadas à resolução do problema das enchentes, então recorrente naquela região da cidade. Para tanto, procedeu-se a ampliação da calha do Córrego do Moinho (de 16 para 38 metros cúbicos), além dos serviços de tamponamento de seu leito. CARVALHO, Cristina Toledo de. Antônio José Dall’Anese, uma vida de dedicação e amor a São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 62, p. 56-58, dez. 2020, p. 58.

⁵¹³ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. Nova Kennedy é marco sustentável e cartão-postal de São Caetano. São Caetano do Sul, 5 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.facebook.com/prefeitura.saocaetano>>. Acesso em: 8 nov. 2021.

Tal situação ficou bastante clara a partir de 2020, na conjuntura decorrente da pandemia do novo coronavírus, ocasião em que o poder público municipal tratou de veicular notícias e informações que fizeram da cidade “referência nacional de combate à Covid-19”⁵¹⁴. Além desse discurso, que fixa uma representação cujos sentidos se coadunam com o repertório de outras narrativas engrandecedoras, o poder público municipal proferiu outros, por meio dos quais procurara explicar o modo como a cidade vinha enfrentando a nova realidade:

São Caetano também não parou de pensar em seu desenvolvimento e no seu futuro. Novas escolas, mercado de trabalho aquecido e a realização de obras estruturantes, como os novos emissários de esgoto da Avenida Presidente Kennedy. [...] Uma cidade que se reinventa para se manter no topo do ranking como a melhor do Brasil para se viver.⁵¹⁵

O endossamento do discurso que eleva São Caetano do Sul ao patamar de “melhor [cidade] do Brasil para se viver” encontra eco na conjuntura da campanha político-administrativa local e nos anos iniciais do município, quando algumas falas vindas do poder político constituído criaram o “Príncipe dos Municípios”. Alcinha símbolo da cidade naquele momento histórico de sua afirmação não só na esfera política, como também no âmbito identitário, os seus significados atravessaram o tempo, sendo apropriados e reforçados na vigência de outros quadros conjunturais do município. Como fora verificado a partir de 1948, as representações de exaltação ao progresso citadino sul-são-caetanense, na atualidade, ratificam a imagem da pujança da cidade, fixando-a como marca principal de sua identidade.

Solidificada no imaginário social, essa imagem, que, na jornada primeva do município, escondera a face desagradável e repugnante de São Caetano do Sul, com os seus problemas e os seus párias, continua a colocar na invisibilidade questões que apontam para a existência de um cenário não tão aprazível quanto o que vem sendo propagado com mais intensidade desde 1948.

Sem desconsiderar questões que assolam atualmente o cotidiano da localidade, como as que remetem às cenas de pobreza verificadas em seus pontos centrais, praças e recantos, nos quais vem se observando o aumento da mendicância e da presença de

⁵¹⁴ Idem. São Caetano é referência nacional de combate à Covid-19 desde o início da pandemia. *São Caetano do Sul: a mudança segue em frente*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 8-12, 2021, p. 8.

⁵¹⁵ Idem. Cidade que se reinventa para seguir em frente. *São Caetano do Sul: a mudança segue em frente*, São Caetano do Sul, Edição Especial, sem paginação, 2021.

moradores de rua e de outros perambulantes, um fato merece ser citado mais detalhadamente, tonando-se elucidativo de uma realidade que desvela o lado problemático da cidade.

Alguns meses antes da publicação de *São Caetano do Sul: a mudança segue em frente*, revista editada e distribuída aos municípios pela prefeitura, com o propósito de divulgar e enaltecer os serviços e realizações da administração municipal no contexto da pandemia, o episódio relativo à ocupação do terreno que abrigara o antigo Edifício Di Thiene, no Bairro da Fundação, veio à tona. Em sua edição de 1º de maio de 2021, o *Diário do Grande ABC* noticiou tal episódio, tratando-o como um ato de invasão. O mencionado edifício foi demolido pela prefeitura, após ter sofrido interdição, devido ao desabamento parcial de sua laje em 2019, ocorrência que deixara oito pessoas feridas e 102 famílias desabrigadas⁵¹⁶.

A reportagem informou que essas famílias recebiam um auxílio financeiro no valor de 400 reais. “A pandemia do coronavírus, entretanto, piorou a situação dos ex-moradores, que, sem condições e alguns inclusive desempregados, resolveram retornar à antiga moradia”⁵¹⁷. O relato de um desses desabrigados traz um panorama da questão:

Nós estamos jogados. Falamos várias vezes com a Prefeitura, que não nos deu solução. Então, resolvemos voltar. Não queremos auxílio-aluguel, porque pagaram durante um ano e depois nos deixaram a ver navios. Se não resolverem (o Paço), nós vamos entrar na Justiça. Tem gente aqui que morava havia 20, 30, 40 anos no edifício. Estamos pela misericórdia de Deus.⁵¹⁸

Na ocasião, o *Diário do Grande ABC* procurou a prefeitura de São Caetano do Sul, que, por seu lado, comunicou “que cerca de 40 pessoas participaram da invasão ao terreno, que é particular. Afirmou ainda que agentes da Secretaria de Segurança foram ao local e que está tudo ‘sob controle’”⁵¹⁹.

O posicionamento lacônico da municipalidade frente ao problema mostra o quanto situações que destoam da imagem da São Caetano do desenvolvimento têm a sua visibilidade contida ou restringida (que poderia adquirir uma proporção ainda maior, se não fossem as redes sociais virtuais, importantes espaços de fala de moradores e de

⁵¹⁶ LACERDA, Francisco. Moradores invadem terreno que abrigava o antigo Edifício Di Thiene. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 1 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.dgabc.com.br/Noticia/3709558/moradores-ocupam-terreno-que-abrigava-o-antigo-edificio-di-thiene>>. Acesso em: 4 nov. 2021.

⁵¹⁷ Ibidem.

⁵¹⁸ Ibidem.

⁵¹⁹ Ibidem.

grupos locais organizados institucionalmente)⁵²⁰, de modo a não arranhar o retrato de uma cidade que é apresentada, publicamente, como modelo e referência de progresso. Retrato que se deixa notar nos diálogos que estabelece com a São Caetano do Sul construída a partir de 1948, que, mesmo diante de aspectos configuradores de sua face “esfarrapada” e “maltrapilha”, era revelada com a aparência fulgurante do “Príncipe dos Municípios”.

As interlocuções firmadas entre ambas revelam a historicidade que as permeia, entrelaçando-as pelos fios que tecem os significados de grandiosidade de suas respectivas representações, inventoras de uma identidade que as une pela imagem de magnanimidade, vigor e potência, e ocultantes dos dilemas, problemas e sujeitos constituidores da outra face do “Príncipe dos Municípios” ou da cidade projetada como a “melhor do Brasil para se viver”⁵²¹.

⁵²⁰ A Fundação Viva constitui um desses grupos que enxergam nas redes sociais virtuais, como Facebook e Instagram, um importante espaço de fala e de articulação. Trata-se ela de uma associação de moradores do Bairro da Fundação, surgida após a grande enchente que afetara, em março de 2019, essa região da cidade. Com um perfil ativo junto àquelas duas redes, a Fundação Viva apresenta-se como “um instrumento de luta para os que querem uma mudança real na cidade”. Entre as pautas que defende, estão as que são do interesse do referido bairro, divulgando reivindicações, notícias e ações com a finalidade de conceder visibilidade às questões que assolam os seus moradores, como a das enchentes, a da segurança e a do enfrentamento da pandemia. Nessa esteira, promoveu ampla cobertura do episódio da ocupação do Edifício Di Thiene, destacando os seus desdobramentos junto à justiça, ao poder público municipal e às famílias desabrigadas. Disponível em: <<https://www.facebook.com/FundacaoVIVA>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

⁵²¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL, Cidade que se reinventa para seguir em frente, sem paginação.

FONTES

Centro de Documentação Histórica da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

- Imprensa:

A construção do primeiro Jardim Público. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 374, primeira página, 7 nov. 1953.

A verdadeira obra dos fundadores. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XI, n. 610, p. 7, 2º. Caderno, 28 jul. 1956.

AÇÃO contra os vagabundos. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 504, primeira página, 12 mar. 1955.

AJUDEM a manter limpa a cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 410, primeira página, 27 mar. 1954.

ALTAS autoridades virão a São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 160, última página e p. 2, 16 dez. 1950.

AO Povo. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 204, última página, 20 out. 1951.

APOTEÓTICA inauguração do Viaduto dos Autonomistas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 425, primeira página e p. 2, 22 mai. 1954.

APROVOU a Câmara um voto de congratulações com os autonomistas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IV, n. 103, última página, 29 out. 1949.

ARBORIZAÇÃO das ruas da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 376, primeira página, 14 nov. 1953.

AS solenidades de sábado. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 345, primeira página, 29 jul. 1953.

ASPECTOS de São Caetano. *O Município*, São Caetano, ano II, n. 56, p. 7, 31 jul. 1948.

AUCHMAN, Josef H. Inaugurado o novo salão do Clube Comercial. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 295, primeira página e p. 2, 4 fev. 1953.

AUTONOMISTA, Um Vigilante. Em defesa da autonomia. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 262, p. 3, 8 out. 1952.

_____. Em jogo a honra de São Caetano do Sul. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 264, primeira página, 15 out. 1952.

_____. Carta aberta a Walter Thomé. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 265, primeira página, 18 out. 1952.

AUXILIA a S.B.B.U os Nordestinos: eficiente campanha destinada a angariar fundos para os flagelados. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 304, primeira página, 7 mar. 1953.

BONITATIBUS. A pujança de S. Caetano do Sul. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano X, n. 542, última página, 28 jul. 1955.

CAMINHA São Caetano para seus altos destinos. Dados impressionantes sobre o “Príncipe dos Novos Municípios” – na passagem do segundo aniversário da cidade São Caetano, o Pequeno Grande. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 163, primeira página, 6 jan. 1951.

CAMPANELLA eleito prefeito municipal. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 280, primeira página, 10 dez. 1952.

CARTÕES postais de São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 490, primeira página, 19 jan. 1955.

CARVALHO, Theophilo de Souza. Em defesa da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 165, última página, 20 jan. 1951.

_____. Expressões da caridade pura em São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 166, última página e p. 2, 27 jan. 1951.

_____. Drama cotidiano numa cidade atravancada. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 171, última página e p. 2, 3 fev. 1951.

_____. O problema social dos menores. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 182, primeira página e p. 2, 19 mai. 1951.

_____. São Caetano, o Príncipe descalço. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 213, primeira página e p. 13, 22 dez. 1951.

_____. Uma providência que já tardava. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 216, última página, 12 jan. 1952.

_____. Tribuna dos Líderes Autonomistas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 261, última página, 4 out. 1952.

_____. Os grandes problemas da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 298, primeira página, 14 fev. 1953.

_____. Programa da saudade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 306, última página, 14 mar. 1953.

_____. Uma grande falha na assistência infantil. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 465, última página, 13 out. 1954.

_____. A salubridade do município. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 538, primeira página, 13 jul. 1955.

CHAPAVAL, Moysés. *Projeto de Lei* apud *Jornal de São Caetano*. Medicamentos grátis para os pobres. São Caetano do Sul, ano VII, n. 292, p. 5, 24 jan. 1953.

COMEMORADO o 24 de Outubro. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 205, última página, 27 out. 1951.

COMPLETO êxito da “Avant-première.” *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 364, primeira página, 3 out. 1953.

COMPLEXO o problema dos engraxates. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 446, primeira página, 7 ago. 1954.

CONSTRUAM muros e calçadas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 358, p. 3, 12 set. 1953.

CONTINUAÇÃO do movimento autonomista. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 267, p. 11, 25 out. 1952.

CONTRA o desmembramento. *A Gazeta*, São Paulo, 17 mai. 1948.

CONVITE ao povo. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 266, p. 4, 22 out. 1952.

CUIDE da sua árvore. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 377, última página, 21 nov. 1953.

CUNHA LEITE, Raimundo da. Engraxates no centro da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano II, n. 320, primeira página, 2 mai. 1953.

DAL'MAS, Ítalo. Nega-se com ironia que os italianos foram fundadores de S. Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 256, primeira página e p. 2, 17 set. 1952.

DE um pedaço de terra acanhado, São Caetano transformou-se num dos maiores municípios industriais de São Paulo e do Brasil. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 140, primeira página, 29 jul. 1950.

DEEM um hospital à nossa terra. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano I, n. 4, primeira página, 22 set. 1946.

DEVE o povo cooperar com a limpeza da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 409, última página, 24 mar. 1954.

DIRINGER, Oto. Marreteiros: comércio de mentira nas ruas de S. Caetano do Sul. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XI, n. 611, primeira página e p. 6, 4 ago. 1956.

_____. São Caetano em quatro séculos. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XII, n. 662, p. 6, 1º Caderno, 27 jul. 1957.

DIVERSAS obras realizadas em um ano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 413, primeira página e p. 3, 7 abr. 1954.

DIVERSAS festividades assinalarão dia 28 de julho. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 415, primeira página, 14 abr. 1954.

DIVERSOS serviços para beneficiar o povo. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 326, primeira página e p. 3, 23 mai. 1953.

DUARTE, Adriano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 443, p. 9, 1º Caderno, 28 jul. 1954.

DURÁN, Manoel Gutierrez. Beliscos e piparotes. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 483, primeira página, 18 dez. 1954.

EDIFÍCIO e Cine Vitória. Contribuição para o Progresso de São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 244, p. 4, 26 jul. 1952.

ESTÃO agindo os Comandos Sanitários. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 357, p. 3, 9 set. 1953.

EXALTADA na edilidade a atuação do Jornal de S. Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 450, p. 4, 21 ago. 1954.

FALTA pessoal no posto de puericultura. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 489, primeira página, 15 jan. 1955.

GONÇALVES, Miguel Batista. S. Caetano é um príncipe esfarrapado. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 192, p. 12, 1º Caderno, 28 jul. 1951.

GUZZO, E. O drama da infância desamparada em São Caetano do Sul. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 233, p. 7, 10 mai. 1952.

_____. Urge a remoção de absurdos que a cidade possui. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 243, última página, 19 jul. 1952.

_____. Renasce a autonomia em São Caetano do Sul. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 268, p. 3, 29 out. 1952.

_____. 76º aniversário da fundação de São Caetano do Sul. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 338, última página, 4 jul. 1953.

_____. A inauguração do Viaduto dos Autonomistas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 433, primeira página e p. 3, 19 jun. 1954.

HÁ 72 anos nascia a Cidade de S. Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IV, n. 90, primeira página, 30 jul. 1949.

HOSPITAL de São Caetano, uma ideia em marcha. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano I, n. 6, primeira página, 20 out. 1946.

IMPÕE-SE a construção de um hospital em São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano I, n. 3, primeira página, 1 set. 1946.

IMPÕE-SE a criação da Diretoria de Assistência Social. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 300, primeira página, 21 fev. 1953.

INAUGURADAS as novas instalações da Câmara. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 301, primeira página e p. 3, 25 fev. 1953.

INSTALADA a Câmara Municipal. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano II, n. 38, primeira página, 11 jan. 1948.

INSTITUTO Histórico em S. Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 298, primeira página, 14 fev. 1953.

JORNAL DE SÃO CAETANO. São Caetano, ano III, n. 54, primeira página e p. 14, 25 jul. 1948.

_____. São Caetano, ano III, n. 56, p. 5, 22 ago. 1948.

_____. São Caetano do Sul, ano VI, n. 214, p. 2, 29 dez. 1951.

_____. São Caetano do Sul, ano VII, n. 348, p. 3, 8 ago. 1953.

_____. São Caetano do Sul, ano IX, n. 488, primeira página, 12 jan. 1955.

_____. São Caetano do Sul, ano IX, n. 492, primeira página, 26 jan. 1955.

_____. São Caetano do Sul, ano XI, n. 610, primeira página, 2º Caderno, 28 jul. 1956.

LEAL, Fausto da Camara. Bom dia para você, Jardim de São Caetano!... *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 417, primeira página e p. 4, 24 abr. 1954.

MARINARO, José Luiz. Cultuemos o que é nosso. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 372, primeira página, 31 out. 1953.

_____. Com a palavra os autonomistas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 374, primeira página, 7 nov. 1953.

_____. Nossa tradição histórica. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 375, primeira página, 11 nov. 1953.

_____. Novas estacas de progresso fincadas em solo sancaetanense. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 401, primeira página, 20 fev. 1954.

_____. Sobre a história de São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 432, primeira página e p. 3, 16 jun. 1954.

MARTINS, José de Souza. Do Tijucuçu quinhentista ao São Caetano do século XX. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XII, n. 662, primeira página e p. 10, 27 jul. 1957.

MOURA, Lydio C. Fóco de epidemia em Vila Barcelona. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 168, última página, 10 fev. 1951.

MUDANÇA da Prefeitura. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 325, primeira página, 20 mai. 1953.

NÃO alcança seu objetivo o Posto de Puericultura. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 493, primeira página, 29 jan. 1955.

NOSSA terra será independente. Autonomia Municipal de São Caetano, uma ideia em marcha. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano II, n. 41, primeira página, 22 fev. 1948.

NOSSO terceiro aniversário. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IV, n. 90, primeira página e p. 10, 30 jul. 1949.

NO ultimo periodo de administração do prefeito Anacleto Campanella comemora São Caetano do Sul seu 79º aniversário de fundação. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XI, n. 610, primeira página, 28 jul. 1956.

PESSIMAS as instalações da Prefeitura. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 324, primeira página e p. 3, 16 mai. 1953.

PRESENTE o povo nas comemorações de domingo. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 245, última página, 2 ago. 1952.

RELA, João. Cresce vertiginosamente S. Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 383, p. 5, 12 dez. 1953.

_____. Higienização da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 400, primeira página, 17 fev. 1954.

_____. Pernilongos e criação de suínos. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 492, primeira página, 26 jan. 1955.

_____. Infestam a cidade os engraxates. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 523, primeira página, 21 mai. 1955.

RODRIGUES, Mário Porfírio. Ensaios históricos sobre São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, n. 189, p. 3, 7 jul. 1951.

RUA dos Autonomistas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 235, primeira página, 24 mai. 1952.

SANTOS, Urames P. O Cine Vitória. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 344, p. 7, 1º Caderno, 25 jul. 1953.

SÃO Caetano, foco de moléstias. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano III, n. 57, p. 4, 5 set. 1948.

SÃO Caetano – monumento de progresso plantado pela tenacidade italiana no solo brasileiro. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano III, n. 54, primeira página e p. 14, 25 jul. 1948.

SÃO Caetano terra esquecida pelo Poder Público Municipal. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VI, n. 195, p. 3, 18 ago. 1951.

SEMANA comemorativa da fundação da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 341, p. 3, 15 jul. 1953.

SERÁ exibido em São Caetano o primeiro filme colorido nacional. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 358, primeira página e p. 3, 12 set. 1953.

SERÁ fundada a Sociedade dos Amigos de São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano II, n. 26, primeira página, 24 ago. 1947.

SERÁ inaugurado em 28 de Julho o Viaduto. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 382, primeira página, 5 dez. 1953.

SOBRE o concurso dos municípios brasileiros de maior progresso. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano X, n. 550, primeira página, 27 ago. 1955.

SOBRE o desmembramento de São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano III, n. 58, última página, 16 set. 1948.

SOLICITADO o policiamento da radiopatrulha para acabar com a onda de roubos. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XII, n. 668, primeira página, 7 set. 1957.

THOMÉ, Walter. Tribuna dos Líderes Autonomistas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VII, n. 263, última página, 11 out. 1952.

TRABALHA-SE para resolver o importante problema da água. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IV, n. 90, última página, 30 jul. 1949.

TRAIÇÃO aos sancaetanenses. O sr. Antonio Flaquer tentou anular a representação do povo de São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano, ano III, n. 58, última página, 16 set. 1948.

TUDO pronto para as festividades. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 441, primeira página, 17 jul. 1954.

VIADUTO dos Autonomistas. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano VIII, n. 378, primeira página, 21 nov. 1953.

ZUNTINI, Ivo. O problema dos engraxates. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, n. 520, primeira página, 11 mai. 1955.

- Outros materiais impressos:

A suspensão da execução de obras municipais em São Caetano. Desmentido do Prefeito de Santo André (transcrito da *Folha da Manhã*, 16 set. 1948). *Panfleto*, São Caetano, 1948.

ALMEIDA, Nelson Martins de (Org.). *Isto é São Caetano do Sul*: documentário histórico-ilustrativo do município. São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul; São Paulo: Sociedade Brasileira de Expansão Comercial Ltda., 1952.

AOS nossos irmãos trabalhadores de São Caetano. *Panfleto*, São Caetano, 1948.

COMO você deve votar? *Panfleto*, São Caetano, 20 out. 1948.

DECLARAÇÃO de voto. Porque votarei contra a separação de São Caetano! *Panfleto*, São Caetano, out. 1948.

MARINARO, José Luiz. Preâmbulo. In: ALMEIDA, Nelson Martins de (Org.). *Isto é São Caetano do Sul*: documentário histórico-ilustrativo do município. São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul; São Paulo: Sociedade Brasileira de Expansão Comercial Ltda., 1952.

_____. *São Caetano do Sul, 1953-1957*: 48 meses de administração do prefeito Anacleto Campanella. São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1957.

NÃO permita que se cometa esse crime contra o povo de São Caetano e Santo André! *Panfleto*, São Caetano, 1948.

PANFLETO, São Caetano, 1948.

POVO de São Caetano. *Panfleto*, São Caetano, out. 1948.

SANCAETANENSES! Cuidado com os políticos despeitados. *Panfleto*, São Caetano, 1948.

UNIÃO AUTONOMISTA DE SÃO CAETANO. Ao povo de São Caetano. *Manifesto*, São Caetano, sem data.

VINCENZI, Jordano Pedro Segundo. *Discurso proferido durante o lançamento da pedra fundamental do Viaduto dos Autonomistas*, São Caetano do Sul, 1953.

Arquivo da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

- Leis Municipais e Processos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Lei Municipal n. 19*. São Caetano do Sul, 24 jun. 1949. Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/14296.pdf>>.

_____. *Lei Municipal n. 72*. São Caetano do Sul, 10 mai. 1950 (Processo n. 1.240/49). Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/15095.pdf>>.

_____. *Lei Municipal n. 211*. São Caetano do Sul, 26 dez. 1951 (Processo n. 009/51). Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/12622.pdf>>.

_____. *Lei Municipal n. 232*. São Caetano do Sul, 21 mai. 1952 (Processo n. 4.680/51). Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/12816.pdf>>.

_____. *Lei Municipal n. 398*. São Caetano do Sul, 10 dez. 1953. Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/12348.pdf>>.

_____. *Lei Municipal n. 411*. São Caetano do Sul, 19 jan. 1954 (Processo n. 401/54). Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/12360.pdf>>.

_____. *Lei Municipal n. 424*. São Caetano do Sul, 13 mar. 1954 (Processo n. 981/53). Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/12207.pdf>>.

_____. *Lei Municipal n. 485*. São Caetano do Sul, 4 out. 1954 (Processo n. 978/54). Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/12392.pdf>>.

_____. *Lei Municipal n. 525*. São Caetano do Sul, 15 mar. 1955 (Processo n. 1.238/55). Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/11129.pdf>>.

_____. *Lei Municipal n. 535*. São Caetano do Sul, 24 jun. 1955 (Processo n. 3.165/55). Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/11154.pdf>>.

_____. *Lei Municipal n. 549*. São Caetano do Sul, 23 ago. 1955 (Processo n. 3.989/55). Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/11200.pdf>>.

_____. *Lei Municipal n. 3.147*. São Caetano do Sul, 12 jun. 1991 (Processo n. 1.157/89). Disponível em: <<http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/upload/legislacao/7315.pdf>>.

_____. *Processo (Viaduto dos Autonomistas) n. 7.224/53*. São Caetano do Sul, 1953.

_____. *Processo (Jardim Primeiro de Maio) n. 4.509/54*. São Caetano do Sul, 1954.

Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

- Lei Estadual:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Lei Estadual n. 233*. São Paulo, 24 dez. 1948. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1948/lei-233-24.12.1948.pdf>>.

Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

- Estimativas:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação*, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdf>.

BIBLIOGRAFIA

- Livros, artigos e outras referências:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, Paulo Roberto de et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

ANDRADE, Antônio. Amargas lembranças. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 6, p. 59-65, jan. 1992.

ASCENCIO, Yolanda. História dos líderes do movimento resgata passado. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 49-58, out. 1998.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

BARROS, Luciane Viana. Quatro vezes cidade. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, p. 199-204, jun. 1996.

BECKER, Howard S. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 249-278, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2989.pdf>>.

BRUNO, Caio. Computadores, cálculos, lousa e a vida. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 60, p. 50-52, dez. 2019.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARAM, André Luís Balsante. O antigo Paço e o Estádio Anacleto Campanella: arquitetura moderna presente em São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 26, p. 45-51, dez. 2002.

CARVALHO, Cristina Toledo de. Trajetória do teatro amador de São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 32, p. 5-13, dez. 2005.

_____. Igreja Matriz Sagrada Família: 70 anos de história e fé (Exposição fotográfica). São Caetano do Sul, 2007.

_____. Embalos de uma época: panorama dos bailes que agitaram São Caetano até a década de 1970. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 36, p. 5-13, dez. 2007.

_____. Luz, câmera, ação: a sétima arte em São Caetano do Sul. In: FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL. *Agenda Histórica 2009*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2009.

_____. Memorial ao cinquentenário da inauguração do Museu Histórico Municipal (Exposição documental e de objetos). São Caetano do Sul, 2010.

_____. Acases: marco da cultura musical em São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 50, p. 6-14, dez. 2014.

_____. Bairro da Fundação. In: FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL. *Agenda Histórica 2015*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2015.

_____. *Migrantes amparados*: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965). São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2015.

_____. Bartira, o primeiro hospital da cidade. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 52, p. 19-23, dez. 2015.

_____. A gestão da saúde em São Caetano do Sul na década de 1950. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 53, p. 6-15, jul. 2016.

_____. Raimundo da Cunha Leite, “o embaixador dos baianos” em São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 55, p. 72-77, ago. 2017.

_____. A criação da Fundação das Artes e a modernidade em São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 56, p. 7-17, dez. 2017.

_____. A autonomia de São Caetano. O maior movimento cívico e político da história da cidade. In: FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL. *Agenda Histórica 2018*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2018.

_____; FIOROTTI, Paula. Revista *Raízes*: três décadas de muitas memórias e histórias. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 59, p. 10-21, jul. 2019.

_____. Viaduto dos Autonomistas: referência simbólica na cenografia urbana de São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 60, p. 25-30, dez. 2019.

_____. Antônio José Dall’Anese, uma vida de dedicação e amor a São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 62, p. 56-58, dez. 2020.

CEDRO, Marcelo de Araújo Rehfeld. *Praça Sete, Pampulha e Savassi: centralidades urbanas e modernidade periférica na cidade de Belo Horizonte*. São Paulo: Annablume, 2016.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>>.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. *São Caetano do Sul*. Disponível em: <<https://consorcioabc.sp.gov.br/sao-caetano>>.

CREPALDI, Lilian. Natal solidário: ações para inclusão social em São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 38, p. 11-16, dez. 2008.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Discutindo a memória e ensinando a história: uma experiência de educação continuada na PUC-SP. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 415-428, nov. 1998.

_____. Cultura, trabalhadores e viver urbano. *Projeto História*, São Paulo, n. 18, p. 301-307, mai. 1999.

_____; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

_____. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

_____. Migrantes abrigados: o nordeste e os nordestinos em São Caetano do Sul. In: CARVALHO, Cristina Toledo de. *Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2015.

CUNHA LEITE, Raimundo da. Dois de julho de 1950: nascia a Sociedade Brasil Unido. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 22, p. 68-71, dez. 2000.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 269-280, nov. 1998.

_____. Memória e historiografia: limites e possibilidades de uma aproximação. *História Oral*, n. 4, p. 55-71, 2001. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=35&path%5B%5D=29>>.

DAL'MAS, Ítalo. *São Caetano do Sul e seus fundadores*. São Paulo: Gráfica-Editora Michalany Ltda., 1957.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: Edusp, 1996.

EX-vereador relembra acontecimentos vividos na Câmara de Santo André. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 71-74, out. 1998.

FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Cidades*. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP; Olho d'Água, 2000.

FERRARI, Narciso. Centro de São Caetano na década de 1940. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 19, p. 59-60, jul. 1999.

FERREIRA, Alda de Azevedo; ONO, Fernando Pedro de Carvalho; SILVA, Joelmir Marques da. O Recife da década de 1930, Roberto Burle Marx e a gênese dos jardins públicos modernos. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, vol. 5, n. 9, p. 247-257, jul. 2013.

FLÓRIO, Marcelo. História, memória e saúde: a atuação higienista da SPES em São Paulo (1938-1950). In: AVELINO, Yvone Dias; MATOS, Maria Izilda Santos de; MONTEIRO, Arlete Assumpção (Orgs.). *Tecituras das cidades: história, memória e saúde*. Jundiaí: Paco Editorial, p. 113-128, 2017.

FUNDADOR do *Jornal de São Caetano* foi destaque no movimento emancipacionista. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 67-70, out. 1998.

GALLO, Márcia. Anacleto Campanella, prefeito e deputado. A presença política de São Caetano do Sul no Estado e no país. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 60, p. 12-21, dez. 2019.

GARBELOTTO, Oscar. História vivida há meio século sob a visão juvenil de um sancaetanense. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 91-96, out. 1998.

GIANELLO, José Roberto. São Caetano, 24 de outubro de 1948. O nascimento de um município. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 5-26, out. 1998.

_____. Indústrias registradas na cidade espelham a euforia do pós-guerra. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 22, p. 5-7, dez. 2000.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HILDEBRAND, Antônio Carlos de Abreu. A comarca. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 5, p. 98, jul. 1991.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2020.

LACERDA, Francisco. Moradores invadem terreno que abrigava o antigo Edifício Di Thiene. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 1 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.dgabc.com.br/Noticia/3709558/moradores-ocupam-terreno-que-abrigava-o-antigo-edificio-di-thiene>>.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1994.

LODUCA, Wilson. *São Caetano: de várzeas alagadiças a “Príncipe dos Municípios.”* São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1999.

LOFEGO, Silvio Luiz. 1954 – A cidade aniversariante e a memória coletiva. O IV Centenário da cidade de São Paulo. *Projeto História*, São Paulo, n. 20, p. 301-314, abr. 2000.

_____. *IV Centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.

LOPES, Antônio Herculano (Org.). *Entre Europa e África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Topbooks, 2000.

MARTINS, José de Souza. *São Caetano do Sul em IV séculos de história*. São Paulo: Saraiva, 1957.

_____. O tempo da pobreza e do trabalho na memória histórica de São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 4, p. 18-23, jan. 1991.

_____. A formação do espaço regional do Tijucuçu e de São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 5, p. 4-16, jul. 1991.

_____. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1992.

_____. *O imaginário na imigração italiana*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2003.

_____. Prefácio. In: RODRIGUES, Mário Porfírio. *Um jornal, uma vida: a saga do Jornal de São Caetano e outras mais*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, p. 11-13, 2005.

_____. Há 60 anos, em São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 56, p. 104-107, dez. 2017.

_____. *Moleque de fábrica: uma arqueologia da memória social*. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002.

_____. *A cidade, a noite e o cronista*: São Paulo e Adoniran Barbosa. Bauru: Edusc, 2007.

MEDICI, Ademir. Coronel Saladino, prefeito. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 4, p. 4-12, jan. 1991.

_____. *Migração e urbanização*: a presença de São Caetano na região do ABC. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1993.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista da USP*, São Paulo, n. 30, p. 142-155, 1996.

MONTEIRO, Paula. Dilemas da modernidade no mundo contemporâneo. Disponível em: <www.sociologias.tumblr.com/post/18026607111/textos-sobre-a-modernidade>.

MORAES, João Carlos de. A formação de São Caetano no contexto da região metropolitana de São Paulo. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 20, p. 27-34, dez. 1999.

MORÍN, Edgar. *O método 4 – as ideias*: habitat, vida, costumes e organização. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOTA, André. A cidade como artefato: os nordestinos e a esquistossomose na cidade de São Paulo, 1940-1970. In: AVELINO, Yvone Dias; MATOS, Maria Izilda Santos de; MONTEIRO, Arlete Assumpção (Orgs.). *Tecituras das cidades*: história, memória e saúde. Jundiaí: Paco Editorial, p. 13-35, 2017.

MUNARI, Rodrigo Marzano. Ítalo Dal’Mas: advogado e cronista dos “fundadores” de São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 57, p. 91-96, jul. 2018.

NERY, João Elias. A charge como gênero opinativo na imprensa brasileira. *Comunicação e Sociedade*, São Bernardo do Campo, n. 28, p. 45-60, 1997. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/7992/6774>>.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Vilma da Silva Mesquita. Os discursos sobre a educação e higienização das crianças nos jornais impressos do Piauí (1930-1960). *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 3, p. 93-110, 2015. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1160/438>>.

ORENSTEIN, José. Quem foi Belmonte, o cartunista que desafiou Getúlio e Hitler. Disponível em: <www.nexojornal.com.br>.

ORLANDI, Eni (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, 1993.

ORTEGA, Cristina. A criação da comarca judiciária de São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 33, p. 49-53, jul. 2006.

_____. Um show de criança. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 45, p. 32-35, jul. 2012.

PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil Moderno (1930-1950)*. Bauru: Edusc, 2004.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, p. 25-28, 1992.

PERAZZO, Priscila Ferreira. Vidas vividas em deslocamento: narrativa de Angelita migrante para o ABC. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 39, p. 49-52, jul. 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 279-290, 1995.

_____. História, memória e centralidade urbana. *Revista Mosaico*, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/225>>.

PETROLI, Valdenízio. A participação da imprensa na emancipação política. *Raízes*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 45-48, out. 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Inclusão social em São Caetano do Sul*, São Caetano do Sul, 2002.

_____. Cidade que se reinventa para seguir em frente. *São Caetano do Sul: a mudança segue em frente*, São Caetano do Sul, Edição Especial, sem paginação, 2021.

_____. São Caetano é referência nacional de combate à Covid-19 desde o início da pandemia. *São Caetano do Sul: a mudança segue em frente*, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 8-12, 2021.

_____. Nova Kennedy é marco sustentável e cartão-postal de São Caetano. São Caetano do Sul, 5 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.facebook.com/prefeitura.saocaetano>>.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

RODRIGUES, Mário Porfírio. *Um jornal, uma vida: a saga do Jornal de São Caetano e outras mais*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2005.

_____. O jovem empreendedor que se tornou industrial. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 47, p. 76-80, jul. 2013.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro), 16 set. 1989, sem paginação. Disponível em: <<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf>>.

ROMEIRO, Maria do Carmo; GIMENES, Silvana Pereira. Os grandes números de um pequeno município. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 2, p. 22-24, dez. 1989.

SANTARNECCHI, Domingos Glenir. A história dos Paços Municipais revela fatos importantes da cidade. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 16, p. 42-44, dez. 1997.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, 1998.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997.

THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VINCENZI, Jordano P. S. As porteiras da estrada de ferro e os 40 anos do viaduto. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 11, p. 40-41, jul. 1994.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 117-136, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi16/topoi16a5.pdf>.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

XAVIER, Sônia Maria Franco. Manoel Gutierrez Durán. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 5, p. 83-84, jul. 1991.

_____. O passado de uma escola guarda a história de 70 anos de lutas contínuas. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 16, p. 11-14, dez. 1997.

_____. *Jayme da Costa Patrão: um traço marcante na autonomia*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.

- Teses, dissertação e trabalhos apresentados em Congressos:

AYALA, Lilian Crepaldi de Oliveira. *Babel nas terras alagadiças: revista Raízes, migrações e memórias em São Caetano do Sul*. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2014.

CALDEIRA, Júnia Marques. *A Praça Brasileira. Trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade*. 2007. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

CONCEIÇÃO, Juvenal de Carvalho. *Em Pauta: Veja, Tempo e as representações de África*. 2019. Tese (Doutorado em História). Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2019.

KUVASNEY, Eliane. *Separar para reinar: desmembramentos na gênese da metrópole paulistana*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

MARTINS, José de Souza. O populismo no subúrbio: a história da política na região do ABC. In: I CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REGIÃO DO ABC, 1, 1990, Santo André. *Anais...* Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André.

NOBRE, Paulo José Lisboa. Jardins históricos em Natal: desafios para a pesquisa. In: 11º ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL. Mato Grosso do Sul, 2012.

PEREIRA, Lauro Ávila. *As revistas Isto é e Veja na transição política brasileira (1976-1984)*. 2017. Tese (Doutorado em História). Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2017.

ROMERO, Mariza. *Inúteis e perigosos: o Diário da Noite e a representação das classes populares – São Paulo (1950 – 1970)*. 2008. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2008.

SILVA, Rogério Souza. *Modernidade em desalinho: costumes, cotidiano e linguagens na obra humorística de Raul Pederneiras (1898-1936)*. 2014. Tese (Doutorado em História). Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2014.